

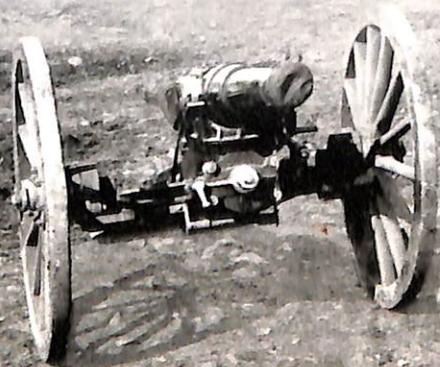
FRANCISCO DA SILVA TAVARES

DIÁRIOS DA REVOLUÇÃO DE 1893

TOMO I



Organizadores:
Coralio Bragança Pardo Cabeda
Gunter Axt
Ricardo Vaz Seelig



Os Diários do General Joca Tavares e de seu irmão, Francisco da Silva Tavares, permaneceram desconhecidos do público por 110 anos, sendo agora revelados pelo Memorial do Ministério Público. Membros de uma tradicional família da região da fronteira sul-rio-grandense, originalmente identificados com o Partido Conservador durante o Império, converteram-se ao republicanismo às vésperas da Proclamação da República. Logo em seguida, entretanto, entraram em choque com a direção exclusivista que Julio de Castilhos impunha ao Partido Republicano, abrindo dissidência com o célebre líder gaúcho. Ambos governaram o Rio Grande do Sul, por curto espaço de tempo, em momentos diferentes, antes da eclosão da Revolução de 1893. Ambos foram apeados do governo pelas forças castilhistas. Foram fundadores do Partido Federalista, na cidade de Bagé, em 1892. Durante a Revolução Federalista, que se estendeu de 1893 e 1895, quando se jogou o futuro da República no Brasil, Joca foi o General em chefe do Exército Libertador e Francisco foi um dos mais importantes articuladores civis da revolta.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
MEMORIAL

DIÁRIO DA
REVOLUÇÃO DE 1893

FRANCISCO DA SILVA TAVARES

SÉRIE MEMÓRIA POLÍTICA E JURÍDICA DO RIO GRANDE DO SUL

Volume 3

TOMO I

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Roberto Bandeira Pereira**

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS
Antônio Carlos de Avelar Bastos**

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Cláudio Barros Silva**

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS
Mauro Henrique Renner**

**CORREGEDORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Jacqueline Fagundes Rosenfeld**

**SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Miguel Bandeira Pereira**

**COORDENADOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Ricardo Vaz Seelig**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Procuradoria-Geral de Justiça

Tavares, Francisco da Silva, 1844-1901

Diário da Revolução de 1893 / Francisco da Silva Tavares, João Nunes da Silva Tavares; organização de Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004.

15 X 21,0 cm. 248p.

2v. – (Memória política e jurídica do Rio Grande do Sul; 3)

ISBN 85-88802-07-4

1. História – Rio Grande do Sul. I. Tavares, João Nunes da Silva. II. Título. III. Série.

CDU 981.65

EXPEDIENTE:

ORGANIZAÇÃO:	Coralio Bragança Pardo Cabeda, Gunter Axt e Ricardo Vaz Seelig
TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA:	Vanessa Gomes de Campos
CONFERÊNCIA DE FIDEDIGNIDADE, ATUALIZAÇÃO ORTOGRÁFICA E INTRODUÇÃO:	Coralio Bragança Pardo Cabeda e Gunter Axt
REVISÃO FINAL E DIGITAÇÃO:	Alvaro Walmrath Bischoff, Cíntia Vieira Souto, Patricia Sanseverino e Sonia Beatriz da Silva Pinto
ESTUDOS BIOGRÁFICOS:	Gustavo Py Gomes da Silveira e Alvaro Walmrath Bischoff
SELEÇÃO DE IMAGENS:	Alvaro Walmrath Bischoff e Coralio Bragança Pardo Cabeda
PRODUÇÃO CULTURAL:	Márcia Ruy Dias, Mário Rozano e Pedro Longhi
SUPERVISÃO EDITORIAL:	Andréa Cogan
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:	DiArtes Projetos Gráficos
IMPRESSÃO:	Organizações Nova Prova
CAPA:	Adriano de Castro Silveira e Gustavo Nunes Billo
MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Adriano de Castro Silveira Alvaro Walmrath Bischoff Andréa Cogan (Programa de Exposições e Eventos) Carlo Taffarel Cíntia Vieira Souto Denise Cabral Gunter Axt (Programa de Pesquisas e Publicações) Gustavo Nunes Billo Henrique Gonçalves Muxfeldt Magda Burlamaque Márcia de la Torre Maria Alice Dutra Miltzarek Moacir Paulino Bueno Patrícia Sanseverino Patrícia Pombo Roger Oliveira Vieira Rosimeri de Souza Süffert Fogaça Sonia Beatriz da Silva Pinto Valdemir Bravo Terra

Índice

Prefácio	09
Palavra da Coordenação	11
Introdução	15
Biografia de Francisco da Silva Tavares	73
Convenções da Transcrição Paleográfica	81
Diário da Revolução Rio-grandense (1892-1895)	83

PREFÁCIO

É com muito orgulho que posso afirmar estar o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul cumprindo todos os mandamentos constitucionais que lhes foram atribuídos.

Nossa Instituição, ao dar conta do comando constitucional que lhe encarrega de velar pelo patrimônio histórico e cultural, mais do que zelar pela sua proteção, dedica-se a implementar os meios para a sua devida promoção.

A ação do Ministério Público se dá, então, não só pelo trabalho das promotorias de justiça encarregadas da proteção do patrimônio histórico e cultural, mas também com a instituição de nosso Memorial, que pelo seu destacado trabalho, dispensa maiores referências, senão aquelas de encômios pela excelência do mister que vem realizando.

Aliás, o Ministério Público tem sido pioneiro dentre as instituições congêneres no Brasil, na concepção e viabilização de políticas culturais dirigidas para a área da memória. Trata-se de uma nova função que tende a contribuir na aproximação do Ministério Público com a sociedade.

Muito honrados estamos também pela parceria firmada com todos os apoiadores e patrocinadores que se irmanaram para formar esta rede de parceiros em benefício da cultura.

Com a edição desta obra — Diários da Revolução de 1893, redigidos por Joca e Francisco da Silva Tavares, dois ex-governadores do Estado do Rio Grande do Sul —, o Memorial do Ministério Público oportuniza o acesso a uma fonte elucidativa do período de transição

entre o Império e a República, que há mais de cem anos permanecia desconhecida do público e dos próprios historiadores.

Este é, a propósito, o maior exemplo que podemos dar à sociedade: que o investimento realizado na preservação do patrimônio histórico não representa um custo social, como alguns ainda poderiam imaginar, mas, sim, um investimento social de altíssima relevância, pois, acima de tudo, consolida o debate em torno das nossas identidades políticas e culturais, o que é essencial para que tenhamos uma nação soberana.

Roberto Bandeira Pereira
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PALAVRA DA COORDENAÇÃO

O patrimônio histórico e cultural de uma nação é o somatório de um acervo precioso, talvez herdado de outras culturas e povos que ali vieram se somar, misturar-se. É, igualmente, o repositório da lembrança de lutas, ideais, fatos e personagens construtores do perfil de sua comunidade, por vezes simbolizados ou representados em edificações, monumentos, efemérides e festejos.

Envolvendo valores absolutamente inestimáveis e indisponíveis, em nosso País, a Constituição Federal consagra a proteção do patrimônio histórico e cultural como princípio e encarrega o Ministério Público de velar por essa proteção.

A nossa Instituição, porém, ao cumprir este comando constitucional, entende que não se deve limitar a sua atuação apenas na instauração de inquéritos e demandas judiciais em caso de deterioração, descaracterização ou destruição desses bens. Entendemos que zelar pelo nosso patrimônio histórico e cultural é, também, empenharmo-nos na implantação de projetos de sustentação a estudos sobre a política e a história de nosso estado, bem como sobre a cultura gaúcha no seu conjunto e em suas relações com o contexto nacional.

Com este objetivo implantamos, em 2000, o nosso Projeto de Memória, sistematizando, primeiramente, a nossa própria história institucional, resgatando do esquecimento, as histórias de vida de nossos antecessores.

Em 2003, o Projeto Memória foi convertido em Memorial e instalado no Palácio do Ministério Público, quando então buscamos ultrapassar os nossos muros institucionais, objetivando devolver à sociedade, sob a forma da organização de um trabalho voltado para a área da memória, o investimento público realizado na restauração de um prédio de inestimável valor histórico, o antigo Palácio Provisório dos governantes do início da República, afetivamente conhecido como o “Forte Apache”, patrimônio público dos gaúchos e que hoje abriga a nossa sede institucional.

Atualmente, desenvolve o Ministério Público, por meio de seu Memorial, intensa atividade cultural dirigida ao campo da memória. São seminários, encontros, exposições e publicações que têm contribuído para animar o debate em torno da identidade cultural dos gaúchos, sempre sob a perspectiva da construção do conhecimento histórico.

Os resultados desse esforço, de excelente repercussão pública, têm sido alcançados com muito trabalho e dedicação de nossa equipe de pesquisadores, suprindo as conhecidas limitações orçamentárias da área pública por meio de uma profícua rede de parceiros, integrada por instituições públicas e privadas.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul, ao conceber e implementar estas políticas e projetos culturais, propicia um inédito e dinâmico canal de comunicação da Instituição com o entorno comunitário do qual ela própria emerge.

Se, por nossas atribuições, defendemos os interesses indisponíveis da sociedade, somos também parte e produto dela. Portanto, nossa contribuição à preservação do patrimônio histórico, além da relevantíssima função fiscalizadora, afirma-se positivamente no campo cultural propriamente dito, comprovando, por meio de exemplos concretos, não representar a inversão de recursos na preservação do patrimônio histórico um ônus, mas, ao contrário, um fantástico investimento social, capaz de suscitar a formação de uma identidade cultural mais rica, mais autoconfiante, mais diversificada e de incorporar as singularidades da nossa multifária composição social, fundamento basilar, certamente, da realização de uma democracia sólida, inclusiva e dinâmica. Assim, nossa Instituição, filha da democracia e defensora da ordem democrática, pretende-se, também, agente indutor da sua realização.

Com este escopo, o Memorial do Ministério Público investe seus melhores esforços na publicação dos Diários de Joca e Francisco da Silva Tavares sobre a Revolução de 1893. Esta edição — o terceiro volume da série “Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul” —, recuperando fontes que estavam esquecidas há mais de cem anos, traduz, numa dimensão até então sequer imaginada, os eventos que marcaram o nascimento de nossa república.

Estes inéditos documentos, agora trazidos a público, são fundamentais para enriquecer o debate em torno da nossa identidade regional e nacional, comprovando não se ter construído nossa Nação somente com base no consenso e em projetos vitoriosos, mas, sobretudo, como resultado do entrelaçamento de idéias, antagônicas e complementares, hoje reveladoras da nossa diversidade identitária na conformação do Estado brasileiro.

Ainda, a leitura desses Diários nos remete à reflexão em torno da nossa responsabilidade como herdeiros de um país construído com muita luta, esforço e transcendência de indivíduos em benefício de causas comuns. Em que pesem as muitas injustiças engendradas em nosso passado e que, talvez, ainda persistam no presente, podemos encontrar, nesses Diários, exemplos de dignidade, dedicação à Pátria e a causas comuns, que são, certamente, marcos referenciais aos homens e mulheres do presente, cujo trabalho e ação construirão o nosso futuro.

Ricardo Vaz Seelig

COORDENADOR DO MEMORIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



INTRODUÇÃO

Coralio Bragança Pardo Cabeda¹

Gunter Axt²

ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Gunter Axt

Durante o regime imperial, o Brasil conheceu um modelo parlamentarista de governo baseado no bi-partidarismo: conservadores e liberais alternavam-se na composição dos gabinetes ministeriais. O sistema eleitoral era bastante fechado, pois uma porcentagem pequena da população tinha acesso efetivo ao voto, cujo exercício sofria inúmeras limitações. O Poder Judicial estava compreendido dentro da estrutura do Ministério da Justiça, por onde passava toda a administração dos Tribunais. Não existia a dupla jurisdição – Justiça Federal e Justiça Comum, nos Estados –, implantada apenas com o advento da República. Em Porto Alegre, funcionava desde fevereiro de 1874 uma Corte

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela UFRGS, economista do BRDE, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sócio-correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

² Mestre em História pela UFRGS, Doutor em História Social pela USP, consultor do Memorial do Ministério Público e do Memorial do Judiciário do RS, membro do GT de História Política da Associação Nacional de História

recursal, chamada Tribunal da Relação, que jurisdicionava as Províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Império era dividido em Províncias, cujos presidentes eram nomeados pelo Ministro da Justiça. Promotores e Delegados eram nomeados pelo Presidente da Província. Juizes de Direito e Desembargadores nomeados pelo Ministério da Justiça. Os eleitores elegiam os membros das Câmaras Municipais, os Deputados Provinciais e os Deputados Gerais. Os Senadores eram vitalícios e nomeados pelo Imperador a partir de uma lista tríplice escolhida pelos eleitores. Até 1881, as eleições para os cargos locais eram diretas e para os Legislativos Provincial e Geral, indiretas, ou seja, em dois níveis. A Lei de 1881 que estabeleceu o voto direto e dispensou a realização de cerimônias religiosas durante as eleições não necessariamente democratizou o sistema, pois aumentou o limite censitário, reduzindo ainda mais o acesso dos eleitores ao exercício do voto. Não existia Justiça Eleitoral e a apuração dos votos e reconhecimento dos eleitos era compartilhada pelas mesas eleitorais e pelas comissões de verificação de poderes dos Legislativos.

Todo o sistema era regulado pelo Poder Moderador, o chamado Quarto Poder, que era privativo do Imperador e lhe garantia a faculdade de dissolver Ministérios e Legislaturas, convocando eleições extraordinárias. Destarte, na prática, o Imperador indicava o Partido que comandaria o Gabinete Ministerial e este organizava as eleições. Eivado de fraudes, o processo eleitoral consagrava a vitória nas urnas do Partido no poder. Diferentemente do sistema parlamentarista inglês, no Brasil imperial as eleições não geravam governo, mas serviam para legitimar e dar sustentação parlamentar a um Gabinete que, em vez de formado pelo Legislativo, fora constituído pelo Executivo. Os Presidentes das Províncias desempenhavam função estratégica nesse jogo, pois, como funcionários de confiança da Presidência do Gabinete Ministerial, administravam os recursos legais e extra-legais disponíveis – manipulação do orçamento público, distribuição de cargos, fraudes eleitorais e uso da violência – para fabricar vitórias eleitorais.

O Império, portanto, tinha um sistema político excludente, centralizador e conservador, mas que, especialmente durante o Segundo Reinado, de Dom Pedro II, oferecia uma impressão de estabilidade institucional. Aparentemente, a elite política brasileira, depois de superada a quadra revolucionária do período regencial, admitia as falhas implícitas do sistema, derivadas de uma indistinção original entre espaço público e privado, e reconhecia ao Poder Moderador legitimidade de

fato para mediar e regular o sistema, minimizando as chances de conflito desabrido. Por sua vez, o Poder Moderador era exercido pelo Poder Executivo de um estado *infra-estruturalmente* frágil, isto é, mal aparelhado por uma rede de comunicações eficaz e desprovido de uma máquina administrativa e burocrática, capazes de garantir o controle sobre os eventuais excessos do poder privado local. A força do Poder Moderador, portanto, embora exercida de fato e inexoravelmente presente no cotidiano político da Nação, se afirmava de forma relacional, contextualizada, isto é, sentia a elite política que se era ruim com ele, pior seria sem, pois aumentariam as chances de um banho de sangue.

Este acordo tácito informal começou a vaziar água ao final do Segundo Reinado, quando a sociedade brasileira complexificou-se um pouco mais e a necessidade de mudanças estruturais passou a figurar na ordem do dia com mais freqüência. Novas elites econômicas haviam se formado em algumas Províncias, onde crescia o sentimento em prol do fortalecimento da autonomia regional e o desejo por ampliação de seu espaço político. O eixo econômico do País de fato deslocara-se do Vale do Paraíba para São Paulo. A idéia de república ganhou escopo na esteira do debate em torno da autonomia administrativa e legislativa das Províncias.

Outro tema candente, que operava como verdadeiro liame conector dos interesses da elite brasileira, dizia respeito ao sistema escravista. O acordo quase consensual da elite política em relação à manutenção da escravidão exigia uma unidade jurídica, que só poderia ser mantida no modelo institucional centralizado, unitário e conservador vigente no Império. No momento em que a escravidão foi abolida, o acordo de compromissos em torno da unidade jurídica foi rompido, abrindo espaço para novas fórmulas. A própria unidade territorial do País foi novamente posta em cheque, como indicarão os debates políticos sustentados após a proclamação da República: se a idéia separatista não chegou a ser aberta e sistematicamente defendida, ela esteve presente como uma ameaça real no horizonte das possibilidades institucionais do final do século XIX. Não era à toa que o dístico de “*A Federação*”, órgão jornalístico do Partido Republicano Rio-Grandense, editado em Porto Alegre, relacionava a descentralização política e administrativa com a manutenção da unidade territorial e vice-versa.

Outras questões pontuais têm sido tradicionalmente apontadas pela historiografia como causas que levaram à proclamação da república. Com o Imperador já em idade propecta, era mais ou menos

generalizado o receio em relação ao formato de um eventual Terceiro Reinado: temia-se o governo de uma mulher, casada com um impopular príncipe estrangeiro e fortemente influenciada pelo extremismo católico. De outra sorte, parte do Exército andava descontente com o orçamento público que lhe era destinado e ansiava por mais espaço político. Além disso, a abolição da escravatura às vésperas da colheita revoltou parte da tradicional base de sustentação política do Império, os fazendeiros do Vale do Paraíba, que dispunham de menos lastro econômico do que os cafeicultores paulistas para absorver o impacto financeiro da mudança de regime de mão-de-obra.

Enfim, a Revolução Federalista que explodiu no Rio Grande do Sul em fevereiro de 1893 foi parte de um processo de transformações jurídicas e institucionais desencadeadas com a proclamação da república. Foi um momento histórico revelador das contradições que fermentavam no tecido social da Nação e para as quais o Segundo Reinado não fora capaz de oferecer soluções.

De fato, com a composição do Gabinete Visconde de Ouro Preto, a sete de junho de 1889, em meio à crise política provocada pelas conhecidas questões militar, abolicionista e municipal, o Império, politicamente fragilizado, procurou recompor sua base de sustentação recorrendo aos liberais. Ouro Preto propôs uma larga reforma administrativa, cujo escopo tendia ao arrefecimento do centralismo monárquico por meio do fortalecimento das assembléias legislativas e da autonomia municipal. As presidências provinciais, entretanto, permaneciam vinculadas ao poder central. Na economia, o Visconde desencadeou um programa emissionista, que pretendia reunir recursos para o financiamento da lavoura atingida pela abolição da escravatura e pela conseqüente quebra de safra (Carone, 1971; Janotti, 1981).

Para o Rio Grande, onde fermentava desde 1884 a agitação republicana, o novo Gabinete nomeou o principal chefe liberal à Presidência Provincial. Depois de um longo domínio conservador, em que os liberais amargaram a condição de opositores entrincheirados na Assembléia Legislativa, Gaspar Silveira Martins – nascido em 5 de agosto de 1834, em Aceguá, fundador, em 1870, do jornal liberal “*A Reforma*”, e Deputado Geral pela primeira vez em 1873 – assumiu o governo disposto a esmagar os adversários. Dessa vez, a conhecida derrubada dos cargos públicos, cujos titulares não gozavam de estabilidade e eram ceifados quando se processava uma troca ministerial na Corte, alcançou proporções consideráveis, pois os liberais

controlavam o Poder Executivo e o Legislativo. Reagindo ao quadro de exclusão que sobre eles se abateu, muitos conservadores aproximaram-se do novel movimento republicano. Foi o caso de Francisco da Silva Tavares e de João Nunes (Joca) da Silva Tavares, que assinaram um manifesto republicano em princípios de julho de 1889, às vésperas da crise política coroada pela dissolução da Câmara de Deputados pelo Imperador, em 16 de julho, quando, também, determinara-se a queda do Gabinete Ministerial conservador, presidido pelo Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, que firmara, juntamente com a Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, a abolição da escravatura. Paralelamente, contudo, o discurso liberal se esvaziava, pois as limitações de ordem estrutural da Província, tais como arrecadação fiscal comprimida, inviabilizaram boa parte das reformas prometidas e pleiteadas durante os anos de oposição. Aos olhos já céticos da opinião pública, nada mudava. Assim, a chegada dos liberais ao poder terminou levando água ao moinho dos republicanos (Moritz, 1939; Franco, 1988; Piccolo, 1998; Pesavento, 1992).

Mesmo prestigiados por setores da opinião pública, os republicanos permaneciam minoria na Província, quando o 15 de novembro colheu a todos num hausto (Escobar, 1922: 19). Em face do agravamento da chamada crise militar, Silveira Martins fora convocado à Corte, para onde embarcara a 12 de novembro, deixando interinamente no Executivo provincial Justo Azambuja Rangel. No dia 15, enquanto Silveira Martins encontrava-se a caminho do Rio, um telegrama de Quintino Bocaiúva comunicava à redação de *A Federação*, órgão jornalístico do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que o Império ruíra: um Governo Provisório consultaria a Nação sobre a instalação de uma Constituinte (Moritz, 1939; Franco, 1988).

Na sede do jornal a notícia detonou manifestações de júbilo, que fizeram convergir a atenção pública para um chuva de fogos de artifício. Mostraram os republicanos, porém, cautela e sagacidade. Justo Rangel ameaçava resistir e no Rio Grande do Sul estava sediada a maior guarnição militar do País. Assim, os líderes republicanos, Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos, convenceram o Visconde de Pelotas a aceitar a indicação ao Governo Provisório para assumir o comando. Membro da ilustre família Câmara, o Visconde, além de ser o militar mais respeitado na Província, era também Senador pelo Partido Liberal e atritara-se com Silveira Martins durante a chamada questão militar. Assim, o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara garantiu a aceitação

da República em terras gaúchas, costurando a adesão dos militares (Franco, 1988).

O Partido Liberal resignou-se a contragosto diante da nova situação. Com a prisão de Silveira Martins no Desterro, atual Florianópolis, a *Reforma* estampou no dia 19 o célebre “manifesto dos três Joaquims”, cuja autoria foi atribuída pela tradição oral e historiográfica aos próceres Joaquim Pedro Salgado, Joaquim Antônio Vasques e Joaquim Pedro Soares. Tinha na verdade a forma de um editorial impessoal: “*em linhas gerais, seu teor era um truísmo que primava pela empatia do fato consumado*”. Os liberais aderiram ao novo regime em nome do “*empenho de evitar uma luta civil*”, sem deixar, todavia, de alertar para o fato do PL constituir a maioria na Província, “*uma força e como tal deve ser respeitado*” (O’Donnell, 1991: 29-33). Houve, entretanto, também aqueles que se apressaram em ingressar no PRR, renegando as antigas crenças³.

De fato, algumas manifestações de oposição à República afloraram logo nos primeiros dias do novo regime. Muitas decorriam de agitações populares. Quando Silveira Martins fora, juntamente com Deputados Gerais que integravam a delegação gaúcha que seguia para a Corte, preso na Ilha do Desterro, no dia 19 de novembro, um cabo revoltara parte da soldadesca, capitaneando um motim logo desbaratado com dureza. Na tarde do dia 18 de dezembro, no Rio de Janeiro, quando Cesário Alvim levou o decreto de deportação a Silveira Martins, que fora transferido do Desterro para a Corte, irrompeu uma revolta da soldadesca do Quartel de São Cristóvão. Justo de Azambuja Rangel, ao transmitir a Presidência do Rio Grande do Sul ao Visconde de Pelotas, justificava o gesto como uma forma de impedir o derramamento de sangue e evitar a guerra civil, possibilidade então desenhada no horizonte, apesar do político reconhecer que não contava, naquele momento, com apoio da força militar estacionada na Província. Apelos no sentido de evitar a guerra civil foram feitos também, logo em seguida, pelo editor da *Reforma*, Karl von Koseritz: um manifesto, redigido em

³ Exemplo frisante nesse sentido é o do Juiz de Direito James de Oliveira Franco, membro do Partido Liberal alistado no PRR logo após a proclamação. Em 31 de dezembro de 1892, foi nomeado Desembargador, tendo assumido a Presidência do Superior Tribunal em 21 de agosto de 1894, posição que ocupou por 20 anos seguidos (Cardoso, 1978: 46).

alemão, visava alcançar a região colonial, onde Gaspar Silveira Martins contava com grande número de simpatizantes (Moritz, 1939).

O Governo Provisório designou Castilhos para a Secretaria do Governo Estadual, indicando que o poder seria compartilhado com a nova geração de políticos engajados no ainda incipiente Partido Republicano. Castilhos criou a Superintendência das Obras Públicas, nomeando para o posto o correligionário, engenheiro Antão de Faria, enquanto a Fazenda coube a Ramiro Barcellos. Convictos de que a transigência para com os liberais terminaria atrelando o Partido Republicano ao rolo compressor dos desígnios gasparistas, os republicanos fecham-se cada vez mais em torno do sectarismo. Minoritários, guindados ao teatro do poder por uma quartelada desfechada na Corte, pretendiam preservar suas trincheiras da contaminação de adesistas poderosos de undécima hora. Iniciou, assim, a grande derrubada dos liberais dos cargos públicos e a substituição das posições de comando nos municípios (Franco, 1988; Escobar, 1922: 20-1).

Diante dos freqüentes desentendimentos dos secretários de estado com a política mais conciliatória do Visconde de Pelotas, oriundo da grei liberal, passaram a promover os primeiros uma série de atos administrativos, organizando uma nova estrutura policial e retirando poderes do governador provisório em benefício do chefe de polícia. A nomeação de Aquiles Porto Alegre para o cargo de Inspetor da Alfândega de Rio Grande por indicação do Marechal Câmara à revelia da cúpula republicana, precipitou o estouro. No dia 9 de fevereiro de 1890, cortejado pelos antigos liberais e pressionado pelos republicanos, o Visconde transferiu por decreto o poder a Castilhos. Este, mais uma vez, cauteloso, preferiu preservar-se nas maquinações de bastidores, apontando para substituto do Visconde outro militar, o General Júlio Anacleto Falcão da Frota, empossado no dia 11 (Moritz, 1939; Franco, 1988).

O novo governo pareceu mais bem entrosado. Os republicanos prosseguiram na tarefa de reengenharia administrativa. Com autorização de Deodoro da Fonseca, substituíram os comandos da Guarda Nacional. Em lugar da Secretaria de Governo, foi criada a Superintendência dos Negócios do Interior, dando mais organicidade ao estado e enfeixando definitivamente a pasta política em mãos castilhistas. A fim de cercar a autonomia do chefe do Executivo, formou-se um conselho de estado, que reunia o governador e seus superintendentes (Franco, 1988).

Mas a estabilidade não durou. Com a insistência do Ministro Rui Barbosa em estabelecer os bancos emissores, o General Frota, em companhia dos secretários, resignou o comando em 1º de maio. Em solidariedade, também renunciaram o Ministro Demétrio Ribeiro e o Embaixador Ramiro Barcellos. Discordavam, os republicanos, da conveniência da política emisionista e temiam a entrega da direção do Banco Emissor do Sul a políticos e financistas não alinhados. O Governo Provisório do Brasil decidiu, então, investir um militar estranho à região no cargo máximo, nomeando o General Cândido Costa, que se encontrava no Rio de Janeiro. Em face de sua ausência, assumiu no dia 6 de maio o novo vice-governador, Francisco da Silva Tavares, bacharel pela prestigiosa escola de Direito do Largo de São Francisco, indicado para o cargo de fiscal do Banco Emissor do Sul e a esta altura francamente hostilizado pelo núcleo castilhistas (Franco, 1988; Taborda, 1993).

Francisco da Silva Tavares procurou reunir em torno de si correligionários do Partido Conservador, tais como Domingos Francisco dos Santos e Domingos Batista de Carvalho. Logrou atrair, também como aliados, seus inimigos de outrora, como os liberais Antero Ferreira D'Ávila, Henrique D'Ávila e o Coronel Joaquim Pedro Salgado, a quem Silveira Martins, do exílio, confiara a direção do Partido Liberal. Tentou aproximar-se de republicanos *genuínos* – como então se designavam aqueles que não haviam integrado os antigos partidos monárquicos – não alinhados ao elemento aglutinado n' *A Federação*, mas conquistou poucas adesões, dentre as quais destacam-se a de Joaquim Antônio Ribeiro e Apelles Porto Alegre (Moritz, 1939).

Apesar do esforço de coalizão, seu governo durou pouco. Já no dia 7 de maio, uma passeata de apoio aos abdicantes apedrejou a sede do recém-instalado Banco Emissor, cuja Presidência coube ao Comendador Frederico Duval. No dia 13 de maio, a pretexto de um préstito à abolição da escravatura, a União Republicana, que reunia os republicanos propagandistas, realizou outra manifestação. Os ânimos estavam exaltados e temia-se uma investida contra o Palácio. O governo deslocou 60 praças para a sede da União Republicana, pressionando pela dissolução da reunião que prometia a realização de uma passeata, mas o povo investiu contra o destacamento do Exército, que abriu fogo. Houve mortes e, entre os alvejados, caiu ferido o Advogado João de Barros Cassal. Em repúdio, cadetes da Escola Militar, com o apoio do 13º e 30º Batalhões de Infantaria, marcharam sobre o Palácio.

Desamparado pelas próprias forças do Exército Nacional, Francisco da Silva Tavares renunciou e, capitaneando sua poderosa família, engrossou a dissidência. Sucumbiram o Governo Silva Tavares e o projeto de instalação do Banco Emissor (Moura, 1892: 10-11; Moritz, 1939).

Nos dias seguintes, o *terror jacobino*, reagindo ao precedente do dia 13, começou a mostrar a sua cara. Julio de Castilhos atiçava os ânimos pelas páginas de *A Federação*, chamando o curto Governo de Francisco da Silva Tavares de tirania. A imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo noticiou que Silva Tavares fora deposto por um movimento popular de largo alcance. Por falta de garantias, jornais locais suspenderam suas publicações. A edição do *Mercantil* do dia 16 de maio foi arrebatada. Diversos políticos, militares e jornalistas foram presos, incluindo Karl von Koseritz, de *A Reforma*, e Daniel Job, redator-chefe de *O Mercantil*. Políticos refugiavam-se em casa de amigos e fugiam da Capital (Moritz, 1939).

O Marechal Deodoro da Fonseca teria reagido a contragosto à deposição de Silva Tavares, mas admitiu que o governo fosse assumido pelo General Carlos Machado de Bittencourt, Comandante das Armas, o qual, contudo, face ao clima pesado que se adensava sobre Porto Alegre, não pretendia demorar-se na função. Finalmente, no dia 24 de maio, o General Cândido Costa chegou à Capital gaúcha e tomou posse do governo. *O Mercantil* e *A Reforma* voltaram a circular, acusando o grupo representado pela *Federação* de semear a indisciplina e tentar promover uma sedição separatista. Qualificaram a deposição de Silva Tavares de golpe militar, contestando-lhe o apoio popular deblaterado pela *Federação*. No dia 30 de maio, depois de ter sofrido privações e graves constrangimentos na prisão, Karl von Kosertiz morreu, gerando grande comoção, precisamente quando, já solto, preparava-se para emigrar com a família para o Rio de Janeiro. No dia 3 de junho, a imprensa porto-alegrense publicou um manifesto de Francisco da Silva Tavares, intitulado "A minha deposição", comentando os sucessos que marcaram o seu governo de 7 dias. Nesse documento, o Governador deposto refere-se à dificuldade de convivência com os republicanos *genuínos*, cujo exclusivismo político teria conspirado desde os primeiros dias da República para apartar os conservadores das comissões executivas municipais do novo partido republicano que se pretendia construir. Francisco sustentou que sua deposição se deu em razão de um golpe militar e foi produto de uma conspiração cuja urdidura iniciara

no dia 7 de maio, quando de sua posse. Para Tavares, esta conspiração pretendia, além de sua deposição, a separação do Rio Grande do resto do Brasil. Verdade ou não, o General Cândido Costa convocara justamente aqueles que se opuseram à política de Deodoro da Fonseca para compor o novo governo: Julio de Castilhos, Fernando Abbott, Antão de Faria e Homero Batista. Percebendo a definição do quadro político, perorou Francisco Tavares em seu manifesto: *“desapareçam, para sempre, as rivalidades dos antigos partidos; esqueçam-se os ódios velhos, liguem-se, todos, como um só homem, para livrar esta terra abençoada das garras dos jacobinos”*. Os Generais Julio Frota, Carlos Machado de Bittencourt, os Coronéis Sampaio, Arthur Oscar e os Tenentes-coronéis Vespasiano de Albuquerque e Silva e Thomaz Thompson Flores, publicaram, no dia seguinte, uma resposta repelindo a tese de conspiração defendida por Silva Tavares (Moura, 1892: 10-11; Moritz, 1939: 76-136).

Ainda no dia 3 de junho, no aristocrático casarão dos Câmara, residência do Visconde de Pelotas, Francisco da Silva Tavares reunia lideranças dos antigos Partidos Liberal e Conservador, bem como alguns dissidentes republicanos, para celebrar a formação de uma nova agremiação. Os encontros prosseguiram pelos dias seguintes. No dia 5 de junho, *A Reforma* deixou de imprimir o dístico *“órgão do Partido Liberal”* e, no dia 10, publicou o manifesto da recém-fundada União Nacional. O grupo, que abdicava, sem muito entusiasmo, de um eventual traço restaurador, se reconhecia uma aliança heterogênea, organizada contra o que qualificava de exclusivismo tirânico. Não se pretendia um partido político formal e não chegou a propor nenhum programa, mas pleiteou participação no novo governo. Integraram o diretório da União Nacional, dentre outros, o Visconde de Pelotas, Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Apolinário Porto Alegre e Domingos Francisco dos Santos. Em discurso proferido logo a seguir em Pelotas, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel reafirmava que a União Nacional era um *“agrupamento de cidadãos (...), que, tendo acolhido com dedicação a República, são vítimas do exclusivismo dos republicanos históricos”*, garantindo que seu objetivo era *“fazer respeitar a lei, concorrer para a organização da Pátria, para a garantia da ordem pública”*. E concluía: *“o País é de todos; todos lhe dão o contingente do esforço pessoal e de sacrifícios, e, sendo assim, todos têm iguais direitos a intervir na sua administração. Os exclusivistas não podem prescindir do apoio do povo que hoje desdenham, dos antigos partidos, que hoje buscam exterminar, de velhos, que hoje cobrem de ridículo; porque,*

com todos os erros e abusos, com todos os vícios do regime decaído, foram a força e o patriotismo desse povo, a dedicação desses partidos e a experiência desses velhos, que tornaram o Brasil grande e respeitado.” (Moritz, 1939: 137-47).

A queda do Governo Silva Tavares revela a sagacidade de Julio de Castilhos, que se projetou como “*demolidor de opositores*”. Mas também desnuda a fragilidade do republicanismo, dependente da sustentação de Deodoro da Fonseca e da simpatia do Exército Nacional. Dessa convicção surgiu o compromisso de Castilhos com o apoio à candidatura do Generalíssimo à curul presidencial. Sem consulta às bases, Castilhos atrelou o partido às pretensões de Deodoro. Refratário a tal procedimento, Barros Cassal excluiu o seu nome da chapa que disputaria a eleição para a Constituinte federal. Terminou concorrendo como candidato independente. Sempre escudado em sua popularidade junto aos setores médios urbanos, especialmente os caixeiros-viajantes e os estudantes, proferiu discursos nas praças da Capital e polemizou com Castilhos pela imprensa, mas não chegou a se eleger. Recebeu, entretanto, a solidariedade dos candidatos eleitos Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, que rumaram em novembro para o Rio de Janeiro em situação de franca oposição a Castilhos. A oficialidade do Exército Nacional estacionada no Rio Grande do Sul também se dividiu: muitos se manifestaram contrários à candidatura de Deodoro, o que contribuiu para lastrear as novas dissidências. Na Superintendência de Obras Públicas do Governo, Antão de Faria foi substituído por João José Pereira Parobé, engenheiro e amigo dedicado de Castilhos. Tudo se deu novamente com grande estardalhaço na imprensa (Moritz, 1939: 149-150; Franco, 1988: 78).

As novas defecções engrossaram a torrente de antagonismos, agora vertida nas páginas de três periódicos. Aos já tradicionais *A Reforma* e *O Mercantil*, somou-se *O Rio Grande*, organizado por Barros Cassal em 21 de outubro e que recebia as colaborações de Antão de Faria e Demétrio Ribeiro. Nos três jornais, a oposição contava ainda com a pena inclemente de Apolinário Porto Alegre, Germano Hasslocher, Campos Cartier, Silvio Rangel e Wenceslau Escobar. De resto, o *Jornal do Comércio*, órgão ligado às chamadas classes conservadoras, não escondia suas simpatias pelos dissidentes, embora se mantivesse indiferente às investidas recebidas do castilhismo. Do lado republicano, Julio de Castilhos, Pinheiro Machado e Homero Batista defendiam o Governo Costa e a candidatura Deodoro da Fonseca. Às vésperas do

esforço constituinte federal, a linguagem no Rio Grande do Sul tornava-se cada dia mais acrimoniosa e a irritação geral crescia (Moritz, 1939: 167).

As manobras que convergiram na eleição da chapa única do PRR para a Constituinte federal, em 15 de setembro de 1890, e excluíram a União Nacional, produziram o vácuo inexorável de legitimidade cuja injunção sobre o porvir ungiria o edifício republicano com o sangue espargido pelas insurreições civis. Denunciando a conspiração do prélio, exarado no polêmico Regulamento Cesário Alvim baixado pelo Governo Provisório, a União Nacional absteve-se da peleja. Com efeito, sabia-se que do alistamento à apuração, o processo eleitoral era assinado por juntas municipais nomeadas pela situação política estadual. Ademais, inexistiam garantias para a representação das minorias⁴. Castilhos vinha, ainda – abrigado na Secretaria do Interior e Justiça, por ele criada – promovendo desde o Governo Júlio Frota a progressiva substituição dos funcionários públicos e dos comandos da Guarda Nacional por áulicos. Com tais armas, a situação efetivamente alcançou uma vitória espetacular nas eleições (Moritz, 1939; Franco, 1988: 79).

No Congresso, novas alianças e fissuras se operaram. Antão de Faria e Demétrio Ribeiro, zurzidos pelo castilhismo e hostilizados pela bancada gaúcha, aproximaram-se do Marechal José Simeão de Oliveira e do Contra-almirante Custódio José de Mello, representantes, respectivamente, de Pernambuco e da Bahia que capitaneavam a oposição ao Governo Deodoro da Fonseca. Também freqüentava este grupo o Marechal Floriano Peixoto. Foi o início da aliança que desembocaria na Revolução de 12 de Novembro de 1891 e, mais tarde, no *Governicho* do Desterro, durante a Revolta da Armada.

⁴ Conforme o Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890, conhecido por Regulamento Alvim, em cada distrito dos municípios deveria ser constituída uma mesa eleitoral, presidida no distrito sede pelo presidente da Câmara de Vereadores, que designava ainda dois vereadores e dois eleitores, sendo nos demais distritos os quatro mesários também nomeados pelo presidente da Câmara. Todas as dúvidas e incidentes eram resolvidos pelo presidente da Câmara, antes da composição da mesa, e, depois, por maioria de votos dos mesários. Os eleitores apenas suscitavam questões mediante autorização prévia da mesa. A eleição era feita por maioria relativa, em lista completa, o que liquidava as chances da oposição. A apuração era afeta à mesa, que lavrava a ata respectiva e em seguida queimava as cédulas (Leal, 1978: 225).

No dia 20 de janeiro de 1891, demitiu-se o Ministério de 15 de novembro de 1889, formado por Rui Barbosa, Campos Salles, Francisco Glycerio, Eduardo Wandenkolk, Quintino Bocayuva e Cesario de Faria Alvim. Benjamim Constant, que se afastara no dia 19, gravemente enfermo, faleceu no dia 22. O pano de fundo para a queda do Ministério eram os crescentes boatos de que, se não eleito, Deodoro da Fonseca desfecharia um golpe de estado. O quadro era agudizado pela desorganização das finanças brasileiras face ao déficit e à desvalorização cambial galopantes. Finalmente, a insistência do Governo Deodoro da Fonseca em conceder garantia de juros a um amigo seu para a construção do porto de Torres, no Rio Grande do Sul, serviu de pretexto para a retirada. Deodoro comissionou Henrique Pereira de Lucena para organizar um novo Ministério, acautelando o espírito dos republicanos históricos, que reconheciam no Barão de Lucena um influente político ligado ao Império decaído. Promulgada a Carta Federal no dia 24 de janeiro, realizaram-se as eleições indiretas no dia 25. Deodoro da Fonseca elegeu-se, mas o vice de sua chapa, o paulista Prudente de Moraes, perdeu para o vice (Floriano Peixoto) da chapa de oposição, encabeçada pelo Almirante Eduardo Wandenkolk. Eleito Deodoro, não se consumou o temido golpe. O apoio de Castilhos a Deodoro da Fonseca lhe valera as dissensões, na bancada gaúcha, dos Deputados Rocha Osório, Alcides Lima e Joaquim Francisco de Assis Brasil, cunhado de Castilhos. Victorino Monteiro, apesar de ter dado seu voto a Prudente de Moraes, continuou perfilhado com o chefe (Moritz, 1939: 180-5; Franco, 1988: 95).

A posição de Castilhos em relação ao Governo Provisório no Congresso Nacional foi peculiar. De um lado, fez campanha cerrada contra o Governo, propondo um conjunto de emendas que chegaram a constituir-se *“quase um substitutivo ao projeto governamental”* (Franco, 1988: 85). Na instalação do Congresso, após forte resistência ao intuito do Governo Provisório de jugular o processo constituinte, defendendo a excelência da experiência legislativa congressual. Além disso, acoimou a política financeira do Ministro Rui Barbosa. Não obstante, rendeu apoio político à eleição de Deodoro, revelando uma aliança estratégica para a construção da hegemonia regional a partir do suporte central. Mais tarde, Castilhos justificava-se: *“a nossa atitude foi e continua a ser a de sempre – nem governistas incondicionalmente, nem oposicionistas ao sistema”* (Rosa, 1928: 330).

Na Constituinte Federal, Castilhos alcançou destaque, muito embora a maior parte de suas proposições não chegassem a ser aprovadas. O PRR atuou de forma bastante coesa, distinguindo-se por isso das demais bancadas. Na chamada “Comissão dos 21”, Castilhos viu suas emendas de *“orientação ultrafederalista”* rejeitadas, ainda que por pequena margem de votos. Castilhos tencionava eliminar o que considerava o vício da superposição de tributos nas instâncias provinciais e federal, limitando a capacidade fiscal da União e ampliando a regional. Fracassou também quando propôs autonomia total aos estados para decretarem seus códigos civis, criminais e comerciais. Igualmente sem sucesso foi seu projeto de extinguir o Senado. Opôs-se ao sistema adotado pela “Comissão dos 21” de eleição do presidente da República, que amalgamava a diversidade do eleitorado de cada unidade federada num voto único, após eleição direta em cada uma. Votou vitorioso na emenda que mais tarde estatuiu o voto direto. Defendeu, finalmente, o voto aos analfabetos e a elegibilidade dos religiosos. Derrotado em quase tudo, Castilhos conseguiu, entretanto, fazer passar emendas que preconizavam o princípio positivista da liberdade de profissões e garantiam certa autonomia aos estados na elaboração de suas cartas magnas e dos códigos de processo – penal e civil (Franco, 1988: 85-90).

No conhecido Parecer em separado, Castilhos firmava a posição da bancada:

“Limitando-me ao essencial, neste sumário parecer, em separado, é escusado declarar que falo em nome dos representantes do Rio Grande do Sul, os quais interpretam fielmente o pensamento dos patriotas que, no extremo sul do Brasil, desde longo tempo, hão pugnado, através de todos os sacrifícios, pela República Federativa, que eles desejam ver realizada integralmente, sem falsas reservas e sem falsas consciências. Tudo pela República!”⁵

No dia 9 de março de 1891, quando os congressistas alcançaram novamente os pagos, Castilhos foi aclamado pelo povo em um comício tumultuado na Praça da Alfândega. À prestação de contas

⁵ Anais do Congresso Constituinte, sessão de 10 de dezembro de 1890.

do parlamentar seguiu-se igual manifestação de Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, dois dias mais tarde. Uma massa de partidários e reptantes apupou os *meetings*, que terminaram em tropelias⁶.

A principal reivindicação da oposição assentava-se sobre a necessidade de reforma do código eleitoral, concedendo garantias a todas as correntes, como bem o atestam as mensagens publicadas pela União Nacional na imprensa da Capital sulista (Moritz, 1939: 175). Mais profundas eram as divergências com o gasparismo, na medida em que Castilhos rechaçava o parlamentarismo professado pelo chefe liberal, contando para isso com o apoio dos militares (Holanda, 1972). Doravante, os esforços políticos voltavam-se para a chegada da Constituinte estadual.

Em 4 de outubro de 1890, o Decreto Federal nº 802 determinara, sem esperar pela Constituinte Federal, a convocação de assembléias constituintes que deveriam responder pela organização institucional das unidades federadas e eleger indiretamente seus governantes. Logo em seguida, o Governador em exercício no Rio Grande, General Cândido Costa, pelo Ato nº 489, de 18 de outubro, nomeou uma comissão especial com o encargo de elaborar um projeto para a futura constituição. Integraram a comissão Julio de Castilhos, Assis Brasil e Ramiro Fortes de Barcellos (Russomano, 1976: 172, 176). A medida era coerente com a primeira proposição do Parecer do Congresso do Partido Republicano Rio-grandense, instalado em 15 de março de 1883 sob a presidência de Ramiro Barcellos e com as presenças de Julio de Castilhos e Assis Brasil⁷.

No dia 16 de março de 1891, depois de insistentes pedidos, finalmente Deodoro da Fonseca concedeu a exoneração do General Cândido Costa do Governo do Rio Grande do Sul, que retornou em seguida para o Rio de Janeiro, sob os encômios de *A Federação*. Substituiu-o o 2º Vice-governador, Fernando Abbott (Moritz, 1939: 192).

Em 21 de março, Castilhos lançou o célebre “Manifesto aos Constituintes”, defendendo a cassação do mandato aos dissidentes

⁶ A Federação, Porto Alegre, 9, 10 e 13 de março 1891; A Reforma, Porto Alegre, 10, 12 e 13 de março de 1891.

⁷ Anais do Congresso Republicano Rio-grandense, Porto Alegre, 16 de março de 1883, p. 7.

(Rosa, 1928: 333). Respondia mais uma vez aos ataques de Demétrio e Antão. Mas dirigia também um aviso aos futuros representantes estaduais. Em 25 de março, Fernando Abbott publicou o Ato nº 192, pelo qual se providenciava sobre as eleições e composição do futuro congresso, cuja instalação fora prevista para 25 de junho. O regulamento eleitoral permanecia o mesmo. Confiava às intendências e câmaras a responsabilidade pelo alistamento de eleitores, formação das mesas e apuração dos votos. Além disso, consagrava o escrutínio majoritário por lista completa, que excluía a chance de representação da minoria. Na eleição, era tudo ou nada (Russomano, 1976: 180; Franco, 1988).

Apesar da falta de garantias eleitorais, no dia 14 de abril, *A Reforma* estampou a nominata da chapa da União Nacional. O agrupamento vinha fortalecido pelos recentes sucessos na Capital Federal. Além disso, oficiais da Escola Militar, que depuseram Francisco da Silva Tavares em maio de 1890, acompanhavam agora os dissidentes republicanos. A propósito, em 16 de maio de 1891, *O Mercantil* calculava em 160 o número de oficiais e cadetes desligados da Escola, em sua maioria transferidos para Bagé e Jaguarão. Assim, dentre outros, integravam a chapa da União Nacional Gaspar Silveira Martins, Francisco da Silva Tavares, José Bonifácio da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Francisco Antunes Maciel, Antônio Ferreira Prestes Guimarães, Antão Gonçalves de Faria, Demétrio Nunes Ribeiro, João de Barros Cassal, Wenceslau Escobar e Carlos Trein Filho (Moritz, 1939: 193).

O PRR realizou uma consulta prévia entre 48 pré-candidatos e formou uma chapa única no dia 16 de abril, com o apoio do Centro Católico, que na eleição anterior, para a Constituinte Federal, lhe fizera oposição. A reação não tardou: no dia 23 de abril surgiu o Partido Federal, a partir da junção de elementos da União Republicana e da União Nacional. Dissolviam-se, portanto, os agrupamentos e caminhava-se no sentido da formalização de um partido político de coalizão. O projeto constitucional foi publicado no dia 25 de abril. O pleito foi desferido no dia cinco de maio e consagrou os candidatos da chapa republicana. Mesmo assim, os “federalis” alcançaram quase 40% dos votos do eleitorado. Muitas foram as acusações de fraude que espocaram de ambos os lados. O Rio Grande do Sul estava dividido (Russomano, 1976; Escobar, 1922; Franco, 1993; 2000).

Teve início assim a Constituinte, com a primeira sessão preparatória no dia 17 de junho e a instalação definitiva dos trabalhos

no dia 25 de junho de 1891. A Constituição gaúcha nascia sob o pálio da intransigência e da exclusão, fechando-se ao diálogo franco sob a miragem do consenso e da unidade. O PRR legislou sozinho, a partir de um anteprojeto elaborado exclusivamente por Julio de Castilhos e apresentado pelo Governador em exercício, Fernando Abbott. Com efeito, em 19 de dezembro daquele ano, Assis Brasil divulgaria um manifesto declarando não ter contribuído para a concepção do projeto⁸, do qual tampouco participara Ramiro Barcellos, que se achava por esta época no Rio de Janeiro⁹.

O projeto foi discutido por uma comissão de sete membros, quatro dos quais eram médicos, completamente leigos em matéria constitucional (Escobar, 1922: 28). A comissão propôs poucas alterações, entre elas a que determinava serem os administradores municipais nomeados pelo presidente do estado, e não eleitos, como originalmente estava previsto. Essa emenda, derrubada mais tarde em plenário, sugere que os constituintes representavam situações minoritárias, ou, pelo menos, estavam inseguros de seu domínio nos municípios, precisando, para se firmarem no poder, de mão forte do comando central¹⁰.

Os debates foram céleres. A apresentação de emendas se iniciou no dia 11 de julho e a promulgação se deu no dia 14 de julho, em sessão solene que também elegeu indiretamente Castilhos Governador do Estado. Foram poucas as emendas e escassas as vozes dissonantes que se elevaram. Surgiram críticas à liberdade de profissões e à proibição de não-rio-grandenses de se candidatarem ao posto presidencial. Outras se dirigiram ao método de reeleição e à falta de autonomia dos poderes consignada no projeto. A reforma fiscal, que previa a substituição dos impostos de exportação e de transmissão de

⁸ “Eu estava em desacordo com sua doutrina (...), desde que tive conhecimento da extravagante mistura de positivismo e demagogia contida no projeto de Constituição para este Estado, projeto de cuja redação eu também fora oficialmente encarregado, mas que foi exclusivamente composto pelo Dr. Castilhos, sem a minha colaboração, sem a minha assinatura, sem a minha responsabilidade.” In: Brasil, 1908.

⁹ Anais da Assembléia Estadual Constituinte de 1891.

¹⁰ Escobar (1922: 17-22) não esconde sua indignação diante do fato do autoritarismo dessa Constituição ter sido concebido para armar uma facção minoritária para a obra de desmonte da hegemonia liberal.

propriedade pelo territorial, foi bombardeada, indicando que o tema estava longe do consenso, mesmo entre os mais fiéis republicanos castilhistas. A extinção do Tribunal do Júri, a inexigibilidade de diploma de bacharel para exercício da Magistratura e a eleição dos Juizes Distritais pelo sufrágio popular, propostas por Castilhos, foram hostilizadas, indicando uma reação da Magistratura togada ao projeto castilhista. Na votação final, salvo algumas alterações, o projeto original permaneceu praticamente íntegro¹¹.

No dia 14 de julho, a Carta foi aprovada, em nome da *“Família, da Pátria e da Humanidade”*. A ausência de Deus no preâmbulo suscitou vãos protestos dos Deputados do Centro Católico que integraram a chapa republicana. No dia 15 de julho, Castilhos prestou juramento ao Parlamento – que se converteu em assembléia ordinária – e tomou posse como Governador eleito indiretamente (Franco, 1993: 33).

A pressa com que os constituintes aprovaram o projeto desvela um *“clima de convenção jacobina”*. A intransigência despertava reações e o inimigo estava às portas. O rábula e republicano histórico de São Borja, Francisco Miranda, um dos poucos a ousar questionar a elisão do princípio de separação dos Poderes, a cassação da autonomia municipal e a bater-se por mais garantias à Magistratura, foi recebido no plenário do antigo casarão da Rua Duque de Caxias, onde funcionava a Assembléia, com hostilidade (Franco, 1993; O'Donnell, 1987: 62-4; Axt, 1998).

A Constituição de 14 de Julho ficou conhecida pela sua marcante influência da ideologia positivista. Com efeito, os positivistas religiosos, congregados na Capela de Porto Alegre, tornaram-se os mais ardorosos defensores do regime castilhista, sendo brindados com posições-chave na administração estadual e na Assembléia. João Luiz de Faria Santos não trepidou em qualificar a Carta gaúcha como *“a mais avançada do Ocidente”*. O próprio Castilhos, em 1896, admitiu que devia ao positivismo *“as principais políticas em que se baseia a Constituição”*. Por esse modo, toda a tradição discursiva em defesa do constitucionalismo gaúcho tendeu a ser informada pelo influxo dos conceitos sistematizados pelo positivismo religioso (Axt, 2001).

Todavia, a Constituição de 1891 não espelhou uma correspondência automática do comtismo. Afinal, *“os sistemas de idéias*

¹¹ Anais da Assembléia Estadual Constituinte de 1891.

não guardam, no contato com o dinamismo e a diversidade da vida social, a coerência interna que buscam ou apregoam na inércia das páginas impressas" (Boeira, 1980: 34). Em 1904, o positivista Carlos Torres Gonçalves afirmou, com clareza, que o comtismo de Castilhos "*não pode ser confundido tal qual a nossa igreja o prega e o pratica*"¹².

De fato, a Constituição castilhista fugiu às orientações de Comte em diversos aspectos. Na concepção da Assembléia, primeiramente, Comte sugerira um órgão independente e estruturado a partir de eleições indiretas que contemplassem os estratos corporativos da sociedade. Mas Castilhos criou um Parlamento esvaziado de competências legislativas e composto através de eleições diretas, indiferentes às corporações, cuja organização sequer foi incentivada em seu regime. Além disso, ao contrário do que pensava Comte, Castilhos entendia que a renovação política deveria preceder à renovação mental e moral. Nessa base, aglutinou os Poderes Legislativo, Judiciário, bem como a educação pública, em torno do Poder Executivo, promovendo o favorecimento da doutrina estatal em detrimento da livre expressão, o que mais uma vez contrariava o liberalismo comtiano, preconizador da liberdade de pensamento (Rodriguez, 1980: 153).

Indícios de divergências dos positivistas em torno da Carta gaúcha medraram também nos bastidores do processo constituinte. O Clube Cooperador Positivista de Porto Alegre, capitaneado por Demétrio Ribeiro, tentou influir sobre o anteprojeto constitucional elaborado por Castilhos através da sugestão de emendas que deveriam aproximá-lo mais das prescrições de Miguel Lemos, não obtendo, entretanto, sucesso (Boeira, 1980: 55).

Com a promulgação da Carta, após um ano e oito meses durante os quais o Rio Grande do Sul conheceu seis governadores diferentes, Castilhos converteu-se no primeiro mandatário a assumir sob forma de um governo formalmente constituído. Na condição de Presidente eleito, mesmo que indiretamente, desligou-se oficialmente da *Federação*, onde foi substituído por Alfredo Varela. Dispunha-se a demonstrar distanciamento das paixões partidárias. Mas na mensagem enviada à Assembléia em setembro, Castilhos reafirmou sua habitual intransigência.

¹² Carta de Carlos Torres Gonçalves a Teixeira Mendes, PoA, 23 de junho de 1904, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

A oposição vivia em compasso de espera, ensarilhando o bote para o momento oportuno.

Enquanto isso, as relações entre a Presidência da República e o Congresso Nacional andavam cada vez mais desgastadas. Com frequência, projetos-de-lei do Executivo eram barrados no Legislativo. O caldo de desconfianças piorava diante da progressiva corrosão das finanças nacionais. No dia 14 de outubro, os meios políticos foram impactados com a renúncia do Senador baiano José Antônio Saraiva, em protesto contra as desinteligências crescentes. A crise política atingiu seu ponto culminante com a dissolução, sob influência do Barão de Lucena, do Congresso Nacional pelo Marechal Deodoro em 3 de novembro de 1891.

Enquanto a bancada gaúcha, com exceção de Pinheiro Machado, repudiava o golpe, a reação de Castilhos, no Rio Grande do Sul, foi ambígua. Dependendo do apoio federal para a manutenção do regime, cuja sustentação social e política no Estado era precária, determinou ao Chefe de Polícia que mantivesse a ordem na Capital e enviou um telegrama lacônico a Deodoro da Fonseca. Houve prisões. Por seu turno, a oposição agia prontamente. Já no dia quatro, Barros Cassal capitaneou alguns distúrbios populares em Viamão, destituindo as autoridades policiais. A população de Pedras Brancas (atual Guaíba) seguiu o exemplo de Viamão. As guarnições do Exército em Bagé, instigadas, em parte, pela família Tavares, e em Rio Grande sublevaram-se. No dia 8 de novembro, Castilhos e o General Salustiano dos Reis, reconhecendo a incapacidade de conter os protestos, pediram auxílio militar a Deodoro da Fonseca. Sem obter resposta, a 11 de novembro, Julio de Castilhos, num recuo tácito, promoveu uma reunião em Palácio com alguns Deputados, formalizando contrariedade à dissolução do Congresso. Mas já era tarde. Na manhã do dia 12 de novembro, uma manifestação iniciada na Praça da Alfândega derivou à Praça da Matriz: Castilhos recebeu um documento pedindo a sua renúncia. Não lhe restando alternativas, atendeu ao ultimato (Moritz, 1939: 240-45; Franco, 1988: 105-110).

Proclamou-se, então, uma junta governativa, composta pelo General Manuel Luiz da Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil. A cúpula dissidente, entretanto, andava em descompasso com o numeroso segmento gasparista, que impulsionara o movimento de deposição de Castilhos. A 18 de novembro, assediados por Antunes Maciel, que desejava um posto na Junta, Assis Brasil e

Barros Cassal, sob a desculpa de conferir melhor organicidade ao governo, entregaram seus postos, no dia 17, ao General Domingos Alves Barreto Leite, que não era infenso aos gasparistas, mas embargava o aqodamento liberal (Escobar, 1922: 37).

Entrementes, os revolucionários sul-rio-grandenses preparavam-se para apoiar o Almirante Custódio de Mello numa reação armada no Rio de Janeiro contra o Presidente golpista. No Pará, uma revolta da oficialidade confrontara o golpe deodorista no dia 11. Numa manobra desesperada, o Barão de Lucena propôs-se, no dia 16 de novembro, a reconhecer o Governo revolucionário gaúcho, em troca de apoio ao Centro. Em telegrama a Assis Brasil, justificou a dissolução do Congresso sob o argumento de que a Casa estava sendo dominada por uma conspiração restauradora, cujo epicentro localizava-se na Europa, onde se exilara a família imperial. Assis Brasil, que se mostrara intransigentemente refratário à participação de Antunes Maciel e do elemento gasparista no Governo revolucionário, respondera ao Barão acreditar que, se de fato existissem tais sentimentos restauradores, o fechamento arbitrário do Congresso os estava estimulando. Cercado pela Marinha e politicamente isolado, Deodoro renunciou em 23 de novembro, entregando o Governo ao Vice, Floriano Peixoto (Moritz, 1939: 310-14).

No Rio Grande do Sul, trabalhava Barros Cassal nos bastidores do Governo Barreto Leite. Nos municípios se formavam juntas provisórias, derrubando os castilhistas e espalhando-se uma onda de perseguições e retaliações (Moura, 1892). A reação castilhista não poderia tardar. No dia quatro de fevereiro de 1892, estalou atabalhoadamente uma revolta em Porto Alegre. Mal planejada, degenerou em fracasso, dando azo ao recrudescimento da repressão pelo interior do Estado (Franco, 1988: 111-123).

A situação política do Governo revolucionário se deteriorou com o retorno de Gaspar Martins do exílio em 21 de fevereiro. O tribuno logo drapejou o estandarte da república unitarista e parlamentarista, cindindo o bloco de sustentação reunido pelo Partido Federal. Aguda polêmica se insinuou entre *A Reforma* e *O Rio Grande*, comandado por Demétrio Ribeiro. Pouco depois, titubeante, o General Barreto Leite transferiu o Governo a Barros Cassal, que adiou a convocação de uma constituinte. A 31 de março, entusiasmados com o regresso do líder, os gasparistas fundaram em Bagé o Partido Federalista, independentizando-se oficialmente dos dissidentes e arregimentando-se para a conquista do

poder. Reagindo às movimentações gasparistas, Barros Cassal outorgou às pressas uma Constituição, em 29 de março de 1892, e postergou mais uma vez a convocação de eleições, com o que pretendia ganhar tempo para expandir a base de sustentação política dos dissidentes, em detrimento dos liberais e conservadores coligados (Franco, 1988: 124-125; Escobar, 1922: 39).

A nova Carta foi ridicularizada, tanto pelos federalistas quanto pelos castilhistas. O texto vazava uma adaptação da Constituição de 14 de Julho, o que expunha igual compromisso com a ideologia positivista e com o centralismo autoritário. No entanto, admitia certas franquias ao garantir alguma faculdade legislativa ao Parlamento. Não obstante, a cerzidura das leis dependeria de um intrincado mecanismo que compartilhava as atribuições legislativas entre os municípios, Poder Executivo e Câmara Estadual dos Deputados, e que dificilmente funcionaria sem conflitos (Russomano, 1976; Franco, 1988).

No Congresso de Bagé, os gasparistas repudiaram o voluntarismo cassalista e sua nova Carta, declarando-se formalmente em oposição ao regime instaurado pela Revolução de 12 de Novembro. Propuseram eleições de quatro em quatro anos para a Presidência estadual, vetando a possibilidade de reeleição. Além disso, propugnavam, para a Assembléia, eleições distritais, por voto incompleto e renovação bienal pela metade. A iniciativa legislativa pertenceria cumulativamente ao Parlamento e ao Poder Executivo. Os municípios gozariam franca autonomia administrativa e legislativa. Finalmente, a nomeação dos Magistrados seria prerrogativa do Governo Federal, para o caso dos Juízes de Direito, e das Câmaras Municipais, para o caso dos Juízes Distritais (Moura, 1892: 122-123).

Ou seja, existia aqui um claro compromisso com o resgate da tripartição formal dos Poderes aluída pelo constitucionalismo castilhista e não menos embaçada pelo cassalismo *governichista*. Os federalistas empenhavam-se no fortalecimento do Legislativo e na descentralização administrativa com valorização do municipalismo. Quanto à Justiça, aceitava-se a estadualização dos Tribunais de segunda instância proposta pela Carta Nacional de 1891, mas, estando a primeira instância praticamente dividida em dois níveis, representados pelos Juizes Distritais e pelos de Direito (ou da Comarca), propunha-se que os primeiros fossem eleitos pelas Câmaras Municipais, em vez de nomeados pelo Governo Estadual, e os segundos fossem nomeados pelo Governo Federal, em vez de concursados e nomeados pelo

Governo Estadual. Ora, sendo os concursos da época notadamente fraudados, a medida pretendia limitar a influência da política estadual sobre a Magistratura, deslocando-a para o centro federal e para os municípios, que deveriam constituir a fonte do poder republicano, tal qual se pretendia nas reformas ventiladas pelo Gabinete Visconde de Ouro Preto, ascenso em 7 de junho de 1889 e derrubado pela insurreição republicana. (Axt, Cabeda & Seelig, orgs., 2002: 18).

O predomínio numérico da tendência localista e anti-centralizadora entre os coligados da Revolução de 12 de Novembro fora já anteriormente expresso por Assis Brasil, através de manifesto publicado na imprensa da Capital em dezembro de 1891, onde o líder da rebelião declarou abandonar a colaboração empenhada ao governo provisório estadual *“devido à obsessão das influências locais em pretenderem arrancar dele a montagem da máquina partidária”* (Moura, 1892: 76).

A Carta cassalista de 29 de Março teve vida efêmera. No dia 8 de junho, o General Barreto Leite, que retornara ao poder substituindo Cassal, nomeou para Vice o Visconde de Pelotas, resignando em seguida mais uma vez o cargo. Por intermédio do Visconde, que assim retornava ao governo, os gasparistas, projetando a realização de eleições no dia 21, permaneceram nove dias no comando, sendo surpreendidos por uma sedição castilhista armada com o apoio do Presidente da República, Floriano Peixoto. O Marechal, que concorrera para a sustentação do Governo Provisório, retrocedeu e deu garantias a Castilhos, provavelmente temeroso do renascimento do gasparismo parlamentarista. Desde o início de maio, Floriano Peixoto despachara para Porto Alegre o Major José Caetano de Faria, incumbido de tentar aproximar castilhistas e cassalistas, a fim de evitar a explosão de animosidades. O negociador não obteve, entretanto, sucesso. Em 17 de junho de 1892, caiu a organização política que entrou para a história com a alcunha de *“Governicho”*. Júlio de Castilhos reassumiu o controle do Executivo e resgatou a Constituição de 14 de Julho (Russomano, 1976; Franco, 1988; Medeiros, 1995: 17).

A carga de ódio que se acumulara até então, extravasou-se com toda intensidade. Diante das perseguições, os federalistas começaram a migrar para o Uruguai. A pretexto de assumir sua cadeira na Câmara dos Deputados, Júlio de Castilhos rumou para o Rio de Janeiro, onde acertou os ponteiros com Floriano Peixoto, melhorando um relacionamento que até então não andara às mil maravilhas. Deixou

no Governo Estadual o primeiro Vice-presidente nomeado, Victorino Monteiro, que em fins de setembro, quando também seguiu para o Rio, passou o comando para Fernando Abbott, segundo Vice-presidente.

Enquanto isso, a situação política se agravava no Rio Grande do Sul com a disseminação do terror. A revolta era iminente. Em 15 de dezembro, Castilhos retornou à Capital gaúcha, sendo novamente empossado Presidente do Estado, dessa vez eleito diretamente, pela Assembléia dos Representantes, no dia 25 de janeiro de 1893.

ECLOSÃO E DESENNOLAR DA REVOLUÇÃO

Coralio Bragança Pardo Cabeda

Quando o Marechal Visconde de Pelotas percebeu não ter apoio militar para continuar na Presidência do Estado, frente à conspiração castilhista, telegrafou a Bagé, transmitindo o governo ao Vice-Presidente, Brigadeiro João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares). Foi um gesto simbólico, pois o Visconde não dispunha de força que amparasse a sua autoridade. O solapamento de seu governo estava concluído e montado o dispositivo militar de Castilhos, tudo sob as vistas da “neutralidade” do Comando do 6º Distrito Militar.

Afinal de contas, esse mesmo comandante, General Bernardo Vasques, não se reportara a Floriano Peixoto dizendo que Pelotas era “*mais um cadáver do que homem vivo e quem governa é Gaspar [Silveira Martins] e seus amigos*”? E o próprio enviado de Floriano, Major Caetano de Faria, já não lhe expusera o dilema político do Rio Grande: “*ou eleições, com vitória de Gaspar, ou entregar o governo a Castilhos*”?

É nesse contexto, totalmente desfavorável à passagem do Governo do Estado, que Joca Tavares tentaria a resistência, convocando os correligionários a defenderem a sua investidura. Mas, o dispositivo militar de Castilhos, adrede organizado, foi posto em marcha, convergindo sobre Bagé. Essas forças, organizadas em Brigadas, sob o comando de Hipólito Ribeiro, Isidoro Fernandes de Oliveira, Francisco Rodrigues Portugal, Luiz Alves Pereira, Francisco Rodrigues Lima e

José Gomes Pinheiro Machado, além de outros, armadas e municadas nos paíóis do Exército, punham por terra a sua declarada "neutralidade".

Não bastasse franquear os recursos do Arsenal de Guerra de Porto Alegre aos elementos que reconduziram Castilhos ao poder, depois de negados esses mesmos recursos ao governo do Visconde de Pelotas, viram-se simples alferes requisitarem e conduzirem canhões e fuzis da guarnição de São Gabriel para reforçar as unidades que marchavam sobre Bagé.

Na mesma altura, a estrada de ferro Rio Grande-Bagé, de propriedade inglesa, solicitava ao governo da União garantias para o seu funcionamento, tendo em vista a situação reinante na região. Em consequência, partiu para essa última cidade o Coronel Artur Oscar de Andrade Guimarães à frente de força de infantaria e artilharia, a fim de manter a ferrovia em operação.

Comunicando a Joca Tavares o objetivo de sua missão, recebeu deste a oferta de deposição das armas e licenciamento das forças, desde que Artur Oscar impedisse a entrada em Bagé das colunas de "patriotas" de Manuel Pedroso de Oliveira (Piratini) e de Bernardino da Silva Motta (Canguçu) e garantisse as vidas e as propriedades de seus habitantes. Artur Oscar aceitou o oferecimento, cumprindo Joca Tavares o acordado.

Foi aí, entretanto, que, com surpresa para os dois, aquele recebe telegrama de Júlio de Castilhos, Vitorino Monteiro e Bernardo Vasques desautorizando as garantias concedidas e determinando-lhe que não se opusesse à marcha das forças civis! O que sucedeu, em decorrência desse telegrama, foi a onda de violências, saques e assassinatos após a entrada dos "patriotas" em Bagé.

O comandante superior dessa gente, General Luiz Alves Pereira, sabedor, por certo, das instruções secretas que traziam, como relata em suas memórias ("Res Avita") o Dr. Alfredo Varela, seu assistente, retirou-se para Pelotas um dia após a tomada de Bagé e nunca mais ocupou qualquer comando na linha de frente! Não somente Bagé, mas toda a região sul do Estado conheceu a sanha e a ferocidade desses elementos capitaneados pelos dois coronéis de Piratini e de Canguçu, a quem Manoel da Costa Medeiros (1980), contemporâneo dos fatos, denominou de "*bando do saque e do assassinato*", em sua monografia "*O Município de Erval*".

Iniciou-se, então, o êxodo de milhares de pessoas para a República Oriental do Uruguai, em busca de segurança e proteção. Campos talados, rebanhos levantados, casas comerciais saqueadas, residências violadas e centenas de mortos estadeavam a implantação a ferro e fogo da nova ordem política. De tudo isso se ocupou a imprensa da época e o livro *“Os Crimes da Ditadura”* (Axt, Cabeda & Seelig - orgs., 2002), recentemente reeditado, após um século de sua edição original.

O clamor contra essa onda de crimes levou o velho e enfermo Visconde de Pelotas, já no fim da vida, a dirigir-se ao Marechal Floriano Peixoto pedindo providências. Floriano, cujo apoio fora decisivo à reposição de Castilhos no poder, resolveu, então, enviar outro observador, pois o primeiro, Major Caetano de Faria, já havia dado provas de parcialidade, como reconheceram os próprios biógrafos do Marechal, senhores F. Cameu e A. Vieira Peixoto.

A escolha recaiu sobre o comandante da Brigada Policial do Rio de Janeiro, General-de-Brigada João Batista da Silva Telles, oficial gaúcho que mantinha relações de amizade com Joca Tavares. Deslocando-se para o sul, Telles, após conversar com Castilhos, a quem deu conta de sua missão, entrou em contato com Tavares, em cuja estância da Carpintaria, no Uruguai, teve lugar a conferência. À pouca distância dali, outro chefe de “patriotas”, o Tenente-Coronel Cândido Garcia de Vasconcelos, vigiava ameaçadoramente...

Da conferência da Carpintaria foi feita uma ata, que se encontra reproduzida no livro de Epaminondas Villalba, *“A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul”* (1897), e o seguinte telegrama, também constante da mesma obra, que, por sua importância, merece ser reproduzido:

“Urgentíssimo. Reservado. S. N. Estação de Bagé.
Expedido em 2 de novembro de 1892.

Marechal Floriano.

Ontem estive com o general Tavares que não concordou na conciliação, visto estar seriamente comprometido com seus amigos. A revolução no meu entender é inevitável desde que não se tome já as providências necessárias. Pelo modo por que chegaram as cousas aqui, acho que V. Exa. deve declarar já o Rio Grande em estado de sítio, nomeando imediatamente um

governador militar, mas que este seja alheio às paixões políticas do Rio Grande. V. Exa. não faz idéia dos horrores que se têm praticado; os assassinatos são em número muito elevado, pois por toda a parte se degola homens, mulheres e crianças como se fossem cordeiros; o saque está por demais desenvolvido, assim é que não há nenhuma garantia quer individual, quer material.

V. Exa. não conhece nem a terça parte dos horrores que se têm cometido, sendo infelizmente praticados por pessoas que deviam ser os mantenedores da ordem pública. Em Porto Alegre, por ocasião de efetuar-se a prisão de Facundo Tavares, foram feridos com dois balázios o meu sobrinho major Pantaleão Telles e também um oficial que compunha a força e mortos dois filhos de Facundo; de modo que isso na minha opinião vem agravar mais a situação por demais melindrosa. Os ânimos exaltadíssimos e por isso suponho que a invasão se fará com brevidade. Os coronéis Pedroso e Motta, chefes republicanos de Piratini e Canguçu e também o tenente coronel Cândido Garcia, daqui de Bagé, segundo estou informado, são os maiores assassinos e ladrões do Rio Grande e é a quem mais deve este estado de cousas.

Assim me parece que V. Exa. deve quanto antes tomar providências enérgicas a fim de evitar uma catástrofe que necessariamente refletirá em todo o país.

Suponho que o único meio a seguir é como já disse a V. Exa. considerar já o Rio Grande em estado de sítio nomeando sem perda de tempo um governador militar mesmo por ser essa medida a desejada pelo povo rio-grandense.

Saúdo-vos afetosamente. Sigo amanhã para a cidade do Rio Grande a levar a família. [Segue-se trecho cifrado, que, por não ter sido revelado, é explorado por alguns com a possibilidade de Telles haver negado tudo o que disse em claro...] General João Telles”.

Floriano não adotou as providências sugeridas por seu observador, que implicariam na retirada de Castilhos do poder, ao qual ascendera com seu apoio. As violências continuaram e a invasão, tal como Telles previra, ocorreria três meses após, dando início à sangrenta Revolução Federalista.

Assim, uma questão estadual passava ao âmbito nacional com a intervenção do governo da União em favor de uma das facções, logicamente aquela que amparara desde o início. Uniam-se os recursos materiais e humanos do Estado e da República para combater os adversários do castilhismo e da forma como se pretendia implantar o modelo político republicano no Rio Grande, isto é, autoritário, excludente e intolerante, impeditivo de qualquer esperança de alternância no poder pela via democrática do sufrágio. Seria uma longa guerra civil que ultrapassaria os limites mesmo do território rio-grandense, custosa em vidas humanas, gravosa em termos de finanças públicas e que reduziria ao zero naval a outrora poderosa Marinha do Brasil, além de revelar a fragilidade doutrinária, organizacional e operacional do Exército.

Quanto aos federalistas, atingidos em cheio em seus interesses políticos e econômicos pela aliança de Floriano e Castilhos, restava-lhes arregimentarem-se no Prata, lutando com a falta de recursos materiais e com os ires e vires da política dos países hospedeiros, cujos interesses nem sempre coincidiam com os de seus hóspedes, sujeitos, também, ao jogo de pressões das Chancelarias.

Não se deve esquecer que os revolucionários federalistas eram, em sua quase totalidade, civis militarizados, com todas as implicações que tal condição poderia acarretar. A mais grave, possivelmente, foi a questão da unidade de comando, sempre precária pelas dificuldades de comunicação e pelo viés de atuação autônoma dos diferentes chefes, que resistiam em subordinar-se a este ou àquele general. Esse foi problema nunca satisfatoriamente resolvido e sempre presente na correspondência do comandante-em-chefe. Ciúmes, antipatias, rivalidades, aspirações pessoais ao generalato ou questões envolvendo interesses políticos locais prejudicaram, por vezes, importantes decisões estratégicas.

Um dos casos mais emblemáticos foi a falta de consenso entre os chefes sobre o ataque à Divisão do Sul, então em organização nas proximidades de Pelotas, logo após a importante vitória do Rio Negro. As probabilidades de sucesso da operação, que teria ameaçado aquela

importante cidade, onde os revolucionários contavam com muitos adeptos e simpatizantes, poderia, também, ter eliminado como força combatente uma grande unidade que muito trabalho lhes daria em futuro próximo. Em seu lugar, optou-se pelo mal sucedido cerco a Bagé, objetivo político onde se estiolaram os escassos recursos materiais dos revolucionários, que não dispunham de artilharia para submeter os defensores da cidade.

Do mesmo modo, decisões estratégicas tomadas pela liderança política localizada em Montevideu ou Buenos Aires, à revelia do comando militar na fronteira, revelaram-se desastrosas, com grandes prejuízos materiais e humanos. Tais foram os casos dos mal planejados e pior executados ataques à cidade do Rio Grande pelos Almirantes Wandenkolk e Custódio de Melo.

As questões financeiras e logísticas, muito inter-relacionadas, também revelaram certo grau de improvisação. Francisco da Silva Tavares critica a falta de providência no aprestamento material da invasão, que, decidida, deveria ser acompanhada por medidas tendentes a remeter para a fronteira, parceladamente, os recursos indispensáveis, como armamento, munições, arreios, vestuário, a fim de não despertar suspeitas sobre grandes volumes. Isso, sem falar na cavalhada ou nos recursos para a sua aquisição.

A rigor, do princípio ao fim, lutou-se com escassez desses elementos e muitas operações tiveram de ser adiadas ou abandonadas pela falta de meios. Em um tipo de guerra em que o cavalo desempenhava papel primordial, a substituição das manadas inutilizadas pelas marchas forçadas ou pelas enfermidades, como o chamado "mal-dos-vasos", foi fator altamente limitativo das operações.

O problema do armamento merece comentário à parte. A heterogeneidade do material adquirido, seja pela disponibilidade no mercado platino, seja pelos reclamos da frente de combate ou por qualquer outra razão, acarretou, como não poderia deixar de ser, sérios problemas de remuniamento e não foram poucas as queixas de que a munição enviada não servia para as armas empregadas. Isso quando não acontecia estar o mercado totalmente carente de determinados tipos, como foi o caso das Mausers de um só tiro. A simples menção dos modelos empregados fornece uma pálida idéia desse momentoso problema, que se refletiria, obrigatoriamente, na condução das operações : Comblain, Minié, Spencer, Winchester, Remington, Mannlicher, Chassepot, Mausers de um e de cinco tiros, etc....

Casos houve em que a munição disponível era de fogo circular, imprestável para armas que utilizavam as de fogo central... E, não poucas vezes, algumas autoridades confiscavam o armamento que elas próprias haviam vendido aos revolucionários, ou opunham embaraços à liberação dos carregamentos, com o intuito de auferir ganhos-extras... Daí, o recurso largamente utilizado ao emprego de lanças, relativamente mais fáceis de obter e confeccionar, que armaram boa parte dos contingentes, alguns dos quais nelas tiveram quase o único armamento. Além do mais, o estágio da arte militar entre nós ainda permitia o recurso às cargas de cavalaria, tão caras às tradições gaúchas.

Tudo isso, entretanto, era um sorvedouro de recursos financeiros, cujos patrocinadores nem sempre estavam dispostos a repor. Sabe-se que a revolução contou com a preciosa colaboração de brasileiros residentes no Prata, mais especificamente no Uruguai, onde estancieiros e comerciantes representavam importante papel na economia local, principalmente nos departamentos ao norte do rio Negro, além da colônia estabelecida em Montevidéu, e nos empréstimos tomados contra a garantia de hipotecas pelos líderes do movimento.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar o auxílio prestado por monarquistas residentes no Brasil ou no exterior, conforme deixou claro o Almirante Saldanha da Gama, embora não se disponha de elementos para identificá-los, nem quantificar os montantes despendidos. Um dos poucos mencionados foi o velho Almirante Marquês de Tamandaré, patrono da Marinha Brasileira, a quem se homenageou dando-lhe o nome a uma unidade da Divisão Santanense.

A participação de oficiais do Exército ao lado dos revolucionários foi relativamente modesta, demonstrando que o estamento militar apoiou Floriano e alguns eram especialmente dedicados a Júlio de Castilhos de longa data, participando ativamente da vida política, ainda que viessem a dissentir posteriormente.

Sob esse aspecto, embora as queixas e inconformidades dos revolucionários quanto à parcialidade dos oficiais de carreira, deve-se notar que aqueles observaram estrito respeito à vida dos prisioneiros pertencentes a unidades regulares do Exército e da Brigada Militar do Estado. Os "acertos de contas" sempre se deram com o elemento civil, arregimentados em corpos conhecidos como "patriotas" ou "provisórios", onde se abrigavam indivíduos acusados de crimes já mencionados.

No caso dos militares profissionais, as vitórias federalistas na Jararaca (23-02-1893), em Dom Pedrito (22-02-1893), no Rio Negro (27-11-1893), em Tijucas (11 a 19-01-1894) e na Lapa (14-01 a 07-02-1894), apenas para citar alguns casos, atestam a preocupação de separá-los daqueles outros. Casos houve em que oficiais aprisionados e libertados sob o compromisso de não mais pegarem em armas contra os seus adversários, quebraram a palavra empenhada, retornaram à luta, caíram novamente prisioneiros e novamente foram libertados...

No Rio Negro, sobre o qual pesa, até hoje, a sombra da acusação de uma hecatombe de 300 a 400 prisioneiros degolados e que serviu de pretexto para represálias como a do Capão do Boi Preto (05-04-1894), sabe-se, através dos Diários e das investigações procedidas pelo falecido historiador e magistrado Dr. Tarcísio Taborda (1979), que aquele número reduziu-se a duas dezenas, a maior parte identificada e constante do célebre telegrama do General João Telles a Floriano, transcrito páginas atrás. Dos três comandantes de “patriotas” ali nominados, apenas um escapou, por não se encontrar entre os prisioneiros... Por outro lado, três oficiais do Exército dados como assassinados na ocasião, morreram no ano seguinte, como se constata pela simples leitura dos registros do Almanak do Ministério da Guerra ou do Guia Militar.

O Rio Negro, inegavelmente, manchou a vitória dos revolucionários, tal como outras execuções macularam outras tantas vitórias florianistas e castilhistas bem conhecidas, naquele ambiente de ódios desaçaimados que foi a guerra civil.

Os Diários do General Joca Tavares e do Dr. Francisco da Silva Tavares não abrangem a Revolução Federalista em todos os seus teatros e isso pode ser compreendido pelas dificuldades de comunicação à época, quando o telégrafo, o meio mais rápido então disponível, estava, logicamente, vedado aos revolucionários em território brasileiro, salvo no período em que controlaram parte de Santa Catarina e do Paraná. As comunicações telegráficas, via de regra, eram feitas através dos países platinos até as localidades da fronteira com o Brasil.

De tal sorte, a autoridade do comandante-em-chefe, General Joca Tavares, exercia-se ao longo da chamada “metade sul” do Estado, principalmente nas áreas próximas à linha fronteira. Assim, o importante papel desempenhado em outras regiões por chefes dedicados como Dinarte Dorneles, Tico Dedê, Felipe Portinho, Aníbal

Padão, nas Missões, Prestes Guimarães, Veríssimo da Veiga, Borges Vieira, Pedro Bueno de Quadros, Elisiário Prestes, na Serra, José Antônio de Sousa, José Altenhoffen, Zeca Ferreira, Pedro Jungblut, Aníbal Geraldo Pereira, no Alto Taquari e região colonial, Felisberto Batista, Belisário Batista, em Cima da Serra, Vicente Gomes, Francisco Vaz Ferreira (Chico Marinho), de Viamão ao litoral, e tantos outros, não pode ser avaliado em sua contribuição para manter viva a chama da rebeldia, mantida sabe-se lá com que sacrifícios, dado o afastamento em que se encontravam da fronteira.

Salvo Dinarte Dorneles, que era auxiliado pelo operoso comitê sediado em Santo Tomé (Argentina), a maior parte desses chefes lutava com recursos bélicos muito modestos, operando de forma limitada, evitando confrontos com forças mais fortes, mas trazendo-as em contínua inquietação com suas incursões e guerrilhas. Geralmente, sua principal fonte de abastecimento era o próprio inimigo, pequenas guarnições de localidades ou contingentes batidos nos confrontos.

Para que se tenha idéia do que significava a precariedade de recursos, tome-se como exemplo o vitorioso Combate de Arroio Teixeira (20-11-1893), em que os comandados de Veríssimo Inácio da Veiga lutaram armados com cacetes... Sua contribuição só pode ser mensurada através dos relatos, memórias e monografias que vêm sendo editados ou reeditados nos últimos anos, alguns dos quais há muito esgotados.

Finalmente, chama-se a atenção para a importante correspondência do Almirante Saldanha da Gama, que, após o fracasso da Revolta da Armada no Rio de Janeiro, veio juntar-se aos revolucionários federalistas da fronteira com o Uruguai, aos quais dedicaria os últimos alentos de seu idealismo.

Seu entusiasmo, suas canseiras, sua operosidade, sua tentativa de unir homens meio desalentados pelas fadigas da guerra e ansiosos pela paz, sua capacidade de organizador, sua motivação pessoal, tudo isso está magistralmente registrado nos Diários, até a tragédia de Campo Osório (24-06-1895), e é, sem dúvida, um dos pontos altos do conjunto da obra na compreensão do que foi a Revolução Federalista de 1893-95.

OS DIÁRIOS E A REVOLUÇÃO

Gunter Axt

Os Diários dos irmãos João Nunes da Silva (Joca) Tavares e Francisco da Silva Tavares permaneceram guardados pelos seus descendentes e, por conseguinte, distantes do público, por 110 anos. A primeira referência pública da qual se tem notícia data de 1990, quando Gustavo Py Gomes da Silveira (1992) apresentou uma comunicação no *II Simpósio de Fontes sobre a Revolução de 1893*, realizado naquele ano em Bagé, sob organização do historiador Tarcísio Taborda, sobre o Diário de Francisco. A referência a escritos de tamanha relevância avivou o interesse de pesquisadores da Revolução de 1893, em especial, Coralio Bragança Pardo Cabeda.

Após longas *démarches*, as fontes foram, em junho de 2001, gentilmente confiadas em comodato pelo Dr. Gustavo Py Gomes da Silveira e pela Sra. Mila Cauduro, ambos descendentes de Francisco, procuradores da família para este acervo. Eram os depositários dos Diários Yara Tavares Botelho (Joca Tavares) e Jayme da Silva Tavares (Francisco Tavares). Há de se destacar as gestões do Dr. Fernando O. M. O'Donnell no sentido de facilitar a aproximação de todos os interessados para que o acordo chegasse a bom termo. Percebendo o interesse histórico e cultural do projeto, o Memorial do Ministério Público, então, pelos ofícios de seu Coordenador, Dr. Ricardo Vaz Seelig, acolheu-o com vivo interesse. Iniciaram-se, assim, os trabalhos, que por três anos mobilizaram a equipe do Memorial.

O Diário do General Joca Tavares constituiu-se de 394 páginas manuscritas, mais um anexo constante de um suplemento de 58 páginas e de 28 notas. A redação teve início em 5 de fevereiro de 1893, sob incumbência de Pedro Tavares, filho do General, que o acompanhou em toda a campanha de 1893. O suplemento foi organizado em setembro de 1895, depois, portanto, da pacificação. Acham-se reproduzidas no corpo do texto ordens do dia e correspondências trocadas entre os chefes militares do Exército Libertador, tais como Gumercindo e Aparício Saraiva, Rafael Cabeda, Estácio Azambuja, Zeca Tavares, Antonio Carlos da Silva Piragibe, Marcellino Pina d'Albuquerque, David Martins, dentre outros. Cabe destaque para a reprodução de correspondências trocadas entre o General, o Conselheiro Gaspar Silveira Martins e o Almirante Saldanha da Gama, principais líderes da Revolução Federalista.

Em que pese carregue a designação de “diário”, não se trata exatamente de uma fonte de foro íntimo e privado. Com efeito, o Diário de Joca tem muito mais a forma de um arquivo, ainda que parcial, da junta revolucionária que comandou a Federalista, pois nele são reproduzidos documentos que revelam as ordens e diretrizes do comando. Este arquivo funcionava, antes de tudo, como garantia aos próprios comandantes e oficiais. Perceberá o leitor que, mais de uma vez, os personagens aqui retratados por meio de suas correspondências, remetem-se a cartas, telegramas ou ordens do dia anteriores para confirmar informações e decisões tomadas no fragor dos combates e em meio às movimentações das tropas. Assim, para dirimir dúvidas entre os chefes, cópias de correspondências antigas eram trocadas com alguma freqüência.

O Diário de Francisco da Silva Tavares consta originalmente de 149 folhas (frente verso) manuscritas, isto é, 298 páginas. Começou a ser redigido em 10 de novembro de 1892 e foi concluído em 7 de setembro de 1895. Acompanha o diário um anexo de 18 páginas, na parte final, datado de novembro de 1892, o qual, na presente edição, foi tratado como texto introdutório do mesmo. Um segundo anexo de 62 folhas, frente e verso, foi organizado ao final, com o sugestivo título de *“Complicações diplomáticas. Atitudes da Imprensa e simpatias gerais”*. Na prática, parece ser uma tentativa de reescrever o texto original. Como, na maior parte, este anexo repete o original e, como, além disso, o projeto de rescrever o Diário não foi levado a efeito, optamos por deixá-lo fora da edição. Dentre as diferenças desse anexo ao texto original, ressalta o empenho de Francisco em acentuar as divergências com Gaspar Silveira Martins.

O Diário de Francisco é bem mais opinativo e reflexivo. Também reproduz cartas e telegramas, mas é menos narrativo do que o de Joca, vertendo com mais espontaneidade as interpretações do autor. Em que pese demonstre Francisco ser indivíduo culto, com visão não raro elaborada dos fatos, chamam a atenção os arcaísmos do seu português, impregnado, ainda, de oralidade, com alguma marca de espanholismos, pontuação tumultuada, gramática nem sempre correta. Consciente de ter escrito em meio à campanha, no lombo de um cavalo, na cabine de um navio, enfim, em pleno calor dos acontecimentos, Francisco seguramente desejou *passar a limpo* a sua obra original, cuidando, especialmente, do estilo, não chegando, todavia, a concluir esta empreitada.

Uma versão fac-símile do original dos dois Diários está disponível aos eventuais interessados nos arquivos do Memorial do Ministério Público, podendo ser acessada pelos consulentes que porventura desejarem.

O trabalho de organização desta edição começou pela transcrição paleográfica. Seguiu-se a conferência de fidedignidade operada pelos organizadores. Posteriormente, sem prejuízo da originalidade de expressões típicas, a linguagem foi atualizada, conforme as regras correntes. Eventuais falhas de gramática e pontuação foram corrigidas, a fim de facilitar a leitura contemporânea. Nomes próprios foram padronizados, vez que muitos apareciam redigidos com diversas grafias e diferentes formatos no texto, e, quando possível, também atualizados. Várias leituras e revisões foram necessárias para que se chegasse a este resultado final. Alguns poucos trechos que restaram ilegíveis, cortados ou rasurados nos originais são indicados ao leitor por meio de colchetes ou notas de rodapé.

São muitas as passagens de interesse retratadas nos Diários, com destaque, por exemplo, para a descrição dos cercos de Bagé e de Livramento, comentários sobre a célebre chacina do Rio Negro, sobre o malfadado Governo do Desterro, sobre batalhas que entraram para a história e até hoje povoam a memória sul-rio-grandense. Não nos cabe reproduzir aqui narrativas que o leitor encontrará de primeira mão nos textos originais. Todavia, parecem-nos pertinentes algumas reflexões. Certamente, não se pretende aqui condicionar a leitura dos interessados, mas tão somente chamar a atenção para alguns temas relevantes ao debate historiográfico hodierno suscitados pelos Diários, como já é tradição na *Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul*.

Os irmãos Tavares aludem constantemente às perseguições sofridas pela oposição a Julio de Castilhos por causa fundamental da sedição. Com efeito, nossa historiografia é pródiga na indicação e denúncia dos atentados cometidos. Não obstante, eles se deram de lado a lado. Bastaria para comprová-lo a menção ao assassinato, cometido por um grupo de federalistas, do Coronel castilhista Evaristo Teixeira do Amaral, juntamente com quatro companheiros, ocorrido em Cruz Alta, em 27 de outubro de 1892, na mesma época em que os Generais Tavares e Silva Telles conferenciavam na fronteira uruguaia no sentido de chegar a um acordo, evitando o confronto iminente. A cidade de Cruz Alta chegou a ser atacada e tomada por numeroso grupo de federalistas, batidos em seguida por forças governistas do Coronel

Firmino de Paula (Medeiros, 1995: 22). Uma leitura cotejada da obra de Euclides Moura (1892) e a de Rafael Cabeda e Rodolpho Costa (1902) permite uma compreensão da complexidade do quadro de violência que assolava o Rio Grande do Sul. Conforme já tivemos a oportunidade de sugerir (Axt, Cabeda & Seelig, orgs. 2002), a explosão progressiva da violência pode ter sido resultado da elisão das instituições mediadoras do conflito, na esteira da anulação do Poder Moderador imperial, após a proclamação da República.

De qualquer forma, para Joca e Francisco, em decorrência dessas perseguições, muitos federalistas emigraram para o Uruguai e, desejosos de retornar à Pátria, somente poderiam fazê-lo por meio de um movimento armado, cujo desfecho lhes granjeasse garantias para suas próprias vidas, familiares e propriedades no Brasil. Institucionalmente, a principal bandeira dos revolucionários, segundo os Diários, parece ter sido a deposição de Julio de Castilhos do Governo Estadual e a derrogação da Constituição Estadual de 14 de Julho de 1891. Francisco Tavares chegou a comparar Julio de Castilhos a Juan Manuel Rosas, o célebre ditador argentino contra quem o Império brasileiro fizera a guerra. Causas, portanto, eminentemente políticas e inseridas no contexto regional.

Não obstante, no primeiro anexo do seu Diário (reproduzido nesta edição na condição de esboço introdutório ao texto central), Francisco sugere ser a Revolução um desdobramento lógico da ruptura *jurídica* desencadeada pelo 15 de Novembro, cuja conseqüência teria sido a *“anarquia em todos os ramos do domínio público”*. O célebre Regulamento Alvim, que forjou um sistema eleitoral impermeável às oposições no Brasil, foi indicado por Francisco como aspecto nuclear da ruptura jurídica que elidiu a chance de mediação do conflito, precipitando-o de forma cruenta.

O argumento é coerente com o Manifesto da União Nacional, de 10 de junho de 1890, elaborado, no Solar dos Câmara, em Porto Alegre. Igualmente em relação ao Manifesto de 31 de março de 1892, redigido no congresso de Bagé que fundou o Partido Federalista.

Além do conteúdo do Manifesto de Bagé, já comentado anteriormente, o registro de conversas entabuladas entre Silveira Martins e Julio de Castilhos, entre maio de junho de 1892, nos dão ainda pistas sobre a plataforma federalista. Com a intenção de evitar a eclosão do confronto armado, Cezar Ferreira Pinto, amigo comum dos dois líderes,

promoveu um encontro entre ambos no Hotel La Minuta, em Porto Alegre (Othelo Rosa, 1928). Na oportunidade, estiolava-se o Governo cassalista, desprovido de base social mais densa, enquanto os federalistas e os castilhistas preparavam-se cada qual para o retorno ao poder. O chefe federalista propugnava um Legislativo estadual de 35 membros, cabendo obrigatoriamente 15 cadeiras à minoria. As eleições deveriam ser por listas, como 20 nomes cada. A maioria elegeria indiretamente o governador, enquanto a minoria o vice. Silveira reivindicava ainda uma nova Constituinte, justificando: “*a Pátria não é patrimônio de uma facção, é de todos os brasileiros.*” Castilhos repeliu estes alvitre, admitindo tão somente a realização de novas eleições para a Assembléia e o Governo, regidas pelas regras da Constituição de 14 de Julho de 1891, a qual pretendia restaurar (Escobar, 1919: 85-88).

Para Francisco Tavares, finalmente, florianismo e castilhismo, jacobinismo e comtismo entrelaçam-se mutuamente, compondo uma única ideologia *extravagante* à cultura política nacional, pelo seu viés exótico, minoritário, *ditatorial* e *socialista*, onde *socialismo*, aqui, bem entendido, aparece em oposição à idéia de república *conservadora* fundada em bases *liberais*, algo certamente muito diferente do sentido que o conceito ganhará ao longo do século XX. De fato, se nos valermos dos sentidos contemporâneos, nada tinham de *socialistas* os castilhistas de antanho. Francisco verteu essa mesma dicotomia conceitual – República conservadora *versus* República socialista – no seu manifesto de 3 de junho de 1890. No seu entendimento, o viés socialista do PRR estava patenteado no programa publicado pelo partido n’A *Federação* logo depois da proclamação, o qual estaria prevendo, na sua opinião, a partilha de terras. Consistente ou não, o tema, inserido no conjunto do discurso, certamente prestou-se como uma bandeira para a união entre os políticos dos antigos partidos liberais contra o exclusivismo dos republicanos históricos e castilhistas.

Para além desse tema específico, o conjunto do argumento merece distinção. Em que pese boa parte de nossa historiografia enfatize o caráter regionalista da Revolução de 1893, a tese de Francisco vai ao encontro das obras das historiadoras Maria de Lourdes Monaco Janotti (1986) e Suely Robles Reis de Queirós (1986), que conferem ao episódio o *status* de guerra civil brasileira, na qual jogou-se o futuro da República, aproximando, ainda, o militarismo florianista, o jacobinismo carioca e o castilhismo.

No que se refere às eventuais causas de caráter econômico da Revolução, tema fugidio, são os Diários pouco explícitos. Cabe aqui uma ressalva de ordem teórica. Dificilmente um testemunho do passado pode nos falar de todas as perspectivas de um determinado objeto. Isto não significa que estas perspectivas não possam ser identificadas. Cabe ao historiador – cotejando fontes diversas, constituindo séries documentais, propondo questões e recortes teóricos, debatendo com a historiografia – indagar o passado de forma sistêmica e sugerir interpretações aos homens e mulheres do presente.

A maior parte da historiografia sobre a institucionalização republicana no Sul do Brasil tem sido vaga sobre os interesses econômicos que informaram os acontecimentos políticos que convergiram para 1893. Alguns estudos, entretanto, vêm lançando luz sobre esta área cinzenta da reflexão historiográfica. Sandra Pesavento (1980), demonstrou com propriedade que a classe dominante gaúcha não era homogênea, sendo sacudida por divergências internas, mormente aquelas que respeitavam aos interesses nem sempre convergentes de estancieiros e charqueadores. Por seu turno, Sílvio Duncan Baretta (1985) indicou terem os conflitos durante a Revolução Federalista atingido contornos mais dramáticos e violentos naqueles municípios onde os partidos políticos imperiais achavam-se mais consolidados e onde disputas pela posse de terras eram mais exacerbadas. Duncan Baretta, além disso, recupera como fator detonador do conflito a reação à extinção da tarifa especial – arquitetada por Silveira Martins durante o Império e que facilitava a integração comercial da zona fronteira com o Uruguai –, em prejuízo das casas comerciais da chamada zona urbano-litorânea, isto é, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Francisco das Neves Alves (Alves & Torres, orgs., 1993: 137) destaca o interesse mercantil uruguaio em plena crise institucional brasileira ao analisar o projeto de tratado de comércio enviado pelo governo daquele país ao Brasil em 23 de julho de 1892. Sérgio da Costa Franco (Alves & Torres, orgs., 1993: 13) registra o quanto, numa economia pré-capitalista, é estratégico o controle do aparelho de estado para a direção dos conflitos pela posse da terra, importância esta relevada, no caso gaúcho, em virtude, ainda, da política de combate ao contrabando de fronteira. Rodolpho Costa e Rafael Cabeda, em seu *Crimes da ditadura* (1902), reeditado pelo Memorial do Ministério Público nesta mesma série (2002), já haviam reconhecido dentre as causas para a eclosão da violência no Rio Grande do Sul no período em tela a reação dos comerciantes fronteirizos à política *anti-*

contrabando dos Governos de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos.

Em trabalho anterior (2001) procurei demonstrar que os conflitos do período de institucionalização republicana inscrevem-se no contexto de uma disputa pela *hegemonia* mercantil sobre o território sul-riograndense entre *frações da classe dominante* local: de um lado, mais identificado com o comércio uruguaio, o capital comercial fronteiriço; de outro, o alto comércio urbano-litorâneo em associação, internamente, com o setor financeiro regional e os charqueadores, e, nacionalmente, com os interesses mercantis do Rio de Janeiro e de São Paulo. Não é à toa, aliás, que os cofres de São Paulo parecem ter financiado o militarismo florianista e a campanha castilhista de 1893. A conta certamente foi cobrada com a eleição de Prudente de Moraes e de Campos Salles para a Presidência da República, em substituição a Floriano Peixoto, que transferiu o cargo a contragosto, deixando na Capital Federal suas *viúvas políticas*, que chegaram a atentar contra a vida do Presidente Prudente.

Enfim, a aliança de *frações de classe dominante* que deu sustentação ao castilhismo e seu projeto autoritário de República nada tinha de progressista. Jamais houve, de parte do Governo Castilhos e de seu sucessor, Antônio Augusto Borges de Medeiros, compromisso sistemático, que fosse além do plano discursivo, com o desenvolvimento da indústria, excetuando-se aqueles setores manufatureiros que recebiam investimentos diretos das frações de classe conectadas ao palácio. Os compromissos com as chamadas classes médias urbanas, com os descendentes de colonos alemães e italianos e com a incorporação do proletariado à sociedade também não passaram de uma ficção, muito bem estruturada no plano discursivo oficial, é verdade, de justificativa do poder. A própria oposição entre liberalismo, do lado maragato, e intervencionismo estatal, pelo lado castilhista, deblaterada por alguns analistas modernos, não se sustenta, já que a ênfase intervencionista no seio da burocracia gaúcha não medrou antes de 1908 e somente se consumou entre 1919 e 1920, com as encampanções do porto e barra de Rio Grande e da viação férrea (Axt, 2001).

Se parte do sentido histórico da Revolução de 1893 pode ser buscado no choque – aqui caracterizado muito resumidamente – entre *frações da classe dominante* regional articuladas a interesses nacionais e, mesmo, internacionais, as quais se reorganizam depois da proclamação da República, a guerra civil que estalou no Rio Grande do

Sul não pode ser explicada como um conflito tipicamente intra-oligárquico, como parece sugerir Edgar Carone (Alves & Torres, orgs., 1993: 27). É claro que, numa sociedade de expressiva indistinção entre espaço público e privado, lealdades pessoais e familiares influenciaram decisivamente nos engajamentos verificados. Para John Chasteen (2001), por exemplo, contou decisivamente para o engajamento de Gumercindo Saraiva aos federalistas a perseguição da qual foi vítima no Brasil por ter rechaçado a pressão castilhistas para aderir ao PRR, posição assumida em decorrência de sua lealdade política e partidária a Gaspar Silveira Martins. Destarte, a admissão desse argumento elide interpretações que procuraram reduzir a base social do Partido Federalista e da Revolução de 1893 à região da Campanha. De fato, assim como na Campanha estancieiros e mercadores viram na proclamação da República e no projeto autoritário de Castilhos uma chance de ganho e de afirmação pessoal de poder, o Litoral e a Serra conheceram muitas lideranças que se identificaram aos federalistas, provavelmente instigadas por vinditas e reagindo à exclusão política da qual foram vítimas. A ação do líder maragato Chico Marinho em Viamão – cidade vizinha a Porto Alegre – é, nesse sentido, simbólica.

Destarte, acreditamos que o estágio atual das pesquisas não nos permite caracterizar os revolucionários de 1893 como agentes portadores de uma reação conservadora ao suposto progressismo burguês e desenvolvimentista do castilhismo, assim como não é mais possível reduzir esta reação à região da Campanha ou explicá-la tão somente como expressão de um conflito intra-oligárquico.

O recurso a outros testemunhos da historiografia memorialística permite captar esta complexidade social que permeou a Revolução de 1893 para além do conflito no interior da classe dominante. Uma consulta ao diário de Ângelo Dourado, *Voluntários do martírio* (1977), revela a adesão de contingentes populares à coluna de Gumercindo Saraiva, que em dado momento chegou a contar com cerca de 6 mil homens, seguidos por cerca de até 2 mil mulheres e crianças. Essa massa de gente se deslocando por três diferentes Estados da Federação sugere um fenômeno social complexo. Dourado e Prestes Guimarães (1987) oferecem indícios de que os chamados bugres, posseiros e ervateiros da Serra, incorporaram-se às colunas revolucionárias. Pobres e analfabetos, estes indivíduos deixaram-nos poucos registros de suas visões de mundo (Ardenghi, 2003). Porém, se relacionarmos este momento com o Contestado, estalado no oeste catarinense alguns anos

mais tarde, e com a emergência de lideranças populares em 1923, tais como Leonel Rocha, estaremos percebendo uma recorrência, cuja explicação pode residir na resposta dessas populações marginalizadas à expulsão – em decorrência do processo de colonização do oeste, seja por meio da construção de linhas férreas, da chegada de imigrantes europeus ou da formação de novos latifúndios – das terras que ocupavam. Aliás, o então Major Leonel Rocha já figurava na Revolução de 1893, incorporado à coluna Prestes Guimarães e contribuindo na comunicação com a coluna de Gumercindo Saraiva.

A presença de Leonel Rocha poderia ser afoitamente encarada como produto de um fenômeno isolado, não fosse a participação na Revolução de 1893 de outras lideranças sem conexões mais decisivas com o latifúndio. Wenceslau Escobar (1919), conhecido político e historiador federalista, destaca o papel desempenhado na luta pelo Tenente-coronel Agostinho Rodrigues, pequeno proprietário rural. Honório Lemes, protagonista inconfundível da Revolução de 1923, era outro pequeno proprietário rural que já figurava na Revolução Federalista, incorporado como oficial na coluna de Ismael Soares. O próprio Adão Latorre, celebrizado pelos episódios do Rio Negro, teria sido mais do que um simples capataz da família Tavares: Tarcísio Tabora (1994) indica que antes de incorporar-se à Federalista, Latorre já ocupava posto de oficial no Exército blanco uruguaio.

Outro personagem que figura na coluna de Gumercindo, especialmente depois da retirada do Paraná, é o praça de unidades governistas derrotadas. O engajamento ao federalismo, neste caso, não deixa de ser um fenômeno curioso, pois sinaliza para a fluidez das posturas ideológicas a partidárias: para esses soldados, ou era indiferente o lado pelo qual lutavam, ou estiveram inseridos contra à vontade nas unidades governistas.

Francisco Grabowski (s/d), um imigrante polonês cujo diário é citado por Cabeda (2004), nos dá uma idéia das razões que levaram muitos imigrantes europeus, liderados pelo Coronel Antônio Zdizslaw Bodziak, a se engajar na coluna de Gumercindo: havia uma inclinação natural dos imigrantes pela oposição a Floriano Peixoto, agravada pelos desencantos com promessas feitas na Europa diante da dura realidade colonial, marcada pela pobreza, pelas enfermidades e pela exploração – o roubo nos negócios que os vitimava, o calote no pagamento de serviços na construção de estradas e o recrutamento forçado para a Guarda Nacional.

Como a bibliografia em geral ainda se refere pouco, ou distorcidamente, ao impacto da Revolução Federalista sobre as áreas de colonização, cabe aqui sublinhar as inovadoras pesquisas de René Gertz (Alves & Torres, orgs., 1993: 115). Sem deixar de admitir que a região colonial foi fundamental para a sustentação econômica do lado governista, pois abastecia Porto Alegre e as unidades militares com víveres, Gertz constata o vasto prestígio de Silveira Martins e do Partido Liberal nos anos anteriores à proclamação junto à população colonial, cujo contraponto de parte do elemento republicano seria marcado pelo preconceito e pela reserva em relação à mesma. Gertz identifica um esforço mais consistente de cooptação da população colonial por parte dos agentes governamentais castilhistas apenas a partir dos meses finais da Revolução. De um modo geral, para o autor, *“a região colonial como um todo participou ativamente do episódio revolucionário”*, reagindo cada recanto com suas peculiaridades. Gertz anuncia inúmeros exemplos de profunda divisão nas regiões de colonização e, ao contrário de Silvana Krause (1991) – para quem os não-católicos se identificavam preferencialmente com a tradição federalista em virtude de Silveira Martins ter sido um dos propugnadores da Lei Saraiva de 1881, que ampliou garantias de cidadania aos acatólicos –, entende que luteranos e católicos distribuíram-se indistintamente entre maragatos e pica-paus.

Não menos interessante é o depoimento de José Cândido da Silva Muricy (1946), igualmente citado por Cabeda (2004), sobre o “Batalhão Garibaldi”, comandado pelo jornalista Francisco Colombo Leoni e incorporado à coluna de Gumercindo no Paraná: *“(Leoni) recrutou para o seu batalhão toda a corja de comunistas que, reunidos, formavam a célebre Colônia Santa Cecília e que infestavam, como bandidos e salteadores, toda a região, vivendo exclusivamente à custa das outras colônias que dilapidavam. O General Pinheiro Machado, em cujas mãos foram cair, contou-me que não escapou um só desses homens, nenhum voltando à colônia que, assim, desapareceu...”*. Como se sabe, a Colônia Santa Cecília foi formada por imigrantes italianos que pretenderam criar no oeste paranaense um modelo de sociedade anarquista...

A leitura dos Diários contribui para diluir percepção mais ou menos disseminada em nossa historiografia de que a Revolução foi majoritariamente financiada pelos estancieiros da Campanha e federalistas emigrados para o Uruguai. Gaspar Martins e Saldanha da Gama queixam-se mais de uma vez dos ricos companheiros emigrados

que andavam retraídos. Sem citar nomes, ambos declaram que as contribuições vinham sempre dos mesmos, de uns poucos cujas finanças pessoais já andavam exauridas.

Para compensar esta ausência, muitos chefes federalistas concorriam com seus recursos para financiar a campanha. O próprio Joca Tavares valeu-se de seu prestígio pessoal para tomar empréstimos na região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

Em nome da Revolução, Silveira Martins agitou-se entre Montevideu e Buenos Aires, procurando tomar empréstimos. Aparentemente, a confiança dos financistas e agiotas na Revolução melhorou durante o período em que se deu a conexão com a Revolta da Armada. Todavia, Francisco, em especial, queixa-se de que o Governo do Desterro não contribuiu com a rebelião no Rio Grande do Sul, não lhe remetendo recursos.

Em uma rápida passagem, Francisco alude às contribuições feitas para a campanha revolucionária pelos mercadores uruguaios da cidade de Salto, indicando que, de fato, o comércio oriental nutria manifesto interesse pelos rumos da política no Brasil, estando disposto a se envolver no conflito.

Ainda mais curiosa é uma correspondência de Saldanha da Gama a Joca Tavares, datada de 20 de junho de 1895, em que o Almirante, desgostoso com os rumos tomados pelas negociações de paz, que já sinalizavam claramente no sentido de serem declinadas as reivindicações de caráter nacional, insiste que o comando revolucionário deveria levar em consideração o decisivo apoio financeiro dado pelos monarquistas no início da Revolução e no segundo semestre de 1894, condicionando a pacificação à realização de um plebiscito que escolhesse pelo voto popular para o País a forma de governo: se monarquia parlamentar ou a república.

Os Diários de Joca e Francisco oferecem um panorama privilegiado das movimentações de cúpula do Exército Libertador, especialmente das articulações entre os generais, Silveira Martins e Saldanha da Gama. Ainda que, especialmente no Diário de Joca, apareçam referências ocasionais a chefes em luta no centro do Estado, os manuscritos retratam, sobretudo, o teatro de acontecimentos na fronteira. Pelos telegramas e cartas de Gaspar Martins e Saldanha da Gama enviados de Montevideu e Buenos Aires, é possível ter-se também uma idéia dos acontecimentos nessas cidades. Além disso, como

Francisco Tavares seguiu, em diferentes momentos, para a cidade do Desterro e, mais tarde para a Capital Federal, tem-se uma razoável percepção das vicissitudes que sacudiram o Governo Revolucionário em Santa Catarina e, posteriormente, das negociações de paz.

De um modo geral, nossa historiografia tendeu a considerar a Revolução Federalista como um fenômeno regional, cujo foco estava no problema político sul-rio-grandense, do qual teria derivado, sem muita consistência, para os Estados de Santa Catarina e do Paraná. A leitura dos Diários sugere que os líderes revolucionários, especialmente Joca, confiaram na neutralidade do Exército Nacional até o momento em que as forças de Gumerindo Saraiva chocaram-se com os militares brasileiros, em fevereiro de 1893. A partir desse momento, evidenciou-se para os revolucionários que a revolta tinha amplitude nacional. Francisco, registrando fazer-se a luta também contra Floriano Peixoto, chegou a comparar, no dia 13 de fevereiro, a Revolução que se iniciava com a Farroupilha de 1835. Em correspondência ao General Joca, datada de 10 de abril de 1893, Silveira Martins foi ainda mais longe, repudiando queixas de correligionários quanto ao ritmo da guerra: *“aqueles que falam são uns idiotas que não conhecem que estamos lutando contra quatro governos: argentino, oriental, brasileiro e o sub-governo do Julio de Castilhos”*.

As relações dos revolucionários com os castilhistas e o Governo gaúcho são caracterizadas pelo confronto acerbo e desabrido, do início ao fim dos Diários. Consta, inclusive, a notável resistência de Julio de Castilhos em aceitar os termos da pacificação de 1895. Até aí, nenhuma novidade.

Já as relações com o Governo brasileiro parecem atravessar momentos diversos. Os revolucionários lutaram abertamente contra Floriano Peixoto e esperaram disseminar a guerra em todo o território nacional. Em abril de 1893, Silveira Martins mostrava-se muito animado com as promessas do Barão de Lucena de sublevar o Estado de Pernambuco, acompanhando a rebelião sul-rio-grandense. Joca e Francisco jamais se iludiram a respeito...

Em meados de 1893, depois do combate do Inhanduí, travado em 3 de maio, tem-se a impressão, pela leitura dos Diários, de que a Revolução perde um pouco seu ímpeto inicial. De fato, muitos federalistas retornaram para o Uruguai e Gumerindo Saraiva parecia sustentar quase que sozinho o movimento em solo brasileiro. Joca

Tavares chega, em 8 de junho, a referir um ofício do General João Telles ao chefe político de Cerro Largo no qual o oficial governista diz acreditar que, diante da migração de Salgado e Joca para o Uruguai, dava a revolução por concluída.

A descrição coincide com a bibliografia disponível. Enquanto Maria de Lourdes Janotti (1986) assinala que os federalistas acreditavam ainda, nos primeiros meses da Revolução, na possibilidade de entendimento com o Governo Federal, Laudelino de Medeiros (1995) explica o envio, por Floriano Peixoto, de mais um negociador ao Rio Grande do Sul, o Senador Francisco Manoel da Cunha Júnior, que chegou ao porto de Rio Grande em 4 de maio, no contexto da crise política desencadeada com a demissão do Ministro da Fazenda, Serzedelo Corrêa, e do Ministro da Marinha, o Contra-Almirante Custódio de Mello, os quais exigiram a celebração da paz no Estado sulino mediante intervenção federal e destituição de Julio de Castilhos, gesto que teria espalhado otimismo entre as hostes federalistas.

Aparentemente, entretanto, o clima de otimismo embalava também os governistas, em virtude do conjuntural declínio da Revolução, o que teria arrefecido os intuitos conciliadores da missão Cunha Júnior. Felisbello Freire (1896) chegou a mencionar o esboço de uma ata, por Joca e Cunha Júnior, cujos pontos seriam os mesmos apresentados por Castilhos por ocasião dos encontros com Silveira Martins. Enquanto isso, no Rio, senadores e deputados tentavam o conagraçamento dos rio-grandenses, numa reunião que começou com uma proposta de renúncia de Floriano Peixoto, mas terminou dissolvida. A descabelada investida do Almirante Wandenkolk contra o porto de Rio Grande, em 8 de julho, sepultou as chances de entendimentos (Medeiros, 1995: 24-6).

Por seu turno, as divisões que os federalistas conseguiram semear no Exército Nacional eram valorizadas: Joca festejou a adesão do General Luís Alves Leite de Oliveira Salgado ao Exército Libertador em princípios de 1893. A conexão com a Revolta da Armada deu alento aos revolucionários e expandiu o movimento em direção ao Norte, catapultando-o à condição de guerra civil de proporções nacionais. Os Diários indicam que Silveira Martins investiu muito nesta aproximação, vista, entretanto, sempre com certa desconfiança pelos federalistas gaúchos. De fato, perdeu-se muito e precioso armamento nas duas atrapalhadas investidas contra o porto de Rio Grande. Por sua vez, o Governo do Desterro (atual Florianópolis) foi um fracasso.

Desde o início, Silveira Martins empenhou-se com decisão na implantação de um governo revolucionário em território brasileiro, assinalando ser a iniciativa condicional para que os rebeldes fossem formalmente reconhecidos por governos estrangeiros, melhorando garantias diplomáticas aos exilados e facilitando o acesso ao crédito para o financiamento da guerra. Santa Catarina oferecia espaço ideal para essa empreitada, pois lá a oposição estava no poder, afastada do Governo Federal, e sinalizava positivamente para os revolucionários. Silveira Martins parecia ainda aspirar a conduzir a conflagração à zona colonial alemã, no interior dos Estados do Sul, pois acreditava ele que tais populações forneceriam significativos contingentes ao Exército Libertador.

No segundo semestre de 1894, já desgastados por uma sucessão de fracassos e pelas dificuldades da guerra, alguns federalistas animaram esperanças em relação ao Governo Prudente de Moraes. O próprio Gumercindo Saraiva, pouco antes de falecer, varado em combate, teria, segundo matéria do jornal uruguaio "El Siglo", de 21 de setembro de 1894, mencionada por Francisco, recomendado aos seus comandados que depusessem as armas caso Floriano permitisse a posse de Prudente. Encetado o novo Governo, todavia, os revolucionários amargaram decepções. Prudente embaçou as negociações de paz justamente por não admitir a presença entre os rio-grandenses de marinheiros co-partícipes da Revolta da Armada, os quais estariam sinalizando para o caráter nacional da Revolução. Repercutiu muito mal, entre Joca e Francisco, a mensagem de posse de Prudente de Moraes, de 15 de novembro de 1894.

Posteriormente, todavia, segundo Francisco, a fragilidade das finanças brasileiras e a revolta da Escola Militar no Rio de Janeiro em 18 de março de 1895 precipitaram a retomada das tratativas para a pacificação. Laudelino Medeiros (1995: 58-60) aduz, ainda, a preocupação de Prudente de Moraes com o enfraquecimento, decorrente do esforço de guerra, do Brasil perante as nações estrangeiras.

Francisco passou a negociar a paz com o Vice-Presidente da República, Manoel Victorino, com o Ministro da Fazenda, Rodrigues Alves, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carlos de Carvalho. Segundo Francisco, enquanto Prudente tartamudeava em relação à paz, para Manoel Victorino a sobrevivência da República dela dependia, motivo pelo qual teria chegado, inclusive, a concordar com a deposição

de Julio de Castilhos pelo Governo Federal, proposta jamais aceita por Prudente, que, conforme Medeiros (1995: 60) não queria correr o risco de prolongar a guerra civil com eventual reação castilhista. Uma vez nomeado, em 7 de maio de 1895, por Prudente de Moraes, para costurar a pacificação, o General Inocêncio Galvão de Queiroz iniciou sua missão entrevistando-se com Francisco, ainda no Rio de Janeiro, chegando em Rio Grande no dia 8 de junho.

A pacificação não era consensual entre os revolucionários. Os Diários mostram que Joca e Francisco trabalhavam mais pela paz, em associação com Queiroz. Saldanha da Gama era refratário à proposta da missão Queiroz. Silveira Martins desacreditava dos sinais do Governo Federal quanto à revisão da Constituição de 14 de Julho e quanto à deposição de Julio de Castilhos, desejando, portanto, prosseguir com o movimento. Aparício Saraiva e Rafael Cabeda queriam ganhar tempo para reorganizar o Exército Libertador e continuar a Revolução, mas não pareciam estar dispostos a se opor à decisão da maioria dos chefes.

Este quadro confere com aquele descrito por Laudelino de Medeiros (1995) com base na correspondência do General Galvão de Queiroz, cuja estratégia política parece ter sido, segundo o próprio, a de captar a confiança dos irmãos Tavares, separando *“os republicanos hostis ao Governo do Dr. Julio de Castilhos, dos restauradores guiados por Saldanha da Gama e Gaspar Martins, aqueles menos hábeis e mais dignos de condolências, estes mais sagazes e merecedores de guerra aberta”*. Isto é, segundo suas próprias palavras, Galvão desejava fracionar *“os rebeldes, para batê-los por parte, enfraquecendo o movimento restaurador e tornando mais simpática a causa da República.”* (Medeiros, 1995: 40).

Francisco assinala que o General Galvão de Queiroz, em conferência no dia 11 de julho de 1895 com o General Tavares, exigiu como condição para o acordo que se lavrasse uma ata consignando-se que a *“revolução nunca atentara contra o Governo da União”*. Castilhos, por sua vez, fora obrigado a aceitar a paz e a anistia aos revoltosos. Conseguiu, entretanto, permanecer no Governo estadual até 1897, evitando uma intervenção federal para destituí-lo. Mais do que isto, evitou, mesmo durante o Governo de Campos Salles, que lhe era hostil, a revisão da Constituição Estadual pelo Congresso Nacional, uma das principais reivindicações dos federalistas. Com o Governo Federal e os revolucionários silenciando, a partir de então, sobre o alcance nacional da Revolução, ficou o discurso castilhista isolado, de tal sorte que a

Federalista tendeu a entrar para a história como um evento de alcance regional.

Ainda mais complexas foram as conexões da Revolução com as Repúblicas do Prata. A Argentina, ao que tudo indica, teria sido mais compreensiva do que o Uruguai com a presença de líderes insurretos em seu território nos primeiros meses da Revolução. De fato, em abril de 1893, Gaspar Silveira Martins queixava-se de não poder ir ao Uruguai, onde sua prisão estava decretada. Em agosto de 1893, as autoridades policiais uruguaias tentaram prender o General Joca Tavares, que se retirara do Brasil gravemente enfermo para repousar em uma estância. Na mesma época, foram presos Francisco e Zeca Tavares. Para Joca, tais prisões, antes de prejudicar a Revolução, alentavam-na, pois muitos federalistas teriam precipitado o seu retorno ao teatro de batalhas no Rio Grande do Sul, em um momento de refluxo da rebelião, para se evadir da polícia urguuaia.

Em compensação, os Departamentos uruguaios fronteiriços fizeram vistas grossas durante o segundo semestre de 1892 às mobilizações dos emigrados no sentido de preparação das forças de invasão. A linha divisória de fato foi uma espécie de escudo amplamente utilizada pelos revolucionários durante toda a guerra. Em princípio, bastava cruzar fronteira para interromper a perseguição imposta pelas forças legalistas. Além disso, cidadãos uruguaios tomaram parte ativa diretamente na vanguarda revolucionária brasileira. Os *brasiguaios* Gumercindo e Aparício Saraiva, célebres caudilhos *blancos*, isto é, do Partido Nacionalista, então oposição no Uruguai, engajaram-se com sua gente na Revolução brasileira.

A imprensa montevideana, segundo Francisco, principiou posicionando-se desfavoravelmente aos revoltosos, mas reverteu suas impressões ainda no primeiro semestre de 1893. Na Argentina, Saldanha da Gama achou a opinião pública mais favorável aos revoltosos a partir de outubro de 1894. O Almirante destacava o especial apoio de Virasoro, Governador da Província de Corrientes. Na mesma época, Saldanha da Gama apurava, no Uruguai, a simpatia do Presidente Borda e do *"elemento tajista"*, mas denunciava a forte oposição de Julio Herrera, sintonizado com Victorino Monteiro, à causa revolucionária. Em agosto de 1893, Joca Tavares também atribuíra a Herrera y Obes a responsabilidade pelas perseguições impostas aos federalistas em solo urguuaio.

Para Silveira Martins, ainda mais extraordinário era que o Governo uruguaio tivesse vendido armamento aos revolucionários em julho de 1893, para, em seguida, retê-lo na fronteira, negando liberação da alfândega. Pouco antes, em junho, o General Joca relata que os funcionários da alfândega uruguaia retiveram o armamento e munições do Coronel Prestes Guimarães, o qual, em fuga das forças legalistas, pretendia ocultar-se no outro lado da fronteira. Enfim, os problemas dos revolucionários com a polícia e os funcionários de alfândega uruguaio se repetiram ao longo de todo o conflito. Além disso, Joca Tavares queixa-se dos problemas causados por funcionários uruguaio em geral aliciados para a espionagem a custa dos cofres brasileiros.

Se o trânsito dos revolucionários pelo território uruguaio era complexo e o comportamento do Governo oriental parecia contraditório, também os castilhistas e florianistas teriam se beneficiado da superposição de jurisdições própria da zona fronteiriça. O diário de Joca faz referência a batalhões do Exército brasileiro que teriam se protegido de ataques revolucionários do outro lado da linha divisória. Por sua vez, Francisco registra que em outubro de 1894 a imprensa uruguaia noticiava que o Governo daquele país autorizara o Governo brasileiro a transitar armamentos por território oriental para abastecer as forças governistas no Rio Grande do Sul.

Em meados de 1895, uma tentativa desesperada de salvar a Revolução, conquistando apoio mais consistente dos países do Prata, rondou a possibilidade da proclamação de um manifesto separatista por parte dos chefes rio-grandenses. Em uma comovente carta de 20 de junho a Joca Tavares, Saldanha da Gama ameaça, caso a idéia fosse levada adiante, quebrar a sua espada e recolher-se à obscuridade e ao silêncio, pois, militar monarquista que era, não admitiria contribuir para a quebra da unidade territorial do País. Como alternativa ao reconhecimento internacional à Revolução, Saldanha propõe um manifesto monarquista, o qual, supunha, sensibilizaria as nações européias.

Enfim, estes registros indicam o quanto a Revolução Federalista envolveu as Repúblicas do Prata, tema que ainda está por merecer pesquisas futuras. Sobre o inter-relacionamento rio-grandense-uruguaio no decorrer do período, constituindo uma verdadeira *diplomacia marginal*, recomenda-se leitura do trabalho de Ana Luiza Reckziegel (1999). Os textos sugerem, outrossim, que este envolvimento se deu de forma tensa e contraditória. Segundo os diários, não se sustenta a

versão de que o Governo uruguaio apoiou integralmente a revolta federalista, nem tampouco que fez oposição sistemática aos Governos do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Sobre a organização interna do Exército Libertador, os Diários de Joca e Francisco reiteram cabalmente o que a historiografia tem dito sobre ter sido a Federalista uma típica guerra de guerrilhas, uma guerra de movimento. Este sistema decorreu em grande parte do fato de a maior parte do Exército Libertador ser composta por elementos civis, em vez de militares de carreira integrados a um exército regular e profissionalizado.

Dois temas são ainda recorrentes. A carência geral de recursos materiais – tais como cavalhadas, armamentos, munição, abrigos, medicamentos e víveres – e as notáveis dificuldades de se estabelecer um comando unificado. Em parte estas dificuldades decorriam da própria composição do Exército, majoritariamente integrado pelo elemento civil. Não há porque estendermo-nos nestes aspectos, já tratados anteriormente no âmbito desta introdução. Convém, entretanto, referir que a coragem, a audácia e habilidade de chefes e guerreiros federalistas garantiram em mais de um momento a superação das limitações materiais. Não obstante, as intrigas e dissensões internas que minavam o Exército Libertador contribuíram decisivamente para afastar a vitória, que em mais de uma ocasião pareceu estar muito mais próxima do que registrou a maior parte de nossa historiografia.

As dificuldades de comunicação constituem outro fator recorrente. As estradas de ferro eram monopolizadas pelos governistas e o telégrafo somente estava disponível para os revolucionários entre a fronteira e Montevideú. As correspondências eram trocadas entre os comandantes e oficiais por meio de *chasques*, que às vezes levavam dias para atingir seus objetivos. Os Diários revelam, ainda, o quanto eram difíceis as comunicações entre os oficiais na fronteira e os chefes revolucionários da Serra.

Quanto à participação de oficiais do Exército e da Armada imperiais – Wandenkolk, Custódio de Mello, Salgado e Piragibe – na Revolução, percebe-se pela leitura que o juízo elaborado ao final dos Diários pelos próprios Gaspar Martins e Saldanha da Gama a propósito do desempenho daqueles é o pior possível. O fracasso desses oficiais poderia em parte se justificar pelas especificidades da guerra de movimento realizada no Sul do Brasil. Para além dessa inadequação

cultural, todavia, afirma-se uma seqüência de erros e vacilações decorrentes em grande medida da falta de têmpera e da arrogância. É reveladora do choque cultural entre oficiais das forças regulares e civis militarizados uma frase do General Salgado, reproduzida no Diário de Joca, dita logo após a promoção, em reconhecimento a qualidade do desempenho militar, de Gumercindo a General, em maio de 1893: ao ser convidado por Gumercindo para formar uma única e poderosa coluna rebelde, Salgado respondeu “*que não era nenhum aventureiro para andar gauchando pelas estâncias*”.

Por sua vez, grande objetivo estratégico de Silveira Martins, a conexão da Revolução Federalista com a Revolta de 6 de setembro foi recheada de ruídos. As duas investidas contra o porto de Rio Grande simbolizam este desencontro. Foram ações precipitadas e inconsistentes, incapazes de se articular convenientemente com as forças de terra que operavam na fronteira do Rio Grande do Sul. Perdeu-se ali precioso armamento, que poderia ter sido decisivo na definição do conflito a favor dos federalistas.

Igualmente tumultuado, segundo os Diários, foi o Governo do Desterro. Para Francisco, que para lá seguiu na condição de Ministro, não chegando, porém, a tomar posse, Custódio de Mello, entre os compromissos assumidos com Silveira Martins e a intenção de isolar politicamente Saldanha da Gama, afirmando o sentido republicano do Governo Provisório, optou pela segunda alternativa, entregando o comando a elementos alinhados aos positivistas Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, os quais influenciavam parte do oficialato intermediário da Marinha. A convivência dos dois políticos gaúchos com os federalistas era ruim desde os tempos do *Governicho*. Barros Cassal e Demétrio Ribeiro procuraram, no Desterro, isolar os gasparistas da mesma forma que haviam feito em 1892 no Rio Grande do Sul, o que suscitou a ira dos revolucionários gaúchos e precipitou o rompimento destes com o Governo do Desterro.

A repetição em Desterro do quadro político gaúcho de 1892, isto é, ascendência de Barros Cassal sobre um governo sem base de sustentação social sólida e a mesma seqüência de desentendimentos, levou Dunshee de Abranches (1914) a reproduzir a alcunha de *Governicho*.

Segundo os Diários, portanto, além dos marinheiros leais a Floriano Peixoto, que constituiriam uma minoria, três grupos diferentes

dividiam a Marinha brasileira: os monarquistas, capitaneados por Saldanha da Gama; os oficiais intermediários, todos republicanos identificados aos positivistas cassalistas; e, finalmente, o grupo de Custódio de Mello, o qual pretendia compor entre esses dois termos, sem abrir mão de uma tomada de posição republicana.

Enfim, como nos ensina a historiadora Emília Viotti da Costa (1998), crises são momentos de verdade, pois trazem à luz *“conflitos que na vida diária permanecem ocultos sob as regras e rotinas do protocolo social, por trás de gestos que as pessoas fazem automaticamente, sem pensar em seus significados e finalidades”*. As crises, assim, costumam ser momentos enriquecedores para a compreensão da identidade de um povo, pois oportunizam a exposição das *“contradições existentes por trás da retórica de hegemonia, consenso e harmonia social”*.

Acredito que estamos apenas arranhando a superfície que cobre a diversidade e a complexidade do processo histórico que marcou a passagem do Império para a República no Brasil. Novas fontes, novas pesquisas tendem a iluminar cada vez mais a nossa compreensão sobre o período. A publicação desses Diários, que ficaram por tanto tempo desconhecidos do público, certamente agregará contribuições nesse sentido, dialogando de forma enriquecedora com a historiografia e a memória sobre a Revolução Federalista. Sua leitura sugere que a Revolução Federalista foi uma guerra civil brasileira, de repercussões internacionais, que dialoga com a ruptura institucional desencadeada pelo 15 de novembro de 1889. Do lado do campo revolucionário, procuraram assumir e demarcar espaços desde o movimento restaurador, até republicanos positivistas, passando pelos republicanos liberais, por descendentes de colonos europeus, pelos posseiros e despossuídos da Serra, por pequenos proprietários rurais, etc. A Revolução foi um fenômeno social complexo que expôs as contradições da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Dunshee de. *A revolta da Armada e a revolução rio-grandense*. Rio de Janeiro : M. Abranches, 1914.
- AITA, Carmen; AXT, Gunter. *Perfil Parlamentar de José Antônio Flores da Cunha. Discursos, 1909-1930*. Série Perfis Parlamentares, v. 3, Porto Alegre : ALRS/Corag, 1998.

ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande : Editora da FURG, 1993.

ANTONACCI, M.^a Antonieta. *RS: as oposições e a Revolução de 1923*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1981.

_____. A Revolução de 1923: as oposições na República Velha. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 2^a edição, 1993.

ARDENGI, Lurdes Groll. *Caboclos, Ervateiros e Coronéis. Lutas e Resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo : Ed. UPF, 2003.

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1928)*. São Paulo : USP, 2001. Tese de Doutorado.

_____. "Votar por quê? Ideologia autoritária, eleições e Justiça no Rio Grande do Sul borgista". *Revista Justiça & História*, Porto Alegre, Centro de Memória do Judiciário, Departamento de Artes Gráficas do Tribunal de Justiça do RS, v. 1, nº 1 e 2, 2001a.

_____. Contribuição ao debate historiográfico concernente ao nexos entre estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhistaborgista. *Revista Méti: História & Cultura*. Caxias do Sul : Editora da Universidade de Caxias do Sul, Vol .1, 2001b.

BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Ditadura, Parlamentarismo e Democracia*. Porto Alegre : Globo, 1908.

_____. manuscrito, 1923. Arquivo pessoal, Castelo de Pedras Altas.

BARETTA, Sílvio Rogério Duncan. *Political Violence and Regime Change: a Study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. University of Pittsburgh, 1985.

BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, J.H.; GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

CABEDA, Coralio Bragança Pardo. *Considerações em torno da batalha de Passo Fundo*. Passo Fundo : Seminário sobre os 110 Anos da Batalha do Pulador, 21.06.2004, dat.

CABEDA, Rafael & COSTA, Rodolpho. *Os crimes da ditadura*. Rivera : O Maragato, 1902.

_____. *Os crimes da ditadura*. AXT, Gunter; CABEDA, Coràlio B. P. & SEELIG, Ricardo V. (orgs.). A história contada pelo dragão. Série memória jurídica e política do Rio Grande do Sul, vol. 1. Porto Alegre : Memorial do Ministério Público, 2002.

CARDOSO, Edmundo. *História da Comarca de Santa Maria*. Santa Maria: UFSM, 1978.

CARONE, Edgar. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel, 1971. v.2

CHASTEEN, John Charles. *Héroes a caballo: los hermanos Saravia y su frontera insurgente*. Montevideo : Ediciones Santillana; Ed. Aguilar; Fundación Bank of Boston, 2001.

COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue. A rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DOURADO, Ângelo. *Voluntários do martírio. Narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre : Martins Livreiro Editor, 1977.

ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a história da Revolução rio-grandense de 1893*. Rio de Janeiro : sem editora, 1919.

_____. *30 anos de Ditadura Rio-grandense*. Rio de Janeiro: s/ ed., 1922.

FONSECA, Pedro César Dutra. *RS: Economia & Conflitos Políticos na República Velha*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1983.

_____. *Vargas: o Capitalismo em Construção (1906-1954)*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre : Ufrgs, 1962.

_____. *Júlio de Castilhos e sua Época*. Porto Alegre: UFRGS, 1988, 2ª ed.

FREIRE, Felisbello. *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. Rio de Janeiro : Cunha Irs., 1896.

GUIMARÃES, Antônio Ferreira Prestes. *A Revolução Federalista em Cima da Serra. Diário de Campanha*. Porto Alegre : Ed. Martins Livreiro, 1987.

GRABOWSKI, Francisco. *Memórias da revolução brasileira de 1893-1894*, s/ed., s/d.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil monárquico: do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro : Ed. Bertrand, 1972. Tomo 2, vol. 5.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

KRAUSE, Silvana. *Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha*. Porto Alegre : UFRGS, dissertação de mestrado, 1991, dat.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4 ed. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1978.

LOVE, Joseph L.. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo :, Ed. Perspectiva, 1975.

_____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Volume I. Rio de Janeiro, 1989.

MEDEIROS, Laudelino T. *A pacificação da Revolução de 1893*. Porto Alegre : La Salle, 1995.

MEDEIROS, Manoel da Costa. *História do Herval: descrição física e histórica*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Herval: Prefeitura Municipal, 1980, 402 p.

MORITZ, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul (1889-1890)*. Porto Alegre: s/ed, 1939.

MOURA, Euclides. *O vandalismo no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Universal, 1892.

MÜLLER, Geraldo. *Periferia e dependência nacional. estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo : USP, dissertação de mestrado, dat., 1972.

MURICY, Gal. José Cândido da Silva. *A Revolução de 1893 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (memórias)*. Rio de Janeiro : Bibliex, 2ª ed., 1946.

O'DONNELL, Fernando O. M. *Francisco Miranda vivendo a República*. Porto Alegre: Metrópole, 1987.

_____. *Alguns textos políticos da transição institucional no Rio Grande do Sul: 1887-1893*. Porto Alegre: Metrópole, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. *A República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre : Editora Movimento/IEL, 1980.

_____. *A Assembléia Legislativa do RS: a trajetória do Parlamento Gaúcho*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1992.

_____. *República Velha Gaúcha: estado autoritário e economia*. In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.) *RS: Economia e Política*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 2ª ed., 1993.

PICCOLO, Helga I. L. *República Velha, novas teses. Cadernos da Anpuh – Rio Grande do Sul*, v.1, nº 1, Porto Alegre, 1988.

PINTO, Céli Regina J. *Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-grandense (1882-1891)*. Porto Alegre : Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRGS, 1979.

_____. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre : Ed. L&PM, 1986.

_____. *Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. Revista Análise Econômica, Ano 5, n.º 8*, Porto Alegre : Ufrgs, pp. 83-111, 1987.

QUEIRÓS, Suely Robles Reis. *Os radicais da República: jacobinismo, ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo : Ed. Brasiliense, 1986.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi Setti. *A diplomacia marginal. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo : Ed. UPF, 1999.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Castilismo: uma filosofia da República*. Caxias do Sul: UCS, 1980.

ROSA, Othelo. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: Globo, 1928.

RUSSOMANO, Victor. *História Constitucional do Rio Grande*. 2 ed. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS, 1976.

SANTOS, João Luiz de Faria. *51ª Prédica Explicativa do Catecismo Positivista*. Porto Alegre : IPB, 1935, Arquivo da Capela Positivista de Porto Alegre.

SILVEIRA, Gustavo Py Gomes da. O "Diário da Revolução Rio-grandense". Manuscrito do Dr. Francisco da Silva Tavares. In: *Fontes para a História da Revolução de 1893*. Anais do II Simpósio realizado em Bagé, de 29 a 31 de outubro de 1990. Bagé : Urcamp Editora, 1992.

TABORDA, Tarcísio A. Costa. O Combate do Rio Negro. In: *Correio do Sul*, Bagé, 28.01.1979.

_____. *Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé*. Porto Alegre : Biblioteca Pública do Estado do RS, 3 de junho de 1993.

_____. Cem Anos do Cerco de Bagé. In: *Correio do Sul*, Bagé, 23/11 a 22/12/1993. In: *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, nº 130, 1994, com nota explicativa de Coralio B. P. Cabeda.

_____. *Perfis. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. João da Silva Tavares – Visconde de Serro Alegre*. Bagé : URCAMP, 1998

TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre : Ed. Mercado Aberto, 1993, 2ª ed.

VARELA, Alfredo. *Revoluções Cisplatinas*. Porto : Chardon, 1915, 2 vols.

VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Documentos e comentários*. Rio de Janeiro : Laemmert, 1897.

FRANCISCO DA SILVA TAVARES

Articulador civil da Revolução Federalista de 1893

Gustavo Py Gomes da Silveira

ORIGENS

O Dr. Francisco da Silva Tavares nasceu a 5 de agosto de 1844 em Bagé, sendo o 17º filho de João da Silva Tavares, Visconde com Grandeza de Cerro Alegre, e de Umbelina Nunes, Viscondessa de Cerro Alegre. Seu avô paterno foi José da Silva Tavares, Cavaleiro da Ordem Terceira, Dragão de Rio Pardo, sob as ordens de Rafael Pinto Bandeira, açoriano da freguesia de Santa Bárbara, na ilha Terceira, filho de Manoel da Silva e de Úrsula Maria. Sua avó paterna era Joana Maria dos Santos, que em algumas publicações aparece como Ana Joana Facundo, filha de João Pereira Duarte, da freguesia de Castelo Branco na ilha do Faial e de Ana de Medeiros, natural do Rio de Janeiro, ela filha de Antonio Moniz Leite, da freguesia dos Três Reis Magos, na ilha de São Miguel, Açores, e de Francisca Fagundes de Oliveira, natural de Mariana, Minas Gerais. Por parte de Francisca Fagundes de Oliveira, a única bisavó não açoriana de Francisco da Silva Tavares, são conhecidas as origens mais remotas, chegando ao início da Idade Média, sendo seus ancestrais os Reis das Astúrias, os Reis de Leon, chegando aos lendários Pedro Duque da Cantábria, visigodo, e Don Pelayo, primeiro Rei das Astúrias. Descende, ainda, de alguns vultos marcantes da história do Brasil, como Diogo Álvares, o Caramuru e sua mulher Paraguaçu (Catarina do Brasil), ainda Diogo Amorim Soares e Sebastião Fagundes Varela, primeiros colonizadores do Rio de Janeiro.

Umbelina Nunes, sua mãe, era filha de Bonifácio José Nunes, natural de Porto Alegre, Dragão de Rio Pardo com Rafael Pinto Bandeira e fundador da cidade do Herval, no sul do Rio Grande, e de Gertrudes Bernarda de Assunção, natural de Santo Antonio da Patrulha. Tanto os avós paternos quanto os maternos de Umbelina eram açorianos, da ilha Terceira ou de São Jorge. Remotamente descende de João Vaz Corte Real, donatário da ilha Terceira, grande navegador português, que chegou à América em 1472, 20 anos antes de Colombo, tendo aportado no Canadá, descobrindo a Terra Nova, depois a Groenlândia em 1474, e explorando a baía de Hudson em 1476.

Assim, de raízes basicamente açorianas, com alguns ancestrais vindos de Portugal continental – entrando aí sangue ibérico e visigodo – e ainda algumas gotas de sangue brasileiro autêntico representadas pelo Cacique Taparica e sua filha Paraguaçu, temos a constituição étnica de Francisco da Silva Tavares, oriundo de uma família com destaque na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Nascido em 1844, estávamos no penúltimo ano da Guerra dos Farrapos, onde seu pai foi importante chefe legalista e seu irmão, Joca Tavares, depois Barão de Itaqui e Chefe Militar da Revolução Federalista de 93, também participou, sendo ambos, pai e filho, presos em determinado momento pelos farroupilhas.

Sua infância foi em Bagé, durante um período de paz, entre o final do Decênio Heróico e o início da Guerra do Paraguai.

FORMAÇÃO E FAMÍLIA

Francisco da Silva Tavares foi para São Paulo, para concluir os estudos preparatórios possivelmente em 1861, aos 16 ou 17 anos de idade. Em 1864 ingressou no curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, dita do Largo São Francisco, onde se formou bacharel em Direito em 1868, aos 24 anos de idade.

Em 2 de outubro de 1862, na Catedral de São Paulo, casou com Maria dos Prazeres Amor, natural de São Paulo, filha de Romão Jorge Amor, nascido em Lima, Peru, com pais espanhóis, e de Joaquina Moreira de Jesus, nascida em São Paulo e com origens, pelo lado paterno, nos troncos quatrocentões paulistas, tendo como ancestrais mais remotos o Cacique Tibiriçá, João Ramalho e Bartira. Francisco

contava apenas 18 anos de idade e Maria, já grávida de cerca de três meses, tinha 15 anos de idade.

O casal, ainda em São Paulo, teve quatro filhos: João, nascido a 17 de abril de 1863, que faleceu em São Paulo a 17 de dezembro do mesmo ano; Armando, nascido a 3 de setembro de 1864; Zulmira, nascida em 24 de novembro de 1866 e Dario, nascido em 17 de agosto de 1868. Os outros cinco filhos – Alzira, Corina, Eurico, Ernestina e Otilia – nasceram em Bagé, onde a família passou a residir, ao término do curso de Direito de Francisco.

Com a herança de parte da Estância de Cerro Alegre, de seus pais, em Bagé, Francisco estabeleceu a Estância São Francisco.

Francisco da Silva Tavares faleceu em Bagé, a 18 de novembro de 1901, onde foi sepultado, contando 57 anos de idade. Sua viúva viria a falecer, também em Bagé, a 26 de junho de 1913, aos 66 anos.

Deixaram sete filhos adultos e apenas um, o Cel. Eurico da Silva Tavares, sem descendentes. Os demais geraram 31 netos.

Atividades políticas

Regressando ao Rio Grande do Sul, Francisco da Silva Tavares filiou-se ao Partido Conservador, sendo eleito deputado da Assembléia Legislativa Provincial na 14^a Legislatura, de 1871 a 1872. Tornou a ser eleito para Assembléia Provincial na 17^a Legislatura, de 1877 a 1878 e nas 21^a, 22^a e 23^a Legislaturas, de 1883 a 1888, sempre pelo Partido Conservador, convivendo com Gaspar Silveira Martins, do Partido Liberal. A 19 de abril de 1888 é proclamado chefe do Partido Conservador no Rio Grande do Sul. Em 8 de julho de 1889 divulgou manifesto em que se declara republicano. A 19 do mesmo mês seu irmão, o General Joca Tavares, também adere à idéia de república e renuncia ao título nobiliárquico de Barão de Itaqui. Na Legislatura seguinte, de 1889, que foi interrompida pela Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, Francisco já estava no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Foi Representante do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, na 20^a Legislatura, de 1886 a 1889, acumulando pois as funções de Deputado à Assembléia Provincial.

Sobre sua atividade legislativa no Império, foram divulgadas algumas intervenções suas nas Coletâneas de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Na sessão de 24 de dezembro de 1883, externa sua inteligência e cultura num discurso a favor do imposto direto, em determinado momento defendendo que as terras incultas devam ser taxadas com maior ônus que as cultivadas. Outros discursos, em favor do desenvolvimento industrial, são feitos em 19 de abril de 1871, e em 27 de dezembro de 1883. A 26 de março de 1884, pronuncia um interessante discurso contra o Partido Liberal, onde polemiza com Silveira Martins.

Proclamada a República, foi nomeado, pelo Presidente Deodoro da Fonseca, primeiro vice-governador. O telegrama do chefe do Governo Provisório é de 5 de maio de 1890: "Governo espera que aceiteis cargo primeiro vice-governador e que entreis logo em exercício. Deodoro".

Assumindo o governo do Estado, montou o secretariado com pessoas de sua confiança. Desde o primeiro momento os castilhistas se manifestaram contra Tavares. No dia 13 de maio, a pretexto de comemorar o aniversário da abolição da escravatura houve um atrito entre populares simpatizantes de Castilhos e a polícia, com tiroteio, sendo ferido o castilhista Barros Cassal. Sabe-se que, depois disso, Castilhos esteve acompanhado de correligionários no Colégio Militar. Mais adiante alunos da Escola, apoiados pelas forças militares regulares dirigiram-se para o Palácio, onde o Governador Tavares estava reunido com auxiliares e o representante das forças armadas. Na falta de apoio, Tavares passou o governo para o general Carlos Machado de Bittencourt, comandante de armas, sendo enviado um telegrama ao marechal Deodoro da Fonseca. Houve um pequeno atrito, pois o general queria que se declarasse que aceitara o governo para evitar derramamento de sangue, e Silva Tavares quis que se dissesse que ele não podia contar com os dois batalhões que se tinham reunido à Escola Militar e marchavam contra o Palácio. (MORITZ)

A demissão de Silva Tavares, que a solicitou insistentemente, só foi concedida por Deodoro, seu velho amigo e correligionário no tempo do Império, a 21 de junho de 1890.

OPINIÕES SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

De Laudelino Medeiros: "...é o próprio Dr. Francisco da Silva Tavares, cujo "dedo de bacharel" se nota claramente nos documentos

elaborados durante as negociações de paz, nas passagens referentes aos revolucionários. Também a mesma habilidade se nota em sua entrevista com Rodrigues Alves, então ministro da Fazenda. A sua argúcia, sagacidade e cultura contrastam com certa ingenuidade e boa fé do General Galvão.”

De Achylles Porto Alegre: “O Dr. Francisco da Silva Tavares, que tinha nas veias o sangue valoroso de seus avoengos, e que, como todos os que pertenciam a esse heróico ramo de uma das famílias mais ilustres do Rio Grande do Sul, era altivo, pertinaz, e, não raro, violento, mas de uma violência cheia de orgulho – porque ele tinha a consciência do seu valor e a responsabilidade do nome que trazia. “

ARTICULAÇÃO DA REVOLUÇÃO

A presença de Francisco da Silva Tavares na articulação civil da Revolução Federalista de 1893 está descrita em seu diário, um documento escrito de próprio punho, em estilo que deixa clara a intenção de fazer história.

O original do “Diário” esteve sob a guarda do Dr. Jayme da Silva Tavares, bisneto do Dr. Francisco que foi cedido para publicação, cessão esta ratificada por seus herdeiros, representados pelo Dr. Luiz Alfredo da Silva Tavares. Trata-se, como veremos, de um depoimento feito por um homem culto, profundamente comprometido com a Revolução, irmão de seu chefe militar, o General João Nunes da Silva Tavares – Joca Tavares. Sua presença se fez importante desde a fase pré-revolucionária até os momentos da pacificação. Relata Laudelino T. Medeiros os pormenores da reunião, em 1º de novembro de 1892, entre o General Joca Tavares e o General João Baptista da Silva Telles, enviado especial do Marechal Floriano Peixoto, que não conseguiu evitar o desencadear da Revolução. A ata não é conhecida pois ficara em poder de Telles, mas foi a reunião descrita pelo Dr. Francisco no jornal “El Dia”, de Montevideo.

PAPEL NA PACIFICAÇÃO: JUNTO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (PRUDENTE DE MORAIS)

A participação do Dr. Francisco da Silva Tavares no processo de pacificação está muito bem estudada no livro de Laudelino T.

Medeiros (A Pacificação da Revolução de 93). Cita uma carta reservada do General Inocêncio Galvão de Queiroz ao Presidente Prudente de Moraes, em que diz: “Comecei por conferenciar com o Barão de Santa Tecla e Dr. Francisco da Silva Tavares”. O Barão de Santa Tecla é Joaquim da Silva Tavares, outro irmão de Francisco. Tratava-se de conseguir articular a pacificação, isso em 30 de junho de 1895.

Prudente de Moraes, em despacho de 21 de maio de 1895, encarrega o Ministro da Fazenda Rodrigues Alves de se encontrar com o Dr. Francisco da Silva Tavares para conhecer a situação e as disposições dos revolucionários. Os encontros se dão em 23 e 24 de maio. Toda a trama de reuniões e correspondências sobre aspectos da pacificação, onde predominou o princípio de preservar a honra dos grupos em litígio, está descrita e documentada no livro de Laudelino T. Medeiros.

Epílogo

O último discurso de Francisco da Silva Tavares ocorreu nas “Exequias Solemnes” pela morte de Silveira Martins, em julho de 1901. Nessa oração, marcada por profunda erudição e pronunciada na Igreja Matriz de Bagé, Silva Tavares delineou um perfil de Silveira Martins, seu antigo adversário na Assembléia Provincial e correligionário no Partido Federalista.

Francisco da Silva Tavares viria a falecer em 18 de novembro de 1901, em Bagé, menos de quatro meses após, aos 57 anos, 3 meses e 13 dias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aita, Carmen; Axt, Gunter; Araujo, Vladimir, org. *Parlamentares Gaúchos das Cortes de Lisboa aos nossos dias 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

Cabeda, Rafael & Costa, Rodolpho. *Os Crimes da Ditadura. A História Contada pelo Dragão*. Série Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul. Volume 1. Org. Coralio B.P. Cabeda, Ricardo Vaz Seelig & Gunter Axt. Porto Alegre: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Procuradoria-Geral da Justiça, Memorial, 2002.

Escobar, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1920.

Franco, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988.

Medeiros, Laudelino T. *A Pacificação da Revolução de 93*. Porto Alegre: La Salle, 1995.

Moritz, Gustavo. *Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul, 89-90-91*. 1º volume. Porto Alegre: Tipografia Thurmann, 1939.

Piccolo, Helga Iracema Landgraf, org. *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Org.. 1º e 2º volume. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 1998.

Porto Alegre, Achylles. *Homens illustres do Rio Grande do Sul: Dr. Francisco da Silva Tavares*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1916. pág. 146-7.

Rheingantz, Carlos Grandmasson. *Famílias Primeiras de Bagé, fascículo I, Título 30 – Silva Tavares*. Bagé: Ediurcamp, 1993

Salis, Eurico J. *História de Bagé*. Porto Alegre: Livraria do Globo. 1955.

Silveira, Gustavo Py Gomes da. O "Diário da Revolução Rio-grandense. Manuscrito do Dr. Francisco da Silva Tavares". In: *Fontes para a História da Revolução de 1893. Anais do II Simpósio realizado em Bagé, de 29 a 31 de outubro de 1990*. Bagé: Urcamp Editora, 1992.

Taborda, Tarcísio Antonio Costa. *Perfis. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. João da Silva Tavares – Visconde de Serro Alegre*. Bagé: URCAMP, 1998.

Telles, Alipio, org. *Homenagem a Silveira Martins*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1902. pág. 125-129.

Vieira, José Cypriano Nunes. *O fundador do Herval*. Bagé: EdifunBa. 1988.

CONVENÇÕES DA TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA

- Sublinhado para todas as letras ou palavras acrescentadas na transcrição paleográfica (desdobramento das abreviaturas);
- [sic] quando o erro é autógrafo ou quando há alguma incompreensão autógrafa;
- < > para as informações entrelinhas do documento;
- [fl.] indica o número da folha atribuído na transcrição paleográfica, uma vez que no manuscrito não consta;
- [fl.] indica o número da folha do documento;
- [?] quando a leitura paleográfica oferece dúvida;
- [] as letras que não constam no manuscrito devido aos casos de estarem apagadas ou cortadas serão acrescentadas entre colchetes, sempre que o contexto assim o permitir;
- [apagado], [cortado], [rasurado] nos casos onde não é possível identificar as letras/ a palavra para completar a informação.

DIÁRIO DA REVOLUÇÃO RIO-GRANDENSE (1892-1895)

[fl. 1]

Os resultados da República no Rio Grande do Sul

Nosso fim é estudar o Estado do Rio Grande na época que atravessamos (novembro 1892). M[as] para bem se compreender as causas do bandi[tis]mo que alteou sua bandeira naquele abençoado torrão, é necessário fazer um estudo retrospectivo, ainda que rápido, da política do Governo Provisório e do Gabinete Lucena, somente na parte que t[em] relação com os negócios políticos do Sul. Proclamada a República, o Governo Provisório cometeu o grave erro de transformar os hábitos e costumes do povo brasileiro, pelo processo do arrasamento de tudo que encontrou criado, estabeleci[do] com muito estudo e premeditação, pelos princip[ais] estadistas. Leis civis, e criminais, a nossa o[rga]nização judiciária, indubitavelmente, uma das melhores até hoje conhecidas, tudo sofreu o efeito [cortado] da charrua devastadora, e a imitação do que fiz[eram] os revolucionários franceses de 89, destruíram [cortado] e nada inovaram, quando a França no auge [de] seu delírio criou a Deusa Razão. [fl. 1v.]

Esta devastação não tardou a produzir os seus resultados: a anarquia apareceu em todos os ramos do domínio público. Tudo ficou desorganizado! Os Estados ressentiram-se logo deste estado anárquico, e o do Rio Grande do Sul, com o gênio altivo e cavalheiresco de seus filhos, foi o que mais de perto sentiu os efeitos do mal estar geral, por não se sujeitar com a mesma submissão à intervenção indébita do Centro, sustentando um elemento político pernicioso e sem raízes na opinião. A escola de Benjamin Constant encontrou sempre mais adeptos nos republicanos históricos do Rio Grande, mais educados do que os outros nos princípios absolutistas e por isso mesmo mais compressores. Estes investidos, desde logo, das posições oficiais, trataram de formar partido apropriado à execução de seus planos, tendentes todos a transformar o Estado em uma oficina de Augusto Comte. Logo nos primeiros meses, a Federação, órgão jornalístico desse elemento, em artigo editorial publicou o programa de um grande partido socialista que se devia criar nesse Estado. Programa [fl. 2] em que se liam os princípios do mais genuíno socialismo de confusão com os princípios ditatoriais de Comte. Uma verdadeira amálgama. Esse artigo não podia passar despercebido no seio do próprio Partido Republicano histórico. De fato, o Dr. Silva Tavares, em carta ao Dr. Fábio Reis, e que foi publicada no Echo do Sul, combateu estas absurdas teorias e firmo[u] os princípios da República Conservadora, pelas quais lutava desde que aderiu à causa republicana. Ficou aberta a cisão.

O Marechal Deodoro então Presidente da República (1890) aplaudiu a atitude do Dr. Silva Tavares e, travando-se luta entre o elemento dominante no Sul e o Governo Provisório por causa da inauguração do Banco Emissor do Sul, nomeou Vice-Governador do Rio Grande o Dr. Silva Tavares que a começo relutou, mas teve, afinal, de ceder à vista da insistência do Chefe da Nação que invocou para vencê-lo seu patriotismo e as relações de amizade particul[ar.]

Silva Tavares assumiu o governo no dia 6 de maio de 1890, rompendo nesse mesmo dia as [fl. 2v.] hostilidades das baterias republicanas intituladas genuínas. A luta travou-se em terreno desigual. Tavares manteve todas as forças que serviram sob o governo de seus adversários do dia, nenhuma alteração fez, por ser o seu governo interino visto já estar nomeado o General Cândido Costa para Governador do Estado. Isto valeu-lhe a traição de que foi vítima. O Comandante das Armas, General Carlos Machado de Bittencourt, e os comandantes da Escola Militar e Corpos de Guarnição na capital

(13º e 30º de Infantaria) protestavam adesão ao governo mesmo na noite de 13 de maio. Entretanto às 3 horas da madrugada de 14 do mesmo mês, depois de um conflito na Rua dos Andradas às 7 horas da noite e que às 9 parecia terminado com as providências tomadas pelo Governador para a punição dos culpados, compareceu em palácio o General Bittencourt intimando o Governador, em nome da Escola Militar e Corpos da Guarnição, a deixar o governo. De fato, logo depois, com grande ruído os Corpos com artilharia embalada, formaram em frente ao palácio e o Governador passou o governo [fl. 3] ao próprio Comandante das armas.

Ficou assim aberta a porta às deposições que se seguiram em toda a República e com elas o regime da anarquia. Esperaram os Rio-Grandenses pela reorganização do Estado, com esperanças de melhorar a sua sorte política e social. Não esperavam concorrer para essa reorganização, porque o regulamento eleitoral publicado pelo Ministro Alvim, não consentia que se alimentasse tão lisonjeiras esperanças; entretanto confiava-se dema[is] na probidade política dos governantes de então e aguardava-se, com ansiedade, a publicação da Constituição do Estado que o Congresso devia decretar.

Essa Constituição extravagante foi uma desilusão. Além de firmar o poder ditatorial dos dominadores da época, declarou lei do Estado o regulamento eleitoral Alvim.

À vista disso, em maio de 1891, começ[ou] a propaganda revolucionária os seus preparativos, mais ou menos lentos, até que foi fixado o dia 20 de novembro para início do movimento. [fl. 3v.] A dissolução do Congresso pelo Marechal Deodoro precipitou os acontecimentos.

Tendo os Corpos de Guarnição do Rio Grande e a esquadrilha protestado contra esse ato ditatorial, a esse protesto aderiu a guarnição de Bagé. Então o General Silva Tavares aproveitando o ensejo que não podia ser mais favorável, lançou a revolução pela carta circular datada de 8 de novembro e que correu todos os municípios com a rapidez do raio. Algumas guarnições tentaram resistir, mas à vista do incremento que tomara a revolução, tiveram como mais sábio e mais prudente aderir a ela. Assim é que em 4 dias estava decidida a campanha com a queda de Julio de Castilhos, caindo Deodoro no dia 23 do mesmo, tendo correspondido ao movimento do Sul parte da esquadra brasileira. Subiu o Marechal Floriano Peixoto por efeito dessa revolução. Os estados em

que estavam constituídos e eleitos os seus presidentes, que não se revolucionaram, que continuavam a viver em plena paz, viram-se de um momento para [fl. 4] outro anarquizados pelo governo Floriano, que mandou depor os governadores pela Força Pública e substituí-los por militares, alguns até alferes, mas subservientes ao seu mandado. No Rio Grande, porém, vencida a revolução de novembro, organizou-se uma junta governativa de elementos escolhidos na Capital, junt[a] que declinou o governo na pessoa do General Domingos Barreto Leite que mais confiança inspirava aos chefes revolucionários do Sul. Chegando a Porto Alegre, o Marechal Visconde de Pelotas, General Silva Tavares (Barão de Itaqui), Coronel José Bonifácio Tavares, efetuaram-se duas reuniões, uma em casa do Visconde outra em palácio, com o fim de acentuar a marcha política do Governo do Estado e firmar o seu programa. De fato, ficou assentado que a missão do governo era exclusivamente garantir uma eleição livre, por meio de um regulamento que garantisse o pleno direito do voto e a mais ampla fiscalização dos trabalhos eleitorais [fl. 4v.] e a convocação de uma Constituinte que reorganizasse o Estado em bases liberais. O regulamento eleitoral foi publicado e convocada não uma Constituinte, conforme a combinação, mas uma convenção a modo da Convenção francesa! E designado o dia para a eleição. Mas como o Governador Barreto Leite, entregue ao elemento positivista – estava no propósito de trair as combinações feitas, guiado por Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Farias –, adiou a eleição, iniciando-se uma série de adiamentos enquanto o Rio Grande, órgão desses senhores, apregoava a reorganização do Estado em moldes comtistas pelo governador transformado em ditador.

Barreto Leite – homem honrado, mas ignorante – não tendo coragem para arcar com as conseqüências de seus atos, passou o governo a Barros Cassal, cujo primeiro ato foi um novo adiamento da eleição da Convenção e a publicação de um decreto [fl. 5] atentatório à liberdade da imprensa e, por último, a publicação de uma Constituição, cópia servil da anteriormente promulgada pelo Congresso Castilhistas, com pequenas modificações, mas consignando os princípios ditatoriais dos positivistas. Por essa Constituição as câmaras eram orçamentárias, a decretação das leis e a reforma da própria constituição da competência do Presidente do Estado.

É digno de ser lido o extravagante preâmbulo dessa Constituição onde se lêem períodos indigestos como este: “a incorporação do passado no público”.

A falsa fé com que procedia o governo do Estado, a sua deslealdade para com a revolução de novembro motivaram a convocação do Cong[re]sso de Bagé pelo General Silva Tavares, cuja reunião se efetuou no dia 1º de abril de 1892. Esse Congresso firma, sem voz discrepante, o programa do Partido Federal que pode ser resumido em duas palavras: república parlamentar. [fl. 5v.] Ficou, pois, o Partido Federal ou parlamentar em frente ao partido castilhistas sem programa, e o positivista sendo certo que pelas constituições publicadas esses dois elementos deviam estar reunidos procurando um só partido. Estavam as coisas neste pé, quando o Sr. Floriano Peixoto, por alta recreação, mandou as forças federais sob o Comando do General Bernardo Vasques mudar o governo do Estado. Esse general, com a viveza de traidor, desarmou a força federal simpática ao programa de Bagé, publicou documentos exigindo a neutralidade das forças sob seu comando nos negócios políticos do Estado, mas, cavilosamente, mandou para Porto Alegre os batalhões adesos ao castilhismo, armou-os, municiou-os, e no dia 17 de junho, mandou-os formar na praça em frente ao Palácio do Governo então ocupado pelo Visconde de Pelotas, a primeira patente do Exército a quem, na véspera, garantira todo o apoio dessas [fl. 6] mesmas forças. Enquanto o Sr. Vasques manobrava por essa força 50 soldados de polícia, um grupo pequeno de castilhistas com seus chefes a frente marchava para o palácio a depor o governador. O Visconde de Pelotas apercebendo-se disso, retirou-se para sua casa e telegrafou ao General Silva Tavares já nomeado vice-governador, passando-lhe o governo pedindo que o assumisse imediatamente em Bagé, lugar de sua residência.

Desde então as comunicações ficar[am] interrompidas, só passando-se telegramas que fossem favoráveis ao governo revoluc[i]onário do dia, com a proteção do Sr. Floriano Peixoto. O General Silva Tavares que ignorava quanto se passava em Porto Alegre, assumiu o governo em Bagé. Sabendo, à tarde de 17, que o Sr. Pelotas tinha sido deposto e que se achava à frente do Governo Vitorino Monteiro, por indicação do Sr. Julio de Castilhos. Como soldado leal, tratou o General Tavares [fl. 6v.] de congregar todos os elementos para resistir a essa intrusão, contrária à revolução de novembro a que devia o Sr. Floriano a sua ascensão.

Estava já com mais de 3.000 em armas, quando soube que esse Marechal, contra a expectativa geral, prestava todo o apoio da força federal ao governo de Vitorino Monteiro com quem reatara

comércio ilícito de amizade. Ao chegar a Bagé o 30º batalhão com o seu Comandante Artur Oscar conferenciou o General Tavares, assentando-se no desarmamento das forças de Tavares, e que as forças populares, sob o comando do General Luís Alves, não entrariam em Bagé nem no seu município. À vista disso o General Tavares mandou dissolver as forças no mesmo dia e recolher o armamento. Com grande alarme, soube-se que Artur Oscar fora repreendido por ter lavrado semelhante acordo, mandado retirar com o seu Corpo, e entrar em Bagé as forças de Luís Alves, Manoel Pedroso e Bernardino Motta, três bandidos, sendo que o primeiro, [fl. 7] por covardia, retirou-se por ter sido [desau]torado, entregando tudo à ação dos dois últimos mais audazes e ladrões. O que se passou então é indescritível. O roubo, saque as casas e às estâncias, os assassinatos por atacado puseram em fug[a] a população indefesa do Estado para o Paraná, Santa Catarina, o Estado Oriental, a República Argentina! Um verdadeiro êxodo. A imprensa do Prata noticiou mais de 15.000 emigrados nas duas repúblicas vizinhas. Chamaram a esse estado de coisas o regime da legalidade! Epigrama mordaz e feroz que com facécia atiravam às faces de seus adversários as cri[a]turas do Sr. Floriano Peixoto. Em outubro foi anunciada a vinda de um emissário do Marechal Floriano a conferenciar com o General Silva Tavares. Esse em[is]sário era o General João Batista da Silva Telles, amigo particular daquele emigra[do] segundo dizia. De fato, a conferência efetuou-se na [fl. 7v.] Carpintaria no dia 1º de novembro. Enquanto o emissário do Peixoto propunha a volta à pátria desses exilados, garantindo tranqüilidade, no Estado se cometiam os maiores atentados, senão as maiores atrocidades. No momento da conferência, chegaram à Carpintaria Pedro Nunes da Silva Tavares, filho do General Silva Tavares, e Dario da Silva Tavares, filho do Dr. Silva Tavares,¹ para evitarem as prisões que em massa se faziam em Bagé por ordem do Governador Abbott. Nos outros pontos do Estado, calcula-se em mais de 500 as prisões efetuadas. Em Porto Alegre, além de 60 prisões de homens do comércio, foi assaltada a casa da família do Coronel José Facundo da Silva Tavares por praças de polícia comandada por Joaquim Pantaleão Telles, sobrinho do General Telles, conferencista, que de próprio punho assassinou um dos filhos de Facundo com um tiro de revólver, ficando o outro com o crânio

¹ (Nota da Transcrição - N.T.). O restante da linha está rasurada.

despedaçado por uma bala *Comblain*, a senhora de Facundo com um ferimento [fl. 8] de bala na testa, uma filha com o cabelo queimado por bala que foi despedaçar o espelho de *toilette*, onde fora buscar sais para atender a um dos irmãos feridos mortalmente e Facundo, com 3 ferimentos, sendo dois graves, e arrastado à cadeia civil sem atender-se às suas imunidades onde o conservaram incomunicável, dois dias, sem poder ser socorrido pelos carinhos da família. O assalto deu-se ao clarear o dia – o seu histórico consta das exposições feitas pelos jornais do Rio de Janeiro e Montevidéu. A esses assassinatos ac[r]e[s]ceu o de Frederico Haensell, homem retirado da política e entregue aos seus labores comerciais. Isto quer dizer, enquanto o Sr. Telles dirig[ia] promessas amáveis ao seu amigo General Ta[va]res, o sobrinho Telles desempenhava-se da comissão que lhe fora confiada na Capital do Estado de exterminar a família Facundo! E no resto do Estado as perseguições a todos que pertenciam ao partido de que [fl. 8v.] era chefe militar o General Tavares e aqueles que não eram afetos ao Governo de Abbott! Traições sobre traições! Continuavam os exilados em seus trabalhos preparatórios.

No dia² de novembro, os federalistas do Rosário cansados das perseguições reuniram-se em número de 200 sob o comando de Marcelino Pina, assaltaram a vila e soltaram os presos políticos, entre os quais se achava o chefe do partido, Feliciano. Travou-se combate com uma força de 100 e tantos homens que guardavam a cadeia e estavam entrincheirados nas dependências do edifício, ficando 14 mortos dos atacados e alguns feridos dos assaltantes. Esta força federalista vitoriosa retirou-se a passo em direção ao Estado Oriental onde penetrou depois de dois dias de lenta marcha, trazendo os presos libertados. No dia 2 de dezembro, o Dr. Tavares tem comunicação de que o 3º Regimento de Cavalaria, que estaciona em S. Borja, sublevarase, prendera todos os castilhistas que se achavam na [fl. 9] vila pelo fato de terem eles assassinado o Capitão Medeiros. Fez essa comunicação Dinarte Dornelles, chefe federalista emigrado em S. Tomé, pedindo ordens. Dr. Tavares respondeu que tomassem precauções e esperassem ordens e no mesmo momento telegrafou a Silveira Martins, comunicando o ocorrido, bem como ao General Tavares em Melo. Silveira Martins estava em Buenos Aires, efetuando a compra de

² (N.T.). Há um pequeno espaço que seria para colocar o dia.

armamento *Mauser* e providenciando sobre a remessa. Dr. Tavares nesse mesmo dia escreveu a Martins, aconselhando que mandasse ordem para que a posição de S. Borja fosse conservada, concentrando-se já as forças na Carpintaria, ameaçando Bagé com partidas volantes e que o mesmo se fizesse com relação aos outros pontos da fronteira de modo a deixar tonto o exército feder[al] sem saber a que ponto acudir, mante[n]do essa atitude até que chegasse o armamento para operações definitivas.

[fl. 1]

Diário da Revolução Rio-Grandense – Montevidéu 1892

10 de novembro. Hoje com o Conselheiro Diana, chegamos a Montevidéu, procedentes de Melo, encontrando grande número de emigrados no Hotel Bella Barcelona, onde nos hospedamos. Anuncia-se para amanhã um repórter de “El Dia” que nos vem ouvir.

11 de novembro. Veio de fato o repórter com quem conversamos largamente sobre as causas da revolução e a quem declarei que nossa causa era antes a causa da humanidade do que uma causa política. Manifestei-lhe também o meu pesar por ver a imprensa do Rio da Prata contrária a nossa causa. Creio que amanhã será publicada a reportagem. Combinei com o Diana escrevermos alguns artigos explicando os móveis da revolução, publicá-los no “El Dia” aproveitando o oferecimento do redator. É esperada amanhã a família do Coronel J. Pedro Salgado que vem emigrada.

[fl. 1v.]

12 de novembro. Conseguir falar com o Conselheiro Silveira Martins sobre a proposta de J. A. Acevedo e Cia. Para o fornecimento de armas e munições, entregando-as na fronteira em pontos convencionados e recebendo a importância à vista do recibo da entrega; proposta do que foi portador o Coronel Zeca Tavares. Disse Gaspar que não convinha essa proposta porque teria de pagar comissão, entretanto já tinha aparelhado as compras e remessas, sem risco algum, sem pagar comissão. Assistiu a esta conferência o Diana. Chegou o Santos; nele vieram, além da família do Salgado, o meu filho Eurico, Visa Chaubet e senhora, Israel Sá, João Gomes de Mello e outros fugindo às perseguições que se têm desenvolvido em Porto Alegre, Rio Grande Pelotas e Bagé, de onde são moradores. Amanhã começará

“El Dia” a publicar os nossos artigos. Os recém-vindos do Rio Grande contam horrores praticados principalmente em Porto Alegre e na Campanha. O assalto à casa do [fl. 2] Coronel Facundo Tavares está rodeado de circunstâncias que caracterizam a ferocidade jacobina dos governantes do Rio Grande. Haensel foi assassinado quando subia as escadas de sua casa acompanh[ado] por uma filha. Seu assassino foi um tal Francioni. O assalto à casa de Facundo foi dirigido por Joaquim Pantaleão Telles de Queiroz, oficial do Exército, o qual nunca deu voz de prisão a sua vítima; ao clarear do dia 1º do corrente, despertou a família Facundo aos fortes golpes de machado na porta da rua, seguindo-se depois o fogo vivo de 50 *Comblains* por espaço de ¼ de hora ficando mortos 2 filhos de Facundo, ferida sua esposa e ele, coberto de sangue, levado pelas ruas da cidade para a cadeia civil. Eis um resumo desse ato da maior perversidade praticado no mesmo dia em que o General João Batista da Silva Telles, por mandado de Floriano conferenciava com o General Tavares no Piraí, no sentido de evitar a guerra civil! Joaquim Pantaleão é sobrinho do General Telles. O resultado dessa conferência dou no “El Dia” de amanhã. [fl. 2v.] à vista desses atentados mandei retirar a família do Estado.

14 de novembro. A imprensa tem recebido bem a exposição que temos feito e começa a mostrar-se simpática a nossa causa. Fomos procurados hoje pelo redator chefe do “El Dia” com quem conversamos largamente sobre os fatos que se têm dado no Rio Grande, semelhantes, em tudo, às atrocidades cometidas em Buenos Aires nos tempos de Rosas.

24 de novembro. Acaba de entrar no porto o vapor Porto Alegre no que espero a família; como chegou à noite é certo que só amanhã desembarcará.

25 de novembro. Com a minha família chegaram as do Dr. W. Escobar, Assunção, Baronesa dos Três Serros, Dr. Barcellos Fº.

1º de dezembro. Seguiu para Buenos Aires, o Conselheiro Silveira Martins com o fim de embarcar 1.000 *Mausers* e 1.000.000 de tiros sem fumaça para iniciar-se a revolução do Estado.

2 de dezembro. Ulisses Reverbel comunica-me que Juca Tigre e outros chefes emigrados em Jaguary pretendem invadir o Estado no dia [fl. 3] 10 do corrente; para evitar essa precipitação que pode comprometer a causa, passei a Lourenço de Oliveira, amigo de Tigre o seguinte telegrama: “Atenda urgência Juca Tigre, Jaguary. Breve

seguiremos todos.” Diana seguiu para o Salto. Pelos telegramas recebidos hoje de Alvear e Santo Tomé, se conhece a ansiedade de nossos amigos por invadir aproveitando a sublevação de parte do 3º Regimento que servirá de núcleo a maior reunião. Esses telegramas foram todos remetidos a Silveira Martins, em Buenos Aires, que respondeu embarcar hoje mesmo com destino a esta cidade. Esperamo-lo amanhã para que tome resolução definitiva.

4 de dezembro. Chegou Silveira Martins. Diz que não embarcou o armamento *Mauser* por estar ausente o vendedor que o deve transportar ao Salto. Teve de reduzi-lo a 500 armas e 500.000 tiros por falta de recursos, visto contar somente, até o presente, com 66.000 pesos ouro. De Santo Tomé, recebi o seguinte telegrama: “Regimento sublevado emigrou, aqui [fl. 3v.] fomos perseguidos; demora prejudicial” Assinado Dinarte Dornelles. Respondi imediatamente assim por indicação de Gaspar Martins: “Procurem passar para cá, estância Mattos, barra Quaraí. Breve solução.” Disse-me Luís Inácio Garcia, que podíamos abordar ao General Garcia para a compra de armamento *Remington* e cartuchame de que necessitamos com tanta urgência. Falei ao Gaspar a respeito que respondeu-me iria falar ao General Garcia pessoalmente.

5 de dezembro. Lourenço de Oliveira telegrafa ao Gaspar Martins, dizendo que o Dr. Nicanor Peña seguiu para Jaguary a entender-se com Juca Tigre e outros amigos que desejam abreviar a invasão. Segue Rafael Cabeda levando 500 pesos para atender aos amigos mais necessitados. Eu sigo para Melo levando igual quantia para atender aquele ponto. O Coronel Joaquim Pedro Salgado também segue para a fronteira a entender-se com Zeferino [fl. 4] Silveira e o Conselheiro Maciel.

6 de dezembro. Sigo hoje com a família para Fraile Muerto, de lá, irei à vila de Melo fazer a distribuição de dinheiro.

10 de dezembro. Aqui chegou hoje (F. Muerto) o Coronel Salgado que segue em missão, segundo me disse, ao Zeferino Silveira e Maciéis.

14 de dezembro. Regressou de sua missão o Coronel Salgado que me disse ter encontrado muita boa disposição no Zeferino e Maciéis. Regressa hoje mesmo para Montevideú.

20 de dezembro. Sigo hoje para Melo, onde o chefe político cria dificuldades ao fabrico de 500 lanças que mandamos fazer.

22 de dezembro. Para iludir a vigilância das autoridades, as lanças seguirão para Fraile Muerto de onde as remeterei para a fronteira. Escrevi a Silveira Martins dando conta da distribuição dos 500 pesos que trouxe e pedindo notícias. Regresso amanhã para Fraile Muerto.

28 de dezembro. Mandei buscar as lanças que, como mercadorias, foram embarcadas na diligência [fl. 4v.] de Montevidéu e desembarcadas em uma das postas; acompanharam essas mercadorias o Coronel Procópio Gomes de Mello e seu irmão o Tenente Coronel João Gomes de Mello.

30 de dezembro. Segue o Dario Tavares, na diligência Salati, fretada por mim, para os Molhes, levando as lanças ao General Tavares – para daí fazê-las transportar à Carpintaria em cujos matos serão encaixadas.

1893

1º de janeiro. Acabo de receber do Gaspar Martins o seguinte telegrama em cifra: “Terça seguem 600 carabinas, 80 fuzis, 500 espadas, 200 lanças para Rivera. Sigo amanhã Buenos Aires expedir 1.000 Remingtons 500 Mausers com munições. Irei logo ter com General para invadir.” Faço seguir imediatamente um próprio levando cópia deste telegrama ao General Tavares.

8 de janeiro. Sigo hoje para Melo e de lá para a fronteira a conferenciar com o General Tavares.

9 de janeiro. Não tendo encontrado aqui (Melo) mais notícias sobre a expedição de armas, telegrafei [fl. 5] ao Gaspar pedindo notícias. Hoje a tarde sigo para os Molhes.

11 de janeiro Cheguei dos Molhes a Fraile Muerto, tendo conferenciado com o General Tavares, que me disse estar a gente ansiosa para invadir, sendo já difícil contê-la, principalmente aos chefes que já estão exaustos de recursos, sustentando no mato, a sua gente à custa de seus próprios recursos. Esperamos com ansiosidade a notícia da chegada e recebimento das armas para invadir.

12 de janeiro. Acabo de receber o seguinte telegrama do Gaspar Martins: “Do Rio nada mais. Do Salto 1.000 pesos. Em trânsito armas impedidas aduanas espero levar Salto. Concluído sigo estância.”

O armamento impedido na aduana devem ser as 1.000 *Remingtons* e 500 *Mausers* de que fala o telegrama de 1º do corrente. O outro armamento remetido para a Rivera, deve já estar recebido. É extraordinário que do Rio não tenha vindo mais dinheiro e que os amigos de Salto só nós auxiliem com 1.000 [fl. 5v.] pesos. Hoje mesmo faço sair um próprio com cópia deste telegrama para o General Tavares. Escrevi ao Conselheiro Diana pedindo que fosse a Montevidéu auxiliar ao Gaspar e levar-lhe alguns recursos a fim de que a causa não sofresse com a indiferença dos amigos do Rio.

25 de janeiro. Em carta me comunica o General Tavares que surgem dificuldades na fronteira para sustentar a gente por falta de recursos, que atendera aos pedidos de Jaguar, mandando um pouco de dinheiro de que podia dispor para sustentar a gente do Marcelino Pina e Juca Tigre. Igual reclamação recebia da Carpintaria que, à vista disso, mandara o Coronel Zeca Tavares a Montevidéu entender-se com Gaspar a fim de invadir já com as armas que tiverem, tendo mandado ordem aos acampamentos para não se retirar ninguém. Acabo de receber comunicação de que Gumerindo, tendo recebido 60 *Remingtons*, está em marcha para a fronteira com cerca de 200 homens, [fl. 6] e que Maneco Soares o denunciou ao Comissário Lino Cabrera e Pio Muniz. Fiz seguir imediatamente um próprio ao Gumerindo, prevenindo-o do que ocorria e outro ao General Tavares, avisando-o da marcha daquele chefe. As autoridades estão em movimento para impedir a sua marcha.

31 de janeiro. Acabo de receber a seguinte cópia do telegrama com data de hoje, passou o General Tavares ao Silveira Martins. “Impossível conter forças; amigos Estado reúnem. Para evitar imediata invasão marquei 5 fevereiro para invadir dando tempo virem vossas instruções. Se puderdes vinde. Dizei estação mandar receber armas, embora tenha invadido. Conto regimento Bagé.” No dia 3 de fevereiro deve chegar o Coronel Zeca Tavares com a resposta do Gaspar.

3 de fevereiro. Mandei encontrar Zeca no Passo da Areia, pedindo mandasse instruções que trazia. Respondia-me que Gaspar concordava com a invasão, que escrevera ao general e marcara a estação de Tranqueras [fl. 6v.] para nela receber-se o armamento e munições. À vista disso sigo amanhã para Melo.

4 de fevereiro. Em marcha encontrei o Coronel Guerreiro Victoria que voltava de Melo para casa do Cipriano Antunes, voltou comigo para seguir comigo amanhã para os Molhes a conferenciar com o General Tavares. Zeca Tavares já seguiu para Molhes.

5 de fevereiro. Com o Coronel Guerreiro chegamos ao João Francisco (Molhes), encontrando o General Tavares, Coronel Zeca Tavares, o Coronel Domingos Ferreira. Entramos logo em conferência. O General disse que mandara o Tenente-Coronel Boaventura Leite, Major Israel Sá, Dr. Joaquim Tavares com carroças e carretas à estação de Tranqueras receber 680 armas e 150.000 tiros que o Conselheiro para lá tinha mandado, e levá-las às pontas de Ponche Verde, onde o Exército as iria receber. O Coronel Domingos Ferreira informou que o Gumercindo, acossado pelas forças deste país, passara a linha no dia 3 e acampara na Coxilha de Aceguá, tendo [fl. 7] corrido a guarda do 5º Regimento até perto do Passo do Valente, que o convidara a passar o seu acampamento para os Potreiros de Ana Correia onde ficaria mais oculto e garantido e que para lá o guiara. Não tendo sido possível passar no dia 5, o general marcou o dia 15 para a incorporação de todas as forças, no Bolso entre o Rio Negro e Piraf. O Coronel Guerreiro informou então ao general que a gente do Coronel Ladislau Amaro estava a pé e era necessário mandar-lhe alguns cavalos, e o Coronel. Domingos Ferreira informou que a gente, em geral, estava nua tendo estragado a roupa nos matos onde estava metida havia 8 meses, isto é, desde o mês de julho passado. Da conferência resultou seguirem os Coronéis Zeca Tavares e Domingos Ferreira para os acampamentos organizarem as forças que, reunidas às do Herval e Jaguarão, ficariam sob o comando em chefe do Coronel Guerreiro enquanto o general seguia para Santana organizar as forças daquela fronteira e conferenciar com Gaspar na Rivera; que eu seguiria para Melo [fl. 7v.] a telegrafar ao Gaspar Martins comunicando o ocorrido e pedindo recursos para comprar roupa, cavalos, e cartucheiras.

6 de fevereiro. Cada um seguiu ao seu destino, esperando o General Tavares resposta do telegrama que eu devia passar ao Gaspar. São 10 horas da manhã. Passei imediatamente ao Gaspar o seguinte telegrama em cifra: "Acabo chegar Molhes, reunião chefes militares; reclamam roupa para a gente que está nua e cavalos. Providencio compra, remessa para isso preciso já, pelo menos, 2.000 pesos. Espero mande ordem amanhã. General vai Rivera precisa levar dinheiro. Vigilância governo obriga organização Brasil. Zeca pede um binóculo." Em seguida contratei com J. A. Acevedo e Cia. roupa por 2.50 cada muda e mandei contratar cavalos por 10.00. Em conseqüência passei o seguinte telegrama ao Gaspar: "Contratei Acevedo roupa 2.50 cada muda e mandei contratar cavalos por 10.00. À tarde recebi do Gaspar o seguinte telegrama: [fl. 8] "Não sobram recursos para isso. Meu encargo

outro principal." Amanhã darei resposta em carta a este telegrama do qual mandei imediatamente cópia ao general. Começamos mal.

7 de fevereiro. À vista do telegrama do Gaspar, Guerreiro deixa de seguir para a costa de Jaguarão a reunir a gente do Ladislau que está a pé e mandou um próprio chamar este chefe. O General Tavares provavelmente não irá a Rivera a assumir o comando das forças desde já. Neste momento Gaspar telegrafia a Lourenço, dizendo que segue para Buenos Aires, com cartas para repassar armamento e fazê-lo seguir Uruguai acima e que regressando viria até cá. Tirei cópia deste telegrama e mandei-o imediatamente ao general, porque está me parecendo que esta história de armamento é mesmo uma história. Ficaremos arranjados se não encontrarmos o tal armamento em Tranqueras. Chega comunicação de que é iminente o ataque do Gumerindo por forças governistas [fl. 8v.] O General Tavares fez seguir o Coronel Vasco Martins para incorporar-se a Gumerindo. Remetemos um próprio com 1.200 balas *Remington* para Gumerindo.

11 de fevereiro. Lídio Soares acaba de receber uma carta, da qual julguei conveniente remeter cópia ao General Tavares por me parecer haver nela manejos políticos em causa tão santa como a nossa e pedi ao general para ir ao acampamento do Gumerindo desfazer qualquer intriga que por ventura haja. Ao Gumerindo fez Lourenço um próprio remetendo 1.600 balas e mais 8 armas compradas com o dinheiro que forneceu o Diana. Lourenço recebeu do Gaspar o seguinte telegrama: "Diga Tavares vão 2.000 pesos general. Terça estarei de novo em Buenos Aires. Dê notícias Gumerindo." Cópia deste telegrama foi hoje mesmo transmitida ao General. Gumerindo foi nomeado pelo General Tavares, comandante em chefe das forças estacionadas no Rio Grande até a entrada definitiva do exército invasor. [fl. 9] Guerreiro voltou para o Cipriano Antunes, depois de ter conferenciado com Ladislau Amaro, que chegou hoje e regressa amanhã. Às 8 ½ da noite chegou o secretário do Gumerindo trazendo o seguinte recado a uma carta que lhe dirigi: "Tenho os adversários sitiados, não creio que eles me sitiem." Diz o secretário que ele marchou sobre as forças do Pedroso. Chegou Lídio de Castro de Bagé e informa que Artur Oscar recebera telegrama do General Pego dizendo que não contasse com forças da guarnição de Bagé.

12 de fevereiro. Chegou da fronteira o Dr. Nicanor Peña com instruções do general. Refere Nicanor que certo sujeito, por meio de cartas e trechos de telegramas de Gaspar, mostrados pelo Coronel

João Manoel Barbosa, procurou impedir a invasão, que João Manoel mostrou-se aborrecido por ter ouvido a esse indivíduo, lutando agora com dificuldades para entrar com o objeto de levantar Cerrito do Canguçu, conforme ordenara o general; que Ismael Tarouco também mostrou cartas do mesmo sujeito [fl. 9v.] ao qual não deu ouvidos. Domingos Ferreira está à frente de 400 homens armados a *Remingtons*, compradas mesmo na linha, com recursos particulares e lanças. O General Tavares seguiu hoje para o acampamento do Gumerindo. As intriguinhas políticas serão desfeitas. Escrevi ao Silveira Martins fazendo ver a necessidade de ele vir quanto antes para se organizar a junta revolucionária e dar uma organização à revolução, porque a nós repugnava tomar isoladamente resoluções sobre assunto tão grave; que se não pudesse vir, ao menos, mandasse o Conselheiro Diana encontrar-nos, porque, de acordo, dividiríamos a responsabilidade; que o propósito do general era evitar ataques sérios enquanto não recebesse o armamento; que já estavam reunidos 1.300 homens com poucas armas e poucas munições; finalmente que eu seguia no dia 14 a incorporar-me ao general.

[fl. 10]

13 de fevereiro. Do acampamento dos Potreiros da Ana Correia, chegam pessoas dizendo que Gumerindo teve tiroteio com os governistas no Salsinho, retirando-se de parte a parte ao escurecer. Mande imediatamente aviso ao acampamento da Carpintaria. Telegramas de Jaguarão para Henrique Alvares noticiam que Castilhos telegrafara às autoridades ali, dando a derrota completa das forças de Gumerindo no dia 11 do corrente. Comunicações da fronteira dizem que Gumerindo enfrentou com as forças de Pedroso auxiliado pelo 5º Regimento. Se as forças de linha envolvem-se na luta, a revolução não será somente contra o governo do Estado, será também contra o governo do Floriano e, neste caso, teremos a reprodução de 35.

14 de fevereiro. O Governo Oriental telegrafou ao Chefe Político, noticiando a derrota completa do Gumerindo e ordenando desarmar os grupos que passem para o território oriental e, presos, os remetesse para Montevidéu. [fl. 10v.] Às 2 horas da tarde, recebi comunicação do General Tavares que a vanguarda do Gumerindo chocou-se com as forças do Pedroso, morrendo 16 soldados deste, saindo 5 feridos daquele, perdendo Vasco Martins o cavalo em que montava. Eis a grande vitória alcançada e anunciada pelo Castilhos! Telegrama do Gaspar diz que a invasão será feita amanhã em toda a fronteira, que Cabeda seguiu

para Rivera, Adriano para Alegrete e ele seguirá para Buenos Aires, que regressando seguirá para aqui; que o armamento novo ainda corre perigo. Comunica Zeca Tavares que o plano da invasão foi alterado por falta de armamento; que o Dr. Joaquim Tavares chegou de Tranqueras onde não havia armamento algum, tendo lá ficado a espera o Tenente Coronel Ventura Leite; que as forças da Carpintaria marcham a incorporar-se com as do Jaguar y Rivera onde deve estar o armamento para atacar-se em primeiro lugar Santana; que esta resolução foi tomada em conselho de oficiais.

[fl. 11]

15 de fevereiro. Sigo para incorporar-me ao Exército, devendo encontrar amanhã em Corrales o Coronel Guerreiro.

17 de fevereiro. Encontramos o Exército acampado na Balso³. Mas como o avistamos à noite acampamos a uma légua de distância. Grande disparada da cavallhada esta noite veio alarmar-nos.

18 de fevereiro. Marchamos ao meio dia e fomos acampar no Passo do S. Luiz. À noite chegou Pedro Fontoura com a notícia de que Torquato Severo tinha reunido 250 homens armados a lança e poucas armas de fogo; que no Taquarembósinho, Passo do Rocha, apareceu-lhe o 6º Regimento pela margem esquerda, estendendo-lhe Torquato linha de batalha esperando a passagem do regimento; este, porém, retirou-se para D. Pedrito. Severo pede um reforço de 300 homens para atacar essa cidade. À vista disso o General Tavares tomou a resolução de marchar pela margem do Santa Maria aproximando-se o mais possível de D. Pedrito. As marchas vão demoradas pelas contínuas disparadas da cavallhada. Esta noite perdeu-se [fl. 11v.] toda a cavallhada do Tenente Coronel Mércio Pereira.

21 de fevereiro. Acampamos no Santa Maria em marcha para D. Pedrito que deve ser atacado amanhã. Severo seguiu com o seu corpo forte de 400 homens para tomar as saídas pelos lados do Taquarembósinho. Gumercindo tomará o Passo de D. Pedrito no Santa Maria Grande, o resto das forças seguem por Santa Maria Chico. Carta do Coronel Zeca Tavares, que seguira para Rivera em busca de armamento, anuncia para 20 (ontem) o sítio de Santana. Continuam, todas as noites, as disparadas da cavallhada.

³ (Nota dos Organizadores - N.Org.). Cremos ser Bolso que aparece na fl. 7.

22 de fevereiro. Cercamos cedo a cidade de D. Pedrito. Torquato Severo tomou os lados de D. Pedrito; Vasco Martins, a estrada que passa no Cemitério, Gumercindo, o Passo de D. Pedrito, no Santa Maria; Domingos Ferreira, Mércio Pereira e Azambuja, a estrada de Santa Maria Chico. O General Tavares mandou à praça um oficial com bandeira branca. Veio falar ao General o Tenente Coronel Alfredo Barbosa, comandante da guarnição. Foi-lhe exigida pelo [fl. 12] general a entrega da praça, todo armamento, munições e objetos existentes na arrecadação. O Tenente-Coronel Barbosa, voltou a conferenciar com os seus oficiais, sendo-lhe marcado o prazo de duas horas para mandar a resposta. O tiroteio que começou a nossa aproximação, continuou por parte da guarnição, não obstante estarmos em parlamento. Demorando a resposta prometida, o General mandou novo emissário pedi-la. Respondeu Barbosa que não tinha ainda podido reunir todos os oficiais, mas que, em poucos momentos, a mandaria levar. À 1 hora da tarde veio Barbosa falar ao general e novamente prometeu mandar a resposta. São 4 horas e ainda não veio a solução, e tendo vindo parte do Coronel Vasco Martins de que um piquete de linha, levantando bandeira branca, dele aproximou-se o Major Azambuja, sendo recebido a vivo fogo, recebendo o major uma bala que atravessou-lhe o peito, o General Tavares mandou dizer ao Tenente-Coronel Barbosa que, à vista dessa traição, ia mandar carregar suas tropas sobre a praça. De fato, ordenou que os atiradores [fl. 12v.] dos diversos corpos pusessem pé a terra e carregassem. A praça está entrincheirada com cercas de arame, sacos de lã, carretas e carroças que obstruem as ruas. O 6º Regimento fortificou-se no Quartel; os nossos atiradores derrubando muros, chegaram até lá debaixo de contínuas descargas. O fogo manteve-se vivo até 6 ½ horas da tarde, e como fosse anoitecendo, o General mandou retirar, mantendo apertado círculo durante a noite. Nossas perdas nesta tarde foram 2 mortos, o Major Garrido, do corpo do Gumercindo, que caiu em frente ao quartel onde se entrincheirara o 6º Regimento, e uma praça. Tivemos mais 6 feridos, entre eles, o Major Barcellos, ajudante do General por um balaço nas pernas. Não conhecemos as perdas do inimigo. Durante a noite ouve-se tiroteio em diversos pontos; parece que o inimigo tentou escapar-se.

23 de fevereiro. Ao sair do sol, as avançadas avisam que o inimigo hasteou bandeira branca. Compareceu o General Tavares que encontrou, à entrada da cidade, o Tenente-Coronel Barbosa que declarou [fl. 13] que a praça se rendia, pedindo garantia de vidas. Às 11 horas

entramos na cidade e fomos direto à arrecadação em frente à qual estava formado o 6º Regimento. O General disse aos soldados que os que quisessem servir à causa da revolução, que era a causa da liberdade, os receberia com muito agrado. Quanto aos oficiais, deixavamos em plena liberdade, aceitando o compromisso que tomaram de não pegarem em armas durante a revolução. Quanto aos patriotas, mandou-os que fossem para suas casas, cuidar de suas famílias.

Verificou-se que ficaram mortos do 6º Regimento 10 praças e 20 feridos; dos populares ignora-se exatamente o número, porque muitos grupos que durante a noite tentaram forçar a linha, retrocederam diante da nossa fuzilaria. O General mandou o Coronel Estácio Azambuja tomar conta da Arrecadação e ordenou-lhe que fizesse conduzir todo o equipamento que encontrasse para o nosso acampamento. Verificou-se que no dia 21 existiam 20.000 tiros no depósito e só encontramos 4.000 balas, o que quer [fl. 13v.] dizer que ontem dispararam sobre nós 16.000 balas e só mataram 2 homens e feriram 6. Deus está conosco. Passamos o acampamento para o Passo de D. Pedrito, na margem direita do Santa Maria. Fica esta noite na cidade uma polícia do corpo do Coronel Domingos Ferreira. Às 7 horas da noite vieram dois próprios do Coronel Zeca Tavares, dizendo que o armamento estava salvo e devia estar na Rivera dentro de 4 dias, segundo aviso de Silveira Martins; que telegramas de Montevideu anunciam rebentara revolução em S. Paulo; que só esperam o General para apertar o cerco de Santana; que Floriano prometera a Isidoro reforço do Rosário. O Exército em marcha compõe-se de 2.500 homens. Leva apenas 240 armas, com as tomadas em D. Pedrito, e 4.000 tiros *Comblains*, cujas armas não temos mais de 60 encontradas na arrecadação. Levamos 6.000 cavalos aproximadamente.

24 de fevereiro. Começamos a nossa marcha [fl. 14] sobre Santana às 7 horas da manhã e a[cha]mo-nos, ao meio dia, nas pontas do Banhado do Poncho Verde – continuaremos a marcha est[a] tarde. Gumercindo ficou acampado no Pass[o] de D. Pedrito, de observação à retaguarda do exército devendo marchar amanhã pela estrada do meio. Às 2 horas da tarde recebemos, remetido por Ve[n]tura Leite (Tenente-Coronel) um apontamento sem assinatura, mas que pela redação parece ser do Eliseu Maciel. Diz assim: “Ladislau Am[a]ro se acha na Carpintaria com 500 homens, que por

terem ficado cortados do exército, viram-se obrigados a bandejar para este lado e estão sem cavalos e sem armas. Pede-se ao Comandante Ventura Leite de mandar essa comunicação ao General e de remeter algum armamento ao Coronel Ladislau, a fim de poder entrar de novo no Br[a]sil. (O Tenente-Coronel Ventura Leite, não encontrou arma alguma em Tranqueras) O Coronel Eliseu pede ao Tenente-Coronel Ventura que lhe forneça o armamento e muniç[ão] que pediu, que ele entrava com a respectiva importância, que servirá para qualquer outra despesa do exército. Dado isso Eliseu dará daqui mais 150 [fl. 14v.] homens. Pede-se também informar em que dia o General marcha de D. Pedrito e para onde, a fim de poder comunicar as ocorrências." O que aconteceu ao Coronel Ladislau era de esperar desde que não havia recursos para comprar cavalos e o encargo do chefe era outro principal.

25 de fevereiro. Acampamos entre Vacaiquá e Upamaroti. Não houve novidade. Laurentino Pinto incorporou-se ao exército com 350 homens, tendo tomado Caçapava no dia 16 do corrente fazendo ao inimigo 30 mortos, trouxe 3 prisioneiros; entre os mortos conta-se o Coronel Ramão, Chefe Castilhistas.

26 de fevereiro. Sigo para Rivera.

27 de fevereiro. Cheguei a Rivera cedo. Os sitiados, com 100 homens e uma metralhadora, atacaram a linha no ponto guarnecido pela força de Chico Cabeda; foi repelida, deixando 5 mortos. Não perdemos um só homem. À tarde nova guerrilha saiu de Santana do Livramento retrocedendo depois do primeiro choque. Informa-me Paulino Vares que só receberam de Montevidéu 150 armas e alguma munição, que estão esperando receber mais.

28 de fevereiro. Às 7 horas da manhã rompeu o fogo de Santana do Livramento [fl. 15] sobre as nossas linhas, saindo da cidade uma força de 300 homens que se chocou com a gente do Capitão Fidélis. O fogo foi se[ve]ríssimo, 28 tiros de artilharia foram disparados da cidade. Chegaram do Rosário 300 companheiros para reforçar o cerco. Segundo notícias são esperados Ladislau Amaro, Antero Cunha e Cândido Azambuja com cerca de 1.000 homens. Seguiram a conferenciar com o General Tavares, o Coronel Zeca Tavares e Rafa[el] Cabeda. Com a gente de Laurentino tem o General Tavares no Upamaroti 3.200 homens; sitiando Santana do Livramento acham-se atualmente 2.500 homens.

Na guerrilha não tivemos baixas; entretanto consta, por estrangeiros vindos da cidade, que os sitiados tiveram 8 mortos. Chegaram Gaspar, Salgado e outros amigos de Montevideu. Não vieram as armas nem as munições esperadas.

2 de março. Seguiu Gaspar para Montevideu; diz que vai ativar a vinda do armamento. O Dr. Adriano Ri[beiro] que seguira para o Alegrete com 15 homens, foi surpreendido por uma força inimiga, perdeu 4 homens e conseguiu, graças ao bom cavalo, chegar ao acampamento [de] Cabeda. O General Tavares comunica que Art[ur] Oscar e Pedroso ao terem notícia da tomada de D. Pedrito regressaram para Bagé. Esperam-se amanhã 60.000 tiros. À noite tivemos intimação do Coronel Escobar para [fl. 15v.] nos retirarmos da Rivera por ordem do Governo Oriental. Isto causou-nos sérias dificuldades por causa do recebimento do armamento e munições que estamos esperando.

4 de março. Achamo-nos no Faustino Soares, Serra do Chapéu. O General Tavares comunica que as 2.400 balas que lhe foram mandadas por Cabeda não caçam em nenhuma das armas que tem o seu exército. Um soldado desertado da cidade informa que Isidoro tem mandado evacuar algumas casas e abrir seteiras nas paredes. Continuamos a esperar munições e armas para atacar a cidade, se não chegarem hoje, será grande contratempo. À tarde chegaram 9.600 balas de Montevideu, vieram para o nosso acampamento em uma carroça coberta com alfafa. O General Tavares aproxima-se com os clavineiros para o ataque a Santana. Comuniquei-lhe a chegada aqui dessas munições. Às 7 ½ horas da tarde chegou o Coronel Zeca Tavares, que vai esta noite ao encontro do General com as munições.

6 de março. Às 9 horas da manhã chegou Rafael Cabeda que segue ao encontro do General. Coronel J. P. Salgado recebeu comunicação de Gernegross de que constava ao Coronel Marcelino Pina que o 3º e 11 Regimentos seguiam de S. Borja em proteção a Santana. Telegramas [fl. 16] de Montevideu comunicam que o General Telles, chegado ao Rio Grande com três Batalhões de Infantaria, marchava a toda pressa a socorrer Isidoro. Comuniquei imediatamente ao General Tavares. E o armamento que não chega! Também comunicação da Rivera que Isidoro recebera aviso do socorro do Telles e que entrara em Santana pela Rivera uma grande cavahada.

7 de março. Comunicação da Rivera que Telles saiu ontem de Bagé com 2 a 3.000 homens em socorro de Santana. O General Tavares convocou uma reunião de oficiais para amanhã, à vista da nova face que tomaram as coisas e da falta de armamento e munições. Segundo nos disse Cabeda, presente o Coronel Salgado e Pedro Canto só havia de 50 a 100 tiros para cada atirador.

8 de março. Acaba de chegar o General Tavares de seu acampamento do Upamaroti. Os atiradores e parte de seu exército devem chegar amanhã. Recebeu as comunicações em caminho. Uma carta de Gaspar a Paulino Vares diz que espera movimento em Pernambuco e que dois vapores de guerra, um Oriental e outro argentino, guardam [fl. 16v.] a balandra Carmelita em que vem o armamento. Mas as 600 carabinas e 80 fuzis que diz o telegrama de 1º de janeiro seguiram para a Rivera? Esse armamento da Carmelita deve ser o armamento novo de que falou Gaspar no telegrama ao Lourenço. E as 1.000 *Remingtons* e 500 *Mausers* expedidas de Buenos Aires? Às 4 horas da tarde, reuniu-se o Conselho de oficiais, comparecendo os comandantes da divisão, corpos e brigadas. Foi resolvido por unanimidade apertar o cerco, mantendo fogo, dia e noite, contra os sitiados até que cheguem os recursos esperados para ulteriores operações, visto que com as 450 armas de fogo de que dispõem não podem atacar uma praça fortificada com artilharia. À noite informei ao General Tavares que o armamento estava a bordo da Carmelita, e que nada tínhamos que esperar.

9 de março. Chega comunicação do Torquato Severo, que tinha seguido por ordem do General observar o inimigo pelo Santa Maria e Taquarembósinho, diz que o General Telles chegou a Bagé e marchava para Santana, que forças saídas de Bagé e S. Gabriel pretendiam sitiá-lo por isso repassava [fl. 17] o Santa Maria aguardando ordens. Essa comunicação é de 7 do corrente. O General Guerreiro que ficou em Upamaroti com o grosso do exército, comunica que Ladislau Amaro incorporou-se, mal armado. Diz também Torquato que Portugal com a sua força marchou para o Umbu receber forças vindas de Porto Alegre. À vista dessas comunicações, o General Tavares mandou a divisão Gumercindo com Vasco Martins tomar posição entre S. Gabriel e Bagé, proteger Torquato e impedir a junção de forças governistas. Desde ontem chove torrencialmente. Impedida a junção, essas forças com as de Torquato formando 900 homens devem flanquear o General Telles, ou picar-lhe a retaguarda conforme [sic] as circunstâncias aconselharem.

O General mandou chamar a David Martins, comandante das forças sitiadoras para conferenciar no Passo da Carolina. Gumercindo segue esta noite, se o tempo permitir, e em 3 dias deve ocupar a posição determinada.

10 de março. Até hoje não chegaram as munições que se mandou buscar na Rivera, balas *Remingtons* que fazem falta a Gumercindo que retardou a sua marcha por falta delas. Seguiu para Rivera o [fl. 17v.] Major João Tavares para apressar a vinda dessa munição. Esta falta de munições e do tal armamento tem dificultado o movimento das operações, de cuja rapidez depende o seu bom êxito. O General Tavares seguiu esta manhã para o Passo da Carolina a conferenciar com David Martins sobre a resolução que tomara de mandar seguir uma força para Alegrete. Telegrama do Visa Chaubet comunica que Telles saiu de Bagé no dia 7, em marchas forçadas, com 3.000 homens das três armas. Chegaram, afinal, as munições esperadas da Rivera; foram devolvidas por não calçarem nas armas! Cartas do Barão de S. Luiz dizem que Telles saíra de Bagé no dia 7 e acampara no Piraí, que essa força compõem-se do 30 de Infantaria, da ala esquerda do 12, 4º de Artilharia, 5º de Cavalaria, forças de Elias Amaro, Manuel Pedroso, 200 homens da brigada policial de Pelotas, guarda cívica de Bagé, 2 peças de artilharia, 1 metralhadora e traz 3 carretas com munições, que ficara de guarnição em Bagé uma força de 400 homens abrindo valos na praça da igreja. Felício Patrício e Ismael Soares atacaram Rosário, derrotaram Agostinho Canto, tomaram uma carroça com munições, 100 cavalos, lanças e algumas armas de fogo. Continua a falta de munições. Não vieram as esperadas esta noite.

[fl. 18]

11 de março. Torquato Severo comunica que Telles vem em marcha e que suas avançadas o seguem; que o próprio que mandou a Taquarembó voltou por ter encontrado forças que julga serem de Portugal. Carta recebida pelo Coronel Zeca Tavares diz que saiu de Bagé no dia 7, com 1.800 homens das três armas – que essas forças são comandadas por Menna Barreto, Luppi, Artur Oscar. General Tavares mandou Marcelino Pina e Ismael Soares com 550 homens operar sobre Alegrete, tomar cavalos e destroçar alguma força. Houve tiroteio em Santana. O capitão Ribeiro com 25 atiradores e 25 lanceiros destroçou uma força que saiu da cidade a dar pasto à cavalaria, tomou-lhe 150 cavalos e fez-lhe muitos mortos. O Gumercindo que não pode seguir, por falta de munição, a operar no flanco do General Telles, segue

amanhã de madrugada, observar a marcha deste e operar conforme as circunstâncias aconselharem. Foi ordem ao Torquato para observar a marcha do Telles e comunicar-se com Gumercindo. Chega notícia de que o Coronel Zeca Tavares está com 800 homens nos matos de Camaquã, esperando aproximação do exército para incorporar-se; que [fl. 18v] o Tenente Coronel Juvêncio Fontoura, com forte reunião, está de posse do Município da Encruzilhada.

12 de março. Escreve Silveira Martins ao General, prometendo todo o apoio e solidariedade e aconselhando paciência para suportar a impertinência dos companheiros, o Coronel Salgado que com o Coronel Cândido Azambuja haviam seguido para Montevidéu para apressarem a vinda do armamento e mandarem recursos para aquisição de cavalos, recursos que não vieram, escreve-me dizendo que o armamento da Carmelita está salvo, sendo substituídos os caixões com armas por caixões com pedras. Esta carta, bem como a do Gaspar, é de data de 10 do corrente.

13 de março. O fornecimento de erva, sal e farinha aos soldados já se torna difícil porque os 2.000 pesos mandados por Gaspar ao General Tavares, no dia 14 de Fevereiro, já estão esgotados com os fornecimentos feitos no Viola, em S. Luiz, D. Pedrito e Upamaroti. Torquato comunica que Telles chegou a D. Pedrito, onde consta espera a incorporação de Portugal. Gumercindo está no Passo do Barreto em Santa Maria. À vista dessas informações, o General resolveu marchar para Itaquiatiá a esperar novas comunicações sobre a estrada em que marcha o inimigo, para salvar o exército de um [fl. 19] desastre, visto a escassez de munições e a falta de armamento não permitirem um ataque sério de mais de uma hora de fogo. Por isso ordenou a David Martins que, ao aproximarem-se as forças de Telles, seguisse rumo de Alegrete; assim obrigaria o inimigo a subdividir-se, tornando mais favorável, para nós, a defesa e possibilidades de batê-lo. Achando-se doente o Coronel David Martins, comandante da divisão de Santana, foi nomeado pelo general para substituí-lo o Coronel Prestes Guimarães. Gumercindo Saraiva, ontem, às duas horas, descobriu a vanguarda do Telles no Vacaiquá, campos do João de Moura. O General mandou ordem ao Gumercindo que se conservasse na posição, atraindo o inimigo o mais possível do Ibicuí, conservando sempre em sua frente linha de atiradores. Dessa forma ficará livre a Coxilha para a marcha do nosso exército, se não chegar o armamento tão encantado.

14 de março. O General Tavares mandou um próprio a Rivera a esperar o trem e comunicação urgentemente se veio o armamento esperado. Hoje li a carta confidencial do Paulino Vares ao General Tavares, datada de 5 do corrente, pedindo a sua presença em Livramento, onde só existe sítio *in nomine*, que não tem mais de 200 a 250 armas de fogo em torno de Santana, que [fl. 19v.] em sua opinião precisamos de 1.000 a 1.500 armas para dar ataque sério à praça. Comunica Torquato Severo que as suas avançadas avisam que o inimigo acampou no Açude do Bueno e que uma forcinha de 200 homens, marcha para o Passo Real do Vacaiquá, onde se ouviram algumas descargas. O General mandou encilhar imediatamente e mandou dizer ao Guerreiro que estivesse com a gente pronta para combater, se fosse necessário. Pelas comunicações parece que o exército de Telles vem em duas colunas. Seguem também instruções para o Gumercindo e Torquato. Nenhuma arma veio de Montevidéu! Declarei ao General e Zeca Tavares, que não tendo missão a desempenhar no exército, que não se tendo feito a organização civil que tanto desejamos para servir de governo à revolução, que eu não podia assumir sozinho a responsabilidade de uma revolução desarmada faltando-me os recursos para suprir as suas necessidades. Reli os documentos que tratavam da remessa de armamento, confrontei-os com o que se tem passado e concluí dizendo que o meu concurso não faltaria em caso algum, mas que a *minha* responsabilidade civil eu queria pôr a salvo. Disse-me, então, o general, confidencialmente, que se, de fato, [fl. 20] Bagé ficou sem guarnição ou com 400 homens apenas, que ia tentar surpreendê-la, contando, como contava, com elementos dentro da praça; que ia mandar adiante o Major Anacleto Gularte preparar esses elementos e que no dia 21 à noite entraria na cidade. À vista disso, resolvi seguir pelo Estado Oriental e no dia 21 aproximei-me a Bagé. O General levantou acampamento às 11 ½ horas do dia, eu segui para João Machado e o exército seguiu rumo de Upamaroti pela estrada da Coxilha.

15 de março. Desde ontem ao meio-dia, chove torrencialmente, chuva fria prenúncio de inverno. Como se terão arranjado os nossos soldados sem ponche e seminus!?

16 de março. Continuou a chuva durante a noite. Os arroios estão transbordando. Às 10 horas seguirei [via]gem para o Valentim a uma légua distante do acampamento do General Guerreiro a quem mandei um próprio pedindo notícias. O inimigo, respondeu, está incorporado no Passo da Ponte, não há notícias do General Tavares

que provavelmente foi impedido em sua marcha pela enchente do Itaquiá. Ma[n-]dei dizer-lhe que o General tinha marchado no dia 14 às 11 ½ horas do dia e que eu ia pousar na hospedaria [fl. 20v.] dos Lopes sobre a linha.

18 de março. Pontas de Ponche Verde: forças do General Telles entraram em Santana na tarde de 16. Comunica-me Guerreiro que o General Tavares deve acampar hoje próximo a D. Pedrito e vem forçando as marchas. Sigo para S. Luiz esperar o dia 21 para seguir para Bagé.

20 de março. Cheguei a S. Luiz, estância do Barão desse nome. Amanhã marcho para Bagé, com 10 companheiros que se incorporaram em viagem pela linha.

21 de março. Em marcha incorporou-se o Alferes Emídio Gularte, que me noticiou a chegada há dias de seu irmão Anacleto em missão reservada. Mande-o adiante em descoberta. Às 4 ½ horas da tarde chegamos à chácara do Velho João Gullart, a uma légua distante de Bagé, de onde se descobre todo o perímetro da cidade. Reina o maior silêncio. Emídio que foi em descoberta voltou dizendo que não havia notícia de exército, mas que soube estar Vasco Martins com seu corpo acampado atrás dos Cerros de Bagé e Gumercindo no Quebrachinho. Escrevi ao Vasco pedindo me mandasse um piquete de 50 homens ficar comigo. Veio o Major Anacleto com o piquete. Informou-me [fl. 21] que logo da chegada mandou ocultamente à cidade chamar a sua senhora para obter informações; que ela lhe disse que havia muitos dias se esperava o ataque do General em consequência que havia muita vigilância, que as forças passavam as noites nas trincheiras, e que tinha vindo reforço de Pelotas; que ele comunicou ao General tudo o que havia, impossibilitados de cumprir a sua comissão, a fim de que ele não viesse a marchas forçadas com tão mau tempo. Como soube o governo daquilo que ninguém sabia? Às 9 horas da noite somos atacados; os nossos piquetes que guardam as entradas da cerca de pedra e a estrada, tiroteiam e correm em todas as direções combatendo aos gritos de mata... vão por aí. O inimigo notando a aproximação de gente mandou reconhece[r], provavelmente, e daí este tiroteio. O inimigo felizmente retirou-se. Passamos a noite em alarme.

22 de março. Às 3 horas da madrugada levantamos acampamento e seguimos rumo do Pirai a descobrir o exército. Às 8 horas da manhã chegam as nossas avançadas, nada tendo descoberto. Vasco Marti[ns] levantou acampamento e seguiu à noite a incorporar-se

com Gumerindo. Nessa emergência [fl. 21v.] Anacleto resolveu marchar para S. Luiz, onde chegamos à 1 hora da tarde, e esperar que o General se aproximasse para incorporar-se. Fracassado o plano sobre Bagé, segui para Melo.

25 de março. Cheguei a Melo. Noticiam pessoas vindas de Bagé que Motta fora derrotado no Rio Negro por Gumerindo. Visa Chaubet recebeu cartas do Lourenço de Oliveira dizendo estar salvo o armamento da Carmelita e que Gaspar comprara mais mil fuzis⁴; que chegara a Montevidéu, oculto, o Coronel Luiz Alves Leite de Oliveira Salgado que vem tomar parte na revolução.

27 de março. Recebi carta do Zeca chegado aos Corrales, pedeme para obter a todo custo munições porque as recebidas em Santana, foram gastas nas guerrilhas que tiveram que sustentar junto a Bagé, que Gumerindo não pode destroçar completamente as forças do Motta porque ficou sem munições. Comprei, à minha custa, as munições que encontrei nesta vila e remeti-as pelo Capitão Pedro Canto. A carta remeti-a ao Coronel Joaquim Pedro Salgado para que visse as circunstâncias críticas em que se achava o nosso exército. [fl. 22] Ao Zeca Tavares escrevi, transcrevendo o trecho da carta do Visa sobre os tais mil fuzis cuja história deve ser igual a todos outros comprados e nunca vistos e dando minha opinião franca sobre a nossa situação. Só Deus nos pode salvar.

29 de março. Remeti pelo Major Israel Sá mais 2.500 tiros *Remingtons* adquiridos aqui com grande dificuldade e dispêndio.

10 de abril. Ausência absoluta de notícias. O General Tavares acampa no Poncho Verde, esperando o m[o]vimento do inimigo para operar, continuando a esperar o encantado armamento. O General Telles, tendo regressado de Santana, entrou em Bagé onde se conserva, repondo a sua gente das fadigas da jornada. Da divisão de Santana não há notícia alguma.

20 de abril. Recebi carta de Gaspar Martins dat[a]da de 17, de Montevidéu, comunicando que depois de mil trabalhos e sacrificios conseguiu salvar o armamento da Carmelita, sendo entregue ao 2º corpo de exército, em Quaraí, que esse armamento ficou pelo triplo do seu

⁴ (N.T.). O autor fez a letra um pouco maior para "mil fuzis".

valor, mas, ainda assim, barato, porque foi salvo, (o barato sai caro); que esgotados os recursos pecuniários [fl. 22v.] tratava de obter um empréstimo em Buenos Aires que obtido ele me telegrafaria para com o Diana esperá-lo em ponto certo, a fim de irmos ao campo do General, organizar o governo provisório, único competente para subscrever o empréstimo. Que em S. Francisco de Assis, tomada pelos nossos, arrecadaram-se 39 armas e 200 cavalos, que é preciso não dar repouso ao inimigo (sem armas e sem munições?!) para mantermos a força moral indispensável.”⁵ É possível que com o salvamento da Carmelita onde deve estar todo o armamento anunciado e mais os 1.000 fuzis de que fala o Lourenço e que ainda não chegaram, possamos conseguir esse desideratum.

25 de abril. Telles saiu de Bagé, no dia 21, com 2.000 homens em perseguição do General Tavares. As nossas forças mandadas para impedir a passagem da cavallada conseguiram tomar 300 cavalos, fazendo ao inimigo grandes estragos, tendo chegado a Bagé, 2 carretas com feridos. Comunica-me o Dr. Ângelo Dourado, chegado da Rivera, que no dia 13 do corrente, chegaram a essa povoação os Capitães Pedro Canto e Fontoura, comissionados pelo General Tavares, para irem ao encontro do General Salgado [fl. 23] que assumira o comando do 2º Corpo de Exército Revolucionário e informá-lo do estado do 1º Corpo e pediu-lhe que mandasse quanto antes armas e munições das recebidas pelo Carmelita – visto que se achava impossibilitado de agir e procurasse vir fazer junção com ele. Elias Amaro com 200 homens penetrou no Estado Oriental cometendo as maiores depredações e retirou-se são e salvo. Escreve-me Salgado (Joaquim Pedro) com data de 17 do corrente dizendo que cartas do Rio dizem que Floriano está mal sentado, que o câmbio baixou de 13 a 12.

30 de abril. Por licenciados do nosso exército soube que o General Tavares levantara acampamento no di[a] 22 e seguira a rumo de Alegrete em busca do armamento que traz o General Salgado, e procurando incorporar-se com ele.

10 de Maio. Ao “Deber Civico” foi passado pelo seu correspondente em Montevidéu <telegrama> noticiando grande batalha em Inhanduí no dia 3 entre as forças do General Tavares e as de Hipólito

⁵ (N.T.). As aspas só foram fechadas.

Ribeiro e Lima, atribuindo-se estes a vitória. Segundo essa comunicação, tomaram parte nessa batalha, por parte do governo, os seguintes Corpos de Linha: 30º, 8º, 11º e 6º Batalhões de Infantaria; o 4º e 11º Regimentos de [fl. 23v.] Cavalaria, Corpo de Aduaneiros, 5 bocas de fogo. As forças revolucionárias compunham-se de paisanos voluntários sem uma boca de fogo.

16 de maio. Chegou do exército do General Tavares o Dr. Nicanor Peña que dá os seguintes detalhes: o armamento da Carmelita compunha-se de 600 carabinas, 80 fuzis, 500 espadas e 200 lanças somente e 150.000 tiros que foram distribuídos pelas forças do General Salgado que estava desarmada e desmuniçada! Este armamento, é o que diz o telegrama de 1º de janeiro, seguira para Rivera. E o armamento Mauser e as 1.000 Remingtons e os 500.000 de tiros? E o armamento que se disse posteriormente comprado? Sobre Combate de Inhanduí dá os seguintes detalhes: Hipólito vinha a toda pressa ao encontro do Salgado. O General Tavares mandara o Tenente Coronel Franklin Cunha descobrir Salgado para fazer a incorporação. Ao voltar no dia seguinte, Cunha disse ao General que Salgado esperava a todo momento Hipólito a quem ia dar combate. O General mandou o Coronel Guerreiro com 1.000 homens melhor armados dar-lhe proteção. Em sua marcha Guerreiro avistou um exército que descia o planalto de Inhanduí; mandou reconhecer; nesse reconhecimento, reconhecido ser o exército de Hipólito, os [fl. 24] piquetes travaram luta, morrendo os dois comandantes deles. Hipólito fez recuar o seu exército para o planalto e mandou estender linha de batalha; Guerreiro fez outro tanto. Neste momento chegou o General Tavares com o resto de seu exército e, logo depois, Salgado, que estenderam as suas linhas nos flancos. Travou-se a batalha que durou até a noite. Apesar da posição vantajosa do Hipólito, as cavalarias se chocaram, sendo derrotadas as deste, chegando os nossos gaúchos até as peças de artilharia, obrigando à temerária resistência, segundo confessa a parte oficial governista. Na tentativa de tomar uma das peças o Coronel Estácio Azambuja apoderou-se de uma bandeira inimiga. À noite o General Tavares, depois de conferenciar com o General Salgado, sabendo que não havia mais armamento a receber, dividiu o exército em duas colunas e empreendeu a sua marcha, por ter comunicado o piquete que ficara de observação na retaguarda, a aproximação de inimigo que se supôs ser o exército de Telles. As nossas perdas foram de 40 mortos e 60 feridos e as do inimigo calcula-se em 200 homens fora de combate. Hipólito ficou nos matos de Inh[an]duí, sem meios de mandar observar a marcha dos seus

adversários. Este combate foi no dia 3 de maio. [fl. 24v.] Não tendo o 1º Corpo do Exército recebido armamento, e estando gastos grande parte dos recebidos, e não contando receber mais tão cedo, resolveu < o General Tavares > evitar mais combates e só gastar munições nas guerrilhas. Ao chegar às proximidades de Upamaroti, soube, < com grande surpresa >, que ali ainda estava o General Telles com o seu exército; mandou-o descobrir e empreendeu a sua marcha, deixando-o no flanco esquerdo. As avançadas do Telles se adiantaram, mas encontraram as forças de Gumercindo, Fidélis, Estácio, Mércio que, em linha de batalha, protegiam a passagem do exército. O Combate durou até a noite, conseguindo o exército pôr-se a salvo do inimigo. Desse combate que teve lugar no dia 13 de maio resultaram grandes perdas ao inimigo que mandou para Santana 90 feridos. O General Tavares acampa hoje em S. Luiz. O inverno rigoroso e antecipado, encontra a sua gente nua completamente. Telegramas para “El Dia” hoje lidos, confirmam a derrota da cavalaria do Hipólito que foi dar na Costa do Uruguai, cujo rio foi transposto por muitos soldados. Esses telegramas são de Libres e datados de 11 às 3 horas da tarde. Está-se sentindo a falta de uma organização séria do serviço da revolução. Assim é que tendo eu avisado em telegrama [fl. 25] para Gaspar que Telles permanecia nas proximidades de D. Pedrito, tendo cessado a perseguição, nenhum aviso teve disso o General Tavares, que o supôs próximo a Inhanduí na ocasião da batalha, esperando ser atacado pela retaguarda de um momento para outro.

18 de maio. À vista de quanto se tem dado, passei ao Gaspar o seguinte telegrama: “Nova fase revolução exige nossa presença acampamento. Convém irmos quanto antes. Fico esperando.”

20 de maio. Comunica o General Tavares que Gumercindo tomara 1.500 cavalos ao General Telles no Quebrachinho. Ontem chegou do exército o Dr. José Ferreira (médico) que confirma tudo que disse Nicanor sobre Inhanduí e Upamaroti, bem como o estado de nudez dos nossos soldados e armamento da Carmelita.

21 de maio. Até hoje não recebi resposta de meu telegrama convidando o Gaspar para irmos ao acampamento do General. Desde ontem chove torrencialmente, chuva fria do sul. Temo que debande parte de nossa gente, nua como está!

26 de maio. Continua a invernada! Por Gregório R[odríguez] soube que Gaspar está em Buenos Aires. Por isso [fl. 25v.] telegrafei ao

Salgado que o nosso exército está entre o Aceguá e Minuano escasso de todos os recursos; que urgia providências porque o frio é intenso e a gente está nua.

27 de maio. Não teve resposta o meu telegrama de ontem.

28 de maio. Escrevi ao Salgado comunicando que a nossa gente está nua, não podendo resistir a estação tem debandado aos grupos, carregando cavalos e mais de 800 armas que tem vendido na linha a troco de roupa; que urgia atender as necessidades dos companheiros, que se não havia mais recursos, devíamos todos ir para junto dos amigos, levar-lhes o alento que lhes está faltando; que aqui já não há recursos particulares para atender aos nossos feridos que vêm do exército. “Releia as minhas cartas – lhe disse – e verá que tudo eu previ; a falta de armas supre-se pela estratégia, mas a nudez na estação rigorosa que estamos atravessando, ninguém resiste.”

29 de maio. Cartas da linha dizem que o nosso exército vem completamente nu; que as forças de Salgado têm debandado em sua maior parte, que ele terá, quando muito, 700 homens; que é impossível que esse exército, no estado em que está, possa resistir ao tempo [fl. 26] rigoroso. Chegou o Alferes Oliveira com carta do Lourenço para Visa Chaubet e um telegrama do Salgado para o Gaspar. O próprio traz ordens de esperar três dias. Visa Chaubet acaba de receber do Gaspar o seguinte telegrama: “Comunique seguiu telegrama, mas já foi desmentido Jornal Commercio. Todo Brasil levanta-se opinião nosso favor, enviam ambulância, dinheiro, feridos. Chamei Galvão Machado levar ponchos, roupa, tudo exército. Licenciados reunidos, providos, brevemente campo. Tirano será abatido. Glória imortal exército, cidadãos libertadores pátria. Aq[ui] cinco jovens oficiais imitando cívico proceder General Salgado”. Muitos outros oficiais já imitaram. Às 6 horas da tarde, recebi o seguinte telegrama do Gaspar Martins: “Onde General? M[il] ponchos mandar. Movimento geral opinião favo[r] revolução. Chegam recursos. Escrevo.” Respondi: “General, todo exército Aceguá. Convém mandar t[u]do por aqui.” No combate do Quebrachinho foi morto o Tenente Coronel Bandeira, Castilhista, e ferido o nosso bravo Capitão Fidélis.

30 de maio. Às duas horas da madrugada chegaram Lourenço e General Salgado do exército Neste momento, [fl. 26v.] 2 horas da tarde, chegou o Dr. Nicanor Peña emissário do General Tavares. Depois de ouvi-lo, passei ao Gaspar o seguinte telegrama: “É urgente sua

presença aqui. Com recursos aqui mesmo supriremos exército. Mande urgência ponchos. Novidades grandes.” O General comunica que iniciada a marcha para o interior do Estado, teve de retroceder porque a infantaria do 2º Corpo recusou seguir, que à vista disso reuniu conselho de oficiais em que se decidiu que se marchasse pela linha divisória. O General, contrariado, disse-lhe que desse erro haviam todos sofrer as conseqüências – que não se fizeram esperar; que à vista disso montou o Gumercindo, com 1.500 homens melhor vestidos, nos cavalos tomados ao Telles e alguns melhores que ainda tinha e mandou-o internar-se pelo Estado, sustentando a revolução, enquanto ele remonta e veste a gente que está em estado lastimável; que todo o mal foi a marcha de Inhanduí atrás de grandes armamentos anunciados, que, afinal, não chegavam nem para armar bem um dos Corpos do Exército, eram 600 carabinas e 80 fuzis. Às 6 horas da tarde, recebi o seguinte telegrama do Gaspar Martins: “Seguem primeiras encomendas. Amanhã [fl. 27] venha telégrafo às 10 horas conferenciar. Gente retirada, organizada volta já outro plano. Não sacrifiquem questões amor próprio, causa liberdade vitoriosa. Nada sei, mas prevejo que sucede. Intervenha conciliar tudo” Este telegrama deixa ver que existe grande intriga lá por Montevideú, movida, talvez, do 2º Corpo do Exército. Disse-me o Major Clavico, chegado hoje ferido no combate do Quebrachinho que depois que se fez junção com o 2º Corpo, ninguém obedecia, nem procurava cumprir ordens; que havia grandes desgostos e dissidências no exército, confirmando assim o que outros me têm dito.

31 de maio. Fui a conferenciar. Disse Gaspar que vinham 600 ponchos, camisas, bombachas pedidos por Salgado e que fizera igual remessa para Rivera e Quaraí, que o país manifesta-se em nossa favor, que chegaram mais 7.000 £, que não admitisse intrigas e procurasse conciliar ânimos. Respondi que as intrigas aqui não abalavam e nem tinha notícias delas, que só por lá existiriam; que esperava com ansiedade a sua carta explicando tudo isso. Respondeu-me: sim, o mais direi em carta.

[fl. 27v.]

1º de junho. Fui hoje novamente chamado ao telégrafo. Disse Gaspar que as encomendas seguirão hoje com o José Luís e que todo país agita-se em nosso favor. Felicitei por isso e disse-lhe que tinham chegado dois cadetes do 5º Regimento e muitos outros companheiros completamente nus, que os tinha vestido e mandado ao General que, se pudesse, mandasse recursos para atender a essas despesas já reclamadas por Visa Chaubet. Respondeu que ia providenciar.

3 de junho. Sobre os recursos pedidos nada veio até hoje. À noite recebi o seguinte telegrama do Gaspar: “Roupas enviadas diligência, conforme pedido, são para exército. Botas se fabricam.” Achando-me de cama, pedi ao Gernegross para levar esse telegrama ao General Salgado. Acaba de chegar notícia de que o Ladislau Amaro e Guerreiro passaram a linha e entregaram 500 lanças ao chefe Oriental Aguiar, dissolvendo a gente. Faltam pormenores.

4 de junho. Chegou ontem na diligência Socorro o Dr. José Luís Martins, tendo ficado a roupa em Nico Pérez. Não vieram os recursos prometidos [fl. 28] para socorrer os feridos <e nus>. Escrevi hoje ao Gaspar dizendo que tinha chegado ontem o João Luís Gomes de Mello, comissionado pelos amigos do Rio Grande junto ao General Tavares, para comunicar-lhe que os comandantes dos vapores da esquadilha tinham assinado uma ata comprometendo-se a não atirar sobre os federais e que dois deles declararam aderir a revolução, que contam com o vapor Desterro comandado pelo Capitão Tenente Graça que fora ao Rio entender-se com o Chefe Naval, a fim de operar em seu regresso; que Mello seguirá para o Aceguá levar a notícia ao General.

5 de junho. Deixou de seguir Mello, por ter vindo comunicação de que o nosso exército, cercado pelo do General Telles, desaparecera. Faltam pormenores. À noite recebi o seguinte telegrama do Gaspar: “Sempre procurei manter prestígio, General é um patriota, mas cumpre marchar, posição que ocupa insustentável. Mandei dar Salgado 5.000 pesos pedidos compra cavalos; General nada diz, parece aborrecido. Tenha paciência, a glória não se conquista senão vencendo dificuldades. Rivera, Santo Eugênio agitam.” Que a posição é insustentável sabemos nós. Mas como marchar [fl. 28v.] com a gente nua e a pé? Salgado só hoje recebeu dinheiro para comprar cavalos. General Tavares deu seus melhores cavalos ao Gumercindo. A exigência é desarrazoada. O General Salgado, tendo notícia do que se passava na fronteira, seguiu esta manhã para a fronteira.

7 de junho. Ao Conselheiro Gaspar escrevi hoje dizendo-lhe que “não se preocupe com a marcha do exército; sem roupa e cavalos não pode ele internar-se; a roupa está em Nico Pérez e os cavalos, disse-me José Luís, mandara comprar; que a aproximação das forças do Governo antes do recebimento de cavalos e roupa era esperada e o General tinha disposto as coisas de modo a desaparecer o seu exército intacto, como sucedeu; que aqui todos estamos descansados a respeito, esperando com ansiedade as carretinhas com a roupa; que o General

está sem recursos para sustentar a gente; que esta, há muito tempo, não recebe fumo, sal, farinha e erva mate, que é preciso providenciar nesse sentido; que sem atribuições definidas na revolução tenho limitado minha ação a auxiliar nos limites de minhas forças e lembrar o que é necessário para o [fl. 29] nosso exército; não faço mais, disse, porque não posso. Recebi do Gaspar o seguinte telegrama: “Ontem noite recebi telegrama Rio Grande, comunicando revolta esquadrilha guarnição cidade. Já esperava isso; esquadrilha Uruguaiana acompanha; espero também artilharia S. Gabriel. Comunique General. Conto obter aquilo lhe disse. Uruguaiana nosso objetivo.” Por telegramas de Jaguarão sabemos que houve no Rio Grande simplesmente uma revolta de marinheiros, na Marajó, embriagados. Novo telegrama do Gaspar dizendo: “Consultado comissão tomei providências mandar vir 24:000 \$ subscritos Porto Alegre. <Ordem General> Importam 4.902.18. Onde ele?” Meu filho Dario Tavares respondeu: “Meu pai fronteira onde companheiros animados só esperam recursos, remeto seu telegrama urgência.”

8 de junho. Junto ao General combinamos passasse ele telegrama ao Gaspar nestes termos: “Para poder incorporar-me Gumerindo, preciso 500 cavalos; os que compra Salgado insuficientes. Além disso preciso ponchos, roupa, tudo urgência. Acontecimentos últimos fronteira pouco [fl. 29v.] prejudicam revolução que continuará custe o que custar.” Seguiu próprio com este telegrama 9 horas da noite chegou próprio do Dario Tavares com o telegrama do Gaspar datado de ontem. O General Tavares respondeu: “Pode dispor benefício revolução 24.000 \$ subscritos Porto Alegre minha ordem. Preciso urgente roupa, 500 cavalos.”

10 de junho. Gaspar telegrafou hoje ao General nos seguintes termos: “Foi roupa exército como telegrafei Dr. Tavares. Recursos esgotados. Não vieram 7.000 £ mas 1.000 £. 6.410 pesos como banco retificou. Envio 4.903 pesos subscritos P. Alegre. Espero recursos breve. Animados toda parte. Escrevo.”

12 de junho. Procurou-me o Sr. Broqué, vice-cônsul brasileiro, mostrando-me um telegrama do Julio de Castilhos, convidando os emigrados a voltarem aos seus lares onde encontrariam todas as garantias. Respondi-lhe que os emigrados não podiam confiar nessas garantias, entretanto lhes comunicaria o convite.

20 de junho. Só hoje seguiram as roupas para o acampamento. Cunha Júnior chegou à fronteira, [fl. 30] procurando o General Tavares para uma conferência. Santa Tecla declarou que o General não estava; insistindo Cunha Júnior, disse Santa Tecla que precisava de 4 dias para comunicar ao General os seus desejos. Ontem teve lugar a conferência. Nesta cidade foi criada uma comissão de senhoras para obter recursos para os enfermos e feridos revolucionários em tratamento.

22 de junho. Não vieram munições de Montevidéu, entretanto recomeçam os pedidos de balas entre os amigos. Henrique Alvares disse-me que em Montevidéu dissera [sic] a Cabeda que colocaria em Melo as munições que quisessem, ficando o seu oferecimento sem contestação até hoje. Empenhamos esforços para obter munições que pede o General Tavares. O Capitão Manuel Jorge, chegado do exército, refere que Gumercindo surpreendeu as forças de Lima nas Pontas do Jaguary, derrotando-as completamente, e ao ter notícia da aproximação de novas forças governistas, repassou o Jaguary e marchou para a fronteira.

24 de junho. Gumercindo ao aproximar-se da linha encontrou entre Serrilhada e S. Luiz uma força inimiga comandada por Menna Barreto, bateu-a, obrigando-a a passar para o Estado [fl. 30v.] Oriental, sendo ferido em um pé Menna Barreto. Remeti hoje para o General Tavares 6.000 tiros *Remingtons*. Em carta de 21 do corrente, o General Tavares escreveu ao Gaspar, dando notícia da entrevista com Cunha Júnior. Nessa carta diz o General Tavares: "que com o governo do Castilhos no Rio Grande nada era possível nem aceitável." Foi essa a resposta que deu ao Cunha Júnior, que respondeu que empregaria esforços para se providenciar sobre esse ponto. Ontem o General Tavares comunicou que Gumercindo aproximou-se do Guabijú tendo combatido com as forças de Artur Oscar e Pinheiro Machado; no dia 20, combateu no Passo do Viola; que esse Chefe, já legendário, aproximou-se da linha em busca de munições e cavalos, que quanto a munições, deu-lhe as que tinha e quanto a cavalos, o General pede ao Gaspar que providencie com urgência, porque as operações não podem estacionar por mais tempo; que no Passo do Viola, digo, Mingote Marques, acampou uma força inimiga no dia 21, composta de 400 a 500 homens, força essa que deixava no Passo de São Luiz; que [fl. 31] na Ferrara devem estar as forças de Pinheiro Machado e Portugal, com as quais se bateu no Jaguary, ocasionando-lhes grandes perdas, que em virtude dessas marchas e contramarchas, achava-se sem cavalos e munições.

25 de junho. A Comissão de senhoras remeteu para o exército 20 arrobas de fumo e 20 caixões com papel de cigarro. O General Tavares comunica que fez incorporar a Gumerindo os Corpos de Vasco Martins e Estácio Azambuja bem montados e vestidos. Hoje Henrique Alvares leva 6.000 tiros ao General comprados com o dinheiro aqui adquirido.

26 de junho. O General Salgado comunica que Gumerindo batalhou em Jaguary, derrotando o inimigo; que no dia 20 combateu o inimigo no Passo do Viola; que no dia 23 combateu em S. Luiz, causando muitos estragos ao inimigo. Passei ao Gaspar o seguinte telegrama: "Em dois dias todos operando. Pina, Vasco, Estácio já incorporados Gumerindo. As forças com as quais combateu Gumerindo no dia 23 são o 11º de Infantaria, 5º de Cavalaria e uma patriotada.

[fl. 31v.]

1º de julho. Recebi do Gaspar o seguinte telegrama: "Diga Dr. Joaquim Tavares partida transferida do 1º para 4º. Nada comunique General antes receber telegrama em cifra que Lourenço mostrará." O Dr. Joaquim Tavares seguiu com sua família para Montevidéu com destino ao Rio no dia 26 do corrente. Este telegrama indica que ele regressa em missão especial. Às 7 horas da noite, chegou a diligência Socorro com o Dr. Joaquim Tavares que traz comunicação reservada para o General Tavares de que Wandenkolk devia embarcar no dia 1º do corrente no Vapor Júpiter, armado em guerra, com destino ao Rio Grande, com força de desembarque. Aguardamos o telegrama cifrado.

2 de julho. Às 2 horas da tarde não vindo o telegrama anunciado, telegrafei ao Gaspar nestes termos: "Dr. Joaquim Tavares aqui esperando telegrama cifrado seguir comissão." Às 9 horas da noite, Lourenço trouxe-me traduzido o seguinte telegrama do Gaspar: "Só 4 parte Almirante ocupar Rio Grande; leva força desembarque, canhões, metralhadores, [fl. 32] fuzis distribuir povo amigo. Fez proclamação publicar em tempo. Mandarei exemplares. Novos Corpos Santo Eugênio, Rivera organizados. Atacado Rio Grande ocasião pronunciar-se Jaguarão. Nada diga antes dia 7. Comunique Tavares e General. Pode ir onde o chamam, telegrafe. Até breve."

3 de julho. Com telegrama e carta partiu o Dr. J. Tavares a desempenhar a sua comissão. O Dr. Azevedo Penna chegado da fronteira diz que Salgado, perseguido por forças orientais, teve de passar o Rio Negro e ocultar-se no Vichadero; julga-o em má situação porque

ele está mal de cavalos, só tem 140 carabinas, poucas munições e poucas lanças; que ele pretendia incorporar-se a Gumercindo, mas perseguido este, teve de passar o Rio Negro e marchou para Candiota depois de incorporados o Vasco e Estácio. O Coronel Guerreiro seguiu a conferenciar com o General Tavares; escreveu ao Ladislau para ter sua gente reunida no Passo do Sarandi a fim de operar sobre Jaguarão. A gente de Ladislau não recebeu roupa, nem cavalos; não sei como poderá marchar.

4 de julho. Causou geralmente péssima impressão o telegrama do Floriano ao Santos Filho felicitando-o [fl. 32v.] por ter escapado a sanha dos ferozes inimigos. Depois da conferência do Cunha Júnior no dia 21 como emissário do Marechal, este telegrama tem na realidade um quê de esquisito.

5 de julho. Recebi do Lourenço, em Artigas, o seguinte telegrama: “Gumercindo inutilizou pontilhão Taquari; bateu forças inimigas Cerro Chato; tomou Herval. Nada resolvido hoje. Espero amanhã resolver.”

6 de julho. Recebi do mesmo Lourenço telegrama com a seguinte palavra – Nada –. Isto quer dizer que a guarnição de Jaguarão não se manifesta pela revolução. O que eu sabia a respeito é o seguinte: um sargento escreveu ao General Tavares dizendo que se ele se aproximasse daquela cidade, ele com alguns companheiros e mais 50 soldados se passariam para a revolução. Daí a balela que levou Lourenço a Artigas.

8 de julho. Não havendo notícias da expedição Wandenkolk passei ao Gaspar o seguinte telegrama: “Quincas (Dr. J. Tavares) regressa amanhã. Tem notícias?” À noite recebi do Gaspar a seguinte resposta: [fl. 33] “Rio Grande hoje atacado Wandenkolk. Consta sitiado, expedição foi aqui preparada. Télégrafo cortado. Mandei hoje proclamação Almirante.” Ernesto Gernegross recebeu Coronel Salgado o seguinte telegrama: “Barra tomada Wandenkolk. Rio Grande sitiado. Agitação Rio. Bancos retirados.” Fiz seguir próprio ao General com essas comunicações.

10 de julho. Gaspar telegrafou-me dizendo: “Rio Grande deve hoje ser ocupado. Esquadilha revolucionária 6 vapores. Comunique General.” Fiz seguir novo próprio.

12 de julho. Gaspar passou o seguinte telegrama a Lourenço de Oliveira: "Onde Guerreiro. Telégrafo trancado todo Brasil. Bom presságio." O General Tavares seguiu no dia 8 Jaguarão abaixo enviando diversos emissários ao Gumercindo com as comunicações que lhe tenho enviado. Lourenço remeteu por Giloca Meirelles a Gumercindo cópia dos telegramas sobre a tomada do Rio Grande. O Dr. Azevedo Penna recebeu do Dr. José Luís Martins, o seguinte telegrama: "Esquadilha comando Wandenkolk bombardeou [fl. 33v.] Rio Grande. Situação Peixoto difícil. Pronto seguir Rio Grande."

Deixo essas páginas em branco para transcrever alguns documentos que espero e têm relação com os fatos constantes deste diário.

"Candiota 28 de Maio 1893 Telegrama General Telles. Para merecer vossa resposta dou como admitido qualquer juízo desfavorável revolucionários perante Constituição Federal. Ignoro com isso possa justificar Governo invadir e tirar <propriedades> particularmente sem dar ordens autênticas e documentos para garantia proprietários Assinado Dr. Ribeiro Tacques. Passo das Pedras." O Dr. Tacques é dos republicanos genuínos. Logo no começo da invasão ou revolução, protestava por esse modo contra as violações da propriedade feitas pelo governo.

"Quartel General em operações no Sul do Estado. Acampamento no Passo do Valente 10 de junho de 1893. Faço público para conhecimento das forças sob meu comando que nesta data expulso de suas fileiras por indignos de a ela pertencerem o Capitão Florício de Oliveira, Tenente José Basílio, Alferes João da Cruz, 1º Sargento Antônio [fl. 34] Pereira Júlio, Cabo de Esquadra Teodoro Rodrigues, Soldados Ismael Correia, Teófilo da Fonseca, Francisco Soares, Gregório Duarte, Bernardino Francisco Nunes, Leôncio Cavalheiro de Souza, Zeferino da Rosa Garcia, Luis Ferreira, Bernardino Ferreira da Silva, Pedro Teixeira, José Marcelino da Silva, Manoel Vitorino, todos pertencentes a brigada civil sob o comando do Coronel Bernardino Motta, pelo procedimento altamente criminoso e infame que tiveram de, aproveitando-se das circunstâncias anormais em que se acha este Estado, e à sombra das forças legais, deram expansão aos seus intuítos devastadores e sanguinários, roubando e ameaçando com o assassinato

a quem defendia a sua propriedade como ontem aconteceu, em que foram encontrados, conduzindo para lugar desconhecido uma tropa de gado arrebanhada e roubada a diversos particulares por meio da ameaça da força e tentativa de assassinato, não lhes valendo a desculpa a mim dada pelo referido Capitão Florício de Oliveira, chefe desses bandidos de serem essas propriedades pertencentes a federais. E como é preciso, mais uma vez, que fiquem todos convencidos ser o meu fim manter a ordem e a legalidade neste Estado e a integridade de nossa pátria, respeitando a vida e a propriedade de [fl. 34v.] quem quer que seja, tomei essa resolução e nesta data envio esses criminosos à autoridade civil para proceder de conformidade com a lei. João Batista da Silva Telles General de Brigada.”

É conveniente que fique aqui consignada cópia de uma carta que dirigi a Gaspar Martins em 4 de junho de 1893. Eis o trecho principal: “O Sr. deve ter consciência de que só mandou ao General Tavares 3.000 pesos para o provimento do exército de erva mate, farinha, sal e fumo, e por isso está habilitado a julgar o caráter desprezível desse indivíduo, que era o único a corresponder-se diariamente com o Sr. de quem se dizia representante. Assevero-lhe que sei de tudo quanto se diz e se passa; mas até hoje não pronunciei uma palavra contra esses difamadores que o cercam para não prejudicar a causa comum. Um dia eles serão conhecidos e julgados pela opinião pública.”

Em 7 de junho Escrevi ao Gaspar Martins, dizendo, entre outras coisas, o seguinte: “Fumo, erva, sal e farinha são gêneros que há muito tempo não vê o vosso pobre [fl. 35] exército. Eis a razão porque lembrei-lhe a remessa. Sem atribuições definidas na revolução, tenho limitado a minha ação a lembrar tudo o que é necessário aos nossos pobres combatentes e na minha limitada esfera, tenho socorrido a todos os que aqui têm vindo. Não faço mais porque já não posso; isso mesmo lhe disse pelo telégrafo.”

Carta que em 17 de abril de 1893 dirigi aos meus irmãos General Tavares e Coronel José Bonifácio: “Manos e Compadres: Junto cópia do telegrama que me trouxe o Chico Seco, passado do Rio ao “Astutos” do Rio Grande e não publicado devido à pressão do terror. Hoje estive

com o Chefe Político que confirmou a notícia do telegrama do seguinte modo: Aqui esteve Aristides Maia, deputado por Minas, e mostrou-se apreensivo com as vitórias da revolução e disse que o Floriano ia mandar um militar alheio às lutas políticas pacificar o Rio Grande, por que temia uma conflagração geral no país. Nestas condições tendo a revolução, apesar de mal dirigida, ganho tanto terreno, penso que deves tirar todas as vantagens da pacificação, fazendo o Floriano reconhecer o Governo de Bagé, instituído por delegação [fl. 35v.] do poder revolucionário de novembro que o elevou a Presidente da República. A não ser isso, com mais ou menos modificação, é minha opinião, não devem, sós, assumir a responsabilidade de uma solução, porque mais tarde podem ser vítimas de alguma cilada, os chefes revolucionários. Em qualquer hipótese, no tratado de paz deve ficar firmada a retirada da tropa de linha que existia no Estado antes da revolução e a sua substituição por outra vinda dos Estados do Norte, alheia às lutas políticas do Estado. A dissolução da atual polícia, a garantia em seus postos no exército dos oficiais que aderiram à revolução, a punição de todos os crimes, roubos e assassinatos cometidos depois da revolta de junho e a indenização dos federais saqueados em suas propriedades, são pontos que reclamam muita atenção e que vocês não devem deixar passar despercebidos. Junto os jornais últimos, bem como a carta do Coronel Oliveira Salgado ao Floriano, publicada n' "El Dia" e o "Deber Civico" com notícias importantes. Saudades."

Em 11 de novembro de 1893 escrevi ao Dr. Joaquim Tavares o seguinte: "Recebi a tua carta confidencial [fl. 36] que me apresso a responder. As responsabilidades serão apuradas mais tarde, perante documentos irrespondíveis. Ainda, agora, o Gumercindo que comanda o 1º Corpo de Exército diz em sua parte oficial publicada n' "El Dia" que por falta de munições, pois só tinha 12.000 tiros, teve de fazer uma arrojada carga de lança contra a infantaria de Portugal que decidiu a sorte do combate do Serro do Ouro no dia 27 de agosto. Já vês que continuam as mesmas faltas. Só o muito tino dos nossos generais e o valor dos nossos soldados têm salvo a revolução. Pela doença do General Tavares, assumiu temporariamente o comando em chefe o General Salgado. O velho General, apenas melhorado, congregou novos elementos de ação em S. Luiz, onde espera o exército para assumir a sua direção.] Quanto ao Wandenkolk não tem ele, absolutamente, razão, e pelos telegramas que transcrevo, fica bem claro que o exército

não podia, no dia 8 ou 10, achar-se no Rio Grande. Segundo o meu Diário, no dia 1^a de junho recebi do Gaspar o seguinte telegrama: (vide diário) O telegrama cifrado foi recebido no di[a] 2 à noite, e era datado do mesmo dia às 3 horas da tarde e dizia assim: (vide Diário). Só no dia 3 foi que V. saiu daí para fazer a comunicação ao [fl. 36v.] General que estava a mais de 5 [?]⁶ léguas de distância. Só no dia 4 pôde o General descer o Jaguarão para mandar em busca do Gumercindo de quem não tinha notícia. No dia 5 seguiu o Capitão Manoel Jorge levando ao Gumercindo ordem de seguir imediatamente para o Rio Grande, mas regressou no dia 6 corrido pelas forças do Elias Amaro que interceptaram a sua marcha e o trouxeram até as margens do Jaguarão abaixo de tiros. Entretanto soube-se depois que Gumercindo estava nessa ocasião entre Arroio Grande e Santa Isabel e só depois que acampou na costa daquele rio, no dia 12, foi que recebeu as comunicações e ordens; mas com essas comunicações recebeu também cópia do telegrama de Gaspar de 8 de junho que diz assim: (vide diário) Em vista desse telegrama, marchou Gumercindo sobre Jaguarão no dia 17, cuja rendição intimou em cumprimento da última parte desse telegrama. Quem é o responsável pelo malogro dessa expedição? Que responsabilidade tem nela o General Tavares? Só a completa ignorância dessas minudências pode gerar [fl. 37] o juízo errôneo do Almirante. Esses e outros fatos serão esclarecidos em tempo. O exército revolucionário está muito for[te], além dos dois Corpos comandados pelo Gumercindo e Salgado, está organizado outro de 1.200 homens em Santana e b[re-]vemente entrarão em ação por esta fronteira. Adeus.

[fl. 37v. em branco]

[fl. 38]

13 de julho. Às 2 ½ horas da tarde, recebi do Dr. Laudares, Montevidéu, o seguinte telegrama: “Peço mandar consultar Dourado [e] Nicanor se aceitam lugar médicos exército Tavares e Salgado, por parte Cruz Vermelha, ordenado 50 £. Dourado aceitando, venha receber 6 volumes ambulância recebidos nesta e dividir Ferreira Nicanor.” Respondi: “Nicanor, Dourado exército prestando serviços gratuitos. Vou remeter seu telegrama.” A seguinte carta é digna de atenção: “Amigo

⁶ (N.T.). A nota deve-se ao fato de haver uma falha junto à esquerda do número “5”. Isso levou-me a pensar que poderia haver outro número antes.

Lourenço: Como deve saber, o Perez foi anteontem, propositalmente, ao Brasil, na venda do Pinto e assassinou com um tiro de *Remington* um filho do Tenente-Coronel Fulião. Ontem quando as forças do Cortês passavam cautelosamente a picada no Rio Negro, uma força de 8 homens do mesmo Perez tentou desarmá[-los], insultando os nossos companheiros, resultou disso os nossos reagirem ficando mortos 2 das forças orientais, advertindo-lhe que os nossos só fizeram uso das armas depois de receberem [fl. 38v.] a primeira descarga. Do amigo João Mello – 11 de junho de 1893”. A nossa força a que se refere o João Mello era o piquete dos avançados comandado pelo Capitão Oliveira.

14 de julho. Carta do Dr. Saturnino Arruda escrita da S. dos Rios diz que esta noite devem ele com General Tavares e Guerreiro passar para o Brasil no Passo do Centurião ou outro mais próximo. Essa carta é dirigida a Henrique Alvares.

15 de julho. Um próprio vindo da fronteira diz que o General Tavares seguiu ontem para incorporar-se com Gumercindo e que o General Salgado deve passar dentro de dois dias para fazer também incorporação.

16 de julho. Adversários publicam telegramas dando a prisão de Wandenkolk.

17 de julho. Telegrama do Dr. José Luís para o seu irmão João Antônio Martins diz “Wandenkolk preso. Espera-se movimento esquadra sua chegada Rio.” Gernegross passou de Artigas o seguinte telegrama ao Lourenço de Oliveira – “Foi intimada [fl. 39] guarnição, Jaguarão a render-se. Intimação repelida, arrogância. Gumercindo acampa norte cidade”. A vista deste telegrama aconselhei ao Lourenço comunicasse prisão Wandenkolk senão amanhã cedo. É provável que a cidade de Jaguarão seja atacada amanhã. Às 6 horas da tarde o Coronel Zeca Tavares recebeu o seguinte telegrama do G. Martins: “Campo batalha generais têm direito deliberar como for mais conveniente. Campanha naval mal sucedida não mata revolução rio-grandense.” Telegrama do Gaspar para Lourenço: “Telégrafo marítimo até agora interrompido pelo Governo Brasileiro. Notícias aqui, como aí, vindas Artigas. Como disse, Joca entrou anteontem, se Zeca, hoje, diz-me Joca exército Jaguarão? Se terra não ajudou Almirante, ficando generais fronteira, claro não podia expedição ser bem sucedida. Almirante dizem preso Santa Catarina condenado Rio. Veremos proceder marinha. Nossa campanha não fica derrotada com isso. Outra coisa lamenta.” [fl. 39v.] Henrique Alvares

recebeu de Artigas de seu irmão Eduardo o seguinte telegrama: "Saraiva à frente 2.500 homens, circunda Jaguarão distância uma légua. À noite intimou rendição General Soares dizendo tratar evitar efusão de sangue; crê Wandenkolk tomou Rio Grande. Soares contestou: seu Almirante preso, pode vir que os meus canhões lhe darão mais detalhes. Saraiva espera incorporação Tavares para atacar cidade. Assegura-se que Motta, Pedroso, Corpo transporte vêm em proteção Jaguarão. Porto cerrado.

18 de julho. Às 10 horas da manhã Gernegross passou-nos o seguinte telegrama: "Chegou Mirim um batalhão. Creio gorado ataque, Jaguarão em festas." Do Burlamaque ao Lourenço a mesma hora: "Fui pessoalmente levar informações Gumerindo. Ele não ataca Jaguarão." O telegrama de Gaspar a Zeca Tavares é em resposta ao seguinte, passado no mesmo dia 17: "General Tavares, exército próximo a Jaguarão. Propalam fracasso Wandenkolk, [fl. 40] precisam verdade para saber que rumo seguir; próprio aqui aguarda resposta." O "Deber Civico" publicou hoje o seguinte telegrama de seu correspondente: "Chegou hoje a Jaguarão Mirim, conduzindo Batalhão 32. Saraiva tomou-lhes 500 cavalos que tinham de reserva na estância Bonito, matando-lhes 6 homens e aprisionando-lhes 50 que saíram em descoberta. Assegura-se agora que este mandou intimar novamente rendição praça no prazo de 24 horas. Primeira intimação foi respondida com altaneiro pelo General Soares. Guarnição entusiasmadíssima. O terei ao Corrente."

"Aceguá 18 de junho de 1893. Ilmo. Amigo Sr. Lourenço d'Oliveira Sua carta de ontem me foi entregue hoje às 10 horas da manhã. Em resposta vou dizer-lhe o que dei e é o seguinte: Ontem à tarde um próprio vindo da estância do Coronel Mattos (onde estará o General Salgado com o seu exército), com carta do Zeca Neto recomendando um ofício que julgo ser do General Salgado para o General Tavares, diss[e-]me que parte da gente de Salgado, a que estava [fl. 40v.] armada, moveu-se do acampamento e marchou para a linha no dia 15, à noite, e que o resto da mesma seguiu a 16 ainda com dia, uma e outra com direção a Serrilhada. Estou persuadido por antecedentes <de> que estou de posse, que essa informação é verdadeira e como tal pode aceitá-la. Faço votos pelo seu restabelecimento. "Seu patrício amigo, obrigado – "Dr. Tertuliano Machado"

19 de julho. Acaba de chegar da fronteira Zeca Gonçalves e notícias que Cabeda, com a divisão armada na Rivera, tomara D. Pedrito

e marchava procurando incorporação com o exército. Provavelmente se incorporará com o General Salgado que está na Serrilhada, segundo diz o Dr. Tertuliano Machado⁷. Assevera-se que Pedreira, agente Castilhista, tem telegrama dizendo que o Júpiter não foi aprisionado por ter levantado bandeira argentina e acha-se em águas orientais. Duvido da notícia. Gernegross passou-nos os seguintes telegramas “Falsos tiroteios e novas intimações. Gumercindo [fl. 41] rumo Arroio Grande.” Outro. “Chegou a Jaguarão próprio pedindo socorro. Gumercindo atacou patriotas Serrito. Seguiu socorro.”

20 de julho. Hoje respondi à carta do Dr. Joaquim Tavares de 15 do corrente em que me expunha as intenções do Dr. Laudares no telegrama de 13 do corrente, e disse-lhe que, se as intenções daquele Dr. era auxiliar os médicos que desde o começo da campanha prestavam seus serviços a nossa causa, melh[or] seria considerá-los desde já médicos da Cruz Vermelha e mandar os seus honorários para serem entregu[es] às suas famílias. Isto é mais racional do que contratar médicos que não podem acompanhar as marchas rápidas do exército, nem estão habituados à vida nômade do Sul.

21 de julho. As *Várias* do Jornal do Commercio de 10 e 11 do corrente, noticiam a reunião dos Almirantes sob a presidência do Ministro da Marinha, fizeram-nos conhecer que não podemos contar com essa corporação para a defesa dos nossos direitos no Rio Grande. As classes armadas estão ao serviço do ditador como está o Congresso. Vai-se firmar no Brasil a Oligarquia [fl. 41v.] Militar a mais ignorante e má de todas as de que dá notícia a história. No Jornal de 11 trazem as *Várias* uma relação do armamento apreendido no Júpiter; bem como dizem os “Siglos” e “Tribuna Popular” de Montevidéu, que Wandenkolk tomara no Rio Grande a “Cananea” e “Camocim”, que não podendo manter-se, abandonara estas canhoneiras e seguira para Santa Catarina onde fora aprisionado pelo “República” na Barra do Norte; que o “Itália” que fazia parte da expedição Wandenkolk pedira socorro de carvão no Maldonado e seguira comboiado para Montevidéu pela canhoneira “Artigas”. De Jaguarão não há notícias.

⁷ (N.T.). Para o dia 19, da segunda linha do segundo parágrafo até a terceira linha do primeiro parágrafo, o autor escreveu: “Inexato”.

22 de julho. Henrique Alvares recebeu de seu irmão, o seguinte telegrama de Artigas: “Gumercindo, em retirada de Jaguarão, encontrou-se com forças de Elias e Pedroso no passo Bretanha, que vinham proteção Jaguarão, estenderam linha tiroteando-se, perdendo Saraiva três homens, depois de passar sua cavahada número 6.000, continuou tiroteio em retirada para Arroio Grande. Governistas não perseguiram por falta de cavalos. Saraiva depois saqueou 4 casas, entre elas a estância do Dr. Carlos Barbosa, não deixando nem éguas. Crê-se interne-se pelo Brasil. Sobre [fl. 42] Wandenkolk consta-me que, ao ser apreendido Júpiter em costas Santa Catarina, não se o encontrou nele. Crê-se se tenha transportado a algum outro vapor. Itália foi preso costa Maldonado pela canhoneira Rivera, não se encontrando nele armamento algum, supõe-se tenham atirado ao mar. Governo brasileiro não reclama, porém assegura-se não serão entregues; serão postos liberdade.” Este telegrama é de origem castilhista. Custa a crer que Gumercindo se limitasse a tiroteios com Eli[as] e Pedroso; tanto mais sabendo-se que Elias chegou a Jaguarão apenas com 20 homens. Telegrama das 18 horas da noite: “Amanhã sai por via Melo Ministro Monteiro⁸, acompanhado do Tenente-Coronel De Deos Dias. Capitão Rosa e outros. Hoje dizia-se que Saraiva pelejava no Herval com forças do General Telles. Ignoram-se detalhes. Amanhã comunicarei.”

23 de julho. “Tio Joca (General Tavares) “A senhora do Santos Filho, seu prisioneiro, falou ao Julio de Castilhos para trocar o papai (Tenente-Coronel Facundo Tavares) pelo marido; e ele respondeu que [fl. 42v.] desde que o Santos Filho caiu prisioneiro, mandara oferecer a troca e que o Senhor tinha recusado. A vista disso ela mandou-me pedir para escrever ao senhor, empenhando-me para ser aceita a proposta de Castilhos e efetuar-se a troca. Eu respondi que era mentira do Castilhos e que o senhor não era capaz de recusar a proposta, mas que ia escrever-lhe e a sua resposta eu mandaria a ela. Portanto peço que responda com brevidade, porque ela quer publicar a sua resposta para desmascarar o Castilhos, se ele mentiu. Ele e seus adeptos tem assoalhado aqui que o Santos Filho tem sido muito maltratado pelo Gumercindo; de modo que a pobre senhora anda muito aflita. Há poucos dias tentaram dar um tiro no papai pela janela do quarto em que ele está preso, o que não levaram a efeito por ter chegado um oficial aos

⁸ (N.Org.). Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro

aposentos. Nada mais lhe digo, porque esta carta pode extraviar-se. Queira aceitar abraços da mamãe. Sua Sobrinha Cecília Facundo. 30 de maio 1893. Porto Alegre.” [fl. 43] Esta carta prova mais um embuste de Julio de Castilhos. Essa proposta nunca foi feita. Santos Filho era prisioneiro do 2º corpo comandado pelo General Salgado. Gumercindo Saraiva nunca teve em seu poder Santos Filho como prisioneiro, e creio mesmo, nunca o viu. Entretanto a gente castilhista não trepidou asseverar uma falsidade para magoar o coração da esposa de um amigo.

24 de julho. Chegou Vitorino Monteiro de Artigas com destino a Montevidéu. Ministro por 95.000\$000 réis segundo as Várias do Jornal do Commercio de 10 do corrente. Mandeí um amigo comum sondá-lo. Disse que a causa de tudo, da ruína do Rio Grande e do país, era Silveira Martins. Sempre o personalismo! Acrescentou que em pouco tempo estaria terminada a revolução sem dizer o meio. Disse mais: que Wandenkolk estava preso na fortaleza de Santa Cruz, externando conceitos desagradáveis ao Almirante, citando a sua prisão na Gávea e a sua retirada do Rio, dizendo que vinha tomar ares, quando vinha tomar parte na revolução!

25 de julho. Notícias da fronteira dizem que Salgado e Cabeda incorporaram-se na Cruz de São Pedro, e Cabeda com 500 homens de infantaria, Salgado 700 de cavalaria⁹. [fl. 43v.] Esta junção devia ter sido feita no dia 23 do corrente. – Asseveraram-me que Vitorino Monteiro dissera que se não conseguisse neutralidade absoluta, pediria os seus passaportes. Se o fizer talvez ocasione a guerra na América do Sul toda e a provável separação do Rio Grande.

26 de julho. Às 7 horas da noite chegou o seguinte telegrama do Gaspar Martins: “Rio negócios graves. Wandenkolk perdeu situação ganha. Causa não está perdida; basta continuar resistência.”

28 de julho. Do Gernegross a Lourenço – telegrama recebido às 6 horas – Mirim noticia combate Cacimbinhas chegados Pelotas muitos feridos – Do Rio vem Barão do Sobral, Enéas propostas paz bases Tavares. Wandenkolk queixa-se traição.” Carta do General Tavares datada de 26 do corrente dá notícia do encontro em

⁹ (N.T.). Nessa última linha, transversalmente, o autor escreveu: “Inexata”.

Cacimbinhas, ficando 14 mortos dos adversários, ignorando número de feridos. Chegaram de Montevideu Marciano Terra, Bernardino Fuão, confirmam as notícias d' "El Dia" sobre os sucessos do Rio Grande, vide "Deber Civico". Os fatos passaram-se assim: Na madrugada de 7 para 8, à 1 hora da manhã, 23 rio-grandenses, ao mando do Coronel [fl. 44] Laurentino Pinto, abordaram de surpresa, embargados em [cortado] o vapor Itália que estava no porto da cidade com armas e munições destinadas a Porto Alegre. Rendida a guarnição pela força, Laurentino ordenou que se fizesse vapor e às 3 horas levantou ferro, seguindo cautelosamente para a barra onde fez sinal de práctico, que foi tomado a custo de ameaças e saiu à barra em busca do Júpiter que aí devia estar com o Almirante Wandenkolk. Às 2 horas da tarde regressou o Itália com o Júpiter, e desde logo foi intimad[o] a rendição da força que estava de guarnição naquela localidade, [e] tomando os revolucionários conta dela, do armamento que havia e da bateria de artilharia. Todos os vapores que es[ta]vam ao serviço de praticagem passaram a engrossar a esquadilha de revolucionários, bem como a canhoneira Camocim que rendeu-se, recusando a oficialidade servir à revolução. Mas esses vapores não foram armados em guerra, nem foi utilizada a bateria de terra. Do dia 8 a 12 o Itália, com os 33 bravos a bordo, suportando o fogo das baterias governistas colocadas na praia da cidade do Rio Grande, forçou a passagem, tomou S. José do Norte, arrecadou o dinheiro que havia na Mesa de Rendas, mudou as autoridades no meio das aclamações populares, tendo embandeirados todos os navios surtos no [fl. 44v.] <[no] porto>, tomou o carvão que dois navios ingleses tinham para a companhia do Gaz. Durante este tempo, José Bernardino Fuão mandou aviso aos companheiros das localidades mais próximas que marchavam, a incorporarem-se com os 150 que já na barra faziam exercício diário, contando Fuão que até o dia 14 se elevasse a 500 o número dos combatentes. No dia 12, Marciano Terra preveniu ao Almirante que tinha chegado a Pelotas o Itaoca com oficiais e tripulação para a Cananea, que a tripulação dessa canhoneira fora mudada pela que chegava no Itaoca e mandada para Rio Grande no trem de ferro, que a Cananea viria no dia seguinte, com bandeira branca, até aproximar-se e tomar de surpresa os navios revolucionários. No dia 13 pela manhã, o Itália atracou a um navio que conduzia carvão para passar para os seus porões e combustível necessário. Estava nesse serviço quando observou que o Júpiter demandava a barra, supondo Laurentino que ia a alguma diligência; idéia que se esvaneceu quando viu passar junto ao Itália a Camocim desarmada e com bandeira branca.

Logo depois, avistou a Cananea que vinha a toda força com bandeira branca; ao passar pela [fl. 45] Camocim desceu este e ergueu a bandeira federal, e principiou fogo ativo contra o Itália. Laurentino mandou imediatamente cortar as amarras e aproar para a barra debaixo de um temporal desfeito, e de uma chuva de metralha – Forçada a barra, não tendo o Itália bússolas a bordo, fez-se ao largo para evitar as dificuldades da costa e fez rumo ao Sul. No terceiro dia de viagem, avistou o Itália um *cutter* oriental que lhe forneceu um prático e o conduziu a Maldonado, tendo passado os seus tripulantes todo esse tempo sem comer nem beber. Ignora-se até hoje a sorte dos companheiros que ficaram abandonados em terra, tanto em S. José do Norte como na barra fazendo exercício. Ignora-se também o motivo do procedimento de Wandenkolk. Os navios que compunham a esquadilha revolucionária são: Júpiter, Itália, Manoel Diabo, Lima Duarte, Camocim, a chata, Helena, Jaguarão, Rio Grande, Itapuã, Rebuço, e mais uma lanchinha a vapor e os navios de vela aprisionados. Se todos esses vapores fossem armados com a artilharia de terra seria uma esquadilha respeitável. Além disso tinha o Júpiter duas metralhadoras, [fl. 45v.] além das que compunham o armamento da Camocim. Conta mais Marciano Terra que o armamento do Itália foi apreendido pelo Governo Oriental por não haver \$400 para dar ao guarda que mediante essa quantia se comprometera a entregar; que todo o armamento ultimamente comprado pelo Gaspar e que importara em 100 e tantos contos, fora também apreendido pelo mesmo Governo. Na ocasião em que tomaram o Itália encontraram a bordo 650 cunhetes com 1.000 tiros e grande porção de caixões com fuzis. Esse armamento veio para Montevidéu e foi apreendido como se disse. Em Cacimbinhas entre os documentos apreendidos encontra-se o seguinte telegrama publicado pelo “Deber Civico”: Expedido às 9 da manhã 16 julho: João dos Santos Martins. Intendente. Hoje é que recebi cem ponchos para minha gente. Fardos roupa Senador Pinheiro Machado levou. Tenho passado mil tormentos de maio para cá. Hoje mandei uma escolta de 40 homens diligência nesse município. Não dê garantias inimigo. Assinado Tenente Coronel Madruga” Informa mais Marciano Terra e José Bernardino [fl. 46] Fuão que o Júpiter levava a seu bordo apenas dois canhões pertencentes ao Governo de Santa Catarina, 200 carabinas e 20 homens de tripulação.

21 de julho. Recebi hoje carta do Dr. Antônio Soares, dizendo remetera por intermédio do London Bank de Montevidéu por duas vezes as seguintes quantias: a 1ª de 15:188\$ e a 2ª 3.912\$000. Essa carta é datada de 21 de junho. Em consequência passei ao Dr. Joaquim Tavares

o seguinte telegrama: “Indaga London Bank ordem de quem vieram Pelotas dezenove contos.” O Tenente Coronel João Manoel Vieira, em data de hoje, escreve-me do Chuí, dizendo vir em comissão do General Tavares, trazendo 100 cavalos magros e pedindo recursos para comprar outros; pede também armas, munições e especialmente ponchos para o resto da gente que continua em campanha, nua. Pede também 8 pares de arreios para montar oito desertores do 4º de artilharia que apenas têm a roupa do corpo. Em conseqüência passei seguinte telegrama ao Gaspar Martins: “Coronel Vieira chegou mandado General pedindo munições, armas, roupa resto companheiros [fl. 46v.] que continuam desprovidos.”

2 de agosto. Carta de Gaspar ao Lourenço datada de 24 de julho, depois de condenar o procedimento de Wandenkolk que, diz, fugia dos próprios companheiros, diz que os A A – lhe comunicaram que em poucos dias o porto do Rio amanhecera bloqueado; que o Governo lhe vendera 600 armas e 600.000 cartuxos <e> que os embargara quando estavam expedidos! Mas mostra esperanças de salvá-lo pelo que adiou sua viagem para cá depois de estar com as malas prontas. Chegaram ontem à noite do exército os majores Procópio G. de Mello e João G. de Mello que acompanharam o General Tavares até o João Francisco onde ficou adoentado. No comando em chefe do Exército está Gumercindo Saraiva. Telegrama do Gaspar em resposta ao meu de 31 p.p. diz: “Tomei providências medida possível. Carta explico.” (Não vieram os recursos pedidos nem carta).

3 de agosto. Seguiu o 2º comissário com três praças para trazer preso e conduzir a Montevidéu o General Tavares que chegou doente a casa do João Francisco e não o [fl. 47] tendo encontrado, voltou o comissário.

4 de agosto. Chegaram do João Francisco Jeremias Silva, Cirico Barcellos, que foram intimados pelo comissário para serem inquiridos sobre a ausência do General. À noite recebi do Santa Tecla “Notícia João, sigo dia 6.”

5 de agosto. Respondi ao telegrama do Santa Tecla nestes termos: “Joca seguiu exército. Boa viagem.” Chegou o João Mello; o General Tavares está na linha no Brasil e mandou que se passasse os seguintes telegramas: “London Bank: Autorizo entregar Conselheiro Martins quantia à minha disposição vinda Porto Alegre.” “Ao Conselheiro Martins: Peço receba London quantia minha disposição vinda Porto

Alegre e remeter compra cavalos. Telegrafei banco." Os dois telegramas levam assinatura por extenso do General.

6 de agosto. Às 11 horas compareceu no hotel Isasa onde se hospedam os emigrados brasileiros, e intimou-me a Zeca Tavares e Visa Chaubet, a acompanhá-los presos à chefatura por ordem do Oficial Primeiro, na ausência do Chefe Político. Seguimos imediatamente. Conduzidos a uma sala, o tal oficial me declarou que estávamos [fl. 47v.] detidos por 24 horas na Chefatura onde havia, à nossa disposição, um quarto. Pedi-lhe que declarasse o motivo da detenção para nós podermos defender. Disse que em uma denúncia remetida de fora pelo Chefe Político – acusando-nos de termos mandado desta vila 20 homens armados opor-se a prisão do General Tavares. Respondi-lhe que fizesse-nos a justiça de acreditar que se tivéssemos e mandássemos daqui esses homens, iríamos à sua frente para empresa de tanta magnitude; que tínhamos o direito de exigir que abrisse inquérito sobre o fato, a fim de conhecer a verdade; disse-me que só depois de passadas 24 horas procederia assim, visto como era seu direito a detenção por esse prazo. Respondi-lhe que nesse caso requereríamos, nós, imediatamente uma justificação perante o Juiz Letrado. Respondeu-me que não poderíamos fazer e que à vista do que dizíamos, nos concederia a nossa habitação por detenção sob palavra de honra – nessas condições voltamos para o Hotel e aguardamos o desfecho dessa farsa. A denúncia afeta à própria Chefatura, 1º porque em uma cidade pequena como esta não se poderiam conservar 20 homens armados sem a sua conviência ou desídia; 2º porque se tivéssemos mandado reunir fora essa gente, seria em [fl. 48] virtude de conhecimento prévio da ordem de prisão para sua natureza reservado, e esse conhecimento importa uma indiscrição ou aviso da própria Chefatura! Admira tanta ignorância nas autoridades deste Departamento a ponto de receberem uma denúncia dessas e fazerem obrar por ela. Não acredito todavia em semelhante denúncia cujo conteúdo não nos foi mostrado. Creio antes em uma farsa representada para eximirem-se da responsabilidade que sobre a Chefatura pesa. Pelo “Deber Civico” vou responder a essa farsa toda.

8 de agosto. “Deber Civico” publicou hoje minha resposta à farsa policial. O Comissário veio hoje dizer-nos que tínhamos a cidade por menagem. A Chefatura ainda não respondeu ao mandado do Juiz sobre a representação que fizemos sobre a nossa prisão. Do Gaspar Martins recebi o seguinte telegrama: “Recebi London Bank pesos 3.913.50.

Heutino Vega tem ordem entregar aí General Tavares". Às 9 ½ da manhã o Comissário Vergara nos intimou a comparecermos à Chefatura onde o Oficial Primeiro nos intimou ordem de prisão naquela repartição [fl. 48v.] e seguimos acompanhados para Montevidéu em virtude da ordem emanada do Ministro das Relações Exteriores à requisição do Ministro Brasileiro. Foi-nos designado um quarto para permanecermos até a saída da diligência. À noite recebi do Gaspar o seguinte telegrama: "Mandeí ordem entregar-lhe dinheiro – 3.913.50." Desta quantia foram retirados 800.00 para atender à internação dos prisioneiros Coronel Tavares, Dr. Tavares - Lourenço de Oliveira.

9 de agosto. João Mello seguiu com 3.000.00 para a compra de mais cavalos para o exército. Acompanhados por um oficial e Comissário Vergara fomos ao Hotel preparar as malas para a viagem e despedimo-nos das famílias.

10 de agosto. Embarcamos na diligência às 5 horas da manhã com destino a Montevidéu acompanhados pelo Comissário Vergara e um tenente de polícia.

11 de agosto. Chegamos a Nico Perez e regressa amanhã o tenente; acompanha-nos o Comissário.

12 de agosto. Chegamos a Montevidéu às 4.45 da tarde. Conduzidos à Chefatura, esperamos pelo chefe até às 8 horas da noite. Mandou ler a intimação, da qual pedi cópia que não nos deram; concedendo [fl. 49] nos para residência a cidade de Montevidéu em virtude de requisição do Ministro Brasileiro. Gaspar chegou à Chefatura às 5 horas da tarde e ali permaneceu até a nossa retirada.

13 de agosto. Encontrei o mais profundo desgosto entre os companheiros pela má direção que continuam a ter os negócios da revolução. Os mais íntimos do Gaspar não ocultam já o seu descontentamento e alguns se tem retirado completamente do que chamam "o Itamarati" – nome que dão a residência do Chefe. O armamento e munições apreendidos não foram salvos, nem esperanças tem de salvá-los. Os recursos pecuniários estão esgotados e não há para onde apelar. Vitorino pediu e obteve conferência com o Joaquim Pedro Salgado para tratar da pacificação. Falou muito contra Fernando Abbott, atacou Julio de Castilhos e invocou o patriotismo de todos para a pacificação. Salgado diz-me que nada adiantou a respeito. Esperamos o desenvolvimento desta nova face da questão.

14 de agosto. Escrevi hoje ao Delfino Riet sobre um empréstimo – Recebi 233.00.

20 de agosto. Cabeda acaba de informar-me que na Rivera e Santo Eugênio, as forças têm [fl. 49v.] as mesmas armas que tinham na ocasião da invasão e mais 50 *Mannlichers* que foram mandadas daqui, que nenhum outro armamento foi mandado para aqueles pontos, que contam apenas 200 cavalos nas forças de Ulisses e David Martins, que a gente dele, Cabeda, está a pé. O armamento que possuem é o seguinte: força de Cabeda 200 fuzis, de Ulisses cerca de 200. Este armamento foi quase todo comprado por David e Ulisses e alguns por ele, Cabeda. No começo da revolução só foram remetidos para a Rivera 80 fuzis que foram distribuídos pela Infantaria Antônio Vargas.

22 de agosto. Zeca Tavares recebeu carta de Visa Chaubet dizendo que recebera cartas do General pedindo munições e comunicando que Gumercindo e Salgado seguirão para o Norte a desenvolver vários planos, que o General recebera um cartão de Telles nestes termos: "Estou às suas ordens, diga o que quer." Narciso Casasnovas chegado hoje de Bagé informou que Salgado e Gumercindo seguirão pelo Rosário, para o Norte; que o estado do município é deplorável, reinando a maior miséria. Conferenciei com o Senador Aguirre sobre as internações, ficou de conferenciar com o Ministro e obter o meu regresso [fl. 50] a Melo, sob condição de não me retirar sem avisar ao Chefe político. Informou mais Casasnovas que as forças existentes em Bagé são o 31 – 28 – 11 de Infantaria, Corpo de Transporte 3º de Cavalaria e o resto do 5º Regimento, 4º de Artilharia, forças de Lupi e Varella, exército de Bacellar. Pedroso e Elias estão no Cerro Chato, Telles com 1.000 homens está no Candiota. A estrada de ferro está quase reconstruída, à última hora chegaram cavalos para as forças de Bagé, segundo foi informado na véspera da partida. Calcula as forças existentes em Bagé em mais de 2.000 homens. Informa Cabeda que as forças de Rivera e Santo Eugênio Conservam-se sobre a linha e não podem mover-se por falta de cavalos e estão, como já disse, mal armados. Não se verifica, portanto, a notícia dada por Zeca Gonçalves de que estavam nas proximidades da Serrilhada.

27 de agosto. Chegaram presos acompanhados pelo Oficial Primeiro da Rivera o Conselheiro Maciel, Alfredo Moreira, Coronel David Martins, aos quais foi intimada a ordem de internação em Montevidéu.

28 de agosto. Telegrama de Melo e dos Corrales a J. Pedro Salgado noticia que o exército revolucionário expedicionava em três colunas para o

interior do Estado, [fl. 50v.] comandadas pelo Gumerindo, Salgado, Guerreiro, que a coluna do Gumerindo tomou S. José do Patrocínio e Encruzilhada, havendo combate nesta localidade, ficando prisioneiro o Coronel José Porto, Comandante Superior, e morto o Tenente Coronel Bonifácio Nunes. Foram também tomadas Caçapava e Lavras – Gumerindo tomou 1.000 cavalos, muitas armas, munições na Encruzilhada. Gaspar comunicou-me que já se estava safando o armamento e munições; aquele vai em pipas, estas, em caixões de azeite. O autor deste trabalho é Cabeda, o preço 1.000.00.

30 de agosto. Dr. Ramos em carta ao Escobar, recebida hoje, diz que vieram para o Gaspar, depois de sua chegada ao Rio, mais 34.000\$; que o movimento da Armada estava preparado e fracassou, quando parecia impossível recuar, por causa de programa político, mas que o Custódio lhe dissera que continuava pronto; que acha difícil um segundo movimento, entretanto trabalha-se.

5 de setembro. Acaba de chegar telegrama do Gumerindo comunicando que no Cerro do Ouro, município de S. Gabriel, bateu a força de Portugal de 1.200 homens, tomando 4 estandartes, 250 armas, 124.000 tiros, fazendo-lhes 300 mortes e 57 prisioneiros.

6 de setembro. Telegramas ao London Bank que [fl. 51] a esquadra sublevara-se no Rio com os navi[os] Trajano, República, Aquidaban e 3 torpedeiros; intimou Floriano abandonar governo, respondendo ele que não fazia por contar com a maioria da Nação. Todos os jornais publicam boletins. Seguiu por Santana, Vituca¹⁰, a tratar das complicações internacionais criadas por Isidoro. Isso não tem nenhuma importância.

7 de setembro. O Tiradentes e Bahia, surtos neste porto, aderem à revolta da Armada. Gaspar convida-me para, com Maciel, embarcarmos nestes navios e formarmos o governo no Rio Grande. Respondi que estava pronto desde que nos navios nos atendessem. Maciel e Nicoliche foram hoje conferenciar com os comandantes. Preveni alguns amigos que estivessem de malas prontas para seguirem viagem.

8 de setembro. Maciel disse-me que os comandantes dos navios não querem ir ao Rio Grande sem exército de terra que os secunde – preferem juntar-se aos companheiros da Armada. Os navios estão de

¹⁰ (N.Org.) Vitorino Monteiro.

fogos acesos. À tarde e à noite corre com insistência que os navios revoltados bombardeiam as fortalezas que se conservam fiéis ao governo, e dizem que a notícia é de fonte oficial. [fl. 51v.] Chega telegrama do Gernegross ao Alfredo Bastos que o Gumercindo e o Salgado derrotaram as forças de Bacellar, constando a morte deste e ficando em poder da revolução a artilharia.

10 de setembro. O Tiradentes e Bahia continuam neste porto. Em ofício de 30 de agosto – remetido por meu Intermédio – do Dr. Nicanor Peña ao Dr. Laudares diz que lhe faltam os recursos necessários para preencher a comissão de que foi incumbido pela Comissão Central de Socorros aos feridos como cirurgião, junto ao 1º Corpo de Exército; que não dispõem de medicamentos, aparelhos de curativos e nem meios de condução – proponho a compra de cavalos para cargueiros ou uma carroça para transportar ambulância. Hoje mesmo o Dr. Laudares telegrafou providenciando no sentido do ofício.

11 de setembro. Acabo de receber cópia da parte oficial de Gumercindo Saraiva ao General Salgado sobre o Combate do Cerro do Ouro contra as forças de Portugal a 27 de agosto p.p. Continua o boato de que o Itaoca revolucionado saiu à barra do Rio sendo esperado neste porto amanhã ou [fl. 52] depois. O London Bank e outros relacionados com o Telégrafo Submarino continuam sem notícias do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Não se confirma o combate com Bacellar noticiado pelo E. Gernegross. Consta que o Bahia seguiu para Assunção. O Tiradentes continua no porto.

14 de setembro. Continuam a chegar notícias contraditórias do Rio todas de conduto oficial.

15 de setembro. Fracassou a expedição que estava combinada com o Desterro, despedindo-se o comandante Vasconcellos.

17 de setembro. Está combinado o embarque no Tiradentes para as 9 ½ da noite. Às 2 horas da tarde fui procurado pelo Gaspar e Rodrigues de Vasconcellos para combinarmos a hora do embarque em uma lancha a vapor que Gaspar mandaria fretar. Preveni aos amigos que tinham de acompanhar-me, João da Silva Tavares, Machado Bruno, João Mello, Coronel Ernesto Silva e Carlos Ribeiro, ficando Gaspar de prevenir o Espírito Santo. Às 8 horas da noite mandei Luís Palmeiro saber do Gaspar qual o ponto de embarque e se havia alguma alteração. Às 8 ½ mandei Machado Bruno [fl. 52v.] comunicar ao Gaspar os rumores que me tinham chegado sobre a nossa expedição e a

desconfiança que tínhamos quanto a sua realização. Às 9 ½ voltaram os dois emissários. A expedição gorara! Carvalho mandara dizer ao Gaspar que estava sem efeito. Entretanto Vasconcellos, que não pode ter disso aviso, foi para bordo onde um oficial lhe disse que se retirasse, porque tinha ordens expressas a seu respeito. Mandeí dizer ao Gaspar que não contasse mais comigo para expedicionar com essa gente.

18 de setembro. Entrou hoje no dique Mauá o Tiradentes pelo receio que tem o governo de sua oficialidade.

19 de setembro. O Tiradentes foi hoje guardado no Dique pela polícia de terra!

20 de setembro. Hoje o Ministro brasileiro mandou tirar três peças da máquina do “Desterro”.

25 de setembro. Anuncia-se para amanhã a partida do Desterro para Rio Grande.

27 de setembro. Hoje pela manhã, foi tomado Quarai pelas forças de Rafael Cabeda, Ulisses e Pina, ficando muitos mortos, 300 prisioneiros, entre eles Tenente Alencastro, comandante da guarnição com o posto de [fl. 53] Coronel, ficando em nosso poder muito armamento e munições. Telegrama da Barra do Quarai do Sabaderista Lesca noticia que Gumercindo e Salgado anteontem tomaram Itaquí, conservando-se a esquadilha neutra.

28 de setembro. Os jornais confirmam as notícias de ontem. Do Rio não há comunicações relativas ao movimento da esquadra.

29 de setembro. O resultado do assalto ao Quarai foi o seguinte: tomamos 50.000 tiros *Remington*, 25.000 ditos *Winchester* e *Comblains*, 130 carabinas, 200 ponchos, 100 lanças. Baixas nossas: 7 oficiais e 13 soldados, mortos e feridos 4 oficiais e 15 soldados. Baixas Castilhistas: 130 mortos, 70 feridos. Prisioneiros: 15 oficiais e 150 soldados. Esta comunicação é do Rafael Cabeda em telegrama das 3 horas da tarde.

30 de setembro. Barão de Batovi telegrafou hoje de Santa Catarina ao Gaspar, comunicando [fl. 53v.] que a Capital, Desterro, rendeu-se à intimação do República e Pallas. Coma[n]-da divisão, Lorena, o República, Lara, o Pallas, Pio Torelli. De Lisboa passaram telegrama para Buenos Aires e dali para Gaspar, comunicando que os Almirantes estrangeiros pediram ao Custódio para suspender o bombardeio, prometendo intercederem junto ao Floriano para resignar o poder; que Desterro fora tomado, e que em S. Gabriel a guarnição sublevara-se.

1º de outubro. Confirmam-se as notícias anteriores. Continua o trabalho para a sublevação do Tiradentes, o que eu não creio.

2 de outubro. Gaspar comissionou-me para ir à fronteira fazer invadir os amigos que ainda estão deste lado, Zeferino Silveira, Antônio Neto, Tomás Mércio e outros. Seguirei amanhã com as devidas cautelas. Carta hoje recebida de Melo, de várias notícias, comunica que em Bagé houve conflito entre o 4º de Artilharia e 11 de Cavalaria, ficando [fl. 54] 5 mortos e muitos feridos, que o governo concentra as forças sobre Pelotas e Rio Grande, que Prestes Guimarães tomara Santa Cruz e Lajeado, que Bagé fora abandonado pelos castilhistas.

6 de outubro. Ontem cheguei a Melo sem novidade. Por Pedro Tavares soube que Bagé está sitiada por Noronha, que Carlos Chagas inutiliza a estrada de ferro, que General Tavares prepara-se no Piraf, estância do Santa Tecla, onde tem 200 homens, para ir atacá-la; que Neto e Mércio devem entrar no dia 10 a fazerem incorporação. Estas notícias transmiti-as ao Gaspar em telegrama. Do Gaspar recebi este telegrama que remeti um[a] cópia para o exército: "Rio, grande número prisões: Tamandaré, Nabuco, Solon, Hilário, Eduardo muitos deputados e senadores. Novo bombardeio; governo desmoralizado armou torpedeira com bandeira inglesa para surpreender Aquidabam. Esquadra inglesa prendeu, como piratas, torpedeira e tripulantes". O "Deber Cívico" publica um telegrama com estas notícias e acrescenta que posição Floriano [fl. 54v.] é insustentável, que as legações estão guardadas por força das respectivas nacionalidades.

7 de outubro. Passei ao Antônio Maria Pinto o seguinte telegrama: "Convém companheiros incorporarem-se já, contrário ficarão cortados."

9 de outubro. Amigos chegados hoje de Montevidéu e uma carta de Lourenço d'Oliveira mais detalhadamente noticiam mais uma infame traição do Floriano, qual a de enviar bombas de nitroglicerina, em um papelão em forma de livro, ao Custódio de Mello, arditosamente arranjados. Custódio, desconfiando, lançou o livro em uma bacia com água, e desfeito este, patente a traição, mandou levar tudo aos almirantes estrangeiros, lavrando-se de tudo uma ata por todos assinada. À vista disso e da falta de garantias e anterior procedimento de Floriano, o corpo diplomático mandou intimar a este para deixar o Rio dentro de 8 dias, determinados ontem, e findo o prazo, fariam desembarcar as forças de suas nacionalidades para garantir os seus súditos e aos brasileiros

abrigados nos consulados e auxiliar aqueles que se propusessem manter a ordem. [fl. 55] Consta que o 6º Batalhão e 15º de Cavalaria estacionados em Santana aderiram à revolução. A mesma carta de Lourenço diz que o Príncipe D. Augusto embarcara em França com destino à esquadra para auxiliá-la libertar a sua pátria. Se isto se verificar, em pouco tempo, em minha opinião, será proclamada a monarquia, talvez com o próprio D. Augusto à frente do movimento restaurador.

Chegou a Montevidéu o Dr. Demerval da Fonseca, de emissário ao Gaspar, e consta segue para Santa Catarina. Consta também que Cassal com Laurentino embarcaram no Bahia com destino ao Rio Grande. A Chefatura recebeu hoje comunicação da fronteira de que Gumercindo e Salgado tinham chegado ao Rio Negro, incorporando-se ao General Tavares para tomarem Bagé. Esta notícia carece de confirmação. Dizem também os amigos chegados de Montevidéu que confirmava-se a morte de Fernando e João Abbott no Cerro do Ouro.

10 de outubro. Recebi de Gaspar seguinte telegrama “Continua bombardeio Rio. Villeganon afinal pela revolução. Chegarão emissários Custódio. [fl. 55v.] Também enviei Joaquim Pedro, Cassal, Laurentino por um vapor fretado Santa Catarina. Carta explicações.”

11 de outubro. Telegrama do Gaspar ao Dr. Penna noticia que mais uma fortaleza aderiu a Esquadra e que dois batalhões G. Nacional manifestaram-se pela revolução no Rio.

12 de outubro. Comunicação de Artigas diz que a guarnição do Paraná com Nico Barbosa à frente e Alferes Pires aderiram revolução e depuseram governador que não quis aderir.

13 de outubro. Regressei fronteira. Continua a incorporação de federalistas ao General Tavares, todos desarmados; consta que estão reunidos 200 e tantos homens.

14 de outubro. Chegou, Jonica, dos Corrales onde recebeu próprio do Piraf, acampamento do General Tavares, na estância do Santa Tecla. O General só tem 200 e poucos homens mal armados. Os Cerros de Bagé estão fortificados. O General e o Coronel Telles estão em Bagé. Julgo impossível um ataque a essa cidade com pouca gente que tem o General Tavares.

15 de outubro. Hoje escrevi ao Gaspar e ao Escobar, dando notícia das incorporações que tinha o General Tavares acampado [fl. 56] entre Rio Negro e Piraf, não passando de 200 hom[ens] a sua força

e mal armados; das fortificações no Cerro de Bagé e confirmando a minha crença de nada se conseguir de definitivo enquanto a ação política não estiver liga[da] a ação militar.

20 de outubro. Miguel Soares e outros passageiros vindos de Pelotas, contam que ali tinha-se como certa uma batalha em Ibicuí, tendo ficado prisioneiros Pinheiro Machado, Ramiro Barcellos e Lima e completamente desfeita essa coluna inimiga. No dia 10 do corrente, Mateus Collares derrotou 300 homens comandados por João Madruga e tomou Cacimbinhas. Telegrama ao Gaspar: "Origem Castilhistas. Sabe-se batalha Ibicuí mil mortos. Via Pelotas consta Pinheiro, Ramiro feridos, prisioneiros. Coluna inimiga desfeita. Mateus Collares dez derrotou Madruga 300 homens, tomou Cacimbinhas, muitos prisioneiros armamento." Ontem à noite, Manoel Isasa, soube por gente do Consulado que dera-se a batalha do Ibicuí, contando-se mil mortos, mas que ignorava [fl. 56v.] se o resultado da ação. Respondi hoje nos seguintes termos a carta do Santa Tecla de 7 do mês de setembro: "Só ontem recebi a tua carta de 7 de setembro, dia imediato a sublevação da esquadra, filha da falta de previsão nos nossos homens de Estado. Desde abril procurei abrir os olhos desses cegos; em cartas ao Glicério e ao Werneck mostrei claramente o que esperava o Brasil com a continuação da revolução do Rio Grande e invoquei o patriotismo do primeiro para que essa luta homicida tivesse um termo. Tudo foi embalde! Esperavam uma vitória governista para tratarem da paz! Mas quando o exército revolucionário corrido pela intempérie, quase se desfez, os telegramas oficiais, que estão em nosso poder nos arquivos da estrada de ferro, mandavam aproveitar a ocasião para exterminar a revolução! A revolução renasceu como a Fênix de suas próprias cinzas, tomou corpo e propagou-se! Eis o resultado que os homens públicos não quiseram ver. Até onde irá isto? Até quando o pobre Brasil será flagelado, e principalmente o Rio Grande, não é fácil prever. (Segue-se a relação dos combates: Cerro do Ouro, Itaqui, Quaraí, Cacimbinhas, [fl. 57] Ibicuí.) Todos estes destroços são devidos as cargas de lança as quais nada resiste. Como vês, a revolução está no seu apogeu, e ainda que seja sufocada a Revolta da Armada, em nada afetará a revolução do Rio Grande. Quando a história falar diante dos documentos oficiais, fará justiça aos previdentes e condenará os diretores políticos de nosso país; aqueles levados pelo patriotismo foram julgados, talvez, com precipitação, e estes... Eu não quero saber o móvel porque nos desatenderam e levaram o país a ruína e <talvez> com ele a instituição.

São Saturnos que devoraram a sua própria filha. A minha consciência está tranqüila c[om] toda esta anarquia política.” “20-10-1893.”

21 de outubro. Chegou aos Molhes, Dr. Nicanor Penna. Bagé está em rigoroso sítio e dos governistas há muitas deserções para nós. O General deve ter acampado hoje nos Cerros de Bagé. Telegrafei ao Gaspar dando estas notícias.

22 de outubro. Lourenço telegrafou a Marchand comunicando que o República entrou e saiu no mesmo dia do porto de Montevidéu. Consta que Cabeda sitia Santana.

23 de outubro. Em carta o Wenceslau Escobar comunica-me [fl. 57v.] que no dia 12 do corrente saiu do Rio o Meteoro com armamento e pessoal para formar o governo provisório nessa cidade, tudo de combinação com o Gaspar, que parece organizado naquele estado um corpo de exército para operar no norte do Rio Grande, que é falsa a notícia de ter ido a pique o Urano, estragos no Aquidabam, notícia espalhada pela legação, que Cabeda marcha sobre Santana e pediu auxílio ao General Tavares para tomar essa cidade, que Assembléia estadual de Santa Catarina aderiu unanimemente à revolução, que em Montevidéu consta ter o General Tavares cerca de 1.000 homens, que até 15 o Meteoro não tinha chegado a Santa Catarina, que o Saldanha da Gama embarcou no Cruzador Liberdade por ter o Floriano expedido contra ele ordem de prisão, também embarcou por igual motivo o Carneiro da Rocha. A carta do Escobar é de 19 do corrente. O Jonica pede-me, em carta, o telegrama de 10 do Gaspar sobre a ida do Cassal, J. Pedro e Laurentino em missão do mesmo Gaspar a Santa Catarina, por ser inexa[ta] essa expedição por mandado dele e ser contestado [o] telegrama por amigos de Montevidéu.

1º de novembro. Cheguei da fronteira e escrevi ao Escobar dando [fl. 58] notícias das forças do General Tavares. Conta hoje cerca de 1.500 homens, 350 carabinas e algumas lanças. Espera a incorporação do Cabeda, que diz Gaspar, vir bem arma[do] com 800 homens e trazia armas e munições para o General. Essa força está regularmente montada m[e]-nos a divisão Pina que, pode-se dizer, está quase a pé. Carlos Chagas foi expulso do exército por ter desrespeitado as ordens do General; incumbido de destr[uir] a estrada de ferro limitou-se a queimar uma ponte e entrar saqueando pelo município de Cacimbinhas. Oficiou ao Mateus Collares dando-lhe ordens e dizendo-se representante do Gumercindo, desconhecendo a autoridade do

General Tavares. Comparecendo no Quartel General teve ordem de prisão que desacatou provocando conflito do qual conseguiu escapar-se ferido, só com um filho e um ordenança. A força que comandava acampou, por ordem do General, na Costa do Pirai, de onde foi distribuída por diversos corpos. O "El Dia" publica um telegrama do Nascimento, Ministro dos Estrangeiros, ao Castilhos sobre os saq[ues] de 380.000\$ e 350.000\$ feitos pelo Vitorino Monteiro, as leviandades desse ministro e as desconfianças do Floriano. Dizem também os jornais [fl. 58v.] de Montevidéu, que o Santos entrou para [o d]ique Sibilo para ser armado, em guerra pelo Governo Brasileiro, que Tiradentes continua no dique Mauá, que o Bahia continua fiel ao governo, devendo formar, os três, a esquadrilha revolucionária. Carta do Lourenço para o seu cunhado Marchand. Diz que o governo de Santa Catarina (provisório) compõe-se do Lorena, João José Cezar e Aníbal Cardoso; que o Gaspar recusara e devolvera as credenciais que lhe enviara por não corresponder essa organização aos intuits da revolução. O jornal Tribuna Popular traz a notícia de um conflito havido em Quarai entre cassalistas e federalistas que chama gasparistas-restauradores. Disse-me Marchand que, há tempo, tem um depósito de ponchos e botas em sua casa, e que tendo recebido uma portaria do General Tavares para entregá-los, recusou-se fazê-lo por ter ordem expressa de entregar <somente> à pessoa enviada por Gumercindo Saraiva. Por diversas comunicações parece que Gumercindo, Salgado e Guerreiro marcham com destino a Porto Alegre, visto como constava no acampamento Tavares que as forças de Artur Oscar e Portugal, que tinham [fl. 59] chegado em trem expresso a Santa Maria, regressaram no dia seguinte para Porto Alegre e seguiram imediatamente para S. Leopoldo. Pela carta do Lourenço também consta que o Coronel Batista e Vicente Gomes tinham 2.000 homens em S. Francisco de Cima da Serra e que estavam senhores da Vacaria. Refere um telegrama do Prestes Guimarães ao Gaspar dizendo que Pinheiro Machado aconselhava os amigos a emigrarem porque a causa estava perdida. Disse-me o Dr. Freitas que o ofício do General Tavares ao General Salgado, autorizando-o a agir per si, foi escrito por ele e que em virtude disso assumiu Salgado o comando em Chefe do exército em operações no centro do Estado. Carta do Wenceslau Escobar de 29 de outubro transmite várias e confirma o telegrama do Prestes Guimarães ao Gaspar e dizendo que recebera telegrama do Uruguai, confirmando que Salgado estava no Passo Fundo e derrotara a vanguarda do Pinheiro Machado na Cruz Alta.

6 de novembro. Chegou do acampamento do General Tavares, o Coronel Ernesto Silva comissionado pelo General para entender com Silveira Martins sobre o depósito de ponchos e botas que se acha a cargo de Marchand, visto carecer-se no acampamento desses gêneros para [fl. 59v.] os patriotas que se têm reunido e estão [de]sabrigados do tempo. Refere Ernesto Silva que o Coronel Zeca Tavares saiu com 400 e tantos homens em comissão a Pedras Altas; mas que, com os primeiros tiroteios, acabaram as munições e oficiou ao General pedindo-as para poder seguir a sua marcha e desempenhar o seu encargo: tomar cavalos, destruir a estrada de ferro, batendo as forças inimigas que pretenderem-na reconstruir. O General mandou 300 tiros e ficou apenas com uma reserva de 600, estando distribuídos 10 tiros por cada atirador. Isto é os 1.500 homens que compõem essa força, não têm munições nem para fazer uma boa retirada no caso de ser atacada. São estas as informações do Coronel Ernesto Silva. É do teor seguinte e resposta que deu Marchand ao General Tavares sobre o depósito de ponchos: "Melo, 17 de outubro de 1893. Ilmo. Exmo. Sr. General J. N. da S. Tavares. Neste momento me foi entregue uma portaria de Vossa Excelência datada de 31 de agosto último, na qual pede Vossa Excelência a pessoa em poder de quem estiverem uns fardos com botas, remetidos de Montevideú pelo chefe da revolução Exmo. Sr. Conselheiro G. da S. Martins, entregá-los ao Capitão Manoel Jorge. Os fardos a que alude Vossa Excelência estão em meu poder, bem como outros; porém me é [fl. 60] impossível aceder ao pedido de Vossa Excelência, porquanto ao receber os referidos fardos, me foi ordenado entregá-los na fronteira à pessoa que viesse recebê[-los] autorizada por escrito pelo Exmo. Sr. General Gumercindo Saraiva. Saúda a Vossa Excelência, menor cria[do] Marcos Henrique Marchand".

7 de novembro. Carta que o Coronel Ernesto d'Oliveira e Silva dirigiu nesta data ao Conselheiro Silveira Martins. Exmo. Sr. Conselheiro - Cumprimento a Vossa Excelência. Vim a esta enviado pelo Exmo. Sr. General Tavares, a fim de levar ao con[he]cimento de Vossa Excelência o estado em que se encontra o exérc[i]to em operações ao mando daquele General; está com 1500 homens acampados na costa do Piraí, esta gente tem apenas 300 armas e algumas lanças, tem unicamente 600 tiros, ameaçados de um momento para outro de serem atacados p[e-]las forças do Isidoro que está recebendo cavalhad[a.] Se o Sr. Cabeda não chegar a tempo, e se houver um ataque pelas forças inimigas, não temos munições nem para fazer u[ma] boa retirada. Aqui há munições, ainda que poucas, que nesta ocasião são muito

necessárias, por isso peço-lhe para tomar providências. Têm [fl. 60v.] chegado muitos alunos da Escola Militar e praças desertados de Bagé apenas com a roupa do corpo e a pé. Para montá-los fizemos uma subscrição no estado maior do General, e para supri-los de ponchos, bem como a outros combatentes, o General mandou pedir ao Sr. Marchand do depósito que tem a seu cargo, e o Sr. Marchand deu a resposta que junto lhe envio por cópia que muito desgostou ao General e a todos os companheiros. Espero que Vossa Excelência dê as suas ordens a fim de que esse depósito de ponchos e botas seja remetido para o exército que muito necessita de suprimento. Com estima a alta consideração, sou de Vossa Excelência atencioso amigo e criado.”

9 de novembro. Chegou do exército o Major Pedro Tavares, trazendo duas cópias do Conselho instaurado a Raul Maurell incumbido pelo General Isidoro de envenenar o General Tavares e o seu estado maior. Este General teve aviso prévio de Bagé, da comissão perversa desse indivíduo de quem mandaram os sinais característicos. Prevenido o Coronel Noronha, comandante das avançadas, tomou suas cautelas; de modo que evitou a cilada que lhe armou o tal Maurell [fl. 61] e pode observá-lo desde que chegou no acampamento. Maurell veio armado de um vidro contendo 4 gramas de estricnina cristaliz[ada] que foi encontrado em sua mala. Confessou o crime, e segundo comunica Pedro, de[ve] ontem ter sido condenado à morte; mas o General Tavares, dizia, o perdoaria! Estavam destruídas as pontes do Quebrachinho e Candiota; desparafusados os trilhos, uma máquina que comboiava trabalhadores, descarril[ou] causando mortes e ferimentos. Pedroso, corrido por Fidélis e Rosas, chegou a Jaguarão só. Refere Pedro Tavares que, vindo em fim do mês de outubro comprar munições e tendo encontrado para mais de 2.000 tiros à venda, escrevera a Gaspar pedin[do] para mandar entregar o dinheiro a Acevedo e Cia. para efetuar a compra e que Gaspar telegrafou a Acevedo nestes termos: “Não há mais recursos. Ca[be]da leva tudo. Comunique Pedro Tavares” cujo telegrama original está arquivado na secretaria do General, que em consequência, o General Tavares tomou dinheiro emprestado e o mandou comprar ess[as] munições, à vista da prolongada demora do Cabeda [fl. 61v.] e não poder o exército que está ope[ran]do sobre a estrada de ferro continuar sem munições para manter a posição. Carta de Burlamaque a Marchand de 9 de novembro do corrente diz assim: “Acabam de chegar de Pelotas e Rio Grande cartas dirigidas a José Bernardino Fuão e Marciano Terra com as seguintes notícias: De Pelotas – O General Isidoro acha-se no Passo da Maria Gomes organizando uma divisão. Manifesta ele pouca confiança nos corpos 28,

31 e 35, e passou ao Castilhos o seguinte telegrama: Tristíssima é a situação de Bagé, sem gêneros alimentícios, sem carne e sem meios de sair. Em uma palavra: Bagé dominada pelos maragatos. O General Telles, chegando a Porto Alegre, foi ao Castilhos que o chamou de traidor. Telles, entre outras coisas, chamou o Castilhos de déspota que tinha como instrumento o Ministro da Guerra que o obedecia passivamente. Castilhos [sic] pediu a demissão do Coronel Carlos Telles, que foi substituído por um major, mas o batalhão recusou aceitar a substituição, continuando ainda no comando o Carlos Telles. [fl. 62] O 11 de Infantaria e o 11 de Cavalaria, que tinham ido para o Viamão, regressaram para Porto Alegre e declararam ao Ministro da Guerra que não seguiriam mais para a campanha.

Do Rio Grande. Aqui chegou do Rio o vapor inglês “De Bay” com sessenta toneladas de material bélico para o Governo Central. Diz o comandante desse vapor que logo que chegou ao Rio, Custódio de Mello, que já sabia o que ele trazia, declarou ao Ministro Inglês que não consentia no desembarque do material de guerra e o Ministro fez ver isso ao comandante, aconselhando-o que não fizesse o desembarque; conselho que o Comandante aceitou e fez-se ao largo vindo para aqui, onde está à disposição do Governo Central. Isto é o que de mais importante disseram as cartas, datadas de 3 e 4 do corrente. A força do 2º Regimento que havia seguido para Maria Gomes conduzindo cavahada regressou antes de ontem a Jaguarão e hoje marchou com o resto do regimento a incorporar-se ao General Isidoro.

Neste momento (duas da tarde) acabo de ver um telegrama, em cifra, do Rio Grande, que diz terem-se sublevado as colônias. Acredito nessa [fl. 62v.] notícia porque a pessoa que a transmite é um estrangeiro e negociante conceituado naquela praça.

Esta carta é datada de Artigas. Carta do Marciano Terra escrita por um amigo de Pelotas conta que Miguel Barcellos chegado de Porto Alegre, confirma a chegada ali de Tomaz Flores e mais dois oficiais derrotados por Gumercindo na Encruzilhada.

Essa carta é de 4 do corrente. Consta que o 3º Esquadrão do 2º Regimento, ao sair de Jaguarão para incorporar-se a Isidoro, deu vivas ao Partido Federal, havendo conflitos e algumas mortes.

12 de novembro. Cheguei a Montevidéu. Entreguei ao Gaspar o Conselho de Guerra de Raul Maurell e o vidro de estricnina cristalizada a que se refere o conselho.

13 de novembro. À vista da combinação feita com o Custódio de Mello, sigo com o Maciel para Santa Catarina para reorganizarmos o governo provisório da revolução, entrando o Maciel para ele e ficando eu com a pasta do exterior e, talvez, fazenda.

19 de novembro. Chegou da esquadra Dr. Seabra, comissionado pelo Custódio de Mello para organizar o governo em Santa Catarina de combinação com o Gaspar Martins. – Trouxe ofícios para o [fl. 63] Lorena nesse sentido.

22 de novembro. Os jornais dão notícia da intimação feita a Bagé pelo General Tavares que a sitia com 2.000 homens, tendo-se incorporado Cabeda com a sua divisão. Estamos esperando vapor para seguirmos para Santa Catarina.

28 de novembro. Até hoje não foi possível conseguirmos vapor para Santa Catarina. A demora na organização do Governo revolucionário está causando sérios prejuízos e dificuldades.

29 de novembro. Telegrama do General Tavares ao Gaspar Martins datado de hoje, comunicando a batalha do Rio Negro: “Nossa gloriosa revolução acaba cobrir-se de imarcescíveis louros. Dia 26 atacamos inimigos superiores a 1.000 homens, entrincheirados estação Rio Negro; 27, grande batalha, 28, renderam-se. Prisioneiros General Isidoro seu estado maior, batalhão 28 toda sua oficialidade, Pedroso com toda sua patriotad[a] Brigada Luppi, Corpo de Transporte esfacelados, grandes perdas inimigo. Mortos Coronéis Lupi, Virgílio Machado, Cândido Garcia, Proença e outros. Nossas forças bateram-se como leões, suas perdas reduzidas. Detalhes mais tarde. Bagé sitiada por 1.500 homens. Por esta esplendida vitória felicito Vossa Excelência. Calorosamente”. [fl. 63v.]

30 de novembro. Chegaram há dias 400 [?]” sacas [de c]afé a Buenos Aires para Demétrio Ribeiro vender por conta da Revolução. Dizem-me que Demétrio está subvencionado com 1.500\$ mensais para exercer essa e outras comissões naquele país. Até hoje na revolução, que é toda de sacrifícios particulares, ninguém percebeu vencimentos. O Governo de Santa Catarina porém subvenciona os positivistas patriotas a tanto por cabeça, e o que mais é estes aceitam dinheiro que tanta falta faz para suprir as necessidades do exército, que continua alimentar-se com carne sem sal, por falta de meios para comprá-lo!

” (N.T.). A dúvida deve-se ao fato de estar parcialmente apagada a informação.

5 de dezembro. O General Tavares em carta publicada no “Deber Civico” e transcrita no Tribuna Federal, diz que o General Pina, no dia 27 de novembro cedo, desalojou Manoel Pedroso de sua posição em Jaguarão onde estava com 800 homens e o obrigou a vir incorporar-se nas trincheiras do Rio Negro com o Isidoro, ficando assim completamente cercado todo o exército inimigo. Às 10 horas do dia 27, o inimigo estendeu linha de batalha umas 8 quadras fora das trincheiras, começando então a grande batalha, sendo o inimigo obrigado [fl. 64] a recolher-se aos fortes, onde o que punha a cabeça <acima> das trincheiras caía logo com o crânio despedaçado. Ao se recolherem aos fortes o inimigo nos abandonou, barracas carretas com munições – todo esse dia brigaram os nossos paisanos contra as tropas entrincheiradas. O General mand[ou] intimá-los que se rendessem, e eles responderam com ousadi[a], disparando tiros contra o parlamento, e a noite tentou sair das trincheiras, porém não puderam conseguir porq[ue] estavam em um círculo de ferro, e estávamos muito próximos das fortificações. No dia 28 ao meio dia, o inimigo completamente desanimado rendeu-se a discricção, colhido prisioneiros o Isidoro, seu estado maior, Pedroso e sua patriotada, forças de Motta e Madruga (que estavam ausentes), brigada policial de Luppi, parte do corpo de transporte, enfim, cerca de 700 prisioneiros. Do inimigo ficam no campo de combate mais de 200 mortos, e muitos que foram exalar o último suspiro nos matos próximos, muitos feridos e mais de 200 cavalos mortos. Tomamos muito armamento e munições que estamos inventariando, assim como muitos outros artigos de guerra. Nossos corpos bateram-se admiravelmente nos quatro pontos em que o inimigo foi atacado. Foi realmente uma grande batalha sul-americana. Nossas *Mannlichers* [fl. 64v.] e *Mausers* fizeram proezas. “Cada sol[dado] que alçava a cabeça nas trincheiras era praça morta.” Nosso prejuízos foram reduzidos, mas sensíveis. Entre os nossos 30 mortos, mais ou menos, contamos majores e capitães; e tivemos uns 40 feridos. Do inimigo se sabe nominalmente morreram, Luppi, Cândido Garcia, Maurílio Garcia, Virgílio Machado, Ismael Proença, Manoel Pedroso, João Alves e um irmão – degoladores célebres. Bagé está sitiada por 1.000 homens que ali ficaram desde o dia 26. Amanhã seguem 1.500 homens a fim de tomarem aquela praça. Eis o resumo da carta que é um documento oficial. Creio finalmente resolvida a dificuldade sobre a nossa partida para Santa Catarina.

7 de dezembro. Orlando Fontoura acaba de receber o seguinte telegrama de Libres: "Vitorino ordenou forças Uruguaiana seguirem Livramento. Hipólito espera junção Itaqui-S. Borja marchar dia 9." Em consequência disso passei o seguinte telegrama a minha mulher: "Forças Itaqui-S. Borja seguiram Uruguaiana incorporar-se Hipólito e [fl. 65] marcham Livramento. Remeta este telegrama Joca urgência." O Gaspar seguiu no dia 5 do corrente para o exército a chamado do General Tavares por telegrama concebido nestes termos. "<Indispensável> sua presença aqui venha urgência"

10 de dezembro. Telegrama de Libres comunica que o General Hipólito Ribeiro com 1.200 homens marcha por Livramento e daí para Bagé.

11 de dezembro. Telegrama de Melo comunica que o General Tavares mandou o General Pina e Cabeda com 1.900 homens ao encontro de uma força que, dizem, saíra de S. Gabriel composta das três armas. Consta também que o Coronel Sampaio, que saiu do Rio Grande em socorro de Bagé, regressara de Piratini.

12 de dezembro. Estamos prontos para embarcar para Santa Catarina; só esperamos que o tempo se componha.

13 de dezembro. Embarcamos no Malvinas às 3 horas da tar[de] com destino a Santa Catarina.

18 de dezembro. Chegamos ao novo destino hoje. O Conselheiro Maciel e Dr. Seabra seguiram logo para Palácio a cumprimentar o Almirante Custódio de Mello. À 1 hora no [fl. 65v.] Hotel Brasil em que nos hospedamos, o Almirante conferenciou com o Maciel até às 4 ½ horas da tarde. Nessa conferência, contra a nossa expectativa, Mello mostrou-se disposto a sustentar o governo provisório tal como estava constituído, em contraposição as combinações anteriormente feitas com o Gaspar Martins em cartas escritas a este, condenando essa organização feita sem a sua autorização. Encontramos também publicado uma espécie de decreto do tal provisório, que é um protesto ao manifesto do Almirante Saldanha, que ainda não é conhecido (nem foi publicado), asseverando que os intuítos da revolução são os de manter a Constituição Federal; tornando, dessa forma, a revolução pessoal limitando-a a pessoa de Floriano, quando a revolução Rio-Grandense firmou a necessidade da reforma dessa Constituição pelo seu programa parlamentarista, causa de toda a luta e do extermínio do Partido Federal votado pelo florianismo. Entretanto

continuamos a empregar todos os meios para alcançar a conciliação de todos os elementos em proveito da causa comum. A indignação contra o tal decreto ou protesto [fl. 66] é geral tanto nas forças de terra e mar, como na população catarineta, notando-se pelas expansõe[s] públicas adversão do tal provisório. Mandeí chamar o General Guerreiro com quem conversei largamente sobre a nova e difícil situação e ele manife[s]tou-me o seu desgosto profundo e o de seus comandados com o Governo, referindo-me o rompimento que teve com ele em palácio, acusando-o de deslealdade e apontando para Barros Cassal, disse: “Este é o homem mais fatal que tem tido a minha terra e talvez o país inteiro.”

20 de dezembro. Saiu hoje no Estado e Jornal do Commercio o manifesto do Almirante Saldanha que não justifica o decreto protesto do Governo Provisório. Às 11 ½ horas chegaram o Lara e o Alexandrino para manifestarem ao Almirante Custódio em nome da Armada o seu desgosto pela atitude que tem assumido o governo e pedir a sua reconstituição de acordo com a revolução do Rio Grande. Agitação nos espíritos é grande. À 1 hora da tarde chegou o General Salgado com 1.200 homens em expedição a Itajaí para destroçar a coluna Pinheiro Machado. Disse-me que há [fl. 66v.] muito rompera com o Governo Provisório. Primeiro, por causa de sua politicagem positivista contrariando as vistas da revolução Rio-Grandense e estivera disposto a regressar para o Sul, cedendo afinal às instâncias do Almirante Custódio, que para cortar dificuldades assumiu o Comando em chefe das forças de terra e mar a fim de que Salgado não tivesse que dirigir-se às autoridades do Governo provisório. Deu-me para extrair cópia da representação que recebeu de seus comandados pedindo para voltarem para sul cuja representação é concebida nos seguintes termos: “Exmo. Sr. General L. A. L(eite) de Oliveira Salgado M digno Comandante em Chefe do Exército Libertador em operações em Santa Catarina. Nós abaixo assinados Oficiais do Estado Maior do Comando em Chefe do 2º Corpo do Exército Libertador do Rio Grande do Sul respeitosamente submetemos à apreciação de Vossa Excelência para o fim de resolver como for mais conveniente a seguinte solicitação: o ardente desejo de concluir o mais breve possível a guerra fratricida que ensangüenta o solo de nossa pátria tem sido e é a constante preocupação de Vossa Excelência, traduzindo assim as aspirações [fl. 67] do Exército e do País. Animado desse sentimen[to] patriótico, sabemos, foi que Vossa Excelência sabendo que a Esquadra Nacional se havia revoltado, procurou conhecer dos intuitos da revolta e se esses seriam os mesmos

da revol[u]ção Rio-Grandense. Efetivamente voltando de sua missão perante o Governo Provisório, oriundo da revolta, constituído em Santa Catarina, o Chefe do Esta[do] Maior de Vossa Excelência trouxe a grata confirmação de que a benemérita Marinha de Guerra Nacional se havia revoltado de acordo com o chefe da revolução Rio-Gr[an]dense, o Conselheiro Silveira Martins, e que os intuits revolucionários eram os mesmos. Vossa Excelência, portanto, fez entrada neste Estado e salvou com o Exército Libertador a existência do Governo que nenhum elemento de forç[a] de terra tinha que o defendesse do ataque que lhe oferecia o tirano por intermédio do General Artur Oscar à frente de forte coluna. O Governo Provisório, uma vez cercado de prestígio que lhe deu Vossa Excelência com o Exército Libertador, não tem correspo[n]dido à expectativa, tendo sido organizado ali, e sub-repticiamente e com geral desagrado, longe de fazer convergir as forças para a terminação da luta – aspiração da Armada e Exército libert[a]dor – [fl. 67v.] tem procurado perturbar e mistificar os intuits da revolução por meio de uma política conveniente a meia dúzia de indivíduos já suspeitos pelas suas doutrinas, já pelas provas que deram de sua incapacidade administrativa em períodos anteriores. Desta sorte vê o 2º Corpo do Exército Libertador, com mágoa, que o patriotismo, a dedicação de Vossa Excelência tem sido mal compreendida por esse governo; vê a censura geral em que esse governo tem incorrido e manifestado unanimemente, quase, pela altiva Marinha Nacional; portanto Vossa Excelência que tem em seus Comandados a força – e a lealdade e abnegação – desde que se trata de zelar a honra de seu Chefe e a dignidade do Rio Grande acolherá ao <seu> pedido de voltar ao Rio Grande do Sul sejam quais sejam as conseqüências. Estamos dispostos, General, a cumprir as ordens contrárias ao nosso pedido, porque Vossa Excelência conta, e deve contar, com o nosso incondicional apoio em qualquer sentido; mas, General, queremos voltar ao nosso querido Rio Grande do Sul, lá continuaremos a luta pela liberdade da pátria ao lado da heróica esquadra. Pedimos a Vossa Excelência fazer sentir e conhecer à Esquadra Libertadora que [fl. 68] somos irmãos, que o nosso sangue se derramará ao lado dela – mas no Rio Grande onde só temos inimigos a combater e não falsos amigos que procuram desnaturar a revolução de terra e mar. Entretanto cumprimos as ordens de Vossa Excelência, porque daremos o último alento e por quem temos a glória de se[r] comandados, pois que Vossa Excelência foi o primeiro oficial do Exército Regular de linha que deu o exemplo de altivez e amor a terra natal, oferecendo a sua espada e a sua vida pela sua salvação. Ao Rio Grande,

General! Laguna 17 de dezembro de 1893. Seguem 174 assinaturas." O Jornal do Commercio em telegrama de hoje dá no[tí-]cia desta representação e da manifestação feita ao General Salgado por ação da apresentação da petiç[ão.] À 1 ½ hora da tarde, estava o Almirante Mello em conferência com os membros do Governo Provisório que são dois: um Presidente da República e um Ministro para todas as pastas – acredito que esta conf[er]ência seja motivada pela entrevista que com o Al[mi]rante teve o Alexandrino, comandante do Aquidaban – q[ue] veio, incumbido pela oficialidade dos navios Repúbl[ica] e Aquidaban, cientificar ao Almirante que armada rev[o]lucionária [fl. 68v.] não obedecia mais ao [Go]verno Provisório. Ao próprio Aníbal Cardoso, Alexandrino intimou que se retirasse do governo. À noite o Almirante esteve com Salgado a quem disse que não reorganizava o Governo por não admitir imposição, tendo antes dito ao Alexandrino que os membros do Governo se retiravam e que Maciel organizasse o novo com a condição de manter o tal cabeçalho: "Em defesa da Constituição". Salgado e Maciel amanhã cedo irão conferenciar com o Almirante.

31 de dezembro. Da conferência com o Almirante, declarou este que não reorganizava nada, que o governo se mantinha e que ele se retirava para Montevidéu. Ao meio dia desembarcou a oficialidade do 2º Corpo do Exército rio-grandense e declarou ao seu chefe General Salgado que não atendia nem respeitava mais o Governo Provisório e que obedientes somente a ele, Salgado, o responsabilizavam pelo que pudesse acontecer se continuasse a prestar apoio ao Governo, havendo sérias manifestações de hostilidade a este; tudo presenciado pelo secretário do Almirante, por quem Salgado mandou informar a este do que ocorria e que ele, Almirante, seria responsável pelo que viesse a suceder. [fl. 69] Momentos depois entrou Belfort chamando Salga[do] em nome daquele. A situação agrava armando operações revolucionárias em detrimento da causa. Salgado até este momento não tinha comunicado aos seus comandados o seu rompimento com o Governo Provisório. Tendo ontem pedido munições para operar contra a coluna Pinheiro Machado, hoje cedo respondeu-lhe o Almirante que só lhe podia dar 5.000 tiros! Isto é simplesmente estupendo. Lara também disse-me que havia falta de tudo que é necessário para alimentar a máquina dos navios com abundância. Tudo é escasso! Por estas revelações íntimas pare[ce-]me grave a situação de Santa Catarina se tiver a esquadra de ir prover-se em outro ponto. O Governo [Pro]visório nenhuma providência tem tomado sobre esses g[ra]ves assuntos. Chegou o General Salgado da conferência. O Almirante

C[us]tódio pediu-lhe que não consentisse na deposição do Governo, Salgado respondeu-lhe que não podia cont[er] a indignação dos seus camaradas contra o Governo e que, se a questão não tivesse solução já, por ele seria depois da junção dos dois corpos exército, que [fl. 69v.] consideravam um insulto aos delegados da rev[olu]ção rio-grandense o procedimento do intitulado Governo Provisório. O Almirante declarou que esperava a manifestação da Armada hoje para tomar resolução, tendo, nesse sentido, telegrafado para barra do Norte onde estão o Aquidaban e República, o oficial de Marinha Pinto de Sá. Anfrísio Fialho foi a palácio falar ao Almirante sobre a gravidade da situação. Acaba de chegar o General Guerreiro chamado pelo Almirante; o General seguiu imediatamente para palácio. Guerreiro declarou ao Almirante que continuava a depositar nele a maior confiança, mas que nem ele nem os seus camaradas depositavam a mínima confiança no governo desses moços e, enquanto eles estivessem no poder, era impossível qualquer operação militar. Com Anfrísio foi o Dr. Seabra que falou como amigo ao Almirante na altura de seus talentos, mostrando o erro a que era arrastado por esses moços perturbadores. O Almirante respondeu que só esperava a satisfação que a Armada lhe devia para tomar deliberação. O Almirante mandou dizer ao General Salgado que fizesse desembarcar as forças comandadas pelo Tenente-Coronel Franklim Cunha (cassalista único que tem no exército). Salgado respondeu que esse Tenente-Coronel não tinha forças e que o tinha substituído do comando; essas forças foram reunidas por ele, Salgado, e entregues a Franklim para comandar. Chegou do Aquidaban o Dr. Hungria com uma carta para o Almirante, assinada por toda a oficialidade, declarando que não consentia que ele faltasse a sua palavra e que entregasse o governo ao Cons[elheiro] Maciel, ao contrário, se separaria desse e operari[a] de acordo com a revolução do Rio Grande. Lida es[sa] carta, foi pedido com instância por nós que não fosse entregue, por enquanto, e que se chamasse por teleg[ram]a o Capitão de-Mar-e-Guerra Alexandrino para ve[r] se podíamos acomodar as causas sem a desauto[r]ização do Almirante. À tarde chegam telegramas de Itajaí que Gumerc[in]do cerca a coluna de Pinheiro e Lima e pede aux[í]lio, pelo que embarca, hoje à noite, o General Salgado co[m] 1.300 homens a fim de dar batalha e destroçar essa coluna inimiga. A linguagem de Hungria portador entusiasta da carta do Alexandrino em nome da oficialidade do [fl. 70v.] Aquidaban mudou hoje à noit[e]. Com o[s] seus companheiros quer roubar o seu Almirante, levá-lo para bordo e não se envolver mais a oficialidade em questões políticas e prometeu fazer destruir o bote da

intimação em carta para ser incluído no Governo o Maciel. Quer conduzir os exércitos rio-grandenses para o Rio de Janeiro. À vista dessa linguagem creio piorada a situação, tanto mais que Pinto de Sá, mais calmo e refletido, não deixa em sua linguagem de manifestar o seu pensamento. Os nossos exércitos poderão regressar para o Rio Grande? Terão meios de locomoção? O futuro responderá. É esperado esta noite o Capitão de-Mar-e-Guerra Alexandrino. Chegou Alexandrino às 10 ½ horas da noite e, informado das ocorrências, manifestou o seu descontentamento.

22 de dezembro. Hoje reúne-se o congresso estadual ao qual o Almirante Mello vai pedir inspirações sobre a solução da crise do governo e disse aos seus amigos que se o congresso apoiar este governo, ele retira-se da Armada e dá liberdade aos seus comandados para procederem conforme entenderem, porque quer manter o compromisso que tem com [fl. 71] Silveira Martins. O dia tem sido de irritações e inconveniências por par[te] do governo provisório estadual. Lorena intrometendo-[sic]se na conversa entre Mello e Anfrísio, ofendeu a este que lhe lançara em rosto o seu procedimento desleal para com o próprio Mello na organização do Governo Provisório. Anfrísio retirou-se dirigindo a Lo[re-]na grandes insultos que ficaram sem repulsa. O tal governador estadual disse ao Seabra, presente o Anfrísio e muitos outros, que “os gaúchos foram a desgraça desta terra”, esquecido de que a esses gaúchos deve ainda estar no governo <do> qual teria s[i]do apeado por Artur Oscar, se Salgado, que estava na Vacaria, não tivesse apurado as suas march[as] de modo a interceptar a marcha de Oscar.¹² Como os deputados estaduais estavam inform[a]dos do acordo entre Mello e Gaspar para a reorganização do Governo, têm se manifestado pelo cump[ri]mento da palavra do Almirante, disse que a reunião ficará para as calendas. Era isso de esperar. Afinal, depois de algum trabalho de patriotas interessa[dos] em salvar a crise, reuniram-se 12 deputados estaduais [fl. 71v.] e depois de ligeira discussão, aconselh[ar]am o Almirante a organização da Junta em cumprimento de sua palavra. Em conseqüência formou-se um complô para demitirem-se todas as autoridades gerais e estaduais, inclusive o Governador do Estado, Cristóvão de qualquer causa. Encerra-se um dia mais de atraso nas

¹² (N.T.). Parte dessa linha, assim como as próximas, foram rasuradas. De “interceptar” até “Oscar”, escreveu-se sobre a rasura. A linha seguinte está toda rasurada e a próxima, rasurou-se apenas a primeira palavra.

operações revolucionárias da Armada em proveito de Floriano. Amanhã, às 9 horas, Maciel conferenciará com o Almirante.

23 de dezembro. Disse-me o Almirante que o telégrafo entre Tijucas e Itajaí está interrompido e crê que tenha sido cortado pelas forças de Pinheiro e Lima, ou alguma partida que cruzasse nessas imediações. Dizem prisioneiros que Pinheiro não está nas forças, ignorando o seu destino, acrescentando os prisioneiros que tenha ido para S. Paulo. A situação política continua sem solução; tendo sido o trabalho de hoje destruir as invenções e intrigas dos positivistas do Governo. Em vista desse trabalho é de crer que dada a hipótese da organização da Junta poucos se demitiram.

23 de dezembro. Apesar da opinião dos deputados, o Almirante declarou ontem à tarde ao Anfrísio que não organizaria Junta e que admitiria o Maciel [fl. 72] como Ministro. À noite chegaram Salgado e Estácio Azambuja e Laurentino Pinto; este recolheu-se ao pal[á]cio, Estácio veio afirmar por parte do 1º corpo de Ex[ér]cito e seu chefe Gumerindo a sua solidariedade com o 2º quanto à organização da Junta e operações militares, acrescentando que a falta de cumprimento da palavra do Almirante poderia trazer complicações, porque o exército recebia ordens do Chefe da Revolução rio-grandense. Maciel acaba de embarcar com Salgado e Estácio para Itajaí. As operações militares nesse ponto estão difíceis por ter a coluna Pinheiro e Lima ocupado uma posição inexpugnável. Os diretórios dos partidos, a intendência e deputados reuniram-se e foram em comissão a palácio reclamar a organização da Junta Revolucionária, sem obterem resultado. À noite procurou-me o Barão de Batovi propondo, por parte de Mello, que Maciel assumia a pasta da Fazenda e nós outros, as demais pastas. Respondi que isso era questão gasta, que essa proposta fora já recusada, que não se tratava de Ministério e sim de Junta Revolucionária – Tivemos a notícia da tomada de Bagé. [fl. 72v.]

24 de dezembro. Sou informado de que [o] Almirante Saldanha comunicara ao Almirante Mello que no dia 17 travou sangrento Combate na Ilha Governador sendo vencedora a esquadra, ficando o General Telles mortalmente ferido no peito. Esse telegrama bem como outro comunicando a vitória que alcançou aquele Almirante na Ilha das Cobras não foram publicados; que¹³ noticiava a tentativa do Floriano de apossar

¹³ (N.T.). Segue a palavra “anteriormente”, mas está rasurada. Entende-se que o autor quis excluí-la do texto.

a segunda vez da Ilha das Cobras sendo repellido depois de nutrido fogo com grandes prejuízos. O Governo Provisório, depois de esgotar os cofres da Alfândega, lançou mão dos depósitos do Cofre dos Órfãos. O Almirante segue amanhã para Itajaí.

25 de dezembro. O Almirante chegou às 3 horas da tarde a Itajaí onde, dizem, fora exigir que os Generais atacassem Pinheiro Machado que se acha nas matas da Serra em Blumenau! A partida do Malvinas fora adiada até a chegada do Almirante.

26 de dezembro. Fora demitido, a bem do serviço público, o Capitão Leal, de secretário do Comando Superior, por ter em reunião das corporações aconselhado [fl. 73] uma representação ao Almirante no sentido de reorganizar-se o Governo Provisório. O General Laurentino demitiu-se do Comando das forças do Estado de Santa Catar[ina], notícia que foi transmitida de Itajaí pelo telég[ra]fo.

27 de dezembro. Custódio de Mello seguiu hoje cedo para o Aquidaban a chamado da Oficialidade desgostosa por não se ter solvido a crise. Consta que Saldanha pedira auxílio ao Mello sob pena de abandonar a baía; Mello respondeu perguntando que espécie d[e] auxílio queria. Depois de meio dia, embarcamos no Malvinas com destino a Montevidéu, Maciel, Tavares, Seabra, An[fr]i[sio], Demerval, Barrão [sic], Joaquim Vasques e sua senhor[a,] Norberto Vasques, (Cassal e Monjardim) e outros co[m]panheiros nossos.

1º de janeiro 1894. Estamos de quarentena na fa[mo]sa Ilha das Flores, antes um presídio de conde[na-]dos à calceta do que um posto quarentenário! Nossa viagem foi cheia de peripécias e sensações. Ao 3º dia de vagarosa marcha em um vapor de carga, sem acomodações, viajando a proa, pouco asseio, fal[ta] de tudo, arrebentou-se o cilindro da máquina! Encet[ou] [fl. 73v.] a navegação a vela enquan[to] os maquinistas ocupavam-se em adaptar a máquina dos guindastes ao movimento da hélice. À 1 ½ hora da tarde reboou [?] grossa tempestade, acompanhada de formidáveis trovões e vento rijo pela proa, chuva torrencial que felizmente não teve duração maior de 2 horas. Serenado o mar, rondando o vento para leste continuamos a nossa marcha, sendo surpreendidos ao 4º dia de madrugada por forte pampeiro que nos levou a Maldonado, de onde pediu-se socorro de um rebocador para Montevidéu. Chegamos à Ilha das Flores – mais propriamente Ilha do Inferno – às 6 horas da tarde de ontem, sendo-nos intimada uma quarentena de 10 dias, por serem declarados

suspeitos todos os portos do Brasil, e infeccionado o do Rio de Janeiro; notando-se que o de Santa Catarina não se comunica há muitos meses, com nenhum outro porto do Brasil e é um dos mais salubres do antigo Império.

6 de janeiro. Estamos no 6º dia de quarentena e apesar da representação que dirigimos à Junta de Higiene mostrando a ilegalidade do ato, atentatório do regulamento, não temos esperanças de sermos [fl. 74] relevados do resto do tempo porque não se trata de uma medida profilática e sim de uma negociata. Aqui tod[os] comunicam-se com os diversos quarentenários; criados, médicos e empregados passam diariamente e a todos os corpos conduzindo micróbios. Não há desinfecção nem nas bagagens nem nas correspondências. As habitações são insalubres e desasseadas, alimentação má. Ainda ontem forneceu-se-nos carne apodrecida! Esta Ilha é antes um foco de enfermidades do que o posto higiênico. Anuncia “El Dia” que o Gaspar, em virtude de ord[em] do governo, retira-se com sua família para Buenos Ai[res.]

10 de janeiro. Terminada a quarentena retir[a]mo-nos da Ilha das Flores ao meio dia e desembarcamos às 2 horas da tarde – Gaspar seguiu no dia 8 para B[ue-]nos Aires em vista da intimação do Governo Oriental.

11 de janeiro. O “Siglo” publica carta do Saldanha da Gama ao 1º Tenente Porto, na qual diz Saldanha: – “Trata-se por último de pôr termo a esse período de 4 anos de consta[n]tes traições e de martírios. Façamos nós outros os militares por voltarmos ao cumprimento de nosso papel, devolvendo ao povo brasileiro o que lhe usurpamos em 15 de novembro [fl. 74v.] de 1889, isto é, a responsabilidade de seu governo e de seus destinos.” Este trecho foi interpretado por Porto e outros como restaurador, e neste sentido foi dada a resposta.

12 de janeiro. Sigo amanhã para Melo e de lá para o exército sendo possível.

15 de Janeiro Cheguei a Melo às 10 ½ horas do dia. O General Tavares levantou o cerco de Bagé por não terem chegado a tempo as munições que mandara buscar na Tranqueras, não sendo possível esperar mais, à vista do aviso mandado pelo Coronel Antônio Neto, que com seu corpo estava de observação, de que Sampaio nessa noite devia acampar no Quebrachinho. Este aviso foi precipitado porque o General Tavares mandou imediatamente o Major Fidélis tirotear Sampaio

a fim de poder retirar, em ordem, o cerco e Fidélis encontrou Sampaio em Santa Rosa a 10 léguas de distância! De modo que se não fora aquele precipitado aviso, teríamos 2 dias ainda de sítio; as munições que chegaram ao dia seguinte da retirada, chegariam a propósito, visto que os sitiados confessaram depois [fl. 75] que não podia resistir mais um dia mortos de fome como estavam.

20 de janeiro. Chegam do exército Tenente-Coronel João Mello, Coronel Noronha que vão a Artigas, Major Pedro Tavares, em comissão do General, e Coronel Ernesto Silva, doente. Confirmam as notícias sobre a retirada do cerco. O nosso exército está a pé e dificilmente se poderá mover. O General mandou a Divisão Santanense ao encontro de Hipólito, obstar a sua marcha, batê-lo, se fosse possível, enquanto o exército recebia todas as munições que havia na linha. Contam esses amigos que no Combate do Rio Negro deram-se episódios dignos da história. O piquete do General que ficou de proteção ao Major Bento Xavier, logo no começo da ação, arroj[u]-se sobre o campo inimigo, cortou-lhe a linha de infantaria e levou-a à confusão ao aterr[o] da estrada de ferro, levando a confusão ao extr[emo.] A Cavalaria que passaria o Rio Negro, no Passo da Ponte, foi cortada pela cavalaria do Coronel Zeca Tavares, atirada sobre um ban[ha]do e aniquilada completamente. O Gener[al], [fl. 75v.] na ocasião em que percorria as linhas dando instruções aos chefes, disse ao Major Bento Xavier: “Bento, o Ulisses deve atacar aquela força que ali está, mas tem de sofrer muito fogo daquela casa que é preciso tomar logo no começo da ação, e isso fica a seu cargo.” Bento respondeu: “Pode seguir, General, a casa está tomada.” A casa caiu em nosso poder na primeira carga perecendo a sua guarnição. Ulisses desbaratou a força que fora indicada pelo General, também na primeira carga; o fogo generalizado em toda linha em duas horas forçou o inimigo, infantaria (pouca) somente, a correr para as trincheiras tendo perdido no combate toda a Cavalaria cortada e aniquilada pelo Coronel Zeca Tavares como ficou dito. No dia 28, o inimigo rendeu-se. No dia 29, o General reuniu um Conselho de Generais e oficiais superiores para resolver sobre o procedimento a tomar em relação a Bagé. Resolveu o conselho contra o voto do Coronel Zeca Tavares, que opinou pelo assalto imediato à [fl. 76] praça, que esta fosse sitiada e obrigada a render-se pela fome. Feito o sítio, reuniu-se algumas vezes mais o Conselho, resolvendo-se, afinal a simples ocupação da cidade, limitado o inimigo à praça da igreja onde estava entrincheirado. Esta opinião vencedora foi a do Cabeda contra a de Zeca que continuava insistindo pelo assalto. Ocupada a cidade, a luta

com a praça foi diária, entretanto pouco prejuízo de gente tivemos, mas as munições escassearam afinal, seguindo o Tenente Coronel Ventura Leite para a linha em busca delas. O último Conselho resolveu afinal o ataque à praça à vista da aproximação do Sampaio, logo que chegassem as munições; mas o aviso do Neto, a que acima aludi, obrigou a retirada. É conveniente ver nos arquivos do exército as datas das reuniões do Conselho e o ofício do General Tavares convocando o último de tod[os] os oficiais Superiores que deviam tomar parte no assalto à praça.

22 de janeiro. Passei ao Escobar o seguinte telegrama: "Divisões Prestes, Cabeda, tomaram [fl. 76v.] 30 carretas munições guerra boca, Hipólito fugido São Gabriel muito perseguido. Tavares estendeu linha batalha, Sampaio impedindo marcha socorro Hipólito. Esperam-se acontecimentos." Esta notícia me foi dada pelo Coronel Ernesto Silva.¹⁴

¹⁴ (Nota do Autor - N.A.). [Na seqüência, há 4 linhas em branco e as demais linhas até o final da folha são fim de um texto que se inicia na folha 77 verso da transcrição. Essa continuação, assim como toda a folha 77, está escrita de ponta cabeça. Para não perder o texto, optou-se por transcrevê-lo da folha 77 verso, para a 77 e, por fim, a continuação da folha 76 verso. Há citações de autores, em francês.]
[fl. 77v.]

Fenelon – "A França não move senão por Assilagre; é uma velha máquina desconjuntada que vai pelo antigo balanço que se lhe deu e que acabara de se quebrar ao primeiro choque. Visa uma revolução violenta que em lugar de moderar a autoridade excessiva dos senhores a abatera por completo. Selves (embaixador de Francisco 1º propôs uma Santa Aliança dos Reis europeus contra o pano para preservar a Europa de um desmoronamento geral. Dizia ele: "A revolução é certa n'este país, ela croule par se fondement." Mme. Chateauraux, amante do rei dizia: "Il y aura un grand bouleversement, si on non apporte remede – Mme. Aïsse: "Tout ce que arrive dans cette monarchie annonce bien sa destruction. " Chevalier Folart: "Les puissances de l'Europe ont de bien mauvaises lorgnettes pour ne pas apercevoir l'orage que les menace. " Voltaire em 1764: "Tout ce que je vais jette les Semences d'une revolution, la lumier est tallenese repondue de proche en proche, qu'on eclatera a la premiere occasion et alors ce sera un beau tapage. Les jeunes gents sont heureme; ils verron bien de choses."

[fl. 77]

Rousseau em 1762 dizia: "Nous approachons de l'etat de crise e du siècle des revolutions.

"Fenelon em 1693 dizia: "La culture des terres est presque abandonée; les villes et les campagne se depeuplent; la France entière n'est plus qu'un grand hopital desolé et sans provisions; les magistrats sont avilis..." Le Duc de Saint-Simon: "Le royaume est devenue un hopital de mourants et de desesperés, a qui on prend tout chaque année en pleine paix." Boussuet: "Quand je considère les calamités que nous environnent, la pauvreté, la desolation, le desesper de tant de familles ruinées, il me semble que de toutes parts s'eleve un cri de misere qui devrait nous fendre le cour". Henrique IV dizia: "C'est pitié de voir comme le peuple meurt de faim". Richelieu: "Le

[fl. 78]

23 de janeiro. Hoje seguiram Tenente Coronel João Melo para S. Luiz e de lá para o exército. Coronel Noronha para o Aceguá levar a família, devendo seguir no dia 25 para a Canhada dos Burros, a entender-se com os Lucas, que também seguiram hoje comissionados por mim para arranjam cavalos para o exército. Pessoas vindas de Pelotas asseveram que continuam as prisões e perseguições castilhistas naquela cidade. A família do Coronel Noronha, chegou no dia 18 a Jaguarão e passou para Artigas, vinda de Pelotas, com medo das violências de que eram ameaçadas as famílias federalistas.

31 de janeiro. Telegrama do Gaspar ao Dr. Penna - "Chegou vapor do Desterro. Paranaguá, Antonina, Curitiba em nosso poder. República barra Santos. Rio combates felizes comando grande Almirante Saldanha."

1º de fevereiro. Dr. Penna recebeu do Coronel J. P. Salgado o seguinte telegrama: "Confirma-se tomada Paraná, guarnições, canhões, depósitos. Triunfo Niterói, batalhões passados."

5 de fevereiro. "A Tribuna Popular" de Montevidéu consigna [fl. 78v.] as seguintes notícias em seu número de 31 de janeiro. "Washington, 31 de janeiro. Fez-se publicar esta tarde a notícia de que o Almirante Saldanha da Gama tinha-se rendido ao Almirante americano Benham, chefe das esquadras estrangeiras no Rio. As forças revolucionárias persistiam em fazer fogo sobre os navios mercantes americanos, e o Almirante Benham perdeu a paciência e fez disparar 6

peuple est mangé, jusqu'aux os." Vauban no começo do século 18 dizia: "Sur dix francais, neuf manquent de paix on sont fort genés." Bois Guillebert assuava que fa plus grand partie etait l'indigeuse, la France a

[fl. 76v.]

aujourd'hui la gangrene. O Governador Dauphiné: "La plus grand partie des habitants, n'ont rien pendant l'hiver que des résine et de glands – est presentement (au mois de mai) on le voit manger l'herbe des prés et l'écorce des arbres!" La Bruyère: "On voit certains animaux farouches, des mâles et des femelles, repondu dans les campagnes, noir, livides et taut Crulés de soleil, attaché à la terre, qu'ils fouillent et qu'ils remuent avec une opiniâtreté invincible. Ils ont comme unes voix articulée et grand ils se levent sur leurs pies ils montrent une face humaine; et en effet ils sont des hommes. Ils se retirent la nuit dans les tanières au ils vivent de pain noir, d'eaux et de racine."

canhões sobre as forças revolucionárias, digo, sobre o navio revolucionário Guanabara. Carta de Lourenço refere que depois da conferência do enviado de Peixoto com Saldanha a bordo do navio americano, duas chatas carregadas de munições bélicas com a bandeira americana cruzaram em direção à fortaleza de Santa Cruz, por ordem de Floriano, cujas chatas foram metidas a pique por Saldanha.

Continua a "Tribuna": "Washington, janeiro 30. O Secretário de Estado Gresham declarou hoje oficialmente que o Almirante Benham, chefe da esquadra americana no Rio se extrapolou em suas funções obrando como intermediário entre Peixoto e Saldanha, pois não tinha absolutamente ordens para isso." Depois, noticia a tomada do Paraná, isto é, Paranaguá, e Curitiba por ordem do Almirante Mello, a [fl. 79] destruição das forças do Pego, a tomada de 22 canhões, grande quantidade de munições e armamento. Os revolucionários dirigem-se para S. Paulo, e o porto de Santos está bloqueado pelo República. O Aquibadam entrara no Rio com a insígnia do Alexandrino de Alencar, levando as forças do Guerreiro em número de 670, conhecido Guerreiro pelo Murat Rio-Grandense. Um telegrama passado da Rivera para um chefe federalista em Montevidéu noticia a derrota da vanguarda do exército do General Hipólito Ribeiro.

8 de fevereiro. O "Siglo" de 3 do corrente à tarde transcreve as notícias publicadas nos jornais de Santa Catarina até 5 de janeiro. Essas notícias são em resumo as seguintes: Gumercindo Saraiva, depois de ter tomado Blumenau, fugindo Pinheiro Machado em direção a Curitibaanos, com 2.800 homens, invadiu no dia 13 de janeiro o Estado do Paraná com sucessivos triunfos. Custódio, com o República, Esperança, Uranus e Íris, tomou a fortaleza da barra em Paranaguá cuja guarnição fugiu, deixando em nosso poder canhões *Krupp*. No dia 17, depois de um combate que durou algumas horas, tomou a cidade de Paranaguá onde estavam prisioneiros [fl. 79v.] muitos federalistas, entre eles, o Coronel Teófilo, o Dr. Espíndola e 1º Tenente Souza de Mello, os quais deveriam ser fuzilados por pedido do General Pêgo ao Ministro da Guerra. Enéas Galvão mandou procedesse esse ato de barbárie, em Conselho de Guerra. Lapa, Morretes, Antonina, caíram sucessivamente em nosso poder. No dia 18, capitulou Curitiba, fugindo em direção a S. Paulo o General Pêgo e Vicente Machado, governador do Estado, sendo aclamado seu substituto o Dr. Menezes Doria. No dia 20, entrou Mello, entre festas, em Curitiba. No dia 19, capitulou Tijucas, depois de 4 dias de fogo com as forças de Gumercindo debaixo de

cujas ordens brigou o Batalhão Naval desembarcado por Mello. Ali ficou ferido o Dr. Artur Maciel, Chefe do Estado Maior, o Comandante Perry e o aspirante Etchevarria e Grevy, que amputou a perna cantando a Marselhesa. Em Itararé, o batalhão Frei Caneca fugiu no dia 19, desobedecendo os seus comandantes. Das forças de Pinheiro Machado desertou um pelotão, verificando-se grande debandada nas forças governistas. À última data, as forças do General Salgado tinham passado da Laguna para o Rio Grande com 1.500 homens das três armas. As forças do Gumercindo com a esquadra do Almirante [fl. 80] Mello partiram para S. Paulo. Os jornais de Pernambuco dão notícias de uma (?) execução formidável levada a efeito por ordem de Floriano. Foram fuzilados 5 marinheiros e um sargento. Este caiu dando vivas a Custódio de Mello. O "Siglo" de 4 do corrente (fevereiro) traz o último Boletim da esquadra ao mando de Saldanha da Gama. Diz assim <em resumo>: "Mocanguê e Armação tomadas (passa a detalhes). A guarnição de Mocanguê, composta de 84 homens, entregara-se sem resistência, pois, dispondo de três canhões *Krupp*, não disparou nenhum tiro. Na Armação foram encontradas seis peças cravadas¹⁵. Nossas forças se fortificaram aí, para mais tarde, durante a noite, atacar a cidade de combinação com as forças de auxílio, constituíd[as] pela vanguarda do nosso exército em marcha acelerada para Niterói. Esta noite, a força auxiliar estará conosco. A vitória é certa. Viva a esquadra libertadora. Viva a liberdade e a paz. Viva a República Parlamentar." O "Siglo" chama a atenção para um artigo do O "Paiz" em que diz q[ue] às 3 horas da madrugada ainda a cidade estava em poder dos governistas. Estes fatos ocorreram [fl. 80v.] a 15 de janeiro. A cidade deveria ter sido tomada a 16, salvo algum contratempo.

10 de fevereiro. Uma carta do Acevedo para seu sócio, Henrique Alvares, transmite as seguintes notícias: "O London Bank recebeu telegrama da Bahia, comunicando que o povo pronunciara-se pela revolução. Cartas vindas do Desterro dizem que Gumercindo Saraiva está a 6 horas de viagem de S. Paulo e que Salgado e Macedo (?) marcharam sobre Porto Alegre. Passageiros chegados do Rio dizem que a revolução ganha terreno tomando muitas posições em terra. Do General Tavares sabe-se fizera voar a ponte de Ibirapuitã, o que permitiu

¹⁵ (N.Org.).Encravadas: meter prego no ouvido de uma peça.

tomar 6 dias de avanço sobre o exército governista. Esse exército continua a pé impossibilitado de atacar o inimigo.

11 de fevereiro. Cartas recebidas de Artigas garantem as seguintes notícias: José Gabriel e Coronel João David, foram completamente derrotados nas margens do Caí por Elisário Prestes e Palmeira, fugindo para Porto Alegre José Gabriel gravemente ferido. Nesse combate, ficou [fl. 81] morto o Coronel João David, mais de 200 cadáveres e muitos prisioneiros. Tomamos armas e munições. Na Taquara fora completamente derrotado Xaxá Pereira, ficando este prisioneiro, deixando em poder do Batista 2 canhões, muito armamento e munições. Hoje pela manhã, chegou da fronteira um próprio com a notícia de ter anteontem entrado em Bagé, à noite, o Sampaio. Em virtude destas notícias passei ao Emílio Ferreira o seguinte telegrama: "Vitórias Cruz Alta, Taquara; Gabriel gravemente ferido, João David morto, Xaxá prisioneiro; tomamos armas munições. Sampaio entrou anteontem Bagé."

13 de fevereiro. Comunica João Antônio Martins que leu uma carta de pessoa de conceito, residente em Montevidéu, ao Dr. Cândido de Borba, comunicando que tinha ido aviso ao General Tavares para não dar mais combates porque em poucos dias a revolução estaria vencedora no Rio de Janeiro.

17 de fevereiro. Carta de Bagé para Visa Chaubet noticia que Telles seguiu ontem (15) com a sua força para Pelotas, abandonando a cidade. [fl. 81v.] Um próprio de Martins Bidart, chegado ontem de D. Pedrito, diz ter encontrado o Coronel Barcellos, vanguarda do exército Tavares, em marcha para Bagé. A carta do Visa confirma esta notícia.

23 de fevereiro. Carta do General Tavares traz o itinerário de sua marcha de Bagé até o Inhanduí, da qual mandei cópia ao Gaspar e ao "Deber Civico" para publicar.

25 de fevereiro. Os jornais de Montevidéu nada adiantam sobre a revolução no Rio. Traz o "Siglo" a notícia de ter o Ministro inglês reclamado de seu governo mais 5 encouraçados depois do conflito Benhan-Saldanha, e que a barca com as munições, armas e canhões para o Floriano ainda não pode desembarcar, conservando-se sob a vigilância dos navios ingleses, franceses, e alemães.

27 de fevereiro. Chegou de Santa Catarina o Coronel Malaquias Costa em missão do Almirante Mello junto ao General Tavares. O Almirante manda propor ao General mandar colocar em Chuí artilharia,

contanto que o General a possa levantar imediatamente. Diz Malaquias que Salgado está em Laguna e sua vanguarda em Vacaria e que Guerreiro está em [fl. 82] Tubarão. Esperam oportunidades para entrarem no Estado. Diz ainda que Gumercindo, da Lapa onde se achava, escrevera ao Salgado que viria incorporar-se com ele para entrarem no Rio Grande. Carta do Anfrísio Fialho, de 24 do corrente, dando a situação federalista de Montevidéu, as acusações infundadas que se fazem ao General Tavares por não ter tomado Bagé, aniquilado Sampaio e Hipólito. Remeti-lhe o itinerário do General para refutar a todas essas impertinências, e a sua publicação foi-me imposta exatamente por essas impertinências.

2 de março. Correm notícias da derrota das forças de David Martins pelo Hipólito, perdendo aqueles toda bagagem, cavalos, e 100 e tantos homens fora de combate. Isto perto do Cerro do Chapéu em Santana.

8 de março. O “Siglo” de 6 confirma a derrota de David Martins e acrescenta que Isidoro fugiu no dia seguinte do combate por complacência dos chefes federalistas, visto que alguns exigiam o seu fuzilamento. Dá também a fuga do prisioneiro Tenente Coronel Alencastro e outros. [fl. 82v.] O exército de Sampaio está entre S. Luiz e Piraí recebendo cavahada. O Coronel Zeca Tavares não pode passar por esse motivo, mandou aviso ao General do que se passava. Na fazenda do Santa Tecla, Antero Pedroso e Elias Amaro estão fazendo tropas. Já fizeram duas e levantaram dois rodeios de gado de criar. O mesmo “Siglo” diz que Floriano tentou tomar Magé que se acha em poder do Saldanha da Gama sendo rechaçado com grandes perdas.

13 de março. Recebi carta do Anfrísio de 8 do corrente dando notícias diversas e detalhadas sobre o desastre de Ibirapuitã, da resposta do Gaspar ao Cabeda, de recriminações infundadas, da eleição do Prudente e Vitorino Monteiro para Presidente e Vice-Presidente da República. Chegou do Paraná o Major Alberto Amaro da Silveira. Notícia que Salgado e Guerreiro saíram no dia 4 de fevereiro de Santa Catarina com destino ao Rio Grande devendo achar-se próximo a Porto Alegre com uns 4.000 homens. Vasco Martins seguirá para Paraná a conferenciar com Gumercindo sobre o seu regresso com o exército para o Rio Grande. O Governo de Santa Catarina continua a negar recursos [fl. 83] aos rio-grandenses que lá foram sustentá-lo e libertar aquele Estado, recursos até de boca! O Dr. Dória não reconheceu o tal governo de Santa Catarina.

15 de março. Telegrama do Mister John, chefe dos telégrafos em Montevidéu, a José Guerreiro comunica a rendição da esquadra no Rio de Janeiro. Telegrafei ao Anfrisio pedindo notícias urgentes a respeito. O “Siglo” de 12 do corrente dá a derrota do Salgado na picada da Serra do Oratório por Salvador Pinheiro. Em Jaguarão, os castilhistas festejaram essa derrota. Confirmadas que sejam estas notícias, a nossa situação é muito crítica. Nesta data, respondi a carta do Anfrisio explicando os pontos de acusação que fazem ao General Tavares, isto é, não ter atacado Bagé, não querer brigar e ter dado ordem ao Cabeda, na marcha para Alegrete, de não aceitar combate. Francisco Nunes Tavares refere-me que Cabeda escrevera ao General, transcrevendo um telegrama do Gaspar Martins, pedindo que não dessem batalha porque a questão seria sabida em pouco tempo no Rio. Francisco Nunes foi quem leu essa carta para o seu pai (General Tavares) ouvir. Ficou arquivada. Ao Anfris[io] [fl. 83v.] eu disse que uma força arregimentada só briga por ordem do General em Chefe que, avisado da aproximação do inimigo, tomará as providências para assegurar a vitória. Se cada chefe tivesse ordem, ou se julgasse habilitado a dar combate a seu belo prazer “imagina o que não iria por esse mundo de Cristo”. Que mais valia não dar combate do que ser derrotado e que a revolução podia se salvar não brigando ou brigando pouco, <mas> que, com certeza, estaria perdida se sofresse reveses dessas batalhas perdidas. A derrota do David Martins era sensível pela perda do armamento, munições e cavalcadas tão difíceis para nós de adquirir. Visa Chaubet acaba de receber de Montevidéu o seguinte telegrama: “Saldanha entregue a bordo esquadra estrangeira.”

15 de março. Do Anfrisio Fialho recebi o seguinte telegrama: “Saldanha ameaçado ataque naval e bombardeio retirou-se com oficiais navios estrangeiros sem combater, rendendo-se tudo mais Aquidaban e República ausentes.”

17 de março. A diligência chegada hoje de Bagé [fl. 84] dá a seguinte notícia: O Capitão Adão com uma partida volante veio, por ordem do General Tavares, sobre Bagé para tomar cavalcada ao inimigo e hostilizá-lo. A 20 quadras da cidade encontrou uma força cuidando uma cavalcada, bateu-a e levou os cavalos (cerca de 300) ao General. Da fronteira veio também notícia que o Coronel João Manoel Vieira, que seguira em expedição até Centurião, encontrou uma partida inimiga vinda de Jaguarão, bateu-a, tomou-lhe o gado e cavalos que levava. O General Sampaio acampara com 3.000 homens no Passo das Pedras

(1 légua próximo a Bagé) e seguiu com o seu estado maior para a cidade. O piquete do Coronel Zeca aprisionou duas partidas inimigas que vieram à linha. Por ordem deste Chefe, seguiu um piquete de 50 homens a descobrir os movimentos do inimigo.

20 de março. “A Hespanha” traz a notícia da tomada de Itararé pelo Gumercindo rendendo-se a guarnição composta de 3000 homens (!) O “Siglo” de 18 traz notícias detalhadas sobre a eleição [fl. 84v.] de 1º de março, sendo o mais votado para Presidente da República no Ouro Preto, Silveira Martins, a eleição do José Mariano, encarcerado, pelo Recife, o repúdio que sofreu a candidatura Lauro Sodré para Vice-Presidente, sendo eleito Manoel Vitorino, o manifesto do Dr. Antônio d’Almeida candidato pelo 2º Distrito de Minas, cujo programa é a anulação da eleição. Todas estas notícias de alta importância política transmiti-as ao exército. Escrevi ao Anfriso apreciando-as em longa carta. Na fortaleza de Villegagnon, nos navios abandonados por Saldanha não havia munições nem de boca! Carta do General Tavares datada de 7 do corrente comunica ter mandado aos Coronéis Antero Cunha e Juvêncio Azambuja com 600 homens operar no município de Canguçu. Esta força já deve ter chegado ao seu destino e avisado ao Coronel Zeca Soares que se achava oculto com gente armada nos matos de Camaquã. A emigração de Pelotas faz crer nisso. O General mudou o seu acampamento para o Arroio da Porteira, campos de Tomás Pereira, as suas avançadas estão até os Serros de Santa Tecla e Rodeio Colorado distantes de Bagé 3 e 2 léguas. Na [fl. 85] Bolena, Passos do Tigre e Camaquã estão piquetes nossos de observação ao inimigo. Diz o General que o espera para operar conforme as circunstâncias, esperando poder batê-lo favorecido pelo terreno, apesar da muita infantaria e artilharia que leva. O Coronel Tavares está com 100 homens na linha esperando oportunidade para ir incorporar-se. O General Pina está a 16 léguas de distância do General, já deve estar incorporado.

26 de março. Remeti 116 ponchos e botas pedidos pelo Tenente Coronel João Manoel Vieira.

30 de março. Remeti 100 ponchos pedidos pelo Tenente Coronel João de Deus Ferreira conforme o mapa que fica arquivado. Entreguei ao Tenente Coronel Boaventura Soares 12 ponchos que pediu para a sua gente.

3 de abril. Entreguei ao Tenente Coronel Lima 60 ponchos e 60 pares de botas conforme o mapa do pedido arquivado. Nesta data,

recebi do Major Pedro Tavares uma carta datada de 29 de março comunicando que o General Tavares está muito doente e passa a fronteira em busca de recursos médicos. Pina não se incorporou e a força ficou a cargo [fl. 85v.] do Coronel Procópio Gomes de Mello. Devido a essa não incorporação, o General teve de abandonar a posição ocupada. Carta do Coronel Domingos Ferreira de 2 do corrente e hoje recebida comunica a chegada do Coronel Ladislau Amaro pertencente às forças do General Pina e dá as seguintes informações: "Em Santa Maria da Boca do Monte encontraram uma pequena guarnição que resistiu, mas afinal retirou-se emboscando na estrada de ferro para o Umbu ficando 16 praças e 2 oficiais prisioneiros. Seguiu depois o General Pina para S. Gabriel onde teve algumas guerrilhas perdendo-se um homem da nossa gente. Daí continuou a marcha para S. Sepé, sendo chamado pelo General Tavares, não pôde fazer a cruzada por serem perseguidos por Hipólito Ribeiro, então contornaram para Passo de São Borja, no rio Santa Maria e vieram sair no Campo Seco onde ficou o General Pina com 600 homens mais ou menos." No "Deber Civico" mandei publicar a parte da carta do General Tavares em que relata as depredações na estância do Serro Alegre [fl. 86] pelas forças do General Sampaio e remeti uma cópia para o Seabra publicar na "Razón"

4 de abril. Carta do Pedro Tavares comunica que o General Tavares está muito doente e aproxima-se à fronteira com 15 homens em busca de recursos médicos. Resolvi adiar minha viagem para Montevidéu esperando mais notícia de sua saúde.

6 de abril. Não tendo vindo próprio e constando que Joca entrou para Taquarembó, sigo hoje para Montevidéu.

7 de abril. Ao chegar, soube que telegramas anunciam a entrada da esquadra revolucionária na barra do Rio Grande transportando forças que se supõem serem do Gumerindo e Salgado. Consta que esta operação foi prevista pelo Governo de Santa Catarina. Os jornais de hoje dizem que o Cabeda ainda (!) se conserva em Santana, onde foi tomar o comando das forças. "A Tribuna" noticia um combate no dia 6 no Guabijú entre forças do Zeca Tavares e Sampaio.

8 de abril. Nenhuma notícia temos do Rio Grande. Consta que as comunicações com o Brasil estão interrompidas. Se não foi ainda tomada a cidade do Rio Grande, é crítica a situação de nossos amigos e talvez não possam manter as posições, porque já consta ter chegado a Pelotas a divisão Carlos Telles composta de 800 homens que meterão os nossos amigos [fl. 86v.] entre dois fogos.

9 de abril. Continua a escassez de notícias. Dizem que Vitorino mostra-se satisfeito e exibiu-se na Praça Independência. Receio muito o fracasso da expedição. Sigo para Buenos Aires amanhã.

10 de abril. Continuamos sem notícias.

11 de abril. Em Buenos Aires. Telegrama e cartas recebidas pelo Gaspar noticiam a tomada do Rio Grande na noite de 6 do corrente. Isto quer dizer que a cidade foi imediatamente tomada logo após o desembarque.

12 de abril. A imprensa publica telegramas sobre a derrota da expedição do Rio Grande sendo ferido o Guerreiro, ficando prisioneiros 38, muitos mortos. Diz também que os nossos amigos reembarcaram e tomaram rumo S. E. Parece vêm para Montevideú.

13 de abril. Confirma-se a notícia do desastre da expedição da esquadra ao Rio Grande. Gaspar seguiu para Montevideú.

14 de abril. Os diários trazem telegramas oficiais <de> que o Salgado e Laurentino com 900 homens desembarcaram em Castilhos, todos famintos e nus, pondo-se sob a proteção do Estado Oriental. Alguns pedem para [fl. 87] vir para Montevideú, mas não tendo meio de transporte, o Chefe Político de Rocha consulta ao seu Governo. Hoje conferenciei com o General Jacques Ouriques e Coronel Sebastião Bandeira sobre a expedição ao Rio Grande. Essa expedição foi resolvida logo após a retirada do Saldanha da Gama, porque os navios revolucionários não tinham carvão para mais de 10 dias e nem tinham onde suprir-se. O República tinha falta também de munições de guerra tendo apenas 40 granadas e em todos os navios havia falta de víveres. (Mas, perguntei-lhes, e o dinheiro de dois carregamentos de café que vieram para o Demétrio? Respond[eu-]me que a esquadra não recebeu suprimento de espécie alguma.) Não houve pois tempo de mandar aviso, porque à resolução seguiu-se o embarque e operação. As forças revolucionárias vieram com po[u]cas munições, mal armadas, e sem víveres, os q[ue] traziam dariam para três dias. Assim explica-[se] a retirada, o arrojo da cartada jogada. O Gumercindo ficou em Curitiba e Deus queira que possa retirar-se em tempo de salvar-se de ficar entre dois fogos. Pelo que parece Paraná e Santa Cat[a]rina continuam em poder da revolução.

[fl. 87v.]

15 de abril. "La Nacion" e "La Prensa" noticiam que Aquidaban, República e outros navios revolucionários foram encontrados abandonados nas costas de Santa Catarina e que Floriano os mandara conduzir para o Rio. No dia 4, o Coronel Borba derrotou em Itararé uma força governista, e que Gumercindo já encetou a sua marcha do Paraná para o Rio Grande. Consta a "Nacion" que as únicas forças que desembarcaram foram as do Salgado, no Rio Grande, malogrando-se o ataque à praça por ter faltado ao plano as forças de Laurentino que não desembarcaram. Os navios nem a infantaria de bordo fizeram fogo sobre o Rio Grande que depois de três dias de luta improfícua sofreram uma carga de baioneta que pôs fora de combate mais de 500 homens, retirando-se precipitadamente para não serem todos exterminados, que uma vez desembarcados ficaram completamente abandonados pelos navios do Mello.

16 de abril. A "Nacion" hoje traz a carta do Dr. [Antônio Augusto de] Carvalho sobre o malogro da expedição ao Rio Grande, em que assinala a recusa de Laurentino Pinto de entrar no assalto a cidade, a reunião do Conselho de Generais a respeito, a alteração, por Mello, dos planos combinados, a conferência longa do Salgado com Mello para resolvê-lo ao ataque, a aproximação do inimigo e o seu ataque [fl. 88] as forças da nossa retaguarda comandadas pelo Felipe Porto, a sua conseqüente derrota e ferimento deste chefe que estava a frente apenas de 180 homens e era atacado por 600 das três armas, a conseqüente retirada do exército e o seu precipitado embarque. A ordem de Mello a Salgado, para desembarcar em Castilhos, a sua retirada precipitada levando a bagagem dos desembarcados e parte das forças do Salgado. Traz também notícias do Rio, as tramas do Floriano para anular as eleições presidenciais e fazer-se eleger, o discurso do diretor dos correios e conseqüente pedido de demissão dos ministros ofendidos, por recusar-se Floriano a demitir aquele funcionário, o estado de agitação do país devido as pretensões presidenciais Florianistas, o fechamento do comércio de Pernambuco, que unido ao povo reclama a soltura do José Mariano, a <não> reunião do Congresso Estadual desse Estado, enquanto esse cidadão não obtiver a sua liberdade para tomar assento no Senad[o.] Notícia também a marcha do Gumercindo para o Rio Grande.

17 de abril. Os diários hoje noticiam a chegada da esquadra revolucionária ao porto de Buenos Aires, pedindo proteção a esta República! Dizem trazer 1.500 homens, seminus e famin[tos.]

[fl. 88v.]

18 de abril. Continuam as notícias sobre os últimos refugiados neste país. Mello, em nota ao Presidente da República, fez a ele entrega dos navios revolucionários. Os diários trazem os nomes dos chefes e oficiais refugiados e que devem fazer quarentena na Martim Garcia bem como o número de soldados.

19 de abril. Os navios de Floriano marcham para este porto para tomarem conta dos navios revolucionários. O Aquidabam, segundo notícia oficial, depois de uma luta de 4 horas com a esquadra florianista, no porto do Desterro, foi lançado a pique pela torpedeira Gustavo Sampaio. Não consta se tivesse salvo ninguém.

20 de abril. Telegrama da Rivera comunica que na madrugada de 18 do corrente uma força federalista foi surpreendida nas proximidades de Santana, completamente derrotada e degolados todos os prisioneiros, inclusive dois meninos de 16 anos.

21 de abril. Está publicada na "Nacion" de hoje a ordem do dia do C. de Mello, documento importante que muda a face das apreciações. Esperemos as ordens do dia do Salgado e Laurentino. Não recebeu dinheiro de ninguém!! "El Diario" da tarde publicou telegrama que o Coronel Zeca Tavares, a frente de 1:000 homens, ocupou [fl. 89] a cidade de Bagé, e que o Governo converge forças para batê-lo. As forças de Ulisses, Maneco Machado, Cabeda, José Nunes, conservam-se inativas nos pontos em que se achavam depois da marcha de Bagé a Alegrete.

22 de abril. A "Nacion" confirma o telegrama da tomada de Bagé no dia 19. Os revolucionários disseminados receberam ordem de incorporarem-se a ele Zeca, que Vitorino reclamou a internação de quantos possam passar ao Rio Grande e se achem na fronteira. Herrera y Espinosa, ex-Ministro Uruguaio, em carta à imprensa disse que informara ao Ministro brasileiro terem os revolucionários recebidos de uma vez 600.000 pesos, e de outra 150.000. Agregando-se a esta soma os 66.000 pesos recoletados antes da invasão temos 816.000 pesos. Ontem desembarcaram os revolucionários da Ilha das Flores, em Montevidéu, declarando todos que voltariam à revolução, logo que lhes fosse permitido retirarem-se do país. Só 200 e tantos dos prisioneiros

em Lapa e Tijucas (força de linha) ficaram na Ilha das Flores, para seguirem para o Rio no vapor Desterro.

23 de abril. A "Prensa" noticia que o corpo diplomático, a [fl. 89v.] pedido do Peixoto, comunica aos seus respectivos governos a pacificação do país, que Peixoto exigira dos <seus> ministros em Montevideu e Buenos Aires reclamassem a internação dos refugiados brasileiros a fim de que não pudessem agrupar-se e passar a fronteira perturbando a ordem legal. Salgado lavrou protesto contra as declarações de Mello. Vitorino, em reportagem, disse que o Rio Grande, no primeiro momento, só tinha 100 homens de guarnição e não podia resistir ao ataque se fosse levado logo após o desembarque.

26 de abril. Os diários de hoje publicam uma retificação do Saldanha da Gama sobre as declarações do Herrera y Espinosa que teriam [sic] os revolucionários recebido 600.000 pesos de uma vez e 150.000 de outra. Saldanha recebeu de seus amigos e adeptos da revolução 200 contos que ao câmbio baixo produziram uns 10.000 pesos com os quais atender-nos-ia as necessidades da guerra como aos seus companheiros e as suas famílias. Sua carta é um documento digno.

8 de maio. Cheguei ao Salto. Antônio de Mattos disse-me que era impossível os amigos dessa localidade concorrerem com mais dinheiro para a revolução porque todas as despesas com o salvamento do armamento da Carmelita foram feitas por ele auxiliado por João Gutierrez e mais amigos; que só ele leva em despesas com [fl. 90] a revolução, afora cavalos, mais de 30 contos de réis, o que foi confirmado pelo João Neto. Gutierrez, disse-me o mesmo, e acrescentou que tem já de despesas mais de 3.000 pesos ouro. Todos os emigrados vindos com Mello tem ido dar ao Salto sem recursos. Mattos e João Gutierrez tem-lhes dado de comer e pago as passagens até a fronteira, na importância de mais de 800 pesos ouro.

9 de maio. Antônio de Mattos e João Neto disseram-me que Cabeda, logo após o desastre do Rio Grande telegrafara ao José Nunes, no Alegrete, para que emigrasse, dissolvendo as forças de cujo telegrama tem uma cópia, que lhe foi remetida por ter ele, Mattos, duvidado da notícia. À última data, Cabeda conservava-se na Rivera com a gente dispersa, Ulisses em sua estância no Esta[do] Oriental.

15 de maio. Sigo hoje para Buenos Aires, tendo o telégrafo ontem anunciado a derrota do Sampaio por Pina e Zeca Tavares, o que é falso.

16 de maio. Cheguei a Buenos Aires, e Saldanha seguiu ontem para Portugal. Coronel Vasco Alves segue amanhã para Caseros. Telegramas de Montevideu anunciam a chegada [fl. 90v] do Fernando Osório em Montevideu em viagem para cá. Não se confirma a derrota do Sampaio.

22 de maio. Hoje à noite, estiveram comigo Salgado Laurentino e outros amigos e disseram-me que nenhum recurso tem os amigos asilados recebido do Gaspar, contra o qual fizeram severas queixas. Há grupos que nem tem o que comer. A penúria é enorme. Consta que as forças de Pina e Zeca Tavares estão dissolvidas, tendo ficado, apenas em campo, as partidas de Carlos Chagas e outras. Até hoje não há pensamento assentado para a revolução, todos esperam o Gumercindo. As forças de Santana continuam dispersas.

2 de junho. Continua o mesmo estado de indecisão. Está publicado o manifesto do Mello em que trata do oferecimento do correspondente do "Times" de dinheiro e até navios, se for levantada a bandeira da restauração. Estas indiscrições combinadas com a viagem de Saldanha da Gama à Europa levaram à convicção no Rio de que se trata efetivamente de restaurar a monarquia, dando motivo às prisões últimas no Rio [fl. 91] do Conde do Pinhal, Rio Claro, Paraná, Lucena e outros.

4 de junho. Uma comunicação confidencial que acabo de receber (em carta da minha mulher datada de 27 de maio) consta que Pinheiro Machado, Lima, Artur Oscar, Flores, Santos Filho. reuniram todas as forças existentes no norte em número de 7.000 e marcharam ao encontro do Gumercindo, que, em uma reunião havida em <Pelotas>, foi combinado o assassinato do Zeca Tavares, tendo saído uma partida especialmente para esse fim em direção à fronteira. Felizmente estão feitos os avisos. Continuamos na mesma expectativa, esperando o resultado do encontro do Gumercindo com o exército governista do norte, em que depositamos toda a confiança. Se, porém, for ele derrotado, está perdida a revolução, ao menos até que caia o maná do céu, visto não haver dinheiro nem para as necessidades imprescindíveis da vida. Acabo de saber, por confissão da própria interessada a uma amiga, que foram tomados em empréstimo [fl. 91v.] para a revolução 50.000,00 ouro, a D. Amália Cabrera de Luisollo [?], Senhora viúva, sendo intermediário o corretor Nicoliche de Montevideu. Creio que este empréstimo fora contraído o ano passado, pelo que pude colher, e recebido pelo Conselheiro S. Martins.

5 de junho. Chegou, há poucos dias, Zacaria Xavier, com quem hoje me encontrei e me disse que Gumercindo saíra de Curitiba com

1.200 a 1.500 homens, 5 canhões *Krupp* e 2 metralhadoras, que a esta hora deve ter passado o Uruguai, apesar dos péssimos caminhos que tem de atravessar e que, quando Dória e os outros revolucionários saíram do Paraná, Gumercindo ficou esperando que eles voltassem, porque se dizia que vieram contrair um empréstimo de 2.000.000\$. Interpelei, hoje mesmo, o Coronel Bandeira sobre a força que trazia Gumercindo e este amigo disse-me que máximo 1.500 a 2.000 homens. Apesar de breves contestações dos companheiros, afinal, convieram com Bandeira.

8 de junho. Cheguei a Montevideú de passagem para Mello. Wenceslau Escobar mostrou-me [fl. 92] carta de Libres comunicando que Dedé, com a sua divis[ão], derrotou completamente as forças de Fermino Paula, matando-lhe 200 homens. Dedé pede munições e roupa para poder sustentar-se na campanha, a sua divisão compõe-se de 2.000 homens. Infelizmente não há recursos para atender ao pedido. Carlos Ribeiro contou-me que Nicoliche lhe dissera ter emprestado a revolução 20.000.00 ouro e que não emprestaria mais um centavo.

13 de junho. Cheguei a Melo. Nenhuma notícia sobre Gumercindo.

15 de junho. Por via de Pelotas consta que Gumercindo fez quartel de inverno entre Chopim e Chapecó, terreno disputado entre o Brasil e a Argentina.

25 de junho. Chegaram à fronteira Coronéis João Manoel Vieira, Carrion, Capitão Adão, com as suas forças que faziam parte do exército ao mando do General Pina. Este chefe, apesar do aviso que recebeu no dia 1º do corrente, foi surpreendido no dia 5 próximo a Encruzilhada e perseguido até o passo do Piqueri, tendo perdido mais de 4.000 cavalos, toda bagagem e, calcula-se, mais de 200 homens, entre os quais o Major [fl. 92v] Sérvulo Pereira da Silva. A força de Pina ficou nos cavalos montados e cansados, dispersou-se aos poucos ficando muita gente espalhada pelo interior, no trajeto que fez, vindo parte de seu exército dar a fronteira a pé, nua e muito estropiada. Pina tomou rumo de D. Pedrito com cerca de 200 homens, constando na fronteira ter seguido para o rumo de Santana com 40 homens apenas. O exército, na retirada que fez, debaixo de fogo, dava vivas ao General Tavares. São estas as informações que dá o Capitão João Batista da Rosa, que chegou hoje a esta vila, e fazia parte desse exército, nas forças do Coronel João Manoel Vieira. Da fronteira comunicam que Gumercindo escreverá anunciando a sua chegada.

26 de junho. O Dr. W. Escobar diz-me em carta hoje recebida, datada de 22 do corrente de Montevidéu, que acaba de receber o seguinte telegrama de S. Tomé: "Gumercindo forças superiores 4.000 homens, desde dia 10, Passo Fundo. Reunindo-se a ele Prestes Guimarães ficou com uma coluna superior 6.000 homens. Teve encontro com forças do Lima, Menna Barreto. Lima, acossado, encetou retirada [fl. 93] costa da Serra (donde se evidencia ter sido derrotado). Santa Maria e S. Martinho abandonadas. Dinarte operando Carovi, S. Luiz, S. Francisco. Coronel Portinho seguiu incorporar-se Dinarte. Dedé cerca 400 homens, guardando o Passo Mariano Pinto nas Três Figueiras. Estas comunicações são feitas oficialmente pelo Tenente Coronel Aníbal Soares de Lima que está em Inhacapetum."

3 de junho. Acaba de chegar a diligência de Montevidéu com as seguintes notícias: O "Siglo" de 28 traz um telegrama do Julio de Castilhos noticiando à Legação Brasileira um combate no Passo Fundo entre as forças de Lima e as de Gumercindo e Prestes incorporados, sendo estes derrotados deixando muitos mortos. O telegrama é concebido em termos pouco entusiastas. O "Siglo" de 30 traz dois telegramas: um de Santo Eugênio outro de Artigas. Dão notícia de combate e que Lima e Fermino de Paula saíram feridos. Por estes telegramas não se sabe a quem coube a vitória. O "Siglo" de 1º do corrente traz a ordem do dia de Prestes Guimarães dando conta do combate de 6 de junho no Jacuizinho entre as suas forças e a retaguarda do Lima que foi derrotado deixando algumas armas, munições [fl. 93v.] e bagagens em nosso poder, ficando assim desmentida a apregoada derrota do Prestes nesse combate, anunciada pela Legação. Prestes diz que nesse dia (7) em que publica a ordem do dia, ou no seguinte se incorporará ao Gumercindo.

8 de junho. Sobre a batalha de Passo Fundo, anunciada pelo Castilhos à Legação de Montevidéu, o "Siglo" de 5 do corrente traz o seguinte telegrama da mesma origem: "Artigas 5. Chegam novos detalhes do renhido combate travado no Passo Fundo. O exército federal contava 3.500 homens, tendo recebido fortes reforços, a gente de Prestes Guimarães estava mal armada. As forças do governo, ao mando do General Lima, contavam cerca de 2.500 homens bem armados, sendo toda gente aguerrida. No dia 27 (deve ser 26), as vanguardas se avistaram e se tirotearam toda a tarde. Na manhã de 27, os federais atacaram, rompendo o fogo da infantaria federal que atacou o centro, sendo os flancos direito e esquerdo atacados pela cavalaria. O combate

foi horrendo, os federais fizeram esforços extraordinários, levaram cargas sobre cargas, pelejando 6 horas e meia, abandonando finalmente o campo juncado de cadáveres. A mortandade foi horrível. Calcula-se a perda de federais [fl. 94] no combate e na perseguição que se seguiu em mais de mil mortos. As forças governistas tiveram 300 mortos, entre estes, oficiais e grande quantidade de feridos, entre eles, o General Lima. No campo de batalha entre os federais muitos foram encontrados: o Coronel que mandava a infantaria chamado Antônio Zdizslaw Bodziak e os Coronéis de Cavalaria Santos e Vaz, os Comandantes Felipe Garcia e João Goche e muitos outros oficiais. A dispersão foi grande. Saraiva com 300 homens, fugiu em direção a Serra de Butucará, continuando-se em sua perseguição. Esta derrota é a morte da revolução Rio-grandense.” Carta do Wenceslau Escobar de 3 do corrente dá detalhes sobre a vitória do Prestes Guimarães no dia 6 de junho e comenta a vitória governista no Passo Fundo. O ferimento do Lima a confissão das cargas sobre cargas que sofreram os governistas, a grande quantidade de feridos que confessam ter, são indícios favoráveis para nós outros, que até agora não podemos ter comunicações oficiais, devido a distância enorme do ponto em que se feriu. Combate da fronteira. Aguardemos um pouco de tempo mais. Noto que [fl. 94v.] não dizem os telegramas terem os governistas festejado esse esplêndido triunfo que é a morte da revolução.

9 de julho. Hoje respondi a carta do Anfriso Fialho dizendo-lhe: “Eu bem sabia que havias de mudar de opinião em relação à sinceridade do Floriano, quanto à pacificação do Rio Grande e que te convencerias que estavas perdendo o teu latim, nas cartas que lhe dirigias, aliás enérgicas, cheias de bons conceitos mas que ele lançaria, sem ler, na cesta dos papéis servidos. Continuas a escrever-lhe? Continuas a perder o teu tempo. Em todo caso, são documentos para a história. Com eles, provarás a tua lealdade republicana e a falta de sinceridade dos que se apregoam os salvadores da República. Os fuzilamentos em Santa Catarina e Paraná, a continuação do estado de sítio, o terror que lavra em todo o país, são a trasladação do 94 francês para o Brasil *soit disant* republicano, mas de fato sob o império da anarquia militar que <ocasiona> o transbordamento das fezes sociais. Deus suprima o consulado e nos dê quanto antes a ditadura em 95 (seguindo sempre a revolução francesa) abreviando [fl. 95] assim o termo dos nossos sofrimentos... Enfim meu Anfriso, para nós só deve ha ver uma bandeira – Pátria, lar e liberdade –, nela estou envolto esperando os acontecimentos.”

18 de julho. O Coronel Estácio Azambuja, em carta datada de 14 do corrente, me dá os detalhes da vitória alcançada por Gumercindo na batalha de 23 no Passo Fundo, sendo feridos o Lima, e Pinheiro Machado seguindo aquele para Missões, onde consta que faleceu e este para Porto Alegre onde chegou no dia 5 do corrente segundo diz o W. Escobar. As perdas do inimigo foram de 800 baixas e as nossas de 200. Comunica também que Coronel Dinarte Dornelles tomou S. Martinho no dia 28, fazendo muitos prisioneiros, tomando 100 e tantas armas, muitas munições e bagagens. Gumercindo, parece, fora proteger a passagem do Juca Tigre, no Uruguai, que traz 1.000 homens das três armas. “La Razón” de 15 traz o entrevise do Vitorino Monteiro descortinando a dissidência que reina entre uma parte da Câmara e Floriano Peixoto e entre este e Prudente de Moraes, a propósito do estado de sítio, e do propósito do Floriano de submeter os federalistas por meio das armas.

[fl. 95v.]

26 de julho. Castilhos em telegrama de 18 do corrente confirma a derrota do Gumercindo. “El Dia” de 20 traz um telegrama do Chefe Militar de Concepcion datado de 17, concebido nestes termos: “Oficial. Urgente. As forças que tenho destacadas em Santana e Alto Paraná submeteram 318 homens brasileiros revolucionários que vinham às ordens do Coronel Vasco Martins e com os 55 de que dei conta em meu telegrama anterior (datado de 16) fazem um total de 363 indivíduos que vêm famintos e é necessário racioná-los, para o que necessito sua autorização. Vossa Excelência resolverá o que entender conveniente para me servir de norma. Ordenei sejam racionados os expressados indivíduos [sic] submetidos até este momento. Ernesto Rodrigues.” O telegrama de 16 a que se refere esse chefe diz que existem na Colônia Iguazu 1.500 homens nas mesmas condições aos quais espera para desarmá-los e submetê-los. Essa gente deve ser a do Juca Tigre.

31 de julho. Os jornais do Rio Grande confirmam a tomada da Colônia Caxias no dia 30 de junho pelos federalistas, fugindo destroçados os governistas pela Colônia No[va] Palmira em direção a Picada Feliz. Um telegrama da Rivera publicado no “El Siglo” e datado [fl. 96] de 25 do corrente noticia um combate <no dia 23> nas cercanias de Santana, em que foi morto o federalista Dionísio Torres, mas destroçada a coluna governista ficando mortos 506 homens do governo. O resto da força conseguiu romper o cerco à noite e fugir. Diz o mesmo telegrama que Ribeirinho está com 1.090 homens cerca de Santana e Maneco Machado com 600 no Caverá.

25 de agosto. “El Deber Cívico” acaba de receber o seguinte telegrama do seu correspondente em Montevidéu “Telegramas oficiais dirigidos a federais aqui confirmam a morte de Gumerindo Saraiva. Dizem morreu em tiroteio sem importância, balaço pulmão, depois vitória Carovi. Morto caudilho seu exército foi dividido em duas partes, uma sob o mando de Aparício Saraiva, outra sob o de Prestes Guimarães.” Que fatalidade para a revolução! Que perda irreparável para o Brasil e principalmente para o Rio Grande! Homem bem intencionado, desprezioso, sem rival no valor e tino militar, sua vida era uma garantia de bom êxito para o exército que comandasse no caso de uma guerra externa. Gumerindo foi vítima de seu arrojo e desse próprio valor que tão recomendável o tornou. Seu irmão o substituiu. [fl. 96v.] Criado na escola do Gumerindo, aprendendo em seus exemplos, Aparício Saraiva está nas condições de substituir o seu irmão no elevado posto que ele ocupava. À tarde, o Marchand recebeu telegrama do Lourenço de Oliveira confirmando morte Gumerindo e dizendo “exército revolucionário vitorioso passou o Ibicuí.” Segundo uma carta do Dr. Escobar, o Ibicuí estava tomado pelas forças revolucionárias do Dedé Fernandes, esperando Gumerindo Saraiva. A batalha de Carovi foi dada pelo Dinarte Dornelles, sendo derrotadas as forças governistas como se vê nos telegramas publicados pelo “Deber Cívico”. Parece que a derrota foi completa, porque o caudaloso Ibicuí, a transbordar com as grandes chuvas deste mês, devia oferecer sérias dificuldades para ser transposto, dificuldades que tornariam impraticável a passagem se o exército revolucionário viesse perseguido depois da batalha de Carovi.

24 de agosto. Neste momento, 5 horas da tarde, o “Deber Cívico” recebeu o telegrama de seu correspondente, pondo novamente em dúvida morte do Gumerindo, explicando os telegramas que traziam essa fatal notícia. Esse telegrama será publicado [fl. 97] hoje. Notícia o mesmo correspondente que Zeca Tavares tomou S. Gabriel com 400 homens, sendo horrível a mortandade, tendo chegado, os federalistas àquela cidade, completamente a pé. Acrescenta que na tomada de D. Pedrito foi morto o Coronel Corre[ia] e que Sampaio e Telles abandonaram Bagé seguindo rumo de Pelotas, que a Divisão de Santana sob o mando de Cabeda passará ess[es] poucos dias. À última hora, acrescenta, chegam telegramas dando a passagem dessa Divisão, muito armamento e munições (tudo é falso). A última parte deste telegrama carece de confirmação. O armamento e munições devem

* (N.Org.) As datas seguem a ordem dos originais.

ser as 200 *Mauser* e 80.000 tiros há muitos meses mandados Buenos Aires comprados por Demétrio para o governo de Santa Catarina.

4 de setembro. Carta do Dr. W. Escobar datada de 30 de agosto confirma a morte do invencível Gumercindo no dia 14 ou 15 desse mês, por uma bala perdida, as 4 horas da tarde, na ocasião em que se aproximou aos piquetes da retaguarda para reconhecer pessoalmente a posição do inimigo, que es[te] herói reconhecendo que ia morrer pediu ao seu irmão Aparício que não abandonasse a luta enquanto [fl. 97v.] tivesse um soldado, que só Aparício e poucos companheiros conhecem o lugar que foi sepultado esse vulto legendário do Rio Grande. O fato deu-se nos campos do finado Coronel Moura no Iguariaçá a 14 léguas de S. Borja, que Dinarte Dornelles e Prestes Guimarães, à frente de 3.000 e perseguidos por Salvador Pinheiro a frente de igual número tomou o rumo de S. Luiz, e Aparício com 2.000 homens perseguido por Lima à frente de igual número, tinha seguido em direção ao Passo Novo do Ibicuí, tendo tido a retaguarda do Chefe revolucionário fortes guerrilhas na passagem do Itú. Acredita Escobar que essa força não passa o Ibicuí, sobretudo se a gente do Cabeda não se mexer. (E de fato não consta que se tenha mexido). Que, em sua opinião, a revolução não pode continuar por falta de elementos bélicos e a sua persistência é o sacrifício de muitos pais de família improficuamente. A luta é impatriótica. A "Razón" de 29 de agosto traz a seguinte notícia do Alto Uruguai: o Chefe de linha militar do Alto Uruguai comunica da [fl. 98] Concepción ao Ministro de Guerra que o resto das forças revolucionárias brasileiras, que deviam sair da picada com os canhões, tem sido surpreendidas por forças do Governo do Brasil. Em consequência disto, o chefe das forças argentinas destacadas na Candelária e Santana do Alto Paraná mandou vigiar essas costas por estarem por ali passando os revolucionários brasileiros em crescido número, perseguidos por forças governistas. Esta comunicação é, em meu pensar, a confirmação das notícias que me transmite o Escobar. Diz também este amigo que o Saldanha veio da Europa, com as mãos abanando. Que o Apolinário chegou a Montevideú, que a esquadra do Floriano que vinha para Montevideú teve ordem de voltar de Santa Catarina.

5 de setembro. O "Deber Civico" publicou hoje telegrama de seu correspondente dizendo que 300 revolucionários passaram para Corrientes emigrados e estes negam absolutamente a morte de Gumercindo dizendo que eles mesmos espalharam essa notícia por conveniência de ocasião. [fl. 98v.]

6 de setembro. De Artigas, Burlamaque em carta ao Serafim Santos Souza diz que comunicam de Pelotas e Rio Grande que Xaxá Pereira chegou a Porto Alegre com 40 homens, tendo sido derrotado completamente na Colônia Santa Cruz por Antônio Batista que tomou-lhe um canhão *Krupp* e uma metralhadora. Na sua parte oficial, diz Xaxá que derrotou o inimigo, e encetando a retirada foi por este perseguido, viu-se obrigado a abrir picada para continuar a sua retirada sendo sempre perseguido. Diz José Luís que não foi Batista e sim Alexandrino. Na fronteira do Aceguá reúnem-se as forças revolucionárias que estavam dispersas para operarem de novo sob as ordens do Coronel Zeca Tavares.

7 de setembro. “O Deber Civico” publica hoje novo telegrama de seu correspondente dizendo que da Concepción, (R. Arg.) comunicam que o Coronel Prestes Guimarães emigrou com 88 homens, que as forças de governo fizeram fogo sobre a costa Argentina, que a Legação Brasileira publicou telegrama da derrota completa do Aparício Saraiva no Povinho do Campo Novo, Município da Palmeira e fugia em direção à picada da Colônia Militar sempre perseguido por Lima e Fermino de Paula.

[fl. 99]

11 de setembro. O “Deber Civico” acaba de publicar telegrama de seu correspondente comunicando que o General Pinheiro Machado telegrafara à Legação brasileira dizendo que as forças de Dinarte e Prestes estão completamente destruídas, perdendo até as bagagens, e que Castilhos comunica a mesma Legação que a região missioneira está completamente livre de revolucionários. Inclusive S. Borja. Todos os municípios estão ocupados por forças legais.

12 de setembro. Chegou o Major Pedro Tavares da fronteira. O General Piragibe assumiu o comando da Divisão Santanense. O General Tavares prepara-se para entrar em ação com cerca de 3.000, inclusive aquela divisão, sendo seu plano destroçar o exército Sampaio que atualmente está entre S. Luiz e Rio Negro recebendo cavalos. O Coronel Zeca Tavares foi para a estância do finado Facundinho levantar os cavalos que tem invernados. O Major Jerônimo Tavares foi buscar na estância do Delfino Riet os cavalos que o General mandou lá invernar. O Coronel Estácio Azambuja percorre a linha em direção a Artigas, organizando as forças e reunindo os emigrados. Espero a sua comunicação e cavalos [fl. 99v.] para fazer seguir os que aqui se acham.

13 de setembro. H. Alvares acaba de receber telegrama de Ismael Velasques de Jaguarão dizendo que é falsa notícia morte Gumerindo. Que em Pelotas e Porto Alegre, os castilhistas pedem a punição do Coronel Fermino de Paula por tê-los enganado, que no combate do dia 6 do corrente (?) foi morto o Coronel Pilar, que nada mais se sabe por que os Castilhistas nada publicam.

18 de setembro. O "Deber Civico" publica hoje telegrama de seu correspondente confirmando morte do Gumerindo, duas horas depois de recebido o ferimento em Carovi e diz que o seu cadáver foi enterrado no cemitério de Camaquã. Castilhistas o exumaram e profanaram cortando-lhe as orelhas, que o Ministro de Exterior em Buenos Aires recebeu comunicação de que Aparício Saraiva pedia permissão para desembarcar 2.800 homens que se achavam na Picada S. Pedro, nus e famintos, que consta Peixoto antes de passar Governo decretara anistia geral para os civis envolvidos na revolução, que Prudente já tem organizado ministério do qual farão parte General Enéas Galvão, Guerra, Marinha, Maurity, [fl. 100] Exterior, Assis Brasil, Fazenda, Guahy e outros rep[u]blicanos moderados. Talvez estas notícias sejam a causa da alta do câmbio que ontem estava a 10 ¼

20 de setembro. Telegrama chegado ontem de Artigas à noite, e me foi mostrado diz que as £s [Libras] estão a 20\$000, câmbio a 12.

21 de setembro. "El Deber Civico" traz um telegrama datado de hoje de seu correspondente confirmando a morte de Gumerindo, dizendo os ajudantes deste que o cadáver foi mutilado na exumação, que Prestes Guimarães confirma a morte do Gumerindo referindo que no dia 10 de agosto, quando Saraiva fazia um reconhecimento pessoal das posições inimigas, foi surpreendido por uma descarga, atravessando-lhe o corpo uma bala *Mannlicher*. Que ali mesmo parte de suas forças dissolveram-se e a outra dividiu-se em diversos grupos, seguindo direções diferentes. Que essa força chegou às proximidades de S. Borja sem munições e faminta, que a revolução acha-se perdida por falta de unidade de ação. (As causas são outras e múltiplas). Acrescenta o correspondente que, na fronteira Argentina, foram desarmados 1.226 homens que venderam as armas aos Paraguaiois. Está também publicado uma carta noticiando a prisão do Cassildo Carrion, Côns[ul] [fl. 100v.] Oriental e Dr. Libio Vinhas, Chefe Castilhista, pelo Coronel Carlos Telles. Esta prisão oferece grandes comentários. Corre com insistência a morte do Dr. Ângelo Dourado, dedicado médico que fez toda a expedição do Rio Grande a Paraná e Santa Catarina e

regressou em companhia do Gumerindo. Diz a Federação que o seu cadáver foi encontrado entre os mortos no encontro que teve Aparício com José Gabriel, na Cruz Alta, e reconhecido pelos prisioneiros. O "Deber" publica também a ordem do dia de Xaxá Pereira de 10 de agosto sobre o combate que teve com Alexandrino de Alencar e outros, na Serra do Rincão de Santo Antônio, pela qual se depreende que fora derrotado. Telegramas de Jaguarão continuam afirmando morte Gumerindo.

22 de setembro. Disse-me o General Guerreiro e confirma General Salgado que o seu exército, quando desembarcou em Castilhos, não recebeu recurso algum e que seguiu para Montevidéu de conta do Governo Oriental, que os 1.600 pesos colhidos por Ramão Silveira foram por estes entregues ao Gaspar Martins.

23 de setembro. Chega por conduto da fronteira que Ramão Ferreira, castilhista, apresentou-se em Bagé com 20 homens oferecendo os seus serviços. [fl. 101] Telles o mandou meter na cadeia e dispersar os seus 20 homens. Parece que estes fatos que para mim não tem por enquanto explicação obedecem a algum plano político. Em todo caso, espero a confirmação dessas notícias e o procedimento do governo em relação a eles. O "Siglo" de 21 traz a seguinte notícia transcrita de uma correspondência, que se atribui ao secretário de Gumerindo: que na tarde de 10 de agosto, indo esse herói aos piquetes da retaguarda, onde se tiroteava, foi atingido por uma bala que lhe atravessou o peito, falecendo as 3 horas da madrugada. Conhecendo seu estado, Gumerindo reuniu todos os chefes e pediu que reconhecessem a seu irmão, Aparício, como seu chefe por ser o mais antigo e ter grande merecimento, que se aproximasse este à fronteira oriental, onde podia operar devidamente com o seu exército, até 15 de novembro. Que se Prudente assumisse o governo, depusessem as armas e cada um se retirasse a sua casa, mas se Floriano continuasse a ditadura, que sustentassem a revolução. Terminou dizendo: "Se ouvires dizer que fui ou que sois separatistas, desmenti aos que tal afirmem e fazeis saber por todas partes que a única causa de nossa revolução é precisamente o sermos muit[o] brasileiros, muito partidários do engrandecimento de nossa pátria e não queremos consentir que a imposição de um governo bárbaro e despótico a denegrisse, burlando da liberdade do sufrágio no [fl. 101v.] Rio Grande. Adeus companheiros, não olvideis e tenhais valor." O combate de 6 de agosto em que morreu o Coronel Pilar, comandante da brigada policial, teve lugar no Povinho do Boqueirão, com as forças

do Coronel revolucionário Inácio Cortes, que diz Piratinino de Almeida, em telegrama, também morreu no combate. Esse telegrama está publicado no "Diário Popular".

24 de setembro. O câmbio subiu mais $\frac{1}{4}$. Parece que está restabelecida a confiança no Rio.

25 de setembro. O "Siglo" traz uma carta com data de 10 do corrente do Rio, em que seu autor procura descobrir os planos ditatoriais do Floriano. Mas o câmbio, que é o verdadeiro termômetro político, subiu, dessa data, muitos pontos e no dia 22, abriu-se no Rio a $12 \frac{1}{2}$, baixou a $12 \frac{1}{4}$ e fechou-se á $12 \frac{1}{2}$ - As £ foram negociadas em Montevidéu nos dias 21 e 20 a 19\$400 e 19\$600. Telegramas de Posadas de 21 dão a chegada do Dr. Lavrador Chefe do Estado Maior de Gumercindo e Cesário Saraiva que emigraram com 1:500 homens, tendo comido os cavalos. No dia 21, chegou a Corrientes o Dr. Hungria e conta que no dia 10 de agosto as 3 horas da tarde, indo Gumercindo observar a posição do inimigo, a grande distância, recebeu uma bala *Mannlicher* que atravessou-lhe o pulmão e cravou-se-lhe na espalda, que Gumercindo só falou [fl. 102] para recomendar ao seu irmão que não esquecesse a revolução, que logo após a sua morte todos os chefes perderam a cabeça, com exceção do Aparício. Prestes e Dinarte dissolveram a gente e emigraram para Corrientes. Aparício marchou para o Ibicuí, cuja passagem ia tentar mas teve de retroceder, por estarem tomados pelo inimigo, e seguiu rumo da Cruz Alta ,perseguido por Lima e Pinheiro Machado. Que no dia 26 de agosto ,depois de um combate, conseguiu entrar na cidade onde proveu o seu exército do necessário e seguiu marcha para a Palmeira, mas que no dia 31, ao chegar aos Campos Novos, teve de dar combate ao inimigo, e que fez com vantagem, podendo distanciar-se enquanto ele reparava os estragos que s[ou]frera, que desse ponto mandara Torquato Severo tomar a Colônia Militar, cuja guarnição fugiu para os matos e chegados ao Cerro Agudo começou por aí a passagem do Uruguai, protegida por Aparício em pessoa que foi o último a passar. E assim se desfez um exército vitorioso, que no meio de todas as privações sem munições ou recursos de espécie alguma, depois que penetrou no Rio Grande, não pode resistir à perda do seu chefe e teve de dissolver-se sempre perseguido pelo inimigo ao qual, afinal, não podia combater emigrando, [fl. 102v.] mortos de fome, completamente nus, comendo na marcha os cavalos que montavam!

28 de setembro. O Siglo traz telegrama de 25 do Rio de Janeiro Câmbio a 22 peniques – As £ cotizavam-se nesse dia em Montevideú a 20\$000. Em telegrama de hoje diz o correspondente do “Deber Civico” que o Coronel Domingos Rodrigues Ribas confirma quanto se tem dito sobre a morte de Gumercindo, que o seu corpo foi mutilado e esquartejado e as orelhas salgadas remetidas ao Dr. Julio de Castilhos. Que telegramas oficiais dão as forças do Hipólito disseminadas desde Pay Passo até a Coxilha Negra, que as de Paula Castro, Lima e Pinheiro Machado, marcham também sobre a fronteira argentina e Oriental para guarnecê-la. Publica também a parte oficial do Coronel Luís Barcellos que opera entre Caçapava e S. Gabriel dando conta dos encontros que teve com o inimigo nos dias 4 de agosto em Caçapava, o qual derrotado, internou-se nos matos de Santa Bárbara deixando 5 mortos e muitos feridos. No dia 2 <de setembro> proximidades de S. Gabriel retirando-se o inimigo para a cidade, voltando no dia 3 às 10 horas da manhã, com cerca de 200 homens, deu-lhe combate no Mudador destruindo completamente o inimigo que fugiu para S. Gabriel atirando-se a nado no Rio, conseguindo [fl. 103] ir a ponte somente oito dos fugitivos, deixando no campo 14 mortos, entre estes 8 oficiais, que não prosseguiu no ataque porque o General Menna Barreto estava com uma brigada entrincheirado na cidade. Decidiu desse combate uma carga de lanceiros em pêlo. Comunica mais Barcellos, que a sua Divisão conta um ativo de 800 homens. Telegramas da Rivera disseram que ontem os federalistas começaram a invadir novamente, e que lhes fora apreendido caixões com munições *Winchester*.

29 de setembro. No dia 26 do corrente, o General Piragibe a frente da Divisão Santanense com 1.500 a 1.800 homens, acampou no Poncho Verde, incorporando-se ao General Tavares e Coronel Zeca Tavares, em marcha para o Piraí, onde se acha o exército de Sampaio composto das três armas. É possível uma batalha em poucos dias. O Coronel Estácio Azambuja reúne nas imediações do Aceguá. Quinca Grande e Adão estão com 200 homens próximo a Canhada dos Burros.

30 de setembro. Carta do Coronel Estácio Azambuja, datada de 28 do corrente, confirma que Piragibe está no Poncho Verde e hoje deve, incorporado ao General Tavares, atacar Sampaio no Piraí.

1º de outubro. O câmbio no dia 28 desceu a 11 ½. Continua oscilando. Em virtude disso as £ eram negociadas a 21\$600 [fl. 103v.] Alexandrino continua com a sua força na Serra e dizem da Rivera que Dinarte Dornelles opera sobre o Ibicuí com uma forte coluna.

3 de outubro. Por telegramas da Rivera datados de 28 e publicados no “Siglo” sabe-se que Ulisses Reverbel invadiu pela Coxilha Negra, com Bento Xavier e Chiquinote, que Gaspar Barreto, Fidélis e Ventura Martins, entraram por Upamaroti, que Hipólito já se acha nas proximidades de Santana com o intuito de bater os invasores, que Pina e Maneco Machado chegaram a Palomas para proteger os invasores. O Coronel Zeca Tavares passou na Serrilhada com 800 homens. O total das forças revolucionárias na fronteira desde Aceguá até Livramento, incluindo a divisão do Coronel Luís Barcellos, deve ser aproximadamente de 4.000 homens. Diz-se que Ulisses, ao passar, tomara 1.000 cavalos destinados ao General Hipólito.

5 de outubro. Telegramas de Santo Eugênio dizem que Dinarte Dornelles fora derrotado no Ibicuí, perdendo 300 homens, internando-se pelos matos com o resto de sua gente. Se isto é verdade, é falso que tivesse dissolvido as suas forças e emigrado logo após a morte de Gumercindo Saraiva. Constava em Montevidéu que [fl.104] Aparício Saraiva estava em Corrientes em viagem para Buenos Aires. Constava em Montevidéu que o Almirante Saldanha pretendia assaltar a esquadrilha que está no Uruguai. É o cúmulo da indiscrição! O Governo Oriental concedeu licença ao brasileiro para transitar pelo seu território armas e munições para as forças governistas no Rio Grande. São estas as notícias transmitidas em telegrama ao “Deber Civico” pelo seu correspondente em Montevidéu.

6 de outubro. O General Piragibe, em conseqüência de uma queda que levou de um cavalo, retirou-se para Montevidéu, passando o Comando da divisão ao Coronel Ulisses Reverbel. Notícias do Rio atribuem a alta do câmbio a transações com banqueiros ingleses para a venda das estradas de ferro brasileiras, e empréstimos para a estrada oeste de Minas e outras operações de crédito. Nada disto valerá, porém, se o Prudente não assumir o Governo no dia 15 de novembro.

7 de outubro. A escassez de notícias da fronteira faz crer em obstáculos que surgiram logo depois de feita a invasão.

8 de outubro. O “Siglo” traz um telegrama de 5 do corrente transcrevendo trechos da Mensagem do Floriano e as apreciações [fl. 104v.] de imprensa: a revolução custa ao país 165.000 contos (!), o Vice-Presidente reconhece que as autoridades cometeram muitos atentados, não em número tão crescido como dizem os adversários do governo, mas em tempo de revolução não se pode exigir a mesma

circunspeção que quando reina tranqüillidade (!!)

As mensagens não produzem sensação e dizem os diários que o Floriano quis, antes de deixar o poder, justificar-se e salvar a responsabilidade dos seus partidários. Bem diz o Senador Coelho Rodrigues que o Vice-Presidente só se pode salvar da responsabilidade com uma anistia geral. Telegramas do Alto Uruguai dão a emigração e submissão de 700 homens de Aparício Saraiva, 2 generais e muitos coronéis e oficiais. "El Dia" de 2 do corrente diz que o Dr. Alfredo Gama, filho do Barão de Batovi, e o Dr. Luiz Murat requereram habeas-corpus. Parece, a verificar-se esta notícia, que nem todas as notícias transmitidas de Santa Catarina são verdadeiras.

10 de outubro. Acaba de chegar, em diligência, de Artigas o 1º Tenente Delamare, com o nome de Dr. Chopart, comissionado pelo Almirante Saldanha junto aos chefes militares da fronteira. Telegrafou em cifra ao Almirante pedindo armas, munições, crédito para roupa para 1.000 homens. [fl. 105]

11 de outubro. Seguiu para o Aceguá o 1º Tenente Delamare, a quem dei cartas para o Vitor Torres e Maneco Farinha.

18 de outubro. Por telegramas do "Siglo" sabe que o 11º de Infantaria que estava com o Menna Barreto chegou a Pelotas no dia 2 do corrente, bem como uma ala do batalhão de engenheiros, e parte do 2º Regimento de Cavalaria. No Rio, embarcou para o Sul um batalhão de Guardas Nacionais comandados pelo Coronel Savaget. Chegou da fronteira Delamare que tem estado em correspondência telegráfica com Saldanha, desde que chegou, pedindo armas, munições, roupa e arreios. O Almirante prometeu mandar tudo.

28 de outubro. Pelas diligências chegadas nada veio de Montevidéu, apesar de ter dito em telegramas o Almirante Saldanha ao seu representante Delamare que tudo vinha pelo conduto indicado (entregue aos maiores da linha das diligências apalavrados por mim). Carta do mesmo Almirante para Delamare diz: "A invasão que se fez não é uma operação a fundo, é uma diversão. O corpo que invadiu terá de ser dissolvido para evitar encontro." Isto não é sério! Não se convida e faz-se entrar [fl. 105v.] amigos em uma invasão por simples diversão, com promessa de armas e munições e recursos de toda espécie, para obrigá-los a dissolverem-se logo depois, estragados os cavalos, obtidos pela iniciativa de cada um dos chefes militares, sem esperanças de podê-los substituir mais tarde. E admira que o Almirante Saldanha tenha

escrito estas linhas que li e transcrevo. Embarcou no Rio o 17 batalhão para o Rio Grande e ficou em aprontamentos mais um batalhão de Guardas Nacionais.

22 de outubro. Chegou de Artigas o oficial de marinha Pio Torelli, enviado do Saldanha. É um louco leviano. Mostrou-me uma carta em que o Almirante confirma o que disse sobre a invasão a Delamare e acrescenta que o exército de Piragibe dividiu-se em três colunas, para operar independentemente. Conforme o telegrama de Saldanha sobre ponchos, falei Acevedo e Cia. que os fizesse por 4.50 e calça e camisas por 1.40.

23 de outubro. Carta do General Tavares comunica que, tendo fracassado o plano sobre a esquadrilha, a divisão de Santana dividiu-se em 2 colunas, uma sob o comando do Cabeda, operará sobre Quaraí, outra, sob o de Maneco Machado, sobre Caverá. O Coronel Zeca, com uma forte divisão, [fl. 106] 700 homens com Fidélis, Gaspar Barreto, Scott, Adão e Quinca Grande operará sobre Bagé e Candiota procurando novas incorporações, batendo qualquer força inimiga com objetivo de tomar munições. O General pede para, entre os amigos, obtermos munições *Remington* e *Winchester*.

24 de outubro. Seguiram para o Vitor Torres 6 fardos com roupa e arreios para serem entregues ao Coronel Ladislau Amaro. Para a gente do Estácio, que já está organizada esperando recursos para operar, nada veio ainda. Segundo as notícias que tive da fronteira, Ladislau só tem um pequeno grupo de 40 homens do outro lado, sobre as margens do Jaguarão, esperando a incorporação do Marcelo, de Santa Vitória, que aliás mandou dizer ao Coronel Estácio vinha incorporar-se a ele. É o que me referiu o Major Nique Ramos.

27 de outubro. O telégrafo anunciou hoje a revolução em Pernambuco, com a deposição do Governador, ocupando os revolucionários a capital do Estado. Sigo amanhã para Montevidéu.

30 de outubro. Em Montevidéu, nada se sabe de novo com relação a Pernambuco. Assevera-se que as tropas tiveram ordem de não saírem dos quartéis. Dão, os diários, notícias de um combate no Passo da Areia no Ibicuí, entre tropas [fl. 106v.] governistas e as do Ismael e Ribeirinho. Amanhã sigo para o Salto. Saldanha está em Buenos Aires.

4 de novembro. <No Salto> Disse-me o Capitão Tenente Carvalhaes que, quando intentou seguir para o Rio Grande com o "Bahia" e Tiradentes, em virtude de combinação com Maciel e Silveira Martins, foi chamado à Legação pelo Ministro, o qual referiu que o Deputado Bachine viera por mandado do Presidente da República prevenir, que Silveira Martins lhe mandara dizer pelo Senador Ramos (ou Deputado?) de que não fizesse caso de qualquer movimento que houvesse no porto à noite passada, porque eram os navios brasileiros que iam para a revolução. Disse-me o General Salgado que o General David Martins, chegado ontem da fronteira de Quaraí, lhe dissera que em Santo Eugênio faltam armas, munições e cavalos para a gente que quer invadir, que Ulisses dissolvera a sua força e entregara os cavalos ao Maneco Machado que, como ele, estava sem cavalos montados.

6 de novembro. Chegou Rafael Cabeda de passagem para a Rivera. Leva alguns recursos para comprar 600 cavalos. Chegou da Concórdia, o Retumba, que segue para Buenos Aires, segundo diz a chamada do Saldanha. Assevera que a <nossa> gente de Corrientes está muito [fl. 107] animada, pronta para invadir bem armada e municada (!), que não há mais dificuldades para o trânsito de armamento e munições. É falso que Ulisses tivesse tomado 1.000 <cavalos> ao passar a linha divisória como comunicaram em 3 de outubro.

14 de novembro. Cheguei de Valentim encontrando a notícia do Combate das Traças no dia 6 do corrente. Zeca Tavares carregou a lança no quadrado formado pela infantaria de Cipriano Correa, da 2ª Brigada Policial do Estado, rompendo-a, aniquilou-a, só se escapando 50 homens dessa força, tomando armas, munições, cavalhadas e um estandarte. A parte oficial está publicada no "Siglo" de ontem. A 1ª Brigada Policial, comandada por Pantaleão Telles, que estava acampada na Invernada do Camaquã, ao ter conhecimento da chegada de Zeca no dia 4 ao Limoeiro, (1 ½ léguas de distância) levantou acampamento nesse mesmo dia às 4 horas da tarde e, pela estrada do Alves Branco, seguiu rumo de Bagé, tendo incendiado a casa do Barão de Santa Tecla em sua passagem pelo Boqueirão. A casa do [fl. 107v.] Zeca também foi incendiada pelas forças do Governo.

16 de novembro. Tomou posse do Governo o Prudente de Moraes. O seu ministério, habilmente escolhido, indica as boas intenções do novo Presidente que distanciou-se, com elas, dos moldes políticos do Floriano, que não apareceu na posse, dizendo-se doente. Estará de fato? Saldanha da Gama disse-me que todas as dificuldades estavam

vencidas para a passagem do armamento para a gente que emigrou pelo Alto Uruguai, que tem mandado munições para Melo, e que incumbiu ao Vitor Torres e Maneco Farinha a compra de cavalos.

17 de novembro. Disse-me o General Piragibe que as forças de Santana que estavam em Upamaroti só tinham 400 armas de fogo, mais ou menos, com 20.000 tiros, que para as forças do Zeca Tavares foram mandadas umas 20 carabinas *Winchester* e pouca munição. Mostrou-me também uma carta da Rivera aconselhando-o que lá não fosse porque a casa em que parara já [fl. 108] tinha sido revistada pelas autoridades que o procuravam por toda parte para prender. Parece portanto que nem todas as dificuldades estão vencidas como parece ao Almirante.

18 de novembro. A bordo do *Vênus* em viagem para Montevidéu, disse-me o Almirante que precisavam coletar recursos para a revolução entre os brasileiros federalistas residentes nesta República. Dei-lhe os nomes dos mais abastados e de alguns emigrados com fortuna que poucos ou nenhum sacrifício têm feito. Disse-lhe também que há uma despesa, em Melo, que tem corrido de minha conta somente, qual a do suprimento aos amigos que vão ou voltam da campanha e pedi-lhe que, se a revolução contava com recursos, me aliviasse dela, porque eu estava esgotado. Respondeu-me que por enquanto não podia atender-me por faltarem os meios, mas que mais tarde atenderia ao pedido.

19 de novembro. Em Montevidéu encontrei novos telegramas comunicando que Prudente convidara a Castilhos a resignar o poder, como meio de pacificar o Estado, e que mandara entregar ao Lloyd os navios que estavam em poder do Floriano. Chegaram [fl. 108v.] hoje da Rivera, Lídio Soares e Major Gamarra, dizendo que há 3 dias as forças de Zeca Tavares se tirotearam nas Pontas de Upamaroti com as de Pantaleão Telles, que Sampaio mandara de Santana o 5º e 4º Regimentos de Linha em proteção a Telles.

20 de novembro. Telegrama do Rio publicado na "Razon", diz que surgem dificuldades para a renúncia de Castilhos. Não se verifica o tiroteio de Zeca Tavares em Upamaroti, visto achar-se este no Aceguá onde passou os feridos do combate das Traíras para o Estado Oriental. Pantaleão Telles, ao chegar a Aceguá, não encontrando Zeca Tavares, invadiu o território Oriental, atacou a sub-receptoría, deu busca, tomou armas, cometendo as suas forças todas a sorte de violências.

23 de novembro. Cheguei a Melo e fiz próprio ao Zeca Tavares pedindo informações sobre o estado de suas forças e das ocorrências que tiveram lugar em Aceguá, depois da passagem dos feridos. Ladislau Amaro conserva-se no passo do Centurião, Estado Oriental, tendo recebido armas, munições arreios e roupa. Burlamaque continua [fl. 109] em Artigas, apesar de suas contínuas comunicações que vai invadir a frente de 200 ou 300 homens.

24 de novembro. Carta chegada hoje da fronteira avisa que Pantaleão Telles recebera ordem de recolher-se a Bagé. Do Coronel Zeca Tavares recebi a seguinte carta: "Acabo de chegar encontrando a tua carta de 23 que respondo imediatamente. Não é exato que eu tivesse dispersado a força, é verdade que, por falta de cavalos, me vi em crítica situação na linha. Cercado por forças inimigas das três armas, fui obrigado a passar à noite para este lado (Estado Oriental). Porque estava completamente a pé, fiz seguir o General Gaspar Barreto com a gente melhor montada, dispersando-se alguns soldados ao passar o Rio Negro, a rumo da Serrilhada. Barreto incorporou-se com o Pina e, por ordem do General, marcharam para o centro em marcha batida. Eu fiquei em arranjos de cavalos, mandei ao Amaral e a outros amigos e, quan[do] segui a reunir-me à força esta, como disse, [fl. 109v.] tinha marchado, ficando eu cortado. Munições, tenho 15.000 tiros, mas o cavalo que é hoje o elemento principal está faltando, dificultando as operações contra o inimigo. Quando cheguei à linha, cercado pelo inimigo e a pé, o Estácio Azambuja não estava pronto para ajudar-me a bater o inimigo e teve também que passar para este lado, de modo que me vi completamente só. Demoro-me alguns dias em busca de cavalos para repassar, e logo que a minha força esteja na fronteira me reunirei a ela. Adeus. Saudades."

28 de novembro. Telegrama do Saldanha comunica que Aparício entrou pelo Alto Uruguai, no Rio Grande com 2.000 homens das três armas. É isto o que me comunicou Delamare. Afinal, passou também Burlamaque com 120 homens a incorporar-se com Estácio Azambuja. Vasco Amaro passou com 80 homens a incorporar-se com o mesmo chefe, que deve estar com 500 e tantos combatentes.

30 de novembro. Consta que uma força saiu de Jaguarão [fl. 110] comandada por Zeferino <Lopes de Moura> e De Deus Dias, provavelmente a bater o Estácio que está na estância da Bela Vista em Candiota. Hoje encerra-se o Congresso Nacional sem que tenha tomado medida alguma tendente a pacificar o Rio Grande. Sampaio chegou a Upamaroti com seu exército a rumo de D. Pedrito.

1º de dezembro. Não se verifica a chegada do Sampaio a Upamaroti. O Congresso prorrogou as sessões até 10 do corrente. O General Tavares tendo notícia que Gaspar Barreto mal montado e mal municiado achava-se em S. Luiz. Ameaçado de ficar sitiado pelo inimigo dividido em 3 colunas, marchou imediatamente a incorporar-se com ele, levando 10.000 tiros e 55 cavalos que tinha disponíveis. À frente dessa força marchou imediatamente pelo Vacaiquá a fazer junção com o Pina e Barcellos <em Upamaroti>, cuja força municiou e mandou estender linha de batalha ao inimigo, que os vinha perseguindo, no lugar denominado Três Vendas, O inimigo porém retrocedeu e foi acampar na estância do Camargo em Poncho Verde. [fl. 110v.] Então o General Tavares deu ordem ao General Pina que, com essa força, fosse incorporar-se à coluna do Maneco Machado no Caverá e esperar a coluna que devia passar pelo Uruguai. O General Tavares está na fronteira organizando outra coluna com os elementos que está recebendo. No dia 13, o General remeteu 9.000 tiros para o Aceguá. Dr. Nicanor seguiu para Centurião levando 10.000 tiros e algumas armas para a força do Estácio. Ontem, Zeferino de Moura, que saiu de Jaguarão para dispersar as nossas forças, se tiroteou com as forças de Burlamaque e Ladislau que procuraram incorporar-se a Estácio. Este, avisado por Ladislau, marchou ao encontro do inimigo que, ao avistar o socorro esta manhã, entrincheirou-se na casa forte e mangueiras que tem Zeferino na barranca do Rio Jaguarão, sendo sitiado pelas nossas forças em número de 500 e tantos a 600 homens. Ao meio dia de hoje, era esta a situação das forças. Parece que a Zeferino só resta o recurso [fl. 111] de emigrar ou antes passar suas forças para este lado com a proteção da G. Oriental, salvo se vier recursos de Jaguarão em número tal que não possa ser batido.

7 de dezembro. Hoje, escrevi ao Almirante longamente, dando a situação de nossos companheiros na fronteira e transmitindo o pedido de armas, munições e cavalos feito pelos Coronéis Mércio Pereira e Zeca Tavares.

10 de dezembro. Carta do Coronel J. P. Salgado datada de 7 para Acevedo diz remeter pela diligência Gordillo. Chegada hoje 12 carabinas e 8.000 tiros para o Coronel Zeca Tavares. Gordilho, porém, disse-me nada ter trazido. Os jornais "Siglo" e Razon trazem telegramas anunciando a vinda de emissários de Prudente para tratarem da pacificação do Estado.

11 de dezembro. Cópia da carta que o Coronel Zeca Tavares dirigiu ao General Guerreiro quando em marcha para a fronteira: "Acampamento em marcha 14 de novembro de 1894. (Banhado da Carpintaria) Amigo e Sr. General Guerreiro. Recebi sua atenta e preciosa carta da qual foi portador o meu secretário, o Capitão Zeferino Costa [fl. 111v.] Júnior. Desejo-lhe muita tranqüilidade e completo restabelecimento. Ansiosamente, espero a sua chegada, que penso trará inúmeros benefícios para nós. Já existem muitas pretensões e descontentes. Em cada canto se encontra uma pretensão a comando de divisão. A sua presença e, por conseguinte, o seu comando como General virá, provavelmente, trazer-nos harmonia e mais acordo entre as forças que estão pela linha, que se reuniram e se agruparam em torno de si, formando número respeitável para podermos opor resistência tenaz e dar combate, com mais probabilidade de bom êxito ao inimigo que está entre Piraí e Rio Negro. Já deve estar informado do combate que dei ao inimigo nas Traíras, custando-lhe tremenda derrota. No "Deber Civico" mandei publicar a minha parte oficial. Espero-o, pois, com ansiedade. Abraça-o com cordial estima e considerações. Vosso amigo, [fl. 112] atencioso cordial obrigado José Bonifácio da Silva Tavares."

13 de dezembro. Apesar da carta do Coronel Joaquim P. Salgado a mim e ao Acevedo, datadas de 10 dizendo remeter 18 carabinas e mais 2.000 tiros que com os 8.000 remetidos pela diligências de 8 formavam 10.000, nada veio também nesta diligência para o Coronel Zeca Tavares, mas vieram 20 carabinas e 8.000 tiros para Zeferino Silveira. À carta do Coronel Salgado dei hoje a seguinte resposta: "Amigo e Sr. Coronel J. Pedro Salgado. Acabo de receber a sua carta de 10 do corrente, falando-me em remessa de armas para o Coronel Zeca Tavares, também pelo Sr. Acevedo me foram mostradas as suas cartas de 7 e 10 do corrente, falando-me em remessa de 12 carabinas e 8.000 tiros pela diligência de 8, e em 18 carabinas e 2.000 tiros remetidos pela diligência de 11 neste momento chegada. Nem em uma nem em outra ocasião vieram armas e munições para o Coronel Zeca Tavares, porque agora, como sempre surgem denúncias ou dificuldades, desde que se trata de enviar-lhe recursos bélicos. Entretanto, chegaram as 20 carabinas e 8.000 tiros que, não obstante a denúncia, são remetidos ao Sr. Zeferino Silveira. Peço-lhe o favor de não escrever-me mais sobre [fl. 112v.] assuntos da revolução e remeter as encomendas a quem tiver melhor estômago. O meu já está gasto. Subscrevo-me com apreço e consideração, atencioso amigo patriota obrigado F. da Silva Tavares."

16 de dezembro. Delamare fez seguir para o Coronel Zeca Tavares 20 armas e 3.000 tiros. As forças de Mateus Collares devem chegar à linha do dia 20 a 24 do corrente. Essas armas são as vindas para Zeferino Silveira.

19 de dezembro. A Razón de 15 e os Siglos de 14 e 15 trazem telegramas do Rio que se resumem assim: o Congresso concederá pensão às viúvas dos oficiais fuzilados por ordem do Floriano. Os florianistas conspiraram pela ditadura deste, foram descobertos e estão sob as vistas da polícia. Por pedido do Senado, o Governo ordenou ao Chefe de Polícia que apresentasse com urgência a relação nominal das pessoas desaparecidas durante o governo de Peixoto. O Poder Executivo, sob a presidência de Prudente de Moraes, tomará definitivas resoluções sobre a pacificação do Rio Grande. Os mesmos jornais, vindos pela diligência de 13, trazem a notícia da derrota e aniquilamento da força castilhistas comandada por Fidêncio, na Soledade, cuja região é dominada pela coluna do Coronel Veríssimo. Entre os [fl. 113] poucos que conseguiram escapar conta-se Júlio Cardoso, ajudante de Fidêncio, que chegou a Porto Alegre com aquela notícia. Santos Filho fugiu à derrota, entrincheirando-se no Passo Fundo. A coluna governista do Coronel Zeferino Moura recolheu-se para Jaguarão. A fronteira está completamente livre aos revolucionários.

31 de dezembro. Ao regressar da fronteira encontrei os telegramas de 26 do Rio a "Razão" que fizeram desaparecer toda a esperança de intervenção pacificadora por parte de Prudente de Moraes. Moura embarcou com 1.000 homens no Santos para o Rio Grande. O motivo que dá Prudente para continuar a faina destruidora do Floriano, segundo esses telegramas, é infantil. Diz "O Presidente da República crê que a revolução nesse Estado (Rio Grande) se descaracterizou pela intervenção nela dos elementos derrotados do Rio de Janeiro e que nada tem que ver no assunto, a não ser buscar um pretexto para iniciar por ali um movimento nacional e reacionário. O Dr. Moraes manifestou, no acordo de ministros essas idéias e que se acha disposto a sustentar o Dr. Castilhos: " Seguirão hoje para [fl. 113v] o Coronel Mércio Pereira 24 *Winchester* e 200 tiros para cada arma. Chegou das Palmas o Tenente Coronel Mateus Collares, com 380 homens, e incorporou-se ao Coronel Zeca Tavares, que está atualmente com 500 e tantos homens, 200 armas de fogo e 12.000 tiros. Há falta de lanças e cavalos. O Coronel Zeca espera ainda outras incorporações. O General Guerreiro, com cerca de 700 homens, está no Arroio Grande protegendo

a incorporação do Tenente Coronel Carolino Amaral que está em Santa Isabel. A vanguarda de Guerreiro tomou na Maria Gomes 600 cavalos. O exército desse General com a incorporação de Zeca e Mércio ficará de 1:700 homens. Seguiu para Palmas e Camaquã o Major Jerônimo Jardim (vulgo Jerônimo Bica), comissionado pelo Coronel Mércio para reunir o seu corpo. Este coronel seguirá logo (para aquelas paragens) que receba os recursos que está esperando: armas, munições, e cavalos.

1895

7 de janeiro. Chega de Artigas notícia que Estácio Azambuja tomou Santa Isabel fazendo muitos prisioneiros e causando muitas baixas [fl. 114] ao inimigo. Não chegaram as armas e munições esperadas pelo Coronel Mércio que continua em sua estância do Aceguá.

10 de janeiro. O Coronel Zeca Tavares incorporou-se ao General Guerreiro. Consta que as forças de Pantaleão Telles e Elias Amaro chegaram ao Rio Negro, estância de Santa Tecla. É provável um encontro com as forças de Guerreiro. Chega comunicação de que Pina bateu a vanguarda de Elias, nas Três Vendas, mas vendo-se cercado por forças do Telles, Sampaio e Elias, teve de passar a linha, ocultando o armamento, que foi denunciado e apreendido por Telles.

14 de janeiro. Regressei da fronteira. As forças governistas seguiram rumo do Espantoso, no Rio Negro. Calcula-se em mais de 1500 homens das três armas. São comandados por P. Telles e Elias Amaro.

15 de janeiro. Telegrama de 11 para o "Siglo" comunica que por Quaraf se está travando 2 combates: um entre as forças de Aparício e as de Hipólito e outra entre as de Piragibe contra Sampaio, João Francisco e Paula Castro. Em Santana, ficou apenas uma pequena guarnição.

[fl. 114 v. em branco]

[fl. 115]

<1895>

16 de janeiro. O Coronel Zeca Tavares no dia 12 do corrente fez junção com o General Guerreiro no rio Jaguarão, ficando essa coluna revolucionária com 1.200 homens aproximadamente. Seguiu o Capitão Zeferino Costa para o exército de Guerreiro na qualidade de secretário do Coronel Zeca. De Montevidéu não tem vindo mais recursos bélicos para a coluna que opera nesta fronteira. Até este momento não veio confirmação dos telegramas da Rivera e Santo Eugênio, noticiando combates entre Piragibe e Sampaio, Aparício e Hipólito. Ontem à noite, houve reunião popular na praça da Constituição para protestar-se contra as violações do território oriental e atentados nele cometidos pelas forças do governo em operações no Rio Grande. Os discursos foram violentos, pretendendo-se arrancar o escudo brasileiro da Legação e arrastá-lo pelas ruas. Ficou acertada nova reunião para hoje. O governo acaba de proibir nova reunião, por enquanto, e dizendo que tinha enviado a Legação brasileira e esperava resposta. [A ver-]dade é que esse governo se contentará com qu[alquer] coisa, como aconteceu com o assassinato [do] [fl. 115v.] Tenente Cardoso por João Francisco que continua no comando de forças castilhistas.

18 de janeiro. Telegrama de Buenos Aires diz que Saldanha e Gaspar saíram daquela cidade com rumo desconhecido. É provável que tenham se incorporado a Aparício Saraiva para invadir. Carta confidencial do Rio, hoje lida, assevera que se trata, com probabilidade de êxito, da pacificação do Rio Grande, e se diz que dentro de 60 a 90 dias ela será feita com o General Tavares. Dentro desse prazo, deverá ferir-se muitos combates que podem decidir da sorte dos revolucionários e talvez da sorte do governo do Estado.

20 de janeiro. O Coronel Zeca Tavares, gravemente doente do fígado e gastralgia, recolheu-se para o Palheiro, onde está em tratamento. Sua divisão ficou sob o imediato comando do General Guerreiro. Hoje, seguiu o Tenente Zeca Alves com medicamentos para o Coronel.

23 de janeiro. No Rio, foi publicado o abaixo-assinado da população pedindo a pacificação do Rio Grande. O número de assinaturas é de milhares dos mais conceituados cidadãos que possui o Rio.

[fl. 116]

25 de janeiro. O Coronel Zeca Tavares, doente no Palheiro, remeteu-me a carta do Almirante Saldanha, datada da estância de Galvão Machado, em 21 do corrente, em Corrales, pedindo o seu pronto regresso ao exército, agora que tem de iniciar-se sérias operações, tornando-se indispensável o seu consento. Segue para o Palheiro o Dr. Nicanor Peña a examinar e medicar o Coronel. Nessa Carta diz Saldanha estarem reparados os desastres sofridos por Pina. Noticiam de Montevidéu que uma comissão militar embarcou para visitar o Rio Grande e aqui dentro de pouco tempo estará feita a paz naquele Estado. Um telegrama do Rio para o “Diário do Rio Grande” também diz que brevemente se fará a paz. Consta que forças do General Guerreiro reconcentraram-se.

29 de janeiro. Pessoas chegadas na diligência de Bagé noticiam a derrota do Pantaleão Telles nas Cacimbinhas pelo General Guerreiro, e que Telles derrotado, veio em trem das Pedras Altas para Bagé, regressando mais tarde para aquele ponto.

1º de fevereiro. “El Deber Civico” publica hoje a [fl. 116v.] derrota do P. Telles que lhe foi transmitida por pessoa fidedigna, em carta do lugar do combate do qual foi testemunha presencial. Conta foram tomados muitos armamentos e munições escapando-se Telles milagrosamente depois de ter a mão do cavalo em que montava quebrada por bala. Publica também, traduzido do Jornal do Comercio do Rio, a narrativa de Anfrisio Fialho da entrevista que teve com o General Tavares na fronteira, na qual o General acentuou bem: 1º que preferia a separação à restauração; 2º que a revolução continuará, ainda que com pequenos grupos nos municípios, enquanto estiver no governo do Rio Grande um castilhistas; 3º mandou dizer ao Saldanha que agora que estão bem preparados devem evitar uma peleja decisiva e só brigar para derrotar o inimigo; 4º que nenhuma prevenção tem com Prudente de Moraes, mas duvida que ele possa fazer paz; 5º que pelos documentos tomados no Rio Negro se prova que todo o dinheiro remetido para pagamento das tropas patriotas Castilhistas era dividido entre dois ou três Chefes principais; 6º que, [fl. 117] enquanto houver dinheiro para essa gente enriquecer, a revolução durará, isto é, não se fará a paz. Nos Jornais de Montevidéu, vem notícia do Rio dizendo que Prudente convocará o Congresso para Março e na Mensagem que apresentar declarará que seu governo é de paz e que trata de normalizar o Estado do Rio Grande. Este palavrão da época ou traz formigueiro no bojo ou nada significa senão mistificação.

3 de fevereiro. O “Siglo” e “El Dia” trazem telegramas de Buenos Aires noticiando que seguem ativas as negociações entre S. Martins e F. Abbott para a pacificação do R. Grande e acrescentam esses diários que cartas particulares daquela procedência asseveram que o acordo está próximo a ser assinado. Telegramas do Rio dizem que essa gestão e outras que se procedem no Rio têm aprovação do Prudente. Esta gestão entre particulares há de produzir os seus frutos. Telegramas do Rio de 30 dizem que na noite de 29, estalou a sublevação florianista-jacobina com o intuito de proclamar a ditadura de Floriano, sendo abafada em seu começo. Hoje mesmo [fl. 117v.] comuniquei estas notícias ao Coronel Zeca Tavares para transmiti-las ao General que, consta, está no Palheiro.

5 de fevereiro. Recebi hoje a carta do Glicério de 8 de janeiro convidando-me para ir ao Rio de Janeiro para melhor nos entendermos. Respondi, hoje mesmo, dizendo que seguiria no dia 16 e embarcaria no primeiro vapor que saísse depois de 20. Disse-lhe mais: que em tudo tinha sido providente e que talvez não o fosse indo agora ao Rio por... (Deus sabe porque) mas não queria que se dissesse que recuava no momento em que podia ser útil à minha pátria.

8 de fevereiro. Telegrama de Buenos Aires, publicado no “Siglo” de 6 do corrente, diz estar assinado o acordo entre Gaspar e Abbott para a pacificação, o qual será remetido ao Prudente de Moraes.

10 de fevereiro. Chegou Constantino Lannes. Confirma o combate das Cacimbinhas. Guerreiro, depois de bater os castilhistas em Piratini e Canguçu, passou o Camaquã e dirigiu-se a S. João e Dores devendo regressar pela Encruzilhada à fronteira. Pela diligência [fl. 118] hoje chegada de Montevidéu, traz “El Dia” e a “Hespanha” telegramas de 5 e 6 do corrente sobre a descoberta de uma vasta conspiração florianista que tinha por plano aprisionar o Prudente em uma de suas viagens a Petrópolis e obrigá-lo, sob ameaça de morte, a resignar o poder; proclamando-se a ditadura do Floriano. Diz-se que o plano fora frustrado pelo ministro do interior. Foi reformado o célebre Almirante Gonçalves, envolvido na conspiração. O câmbio baixo a 9 / 8! Floriano nega sua participação na conspiração. Inocente criatura! Se o governo não tomar sérias medidas de repressão, o Prudente será deposto, seguindo a anarquia em todo o país e conseqüente dissolução da República. A “Hespanha” de 7 publica as seguintes notícias “No dia 7 de janeiro, uma coluna de 600 federalistas atacou e tomou a cidade de S. João do Montenegro, perto de Porto Alegre. As forças governistas

foram batidas com grandes prejuízos. Os revolucionários tomaram armas e munições. O Coronel Batista surpreendeu uma forte coluna castilhistas cerca de Santo Antônio da Patrulha. O combate foi renhido. Os castilhistas se retiraram em desordem abandonando [fl. 118v.] 35 mortos no campo. Perderam também todo o material bélico e a cavahada. O chefe revolucionário, Anastácio, domina todo o município de S. Lourenço e tem feito expedições até a Tablada de Pelotas. O Almirante Custódio de Mello, em reportagem publicada no Hespanha de 7 do corrente, diz: “A revolução naval que encabecei apoiada pela sublevação do Rio Grande...” Parece que as desgraças e contrariedades tiraram o juízo a esse Almirante, que foi instrumento dócil nas mãos do Floriano, como seu Ministro, nos primeiros meses da revolução do Rio Grande. A história será inflexível quando tratar do papel, que, no Brasil, tem representado esse ambicioso vulgar. Verdadeira nulidade pretenciosa. Está desmentido o tão falado acordo entre Gaspar e Abbott para a pacificação do Rio Grande.

13 de fevereiro. O General Tavares recebeu comunicação do General Guerreiro sobre a derrota infligida aos castilhistas comandados pelos dois Telles, Carlos e Pantaleão, em Cacimbinhas no dia 23 de janeiro. No dia 26 de janeiro, Guerreiro derrotou os castilhistas comandados por Leão Telles e apossou-se da cidade à qual impôs contribuição da guerra. No dia [fl. 119] 27, Guerreiro passou o Camaquã no Passo da Guarda. A Federação e Diário Popular confessam essas derrotas, mas elevam o valor de seus companheiros. Confirma-se a tomada de S. João do Montenegro pelos revolucionários no dia 15 de janeiro. Os atacantes eram em número de 700 homens. Também foi tomada a vila da Taquara depois de 4 horas de fogo. Outra coluna revolucionária tomou a vila de Gravataí, após pouca resistência, e chegou até a várzea desse nome a 2 léguas de Porto Alegre, tomando toda a cavahada da Polícia da Capital. Outra coluna revolucionária, ao mando do Coronel Batista, atacou e tomou a cidade de Santo Antônio da Patrulha. O Coronel Jacobo Felipe Adam que marchava a frente dos castilhistas ao encontro de Batista foi completamente destruído e a coluna aniquilada, aliás, exterminada. Adam, com 30 homens, fugiu entrincheirando-se na Intendência. Batista mandou intimar a rendição por dois parlamentares que foram assassinados. Então, foi a Intendência cercada [fl. 119v.] e incendiada, os sitiados saíram a rua travando-se a luta da qual só escaparam um homem e um menino. Consta que entre os mortos se encontra o famoso Pereira Maciel, Intendente, que tantas atrocidades cometeu, de acordo com Jaime Telles. (“Razón” de 10 do

corrente) Telegrama de 9 do corrente do Rio diz constar nos círculos oficiais que serão demitidos Vitorino e Abbott de suas missões no Rio da Prata. Outro telegrama da mesma data diz que a Escola Militar fora desarmada. “El Día”, de 8 do corrente, traz em forma de reportagem a carta que escrevi a D. Carlos Traviesso respondendo as perguntas que me fez sobre a atualidade política do Brasil e a pacificação do Rio Grande.

14 de fevereiro. Telegrama de 11 para “La Razón” comunica, do Rio, que Vitorino Monteiro, pediu demissão.

15 de fevereiro. Foi aceita a demissão de Vitorino Monteiro. Diz a Tribuna Popular que foi esse o único ato correto que praticou Vitorino durante a sua missão. A “Razón” de 12, à tarde, diz que a posição de Castilhos é insustentável e que em poucos [fl. 120] dias se operará grande mudança na política do Rio Grande com a renúncia de Castilhos forçada pela ação do governo central. Consta também que Abbott será demitido, que o Gonçalves Ferreira já lhe deu a entender que se retirasse. Do contrário, seria retirado. Sigo amanhã para Montevideu com destino ao Rio. Telegrama de Alegrete diz que Aparício a frente de 1.800 homens das três armas acha-se a 4 léguas de Alegrete esperando a coluna de Hipólito Ribeiro para dar-lhe batalha.

18 de fevereiro. Cartas chegadas da Rivera comunicam que Alexandrino, Coronel Prestes e Veríssimo tomaram Passo Fundo derrotando completamente Santos Filho. que chegou só a Porto Alegre onde dizem requereu Conselho de Guerra. Diz a mesma carta que ficaram 400 e tantos castilhistas mortos. Disse também que as forças revolucionárias estendidas desde Passo Fundo até Taquari montam a 5.000 homens. “El Siglo” de hoje noticia que as forças vindas de Pelotas para Piratini, por causa da morte do João Paulo Botelho, saquearam a casa de Bento de Oliveira por ordem do seu comandante. Tanto “El Siglo” como “La Tribuna Popular”, noticiam a chamada do Rio Branco para servir [fl. 120v.] de intermediário para a pacificação do Rio Grande.

20 de fevereiro. Telegrama de Porto Alegre para o London Bank diz serem falsas as notícias de combates nos arredores de Porto Alegre. Ontem à noite, procurou-me o Dr. Artur Maciel dizendo que Aníbal Cardoso lhe escreveu comunicando ter recebido carta do Rio de pessoa chegada ao Governo perguntando se o General Tavares iria ao Rio, se fosse chamado pelo governo. Respondi que pensava que se o chamado fosse diretamente do Presidente da República, ele iria, mas que

estranhava a pergunta porque o governo devia mandar um emissário com poderes amplos para a pacificação e não chamar o chefe militar da revolução ao Rio. Isso parecia-me fora de todo o cabimento, quando eu era chamado ao Rio pelo Glicério, pessoa íntima do Presidente e diretor político da situação.

27 de fevereiro. Cheguei ao Rio à 1 hora da tarde. Durante a noite muitos amigos mostraram-se simpáticos a minha vinda. Telegrafei ao Glicério, que está em Campinas, pedindo-lhe que viesse breve.

1º de março. Toda a imprensa, com exceção [fl. 121] do “O Paiz”, traz brilhantes artigos sobre a pacificação. A campanha é tenazmente sustentada. Séries de artigos estranhos à redação são diariamente publicados na Gazeta de Notícias, Correio da Tarde, Gazeta da Tarde e Notícia. Esta folha publica telegrama, hoje recebido de Montevidéu, dando a notícia de um combate e derrota e prisão de Menna Barreto pelo General Guerreiro. Menna Barreto guarnecia com 400 homens Caçapava, por onde devia passar Guerreiro.

2 de março. Um telegrama de Montevidéu e outro de Buenos Aires dizem que foi publicado um artigo naquela cidade dizendo que eu não era emissário dos revolucionários, e que a “Nacion” declarou que eu não trazia poderes de Gaspar e Saldanha. Interpelado pelo redator da “Notícia”, declarei-lhe que não era emissário dos revolucionários e que nem estes podiam nem deviam enviar emissários. Isso seria abdicação de seus direitos e submeter-se ao punho (homicida) do governo do “Estado”. Telegramas [fl. 121v.] de Montevidéu dão a notícia da derrota de Sampaio por Aparício e Cabeda e a provável prisão ou morte de Sampaio.

3 de março. “O Paiz” confirma em telegrama de Montevidéu a derrota completa de Sampaio, mas diz que este, ferido em uma mão, conseguiu fugir com 5 homens para Cacequi, tendo apenas escapado um Alferes Benjamim, com 40 homens, que chegaram a Santana com a notícia. Não tendo Glicério respondido ao meu telegrama, passei-lhe outro perguntando “quando vens?”

4 de março. Em Pernambuco, foi hoje assassinado pela polícia o Dr. José Maria de Albuquerque Mello, na 16ª Seção Eleitoral. O câmbio baixou bruscamente. O Presidente da República, doente, (?) não deu despacho. Sente-se pesada a atmosfera política. Parece haver receio do florianismo, mas a descrença geral nasce da fraqueza do Presidente e de seus ministros. Não me parece segura a situação.

5 de março. Telegrama da "Gazeta [fl. 122] da Tarde", de Montevideú, dá os detalhes da derrota de Sampaio. Sua força compunha-se de 500 homens e foi toda aniquilada: tomaram-lhe, armas, munições, arquivos, cavalos e 25.000\$ em dinheiro. Asseveram morto Sampaio. Um irmão deste disse na "Gazeta da Tarde" que acredita em sua morte porque telegrafou-lhe seguidamente desde 1º até ontem sem obter contestação e que seu irmão, se fosse vivo, não deixaria de responder. Em S. Paulo, houve tentativa de deposição do Governador pelo Ricardo Fernandes da Silva (Coronel Comandante de um dos corpos de linha) Asseveram-me, muito em reserva, que o Presidente, por doente, não pode receber o Sr. Gonçalves Ferreira, Ministro do Interior e Justiça, e que fala em passar o governo por algum tempo para tratar de sua saúde. A Notícia e Gazeta trazem telegrama de Montevideú dizendo que o Comandante da fronteira, General Ricardo, comunicou ao seu governo que 6.000 federalistas invadiram por Corrientes. Acentua-se, cada vez mais, o desgosto com [fl. 122v.] o governo pela sua debilidade. Eu noto um acanhamento de vistas pouco comum no governo, a indecisão e a pusilanimidade, parece, são as características da situação. A um Ministro ouvi que não encontram um homem capaz para mandar ao Rio da Prata, como Ministro. Entretanto, contentam-se com Abbott e Vitorino! Outro fala na complexidade do problema, pacificação, que não tem coragem de enfrentar, e todos mostram medo supersticioso do exército. E poderemos contar com as guarnições? É a pergunta.

6 de março. Foi assassinado pela força pública, em Pernambuco, o Dr. José Maria de Albuquerque Mello, na 16ª Seção Eleitoral. É grande a sensação que causou este lutuoso sucesso. O câmbio baixou bruscamente. Consta também que na Bahia as coisas não correm bem. Esperam-se conflitos na eleição de 27 do corrente. Se este estado de coisas continua, teremos a debacle política, como já tivemos a comercial.

7 de março. Toda a imprensa traz [fl. 123] artigos de sensação sobre o assassinato do Dr. José Maria. O Presidente da República continua doente.

8 de março. O Jornal do Commercio traz hoje a entrevista que um de seus redatores teve comigo ontem.

12 de março. Os jornais trazem telegramas de Porto Alegre comunicando a dissidência aberta no castilhismo pelo Dr. Homero Batista.

14 de março. O Dr. Manoel Vitorino, Vice-Presidente da República, desejando conferenciar comigo, combinou com o Dr. Marcolino de Moura jantarmos hoje em casa deste amigo para tratarmos dos negócios do Sul. Também a tal respeito (de uma conferência com o Dr. Vice-Presidente), falou-me o Dr. Ferreira de Araújo.

15 de março. Efetuou-se a conferência com o Manoel Vitorino na maior cordialidade. Depois de trocarmos muitas idéias, tendo por base a retirada do Castilhos e a substituição do Moura por pessoa idônea (indiquei o Marechal Almeida Barreto), prometeu-me falar [fl. 123v.] ao Presidente e aparelhar uma conferência com ele, devendo comunicar-me o ocorrido por intermédio do Marcolino de Moura. Deu-se a revolta da Escola Militar, ontem, sendo fechada a escola, concedida baixa as praças de *pret*, presos 31 oficiais e remetidos para a fortaleza. Este golpe no jacobinismo é mortal e fortalece muito o governo na opinião.

19 de março. O Jornal do Commercio traz longo telegrama de seu correspondente em Montevidéu comunicando que Aparício Saraiva e Guerreiro derrotaram uma força governista em S. Luiz, tendo passado para o Estado Oriental 100 governistas que foram desarmados pelas autoridades.

20 de março. A Gazeta de Notícias traz também telegrama de Montevidéu, de que Elias Amaro passara a fronteira com o resto de sua força sendo desarmado.

23 de março. O Supremo Tribunal de Justiça Federal, concedeu *habeas corpus* ao Tenente Coronel Facundo Tavares, por unanimidade, por estar pronunciado por juízo incompetente. Na petição por mim apresentada [fl. 124] no dia 20 do corrente e publicada na Gazeta de Notícias do mesmo dia. O Ministro da Fazenda, Dr. Rodrigues Alves, disse hoje ter sido comissionado pelo Presidente da República, no despacho de ontem, para assentar comigo as bases da pacificação do Rio Grande. Em seguida, trocamos algumas idéias para serem por nós discutidas em conferência amanhã, a fim de serem apresentadas ao Presidente na conferência de ministros na segunda-feira (depois de amanhã).

24 de março. Às 7 horas da noite, realizou-se a conferência com o Conselheiro Rodrigues Alves, na casa de sua residência à rua Senador Vergueiro nº 56. Depois de rápida discussão, propus, como medida preparatória, a nomeação de um General prestigioso para comandar o 6º Distrito Militar e a substituição de todos os comandantes

de fronteiras e guarnições por oficiais capazes de manter a ordem e assegurar todos os direitos dos federalistas. Indiquei para Comandante do distrito o Marechal Almeida Barreto que alia [fl. 124v.] a energia ao prestígio que ainda conserva no Exército. Feito isto, nomear o Governo um interventor que assuma governo do Rio Grande, homem que inspire pelos seus antecedentes geral confiança, convocando logo uma Constituinte para a reorganização do Estado, decretando lei eleitoral garantidora da verdade das urnas, dirigindo proclamação aos revolucionários, concitando-os a paz e a concorrerem para a reconstituição do Estado. O Presidente da República dirigirá também seu manifesto aos revolucionários prometendo o esquecimento do passado, por via da anistia, que pedirá ao Congresso para decretar, e indenização indireta por meio de auxílio às indústrias a prazo longo e juro nunca excedente de 6% inclusive a Cam^m, sendo o empréstimo gratuito no 1º ano. Estas idéias foram escritas pelo Sr. Conselheiro Rodrigues Alves para serem presentes na Conferência de Ministros amanhã. Entre os nomes indicados para interventor lembrei o Dr. [fl. 125] <Afonso Pena, Ubaldino do Amaral> Cesário Alvim. Republicano histórico, que organizou o Partido Republicano em Minas, onde não existiam senão os partidos monárquicos. Nenhum mais hábil do que ele para intentar a obra da reconstituição do Rio Grande constitucionalmente. Acrescentei que eu e meus irmãos não fazíamos questão de predomínio político e, de nossa parte, deixaríamos o campo livre, contanto que terminasse de vez essa luta que ensangüenta nossa terra e desonra o país pelos atos de vandalismo, todos os dias praticados, pelo governo do Rio Grande. Discutindo-se a intervenção do Almirante Saldanha da Gama, eu disse que se o Governo fizesse questão de sua pessoa, ia proporcionar-lhe ocasião de elevar-se mais ainda aos olhos da nação e dos países estrangeiros, votando-se voluntariamente ao sacrifício em bem da paz e da tranquilidade de sua pátria. A exclusão, longe de afetá-lo, o colocaria em plano muito superior. Saldanha não é um homem comum, é um grande homem.

25 de março. Às 8 horas da manhã [fl. 125v.] conferenciei, de motu próprio, com o Conselheiro Gonçalves Ferreira, Ministro do Interior e Justiça, sobre as bases que tinha apresentado ao seu colega da Fazenda, para a pacificação do país. Apresentou-me como preliminar o desarmamento dos revolucionários para se poder tratar de paz, idéia sugerida na Conferência de Ministros. Considerei a idéia peregrina. Revolução desarmada não é revolução, o governo não teria paz a fazer desde que os revolucionários depusessem as armas. Repelira *in limine*

a preliminar, discutimos a minha competência para tratar da paz. Ainda uma vez, declarei que não tratava de fazer a paz, mas indicava os meios pelos quais o Governo podia chegar a esse resultado. Para isto eu me julgava com autoridade, como qualquer outro que mais a tivesse. Não, porém, para fazer tratados com o Governo. Discutimos depois a possibilidade de oposição do Almirante Saldanha ou dos obstáculos que ele poderia criar. Repeti o que tinha dito ao Ministro da Fazenda. [fl.126] Seguiram-se objeções de caráter secundário, a que respondi explicando os fatos. Finalmente, surgiu a fantasiada idéia da restauração. Contestei com o manifesto de Abril de 1893, assinado nos campos de Upamaroti por todos os chefes militares da revolução, e terminei declarando que era mais fácil os revolucionários levantarem a bandeira da separação do que a da restauração, contando com elementos poderosos para vencerem com aquela idéia, a qual, se ainda não é bandeira, é devido ao muito brasileiro dos revolucionários.

26 de março. Ontem, na Conferência de Ministros, o Sr. Conselheiro Rodrigues Alves apresentou as idéias por mim indicadas como preliminares para a pacificação do Rio Grande. A impressão não foi desagradável, ficando as notas apresentadas com o Sr. Presidente da República para sobre elas refletir.

31 de março. Segue para Petrópolis o Dr. Cesário Alvim convidado por mim para conferenciar lá com o Dr. P. de Moraes sobre a pacificação. Ao Dr. Cesário, referi as indicações que fiz dos meios preparatórios [fl. 126v.] a empregar para se obter a completa pacificação do Rio Grande, na conferência que tive com o Dr. Rodrigues Alves.

2 de abril. À noite, estive com o Dr. Cesário Alvim. E sua conferência, em termos gerais, tratou-se da paz interna, das dificuldades que assoberbam o país, encontrando boa disposição da parte do Sr. Presidente da República, cujo espírito necessita de poderosos auxiliares.

3 de abril. Como hoje há conferência de Ministros, procurei o Dr. Rodrigues Alves, com quem conversei sobre a necessidade do Governo acentuar, por atos, o pensamento da paz no Rio Grande e insisti na nomeação do comandante do distrito militar e comandantes de fronteira, não só como medida preparatória, como por moralidade do governo que perde no conceito público com a conservação de semelhante pessoal que está saqueando as fazendas dos vizinhos, conforme provei com documentos irrecusáveis. Às 8 horas da noite, nos encontramos de novo para saber o que se tiver passado. O Governo

espera resposta do convite que fez ao Conselheiro Afonso Pena para substituir o Vitorino [fl. 127] Monteiro. No caso de haver dificuldade para a nomeação do Marechal Almeida Barreto, indiquei o Marechal J. Manoel de Lima e Silva. Deve brevemente chegar o Fernando Abbott, que não voltará para o Rio da Prata.

4 de abril. Ontem, na conferência tratou-se dos negócios do Sul e resolvidos ficaram os atos preparatórios, tirando-se-lhes o caráter político. Moura será em poucos dias substituído, alegando-se ter faltado às ordens que levou escritas.

9 de abril. O Ministro da Fazenda comunicando-me que o da Guerra escrevera ao General Moura censurando acrimosamente o seu procedimento, faltando às instruções reservadas que levou. Espera-se que Moura, com essa carta, peça imediatamente demissão abrindo a porta para as medidas preparatórias. Os jornais hoje dizem, em telegrama, que Hipólito e Lima estão em oposição ao Castilhos. Estive ontem em Petrópolis com o Sr. Prudente de Moraes. Em nossa conversação, fiquei convencido que Sua Excelência não descobriu a palavra. É muito limitado o círculo de seus conhecimentos e os graves problemas da atualidade são, para Sua Excelência, [fl. 127v.] encarados no estreito e perigoso círculo das individualidades. Contristou-me a forma por que se expressou em relação à política de Pernambuco e <sobre> os ossos que encontra, tanto no partido federalista, como no castilhista para pacificar o Rio Grande. Pareceu-me que Sua Excelência ignora que as leis são feitas para corrigir a imperfeabilidade humana na sociedade e que os males sociais devem ser antes atribuídos à deficiência das leis ou à falta de sua execução. A linguagem pessoal de que usou denota sobretudo estreiteza de espírito e de conhecimento para enfrentar as dificuldades da situação atual. Não o julgo homem capaz de resistir às grandes lutas que se vão travar.

18 de abril. O Jornal do Commercio noticia um encontro no dia 13 entre a vanguarda dos Telles e Aparício. Os telegramas de Porto Alegre já cantam a vitória na forma do costume.

5 de maio. O Manifesto do Presidente da República causou profunda sensação e uma verdadeira [fl. 128] explosão em todos os círculos políticos e comerciais. Essa mensagem, disse um ministro, não representa a opinião do Governo. Particularmente sei da luta travada pelos Ministros da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros para obterem alteração ou modificação da mensagem na parte referente ao Rio

Grande. Está assentada a nomeação do General Inocêncio Galvão para comandante das forças no Sul. Levará consigo oficiais para colocarem em prática as idéias combinadas, substituindo, no comando dos corpos e guarnições, os atuais. Quanto à substituição do Castilhos, continua embrionária.

8 de maio. Está nomeado o General Galvão Comandante do 6º Distrito Militar e do Exército em operações no Sul.

18 de maio. Foi hoje posto em liberdade o Facundo por ordem do Supremo Tribunal de Justiça Federal. A sessão foi soleníssima. Esteve presente quase todo o foro da Capital Federal.

16 de maio. Disse-me o Rodrigues Alves, Ministro da Fazenda, que a deputação do Rio Grande tem empenhado todo o esforço para obter a nomeação do Frota [fl. 128v.] para o Comando do 6º Distrito Militar e das forças em operações, cassando a nomeação do Inocêncio Galvão.

21 de maio. Em visita de despedida ao General Inocêncio Galvão, mostrou-se este muito satisfeito com a sua missão pacificadora do Rio Grande. São esses os intuitos do Presidente da República que foi com o General muito franco nas instruções reservadas que lhe deu e que podem ser capituladas em duas palavras – carta branca. Só uma coisa contrariou-me: a minha intervenção direta nos negócios políticos do Estado. O General pediu-me uma conferência para amanhã às 11 horas, a qual deve assistir o Sr. Aristides Galvão, seu irmão, para tratarmos do meio prático de conseguir a paz no Sul, sem o desprestígio do governo da República e desdouro dos revolucionários.

22 de maio. Realizou-se a conferência com o General Galvão, seu irmão Dr. Aristides, e eu. Começou às 11 horas e terminou as 3 ¼! Sendo alternativamente agitada e calma. Agitada, desde logo, por dizer o General que não tinha com quem tratar, visto os chefes ostensivos Saldanha e Gaspar, monarquistas, terem absorvido o General Tavares. [fl. 129] Entramos, em período de calma, <a estudar os> meios de levar a efeito a pacificação, propondo o General e seu irmão o desarmamento dos revolucionários perante as forças federais, cogitando-se depois da retirada de Castilhos. Eu declarei inaceitável a idéia porque os revolucionários não dariam esse passo enquanto Castilhos estivesse no poder, por não confiarmos absolutamente na palavra do governo, principalmente depois da mensagem presidencial e das palavras do Lord Protetor da Câmara dos Deputados, da qual era líder. Sobre esses

dois pontos correu a discussão que teve seus pontos irritantes ou antes calorosos. O General mostrou-se muito bem intencionado, e fiz-lhe justiça mas ponderei-lhe: desarmados os revolucionários quem retira o Castilhos, desde que Vossa Excelência pode ser retirado pelo governo federal? Nesse caso, quem garante os revolucionários contra o poder do Castilhismo? Estas interrogações calaram no espírito do General e ficaram sem resposta satisfatória. Ficamos de nos encontrar outra vez. A traição de Bagé é lição aproveitável.

[fl. 129v.]

24 de maio. Em conferência, hoje à noite, com o Dr. Manoel Vitorino expus o que ocorrera na que tive com o General Galvão de Queiroz e as minhas apreensões sobre o bom êxito de sua missão pacificadora. Sua Excelência prometeu-me conferenciar com esse General de quem é particular amigo. Na noite de 22, conferenciou o Dr. Manoel Vitorino com o Presidente da República e alguns ministros sobre a gravidade da situação política e financeira, mostrando-lhes os pontos capitais que era preciso atacar: revolução do Rio Grande, base do mal-estar da República e, como conseqüência dela, o estado financeiro. O Presidente está apreensivo pela sorte da República, cujos males o Vice-Presidente atribuiu aos próprios republicanos. A tudo quanto eu sei: pagamentos <este ano> na Europa de 100.000 contos dos contratos do Floriano, déficit já conhecido provável de 66.000 contos, falta absoluta de crédito para atender por empréstimos aqueles pagamentos e meios reais para combater este, estou intimamente convencido de que a República está no período de agonia. Fui ainda informado confidencialmente que a despesa mensal com a revolução do Rio Grande é de 6.000 contos!! e não 4.000, como geralmente se supõe. [fl. 130] A verdade é esta: já não ocultam os intuitos restauradores os próprios republicanos, que não se têm locupletado com as desgraças do país, acham natural a volta da monarquia e declaram a ela submeterem-se. Se a revolução continuar, ela virá no meio da anarquia geral. O Congresso não tem orientação política e nem conhece o estado grave do país, nem se preocupa com a solução dos problemas, aliás sérios, da atualidade. Estamos em completa desorganização sem que os poderes públicos se preocupem com o dia de amanhã. Querem terminar a revolução por meio de ciladas, acreditando na boa fé de seus e na couraça de outros revolucionários, para conseguirem o desarmamento da revolução que será assim submetida aos poderes constituídos da nação, na frase da mensagem, e ao Sr. Julio de

Castilhos, na paródia do Sr. Glicério à mesma mensagem. Ingênuos ou perversos!

28 de maio. Conferenciei hoje com o Dr. Manoel Vitorino, potente auxiliar da pacificação do Rio Grande. Informei-o das intenções do General Galvão de Queiroz, a quem Sua Excelência prometeu-me escrever, na véspera de sua partida, para o Sul.

30 de maio. Às 8 horas da noite, recebi a visita do [fl. 130v.] General Galvão de Queiroz. Sua Excelência mostrava-se resolvido a terminar, pela pacificação, a luta fratricida, declarando não prescindir de meu concurso. Disse-me mais que já escreveu ao General Tavares, cuja carta me entregava, amanhã aberta, para eu levar pessoalmente ao General.

31 de maio. Entregou-me o General Galvão a seguinte carta para o General Tavares: "Capital Federal 28 de maio de 1895. Cidadão General João da Silva Tavares. Tendo sido nomeado Comandante do 6º Distrito Militar e comandante de todas as forças em operações no Rio Grande do Sul, tenciono partir para lá nos primeiros dias do mês vindouro. Meus intuitos no desempenho dessa penosa comissão são de todo o ponto patrióticos e feliz me julgaria se a pacificação do Rio Grande se realizasse, sem que uma só gota de sangue fosse vertida por aqueles que lutam, sabendo que se batem com irmãos. Inteiramente alheio aos interesses e planos partidários do vosso Estado natal, e não tendo ódios, nem vinganças a exercer, desejo que termine essa guerra de irmãos, que vai conduzindo à ruína um Estado que pode prosperar e ser feliz no gozo da paz, interessado [fl. 131] pelos créditos da República e pela sorte futura do país, como brasileiro que sou e soldado que tem o dever de sustentar as instituições de sua pátria, aninhando assim com sinceridade tais princípios e sentimentos, não posso, não devo atirar-me à luta antes de empregar meios conciliatórios para alcançar dos revoltosos a deposição das armas, mediante condições honrosas para o Governo Federal que represento e para os rebeldes de que sois o verdadeiro chefe. Creio no vosso patriotismo e dedicação à terra que vos foi berço. Estou plenamente convencido de que não hostilizais as instituições do país e sei que nem hombridade vos falta, nem de maior honorabilidade precisais, para que vos repute um homem de bem e um cidadão prestimoso. Assim, pois, antes de hostilizar as forças que comandais, é meu dever vos ouvir e tratar convosco como chefe, a pacificação do vosso Estado. Para isso é que vos dirijo estas linhas ditadas por amor dos créditos do Exército que comando e pela

consideração que me mereceis como cidadão de valor e serviços prestados à Pátria. Para isso é que [fl. 131v.] vos convido a marcar dia em que vos possa mandar receber na fronteira de Bagé a fim de conferenciardes comigo no meu Quartel General. Podeis acreditar na lealdade do vosso camarada General Inocêncio Galvão de Queiroz.” O General convencionou comigo que, uma vez designado o dia para a conferência, ele mandaria suspender as hostilidades, procedendo do mesmo modo o General Tavares. Sua Excelência parte impreterivelmente no dia 2 de junho levando o 16º Batalhão de Infantaria, de sua inteira confiança, para atender a qualquer emergência e eu embarcarei no dia 4, do mesmo mês, para Montevidéu e de lá para a fronteira permitindo que até o dia 25, mais ou menos, de junho Sua Excelência teria a contestação desejada. Telegrafei hoje ao Dr. Joaquim Tavares em Montevidéu, prevenindo-o de minha partida para fazer comunicações.

2 de junho. Almoçando hoje, em despedida, com o Dr. Manoel Vitorino em casa do Dr. Artur Rios, disse-me aquele que Demétrio Ribeiro lhe pedira uma conferência com o General Galvão e Barão de Santa Tecla. [fl. 132] Não podendo recusar, designou para hoje o encontro, à uma hora da tarde, dando tempo a embarcar aquele General, estranhando aparecer ali o nome de Santa Tecla. Terminado o almoço, ao retirarmo-nos todos, Vitorino escreveu um bilhete ao Demétrio dizendo que, tendo embarcado o General Galvão, não poderia ter lugar a conferência pedida. Disse-me o Dr. Manoel Vitorino que escrevera longa carta ao General Galvão sobre os negócios do Sul e a necessidade de terminar a revolução. Ele tem preocupação com quem tão mal governava o Rio Grande. Ao embarcar, disse-me o General Galvão que, ao chegar ao Rio Grande, estabelecendo-se o quartel general em Pelotas, mandaria retirar de Porto Alegre a pagadoria, dissolveria as forças patriotas e guardas nacionais, mudaria os comandantes das fronteiras, ficando na de Bagé o Coronel Tomaz Flores, aproveitando também os serviços do General Menna Barreto. À polícia faria recolher a Porto Alegre para ser paga pelos cofres do Estado.

4 de junho. Embarquei às 1 ½ horas no Danúbio com destino a Montevidéu. O navio levantou âncora às 4 horas da tarde. O 16º Batalhão não embarcou com o General, mas me disseram embarcar no dia 5 ou 6 do corrente.

[fl. 132v.]

7 de junho. Chegamos à Ilha das Flores, à 1 hora da tarde. Impôs-me o representante de Junta de Higiene uma desinfecção de 6 horas. Não querendo sujeitar-me a ela, sigo no Danúbio para La Plata.

8 de junho. Em La Plata, encontrei o Ducca di Galliera a partir para Montevidéu. Tomei nele passagem.

10 de junho. Devido à baixa do Rio, só hoje chegamos a Montevidéu, tendo encalhado duas vezes. Sigo com o Dr. Joaquim Tavares para Melo no dia 12. Dali irá o Dr. Joaquim em Comissão ao General com a carta do Comandante do 6º Distrito Galvão de Queiroz.

14 de junho. Segue amanhã, para junto do General Tavares, o Major Pedro Tavares para prevenir o General da minha chegada e da partida amanhã do Dr. Joaquim com a carta do General Galvão, a fim de tomar aquele as providências que julgar convenientes. Foi publicada hoje no "Deber Civico" a Ordem do dia do General Galvão. É a mesma que me mostrou no Rio de Janeiro.

15 de junho. Às 7 horas da manhã, partiu o Dr. Joaquim Tavares para Jaguary a encontrar o General Tavares. Deve estar de volta no dia 21 com a resposta do General...

22 de junho. Às 9 horas da noite, regressou [fl. 133] de Jaguary o Dr. Joaquim Tavares com a resposta do General Tavares à carta do General Galvão sobre a pacificação cuja carta é do teor seguinte: "Pontas de Poncho Verde, 18 de junho de 1895. Cidadão General Inocêncio Galvão de Queiroz: Acabo de receber vossa carta datada de 28 do mês de maio, invocando o meu patriotismo e dedicação à terra que me deu o berço, para convosco combinar os meios de pacificação do glorioso Estado do Rio Grande do Sul de modo honroso para o governo da União de que sois digno representante e para a revolução. Permitti que vos pondere que nunca estiveram em jogo nem o Governo Federal, nem as instituições de nossa pátria, a despeito da intervenção da União em uma questão de carácter puramente local, que obrigou o país ao desgosto de presenciar uma luta entre irmãos, em que tem desaparecido milhares de cidadãos úteis à pátria brasileira, ao Estado e à família. Sou o primeiro a lastimar as desgraças ocorridas em tão largo período. Mas bem sabeis não foi mero capricho que me levou às armas e mais tarde o Brasil inteiro fará justiça [fl. 133v.] às nossas intenções e a história será inflexível na apreciação dos fatos. Conquanto parte neste pleito

de honra, sinto-me como vós com ânimo calmo e sereno para tratar a paz com honra para todos e com a paz conquistar o direito de vivermos em liberdade. Não vos posso marcar o dia em que me deve mandar receber na fronteira porque o exército acha-se muito internado no Estado e eu, como vós, desejo suspender as hostilidades enquanto durar a nossa conferência. Por telegrama, logo que se aproxime o exército, que para isso já mandei ordem, marcarei o dia e lugar em que estarei às vossas ordens. Confiando em vossa lealdade vos saúda o vosso camarada João Nunes da Silva Tavares.”

23 de junho. Hoje remeti, por próprio, por intermédio de Bagé, a carta do General Tavares a qual acompanhei da seguinte carta. “Melo, 23 de junho de 1895. Exmo. Sr. General Inocêncio Galvão de Queiroz: Apesar do pequeno transtorno tido em viagem [fl. 134] devido à impertinente intimação para submeter-nos a uma desinfecção de 6 horas (verdadeiro incêndio em nossas bagagens) na Ilha das Flores, intimação à qual resistimos todos os passageiros, preferindo seguir para o porto de La Plata, destino do vapor Danúbio, em que embarcamos, onde chegamos no dia 8 do corrente, encontrando o Ducca di Galliera de fogos acesos para seguir viagem para Montevideu, em cujo vapor embarcamos imediatamente. Tendo, porém, a infelicidade de encalhar duas vezes devido à vazante do rio e ao grande calado do Ducca di Galliera, remeto hoje a resposta do General Tavares à carta de Vossa Excelência convidando-o para uma conferência a fim de tratar da pacificação do glorioso Estado do Rio Grande. Como as forças revolucionárias estão internadas no Estado e o General Tavares antes de conferenciar quer deixar-lhes ordens de suspenderem as operações, indicará depois a Vossa Excelência o dia em que estará às suas ordens na fronteira de Bagé aguardando o General Flores. Faço votos para que Vossa Excelência tenha sido feliz nos primeiros atos de sua gestão, da qual dependerá [a] [fl. 134v.] sorte do Rio Grande e do nosso estremecido Brasil. Continuo às ordens de Vossa Excelência de quem tenho a honra de subscrever-me de Vossa Excelência atencioso amigo venerador cordial Francisco da Silva Tavares.” Em 18 de junho, o General Tavares dirigiu as seguintes cartas ao Almirante Saldanha da Gama e Conselheiro Gaspar. Ao Almirante Saldanha disse o General: “Pelo conteúdo das cópias juntas, Vossa Excelência se inteirará do que ocorre neste momento no Estado do Rio Grande relativamente à nossa questão. Protelando o dia da conferência, em minha resposta, verá Vossa Excelência que é meu intuito ouvir a opinião dos amigos e principalmente a de Vossa Excelência cujo alto critério, lealdade e patriotismo são tão

apreciados por quem é de Vossa Excelência” Ao Conselheiro Gaspar Martins disse o General Tavares na mesma data: “Junto a esta remeto cópia de uma carta que recebi do Sr. General Inocêncio Galvão de Queiroz, Comandante do 6º Distrito Militar e cópia da resposta que dou a referida carta. Vossa Excelência inteirado delas me cientificará seu modo de pensar sobre tão importante questão – De Vossa Excelência Patr.” O próprio, que levou as cartas do General Tavares e [fl. 135] minha ao General Galvão, em Pelotas é o Sr. Manoel Cipriano Paz.

28 de junho. Telegrama que acabo de receber do Ernesto Silva, de Montevidéu, comunica a derrota do Saldanha da Gama em Combate no Quaraí, constando fora degolado. Telegrama do Acevedo a Henrique Alves diz que o combate durou cinco horas ficando duzentos mortos no campo, disse que Saldanha fora enforcado e que os irmãos do Saldanha, no Rio, pediram ao Prudente a entrega do cadáver.

30 de junho. Ao General Tavares escrevi hoje a seguinte carta: “Pedi ao João Mello para ir de portador desta para com mais prontidão lhe ser entregue, visto a necessidade de designar o dia em que o General Galvão deve mandá-lo receber na fronteira para conferenciar com ele. Não me parece imprescindível para essa designação esperar a aproximação do Aparício Saraiva, a quem pode você deixar as suas instruções, caso ele não esteja na fronteira até o dia que for designado. Acresce que nas conferências, no Rio, com o General Galvão, eu prometi que a sua resposta estava em Pelotas até o dia 25 de junho e que a conferência se poderia realizar até 5 de julho, porque sendo de todos conhecidos [fl. 135v.] os intuitos da revolução, não me parece imprescindível ouvir a opinião dos companheiros que já têm bastante provas de que devem confiar no seu critério e na sua dedicação. Nas condições apertadas da atualidade creio de mau agouro a demora da conferência. Foi por isso que para bem da nossa causa revolucionária, abandonei a minha banca de advogado, aberta no Rio de Janeiro, para vir até cá cooperar para a terminação da luta com honra para todos. Se tivermos um outro fracasso, como o de Quaraí, a nossa situação para tratar da paz fica cada vez mais apertada. Creio que as nossas forças não estão em condições de tomar a ofensiva, portanto dispensam a ordem de suspender as hostilidades. Entretanto, é urgente que essa ordem seja dada às forças do governo para deixarem-nos inquietações e ela será dada logo que o General tenha a designação do dia. A desorientação entre os nossos companheiros é muito grande. Todos têm suas idéias, todos querem que as suas opiniões sejam as melhores

e nessas discussões perde-se tempo precioso e quem quiser ouvir e satisfazer a [fl. 136] todos fica doido e não satisfaz a ninguém. Peço-lhe, com urgência, que designe o dia e me mande as suas ordens para transmiti-las ao General em telegrama. Todos bons. Seu mano e compadre Francisco da Silva Tavares.” “La Razón” e “El Siglo” dão as seguintes notícias: Na madrugada de 24 do corrente, sabendo Hipólito que Ulisses, Chiquinote e outros comandantes de cavalaria, por dissidência, se tinham, havia dias, retirado de Saldanha da Gama, que apenas ficara nos Campos de Osório com 300 a 400 homens de Marinha, resolvera atacá-lo com 1.000 a 1.500 homens. O combate fora cruento, lutando-se corpo a corpo, Saldanha esperara lutar até à noite para transpor a nado o Quaraí, salvando a sua gente. Mas esgotadas as munições, manifestou-se a derrota de sua marinhagem que repelira por várias vezes cinco cargas de cavalaria. Diz-se que Saldanha, depois de morto, fora degolado pelo próprio João Francisco. Seu cadáver fora reclamado pela família. Consta salvou-se o 1º Tenente Costa Mendes. Aguardamos mais detalhes. Este golpe, conquanto profundo para a revolução não a desalentará, como não a desalentou a perda de Gumerindo. Às 6 horas da tarde, chegou Manoel Cipriano [fl. 136v.] no Paz com o seguinte cartão do General Inocêncio Galvão de Queiroz para o General Silva Tavares: “Cumprimento a Vossa Excelência. Recebi vossa carta e aguardo anúncio telegráfico.” Às 7 horas da noite, o Chefe Político recebeu de seu governo comunicação da morte do Marechal Floriano Peixoto. Às 11 horas da noite, regressou o João Mello tendo encontrado, nos Corrales, o próprio General Tavares, designando o dia 8 do entrante para achar-se no Passo do Viola à disposição do General Galvão.

1º de julho. Ao General Galvão de Queiroz, passei o seguinte telegrama assinado pelo General Tavares: “Dia 8 corrente estou vossas ordens Passo Viola. Dei ordens suspensão hostilidades desde já. Espero idêntico procedimento vossa parte. Estando vosso Quartel General Pelotas, peço-vos seja nossa conferência Bagé. Aguardo vossa resposta.”

2 de julho. À 1 hora da tarde, recebi do General Galvão de Queiroz para o General Tavares o seguinte telegrama: “Recebi vosso telegrama. Ordenei suspensão hostilidades. [fl. 137] Dia 8 mandarei oficial força confiança receber-vos Passo Viola. Meu estado saúde não permite ir Bagé. Peço-vos fineza vir até Pelotas. trem especial, meu Estado-Maior vos receberá ali. Confiai na minha lealdade e dos

camaradas. Conferência será demorada. Aqui melhor trataremos. Saudades”

3 de julho. O Dr. Joaquim Tavares recebeu hoje do Conselheiro Gaspar Martins o seguinte telegrama. “Carta recebida. General espere um momento receber informações pedidas.” O Dr. Joaquim Tavares respondeu nos seguintes termos. “Designado dia 8. Seguimos amanhã acampamento. Mande sua opinião telegrama urgente cifra Dr. Tavares, se for reservada.” Por um telegrama reservado do Barão de Santa Tecla se vê que alguém embarcou no Rio em missão junto a seu irmão. O telegrama fala em bremo que deve ser o emissário.

5 de julho. Nos Corrales, recebemos o seguinte telegrama do Conselheiro Gaspar Martins para o General Tavares: “Data 4/7/1895. Recebido à 1 hora e 40 m. Buenos Aires. General Tavares: Satisfaço vosso pedido. Prop[os]-[ta] [fl. 137v.] General Galvão burla, fim de desorganizar chefes, desprestigiar nome conquistastes revolução. Galvão não tem poderes assumir governo Estado. Mensagem presidencial, corajosa confissão Glicério parlamento respondem. Revolucionários não têm garantias continuando Castilhos imposto, mantido baionetas nacionais, tendes experiência desarme Bagé. Galvão não pode conceder anistia negada Congresso, nem revolução abandonar camaradas acabam derramar sangue generoso causa liberdade. Sem Exército, sem Armada, sem generais, sem administração, sem justiça, sem crédito, sem respeito, nossa infeliz pátria só tem alferes e um governo não enxerga que na guerra civil não há vencedores. Para pátria só há vencidos, é ela própria.” Seguimos nossa viagem até a linha, com este telegrama que desagradou a todos oferecendo-se a comentários os mais desagradáveis. No Veríssimo, mostrei-o ao Sr. José Alberto [fl. 138] Fróis, que desde logo manifestou o seu desagrado. Na linha, encontramos desgostosos todos os companheiros com os contínuos roubos de cavalhadas mandadas fazer pelos revolucionários, tornando-se difícil o antigo agasalho que sempre tivemos no caso de uma emigração forçada. O deslante neste sentido chegou ao ponto de roubarem os cavalos do próprio General Tavares e Coronel Zeca Tavares, cavalos que sempre serviram na revolução e que estavam em engorda para o mesmo serviço. O próprio Dr. José Francisco de Freitas, o mártir da revolução no Estado Oriental, que tem dado tudo para ela, não escapou à faina dos nossos amigos. Almoçamos no Pirai, estância do Santa Tecla, sendo obsequiados pela heroína Maria Antônia, a legendária, que tantos serviços prestou à nossa causa.

Acampamos no Passo do Viola, esperando o General Tavares e Coronel Cabeda, amanhã.

6 de julho. Acampamos no Pirai onde nos encontrou o General Tavares. O exército de Aparício Saraiva deve acampar amanhã junto a [fl. 138v.] nós.

7 de julho. À noite, chegou o Coronel Rafael Cabeda e propôs um pedido de armistício ao General Galvão para poder ouvir-se os amigos chefes que estão ausentes. Opus-me a essa idéia por que, conhecidos como são os intuitos da revolução, é dispensável essa audiência. Entendo mais que a demora em tratar da paz pode ser prejudicial ao nosso exército no estado de nudez em que se acha, sendo possível a sua dispersão.

8 de julho. Chegou o exército que acampou o Pirai acima desde o Passo do Viola. Está a pé e nu. Disse-nos o General Aparício que não pôde vir ontem porque tinha que marchar a noite com geadas que faziam perigar, por enregelação, os nossos soldados nus, os quais passam a noite aquecendo-se ao fogo. Cabeda insiste pelo armistício que continuo a combater. O General Aparício entende que se deve condescender com Cabeda para evitar o desgosto entre os companheiros. O Coronel Estácio também opina por um armistício de 20 dias ou um mês. O General Tavares está disposto a [fl. 139] condescender. Às 7 ½ horas da noite, chegou o piquete que deve acompanhar o General Tavares a Bagé.

9 de julho. Partimos do Viola às 7 ½ horas da manhã. Os campos estão cobertos de gelo. A água congelada. Entramos em Bagé às 4 horas da tarde. A população nos esperava na praça do mercado, junto ao teatro, acompanhando-nos, silenciosa, até a casa do General Tavares

10 de julho. Às 8 horas da manhã, partimos em trem expresso acompanhados de uma força de linha para Pelotas. Em Piratini, encontramos o General Galvão de Queiroz. Aí teve lugar a conferência. Ponderou o General Galvão que estava a agir de modo a fazer retirar-se do Governo o Julio de Castilhos, mas que não podia fazer depô-lo pela Força Pública. Para aquele fim necessitava uma declaração expressa do General Tavares de que não atentava nem contra o Governo Federal, nem contra a República, que apenas combatia a revolução ao governo de Julio de Castilhos e que estava disposto a depor as armas diante [fl. 139v.] das autoridades da União, obtendo-se a reorganização do Estado de acordo com a Constituição Federal. O General declarou

que não tinha dúvida em fazer a declaração, contanto que fosse retirado o Dr. Castilhos. Declarando o General Galvão que isso era da sua política. Foi lavrada a ata com aqueles dizeres e concedido o armistício pedido pelo General Tavares pelo prazo de um mês, podendo ser prorrogado até conseguir-se o desideratum, retirada de Castilhos. Tudo o mais considerava o General Galvão secundário, dependente do *modus faciendi*. O General Galvão seguiu em trem expresso para Pelotas e nós regressamos amanhã para Bagé e de lá para o acampamento. Muitos revolucionários do Estado-Maior do General Tavares, com Cabeda e Estácio Azambuja foram de passeio a Pelotas.

11 de julho. Chegamos a Bagé às 5 horas da tarde. O contentamento é geral na população e no Exército, que declara, por seus oficiais, não brigar mais contra os federais. O Coronel Carlos Telles proibiu às suas forças chamar os federais de maragatos. Em Pelotas, foram [fl. 140] os nossos companheiros recebidos com provas de simpatia.

16 de julho. Chegaram os companheiros de Pelotas. No dia 18, seguiremos para a fronteira.

20 de julho. Cheguei a Melo. O General Tavares no dia 18 foi para o acampamento conferenciar com o General Aparício e de lá seguia para Jaguary. Gaspar seguiu de Buenos Aires para a fronteira oriental, dizem, conferenciar com o General Tavares. Eu penso que a vinda de Gaspar é devida a chamado do Rafael Cabeda que, desde que nos encontramos, exige que se faça reunião para assentar bases para pacificação nomeando-se delegado com poderes para tratar com o governo.

21 de julho. Passei ao Dr. Manoel Vitorino, Vice-Presidente da República, o seguinte telegrama: "Felicitos bom resultado seus esforços. Toda população Estado aclama pacificação. Exército satisfeito resultado conferência gerais. Armistício indeterminado. Convém Senado tratar urgência reorganização Estado nomeando-se reorganizador, decretar anistia, auxílios indústrias conforme plano em poder Ministro Fazenda. Compete câmaras completar trabalho feito."

22 de julho. Hoje escrevi ao Dr. Manoel Vitorino [fl. 140v.] Pereira a seguinte carta: "Com o mais vivo contentamento comunico a Vossa Excelência que no dia 11 reabriu-se a conferência dos Generais Galvão e Tavares, a qual fui presente, reinando a maior cordialidade e boa vontade de parte a parte. Depois de muitas considerações de um a

outro, contentou-se o General Galvão em que se lavrasse uma ata consignando-se que a revolução nunca tivera intuitos restauradores, nem atentara contra o Governo da União, que estava pronta a depor as armas perante o representante federal, desde que encontrasse as devidas garantias e obtivesse a reconstituição do Estado de acordo com a Constituição da República. Bem vê, o meu amigo, não houve propriamente “tratado de paz”, mas tudo leva a crer que ela, a paz, será o resultado da conferência. O que se passou conserva-se em absoluto segredo. O General Tavares fez questão da retirada do Castilhos; Galvão prometeu obtê-la certo de que não haveria deposição das armas, enquanto aquele resultado não fosse conseguido. Portanto a questão está dependente dos atos do governo federal e da habilidade do General Galvão, completados pelo Congresso. Foi por isso que lhe telegrafei no dia 21 nos seguintes termos: “Felicito bom resultado seus [fl. 141] esforços. Toda população Estado aclama pacificação. Exército satisfeito resultado conferência gerais. Ar[mis]tício indeterminado. Convém Senado tratar urgênc[ia] reorganização Estado, nomeando-se reorganizador, dec[re]tar anistia, auxiliar indústria conforme plan[o] em poder Ministro Fazenda. Compete Câmaras completar trabalho feito.” Creio bem que decretada a inconstitucional organização do Rio Grande, está o Governo habilitado a agir de modo a term[inar] o estado aflitivo em que todos nos achamos. As outras medidas são complementares. Duran[te] os 7 dias em que estivemos em Bagé, recebemos as mais significativas provas de que o Exército não brig[a] mais contra os federalistas e se o fizer, é constran[gido, produzindo-se defecções. A um chefe ouvi estas palavras: ‘Eu poderei brigar contra os senho[res], mas estes pica-paus me não de pagar.’ E sa[be] o amigo por quê? Porque estão convencidos de que foram iludidos, que se batiam para sustentar ‘uma quadrilha de ladrões’ como, em tom indignado, se expressou um coronel de linh[a], referindo-se aos grandes escândalos descobertos pelo General Galvão. Eis, pois, em termos breves, a sit[ua]ção [fl. 141v.] que Vossa Excelência já tinha percebido, fazendo-a sentir, em parte, ao Sr. Presidente da República. Receba as min[has] saudações e creia na sincera estima e dedicação de quem é. De Vossa Excelência.”

24 de julho. O Correio Mercantil de Pelotas traz um telegrama do Rio datado de 16 do corrente, assinado por Nascimento, Pedro Osório, Massot, Piratinino e publicado no Paiz daquela data, declarando oporem por todos os meios a reconstituição do Estado com a intervenção do Governo Federal. Constando quase certo ser essa uma das cláusulas da Pacificação da conferência Tavares e Galvão.

26 de julho. Mister Jones, chefe dos telégrafos em Montevidéu, comunica-me que tendo pedido à estação de Porto Alegre comunicação direta com o Rio a fim de passar o meu telegrama ao Dr. Manoel Vitorino, respondeu-lhe o Dr. Guillon que não o podia fazer sem ordem do Ministro da Indústria. Em consequência, telegrafei-lhe pedindo que de modo algum passasse o dito telegrama.

28 de julho. Telegrama do Rio para a “Razón” diz ter chegado ao Rio no dia 22, o Coronel Wolf, emissário do General Galvão, com os papéis relativos à pacificação; que nesse mesmo dia foi recebido pelo Presidente da República e, reunido o Ministério [fl. 142], discutiu o assunto guardando-se sobre a resolução do governo o maior segredo – bem como sobre as condições da revolução.

31 de julho. Carta do Dr. Ferreira de Araújo interpela-me sobre a existência da cláusula – organização do Estado com a intervenção do governo federal – na conferência dos generais. A que respondi com a palavra Andrômio que quer dizer não existe semelhante cláusula, pela simples razão de que entre esses generais não se lavrou tratado de paz. Da discussão resultou lavrar-se uma ata declaratória dos intuítos e aspirações da revolução, combinando-se um armistício indeterminado, ata que foi submetida ao governo central.

8 de agosto. O Jornal do Commercio de 16 do mês passado traz a descrição do último combate do Aquidabam em Santa Catarina, as ordens recebidas do Almirante Mello, o seu procedimento e, afinal, o abandono do navio. É documento digno de ser arquivado.

10 de agosto. O General Tavares seguiu no dia 30 do passado para a casa do Galvão Machado a convite de Gaspar Martins, João Costa, Cabeda e outros para uma conferência no dia 1º do corrente. [fl. 142v.] Não tinha regressado até o dia 5 devido, talvez, às grandes enchentes.

14 de agosto. Ontem cheguei a esta cidade de Pelotas sem que incidente algum aparecesse. Estive hoje com o General Galvão, que consta fazer a paz na nova conferência que pediu ao General Tavares e que deve realizar-se em Bagé no dia 23 do corrente. Falou-me nas cartas confidenciais recebidas do Prudente de Moraes, nas boas disposições manifestadas em favor dos federais e nada mais. Conferenciei com Estácio Azambuja que veio do exército em missão do General Tavares. Estácio não ficou muito satisfeito com a conferência que teve com Galvão. Amanhã segue um emissário com carta deste,

minha e do Estácio para o General Tavares com quem nos devemos encontrar no dia 20.

17 de agosto. Às 11 horas da manhã, fui convidado pelo General Galvão para ir a sua casa falar-lhe. Disse-me que desejava que o General Tavares viesse a esta cidade para a conferência, convicto como estava que a paz se faria e queria dar ao ato da pacificação a maior pompa. Prometi que o General viria e amanhã sigo para Bagé para regressar com ele. [fl. 143]

22 de agosto. Chegamos a Pelotas. Não se descreve a manifestação popular de que foi alvo o General Tavares, apesar de só se saber à última hora de sua chegada. À noite procurou-me da parte do General Galvão o Domingos Paiva, incumbido de preparar o espírito do General Tavares para a conferência projetada, visto o governo não aceder à revisão da Constituição do Estado, senão depois da deposição das armas e a requerimento dos federalistas; só prometia garantias de vida e propriedade, cuja efetividade o General Galvão não garantia, porque pensava retirar-se logo depois de assinado o tratado de paz. Respondi que para isso era escusado conferenciar, e mais extravagante era ainda o convite para nova conferência depois do que se tinha passado na primeira cuja ata estava em meu poder. Entretanto o General Galvão prepara grande parada para hoje às 2 horas e grandes festas para solenizar a pacificação do Estado!

23 de agosto. O Barão do Arroio Grande disse-me que recebera do General Galvão pedido igual ao feito ao Domingos Paiva e que depois de muito refletir, ia responder- [fl. 143v.] lhe em carta, ponderando-lhe a inexeqüibilidade de qualquer acordo para paz sem efetivamente dar garantias prometidas pelo Governo, e que estas só podiam vir com a revisão da Constituição e conseqüente reorganização do Estado. São 11 horas da manhã e ainda não está designada hora para a conferência. À 1 hora da tarde reuniram-se os Generais, (fui presente) para tratar da pacificação. O General Galvão, depois de mostrar as cartas do Dr. Prudente de Moraes e do Dr. Manoel Vitorino, expôs o seu modo de pensar sobre a situação do Governo, as intrigas palacianas que originavam dificuldades e propôs o desarmamento como um meio de facilitar ao governo e ao Congresso as medidas garantidoras de todos os direitos dos revolucionários e a revisão da Constituição que devia ser pedida pelo General Tavares. Este declarou que estava disposto a aceitar as garantias oferecidas pelo Governo, mas que não depunha as armas senão depois da efetividade das garantias e da revisão da

Constituição; fazendo considerações que foram atendidas pelo General Galvão, convencionando-se lavrar- [fl. 144] se uma ata em que ficassem consignadas essas considerações e a obrigação dos dois generais de promoverem, perante o Congresso, a revisão da Constituição do Estado, convencionando-se no não desarmamento, enquanto tudo não estiver feito, sem fazer-se menção na ata dessa convenção. Em consequência foi imediatamente passado aos Presidentes do Senado e Câmara dos Deputados os seguintes telegramas: “ Congratulamo-nos com o Congresso Nacional pela pacificação do Estado do Rio Grande do Sul que acabamos de assinar. Dependendo a consolidação da paz e o conagraçamento da família rio-grandense da efetividade e permanência no gozo dos direitos e garantias constitucionais que o governo da República promete aos que depuserem as armas, da revisão da Constituição do Estado que é indubitavelmente contrária à Lei Federal, esperam os abaixo assinados o patriotismo e justiça do Congresso que essa revisão seja tomada na devida consideração. General Gal[vão] de Queiroz – General Silva Tavares.” A ata é concebida nos seguinte termos: “Aos 23 dias do mês de Agosto de 1895, sétimo [fl. 144v.] da República, no Quartel do Comando do 6º Distrito Militar e de todas as forças em operações no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas reunidos os Generais Inocêncio Galvão de Queiroz e João Nunes da Silva Tavares o 1º Comandante em Chefe e o 2º Chefe das forças revolucionárias contra o Governo do Dr. Julio de Castilhos para ajustarem a pacificação do Estado, foi pelo General de Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz declarado em nome do Presidente da República: Que o Governo da União tomando em consideração a proposta de paz que por intermédio das forças legais lhe fora presente, resolvera aceitar duas das condições da mesma proposta, recusando a terceira por estar fora das atribuições do Poder Executivo da República determinar a revisão das Constituições dos Estados e ser isso de competência exclusiva do Poder Legislativo; Que o Governo entende ser dever do Poder Público Federal e Estadual assegurar a todos os brasileiros obedientes à lei a posse [fl. 145] efetiva do livre exercício de todos os direitos e garantias que a Constituição lhes confere e a sinceridade do regime republicano impõe; Que depostas as armas pelos revolucionários, com a sua submissão à lei, o governo cump[ri]rá esse dever em relação a eles e não consentirá que seja iludido; Que tais garantias não importam anistia, que só o Congresso Nacional pode conceder, e concederá provavelmente, desde que os rebeldes deponham as armas, visto já lhes ter negado por se acharem eles com

as armas na mão; Que cessada a luta armada no Sul não só os revolucionários como os que lutaram pela legalidade e os que não tomaram parte na luta ficarão todos com direito para reclamarem pelos trâmites legais, de quem de direito a indenização dos prejuízos que houverem sofrido. Exposta a decisão do Governo Federal pelo General Galvão de Queiroz e consultado a respeito o General J. N. da Silva Tavares respondeu este: [fl. 145v.] Que a condição da revisão da Constituição do Estado exigida pelos revolucionários para deposição das armas não foi com vistas ao Governo Executivo da República. Esperam os revolucionários que tendo dela conhecimento, o Congresso resolvesse acerca do assunto a fim de firmarem real e duradoura paz no Rio Grande do Sul. Esperança que ainda nutrem, porquanto quaisquer que sejam os bons desejos e a sinceridade do Presidente da República afirmando a efetividade dos direitos e garantias prometidos, serão tais direitos e regalias ilusórios diante da impossibilidade de uma fiscalização permanente e efetiva sobre a Justiça e o governo que se baseiam numa Constituição contrária à Lei Federal. Que confiantes no patriotismo e lealdade do Chefe do Governo da União deporão as armas para que o fato de se acharem em luta armada não seja empecilho a que se lhes reconheça a justiça da causa pela qual, até hoje, se têm batido. E que outra não foi senão a necessidade de repelirem, pela [fl. 146] força, as violências e o arbítrio de um poder discricionário e inconstitucional, que acredita no critério e justiça do Congresso Federal para o qual <apela> em nome de seus companheiros no momento em que estes depuserem as armas. O que, no dizer do Governo da República, lhes permite gozarem dos direitos e regalias que o Poder Público deve assegurar a todos os cidadãos brasileiros. Que os revolucionários não fizeram questão de indenização dos prejuízos que sofreram nem reputam favor ou concessão. E que o Governo promete a todos e que decorre da simples condição de brasileiros que são; que não acredita que o Governo deseja desarmá-los para persegui-los pelo fato de se haverem revoltado contra o Governo do Estado, porquanto seria isso o requinte da má-fé. Que tem na correção e lealdade do Exército brasileiro os mais significativos penhores para não recusarem entrar em acordo de que depende a sua intervenção para efetividade das garantias oferecidas. Que [fl. 146v.] ele, chefe dos revolucionários, não pode, porém, prescindir para a terminação da luta que o Comandante em Chefe das forças legais tome também o compromisso de dirigir-se ao Congresso da União pedindo o exame da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul que vai de encontro à Lei Federal. E o General em Chefe das forças legais

anuindo a essa exigência, lavrou-se a presente ata que o Capitão secretário Herculano Antônio dos Santos escreveu. General Inocêncio Galvão de Queiroz, General João Nunes da Silva Tavares. Em consequência dessa ata, passou-se imediatamente o telegrama que fica transcrito esperando-se o procedimento do Congresso. Imediatamente o General Galvão, com surpresa minha, proclamou a pacificação do Estado. A artilharia salvou com 21 tiros e as festas públicas e aclamações seguiram-se até a noite. A ata que foi assinada pelo General Tavares e que não foi lida, está alterada, colocando os verbos no presente quando nas notas estavam no futuro e [fl. 147] faz acréscimos em relação à deposição das armas perante o Exército federal. O que parece extraordinário!

24 de agosto. O Diário Popular publica um boletim que está em apenso. Nesse está o telegrama passado pelos Generais ontem transcrito, completamente alterado do original assinado em minha presença. O General Tavares conferencia com o General Galvão desde as 2 horas da tarde. São 4 ½, chega o General Tavares da conferência a que assistiram Estácio e Cabeda.

25 de agosto. Continuam as festas iniciadas pela pacificação. Está combinada a simulação <do desarmamento.>

30 de agosto. Em Bagé, o Dr. Cândido Bastos remeteu ao Conselheiro Silveira Martins uma exposição dos motivos que nos levaram a lavar a ata e telegrama em que se inicia a paz, baseada na carta de Aparício Saraiva e na opinião dos companheiros de guerra de que era necessário ganhar tempo, caso não fosse poss[í]vel acordo com o General Galvão, à vista do estado crítico de nossas forças a pé e sem munições. Esses documentos são os seguintes: “Exmo. Sr. General João N. da Silva Tavares. Na última vez que juntos estivemos me disse Vossa Excelência que estava com 300 cavalos [fl. 147v.] tratados, e julgando eu agora de oportunidade recebê-los, peço a Vossa Excelência providenciar para que me sejam entregues quanto antes, pois o nosso estado de animalada é tal que para curtas mudanças de acampamento já temos carretas tratadas para a condução dos arreios de grande número de praças que marcham a pé. De Vossa Excelência companheiro e amigo General Aparício Saraiva.” Santa Maria 19 de agosto 1893 [sic]” Exposição de motivos remetida ao Conselheiro Martins e exército pelo Dr. Cândido Tavares Bastos: “Quando nos encontramos com o General Tavares, mostrou-nos este uma carta do General Aparício Saraiva em que dizia ter contratado carretas para transportar os arreios

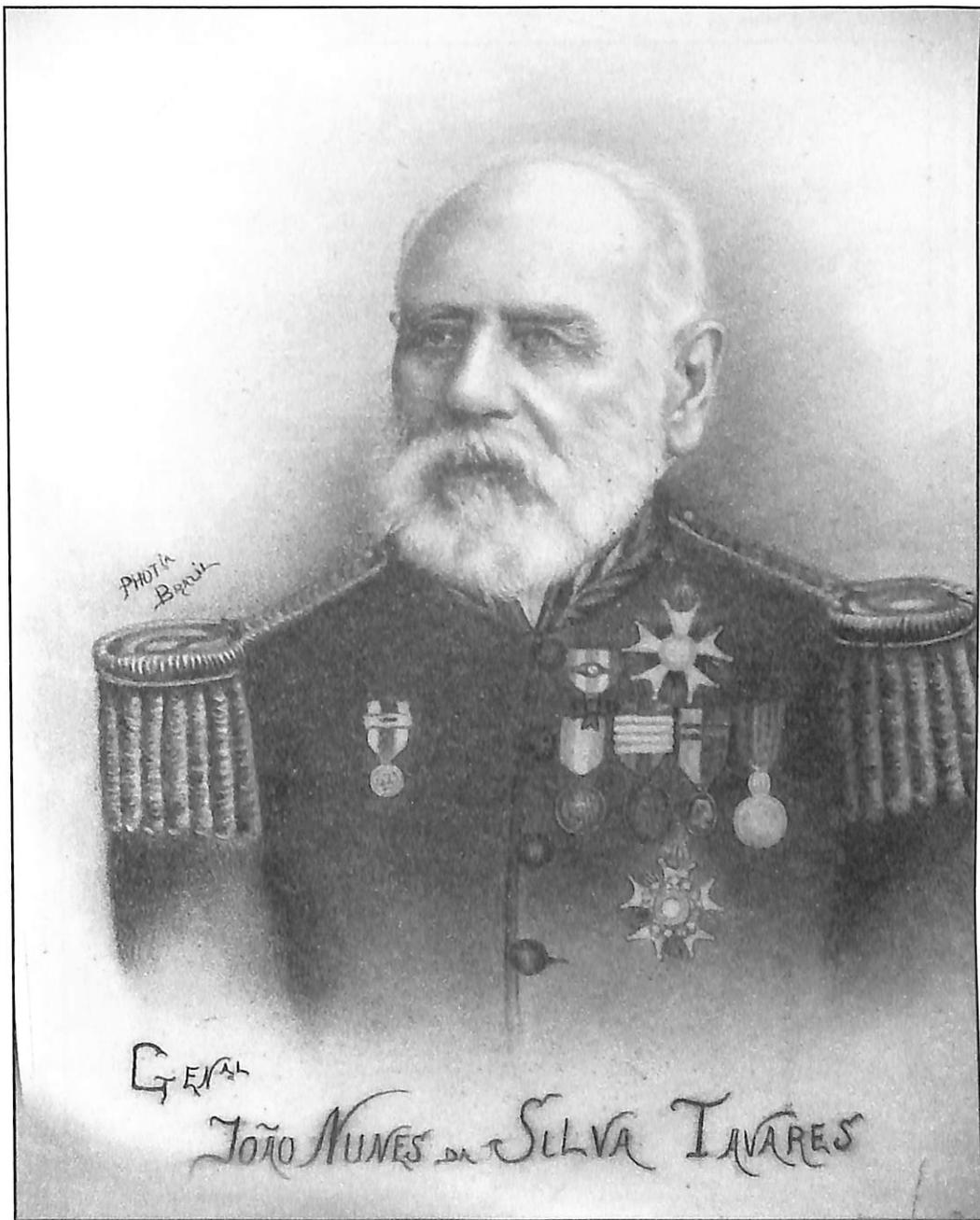
dos soldados de um acampamento para outro por falta absoluta de cavalos. Devido a isso mandara arrebanhar eguada pelas estâncias para ter ao menos com que fazer as carneadas, segundo comunicação verbal confirmada por Estácio e Cabeda. O exército não está suprido de roupas e era preciso proporcionar meios de vesti-lo para o que o Aparício, Cabeda e outros [fl. 148] mandaram fazer casacos, bombachas etc; e em Pelotas e Rio Grande correm listas de subscrição para esse fim. Além disso, não tem munições para uma hora de fogo e está muito próxima à divisão do João Francisco incitada pela vitória do Campo Osório. Era opinião de todos que, mesmo que o Governo não quisesse aceitar as condições de paz por nós apresentadas, era necessário encetar negociações, a fim de ganhar tempo para preparar-nos para a luta. Nestas condições e des[a]gradável perspectiva iniciaram-se as negoci[a]ções. Com o General Galvão deu-se o seguinte: mostrou-nos carta do Prudente e instruções que tinha as quais limitavam-se às garantias de vida e propriedade, devendo romper logo as hostilidades caso não fossem aceitas as condições pelos rev[o]lucionários. Em vista de tais condições que estavam em completa oposição às aspirações dos revolucionários e instruções em poder do General Tavares, era o caso de dar por terminada a negociação de paz, se estivéssemos em condições de defe[n]dermo-nos. Porém o fato de ser necessário ganh[ar] tempo e à vista da carta do Manoel Vitorino [fl. 148v.] fez com que procurássemos por outro meio ver se podíamos conseguir salvar a preliminar da primeira conferência, isto é, a revisão da Constituição do Estado pelo Congresso Nacional. Manoel Vitorino dizia em carta ao General Galvão que o Governo não podia intervir no Congresso para a revisão da Constituição, mas que o Congresso tinha forçosamente de revê-la, esperando-se, nesta ocasião, o rompimento de Castilhos e que seria esta a ocasião do Governo Agir. Dizia também que os revolucionários deviam, de algum modo, depor as armas e esperar a revisão. Do que ficou estabelecido nessa ata e do conteúdo do telegrama passado pelos dois generais ao Congresso, vê-se que a pacificação está apenas iniciada dependendo a sua efetividade da revisão da Constituição. Eis o meio que nas circunstâncias atuais encontramos para atender à nossa situação. Lançamos uma cartada que, tendo a virtude de ganhar tempo de que tanto carecemos, pode também trazer a revisão da Constituição e com ela a realização [fl. 149] de nossas aspirações. Em conversa particular com o General Galvão, este opina que devemos conservar as nossas forças reunidas, por enquanto fazendo-se um simulacro de desarmamento até a decisão do Congresso.

Disse que já tinha recebido telegrama dizendo que o projeto de anistia entrou em discussão no dia 27 e que logo seria apresentado o da revisão da Constituição. Pensamos que o General, o Cabeda e o Estácio devem amanhã chegar a esta cidade (Bagé), e se alguma coisa mais ocorrer de interesse, lhe será comunicado. Talvez fosse muito vantajoso que você viesse para a fronteira pois que daqui melhor apreciaria os acontecimentos.”

5 de setembro. Regressei de Bagé. O General Galvão trata do desarmamento dos revolucionários pela forma combinada. À vista de certas ocorrências, é possível que surjam dificuldades, por isso aconselhei ao Cabeda que mandasse chamar Gaspar ao Galvão Machado para salvar as que aparecessem na fronteira, visto insistirem os amigos pela minha ida ao Rio. Amanhã conferenciarei com o General Galvão.

6 de setembro. Conferenciei com o General Galvão, [fl. 149v.] que continua na melhor disposição para levar a efeito as combinações particulares em que entrou com o General Tavares. Amanhã seguem General Tavares, seu Estado Maior, Cabeda, Estácio e outros companheiros para o acampamento. Também vai o Coronel Toledo Ribas, comandante da Brigada que vai estacionar em D. Pedrito com o fim de desarmar os revolucionários. O General Galvão mostrou-me carta de 30 passado, do Dr. Aristides Galvão, noticiando que a revisão da Constituição é questão vencida na imprensa e na opinião dos homens sensatos, que breve será apresentado o projeto no Congresso e que nessa ocasião, disse Galvão, ir auxiliar.

7 de setembro. [sic] Seguiram para o interior o General Tavares e a sua comitiva bem como o Coronel Ribas. Vão todos satisfeitos.



João Nunes da Silva Tavares



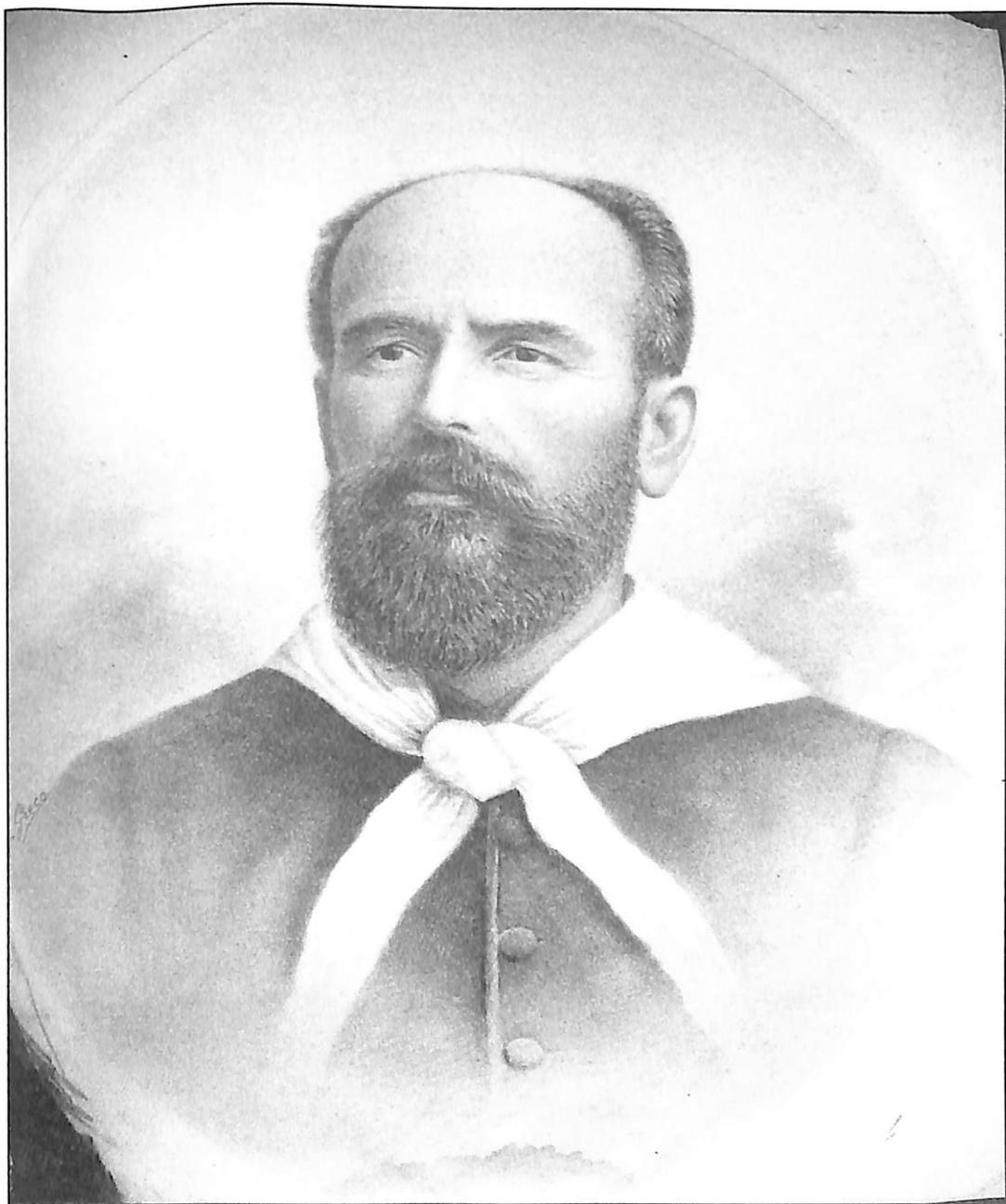
Francisco da Silva Tavares e família



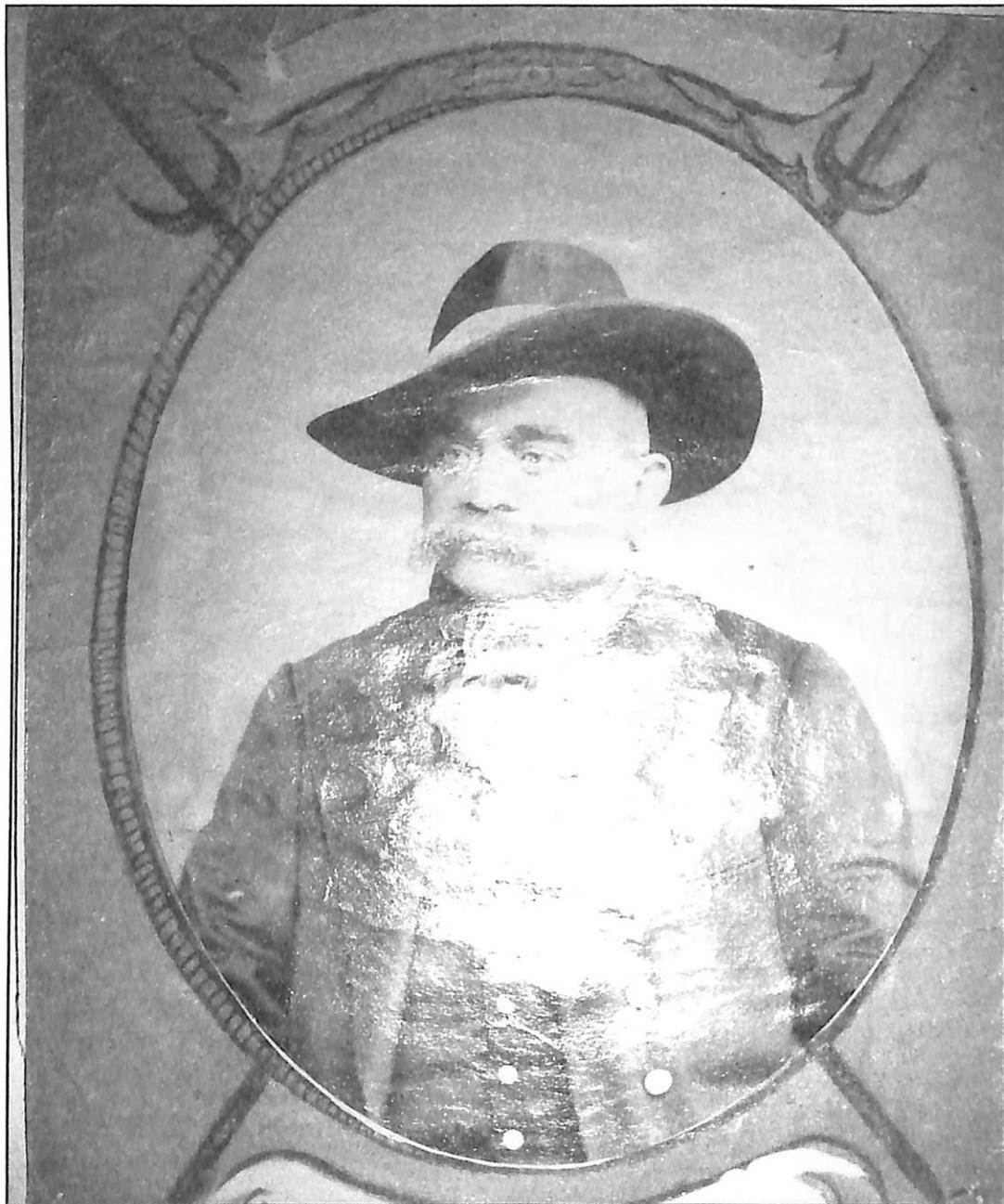
Gaspar Silveira Martins



Luís Felipe Saldanha da Gama



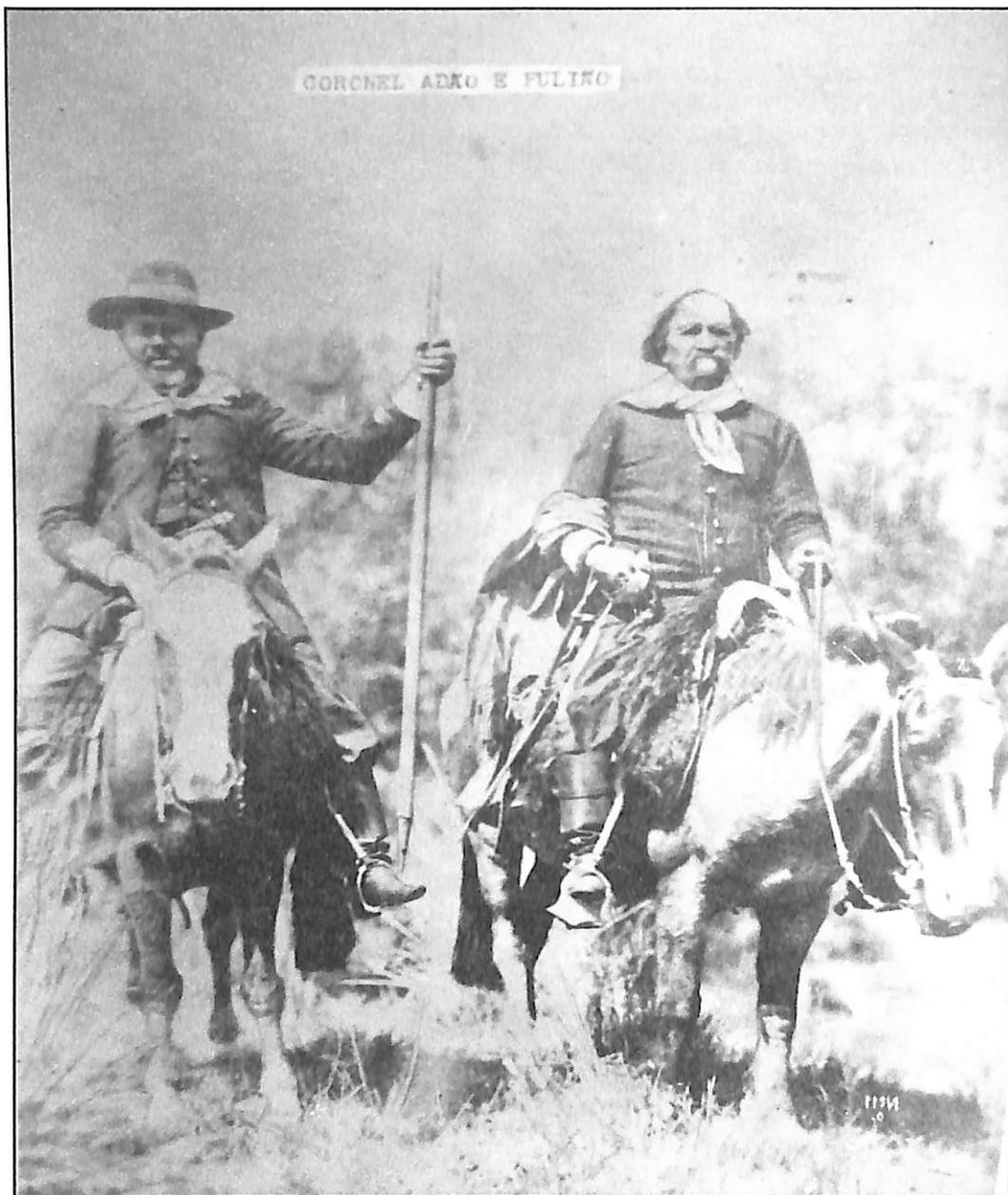
Gumercindo Saraiva



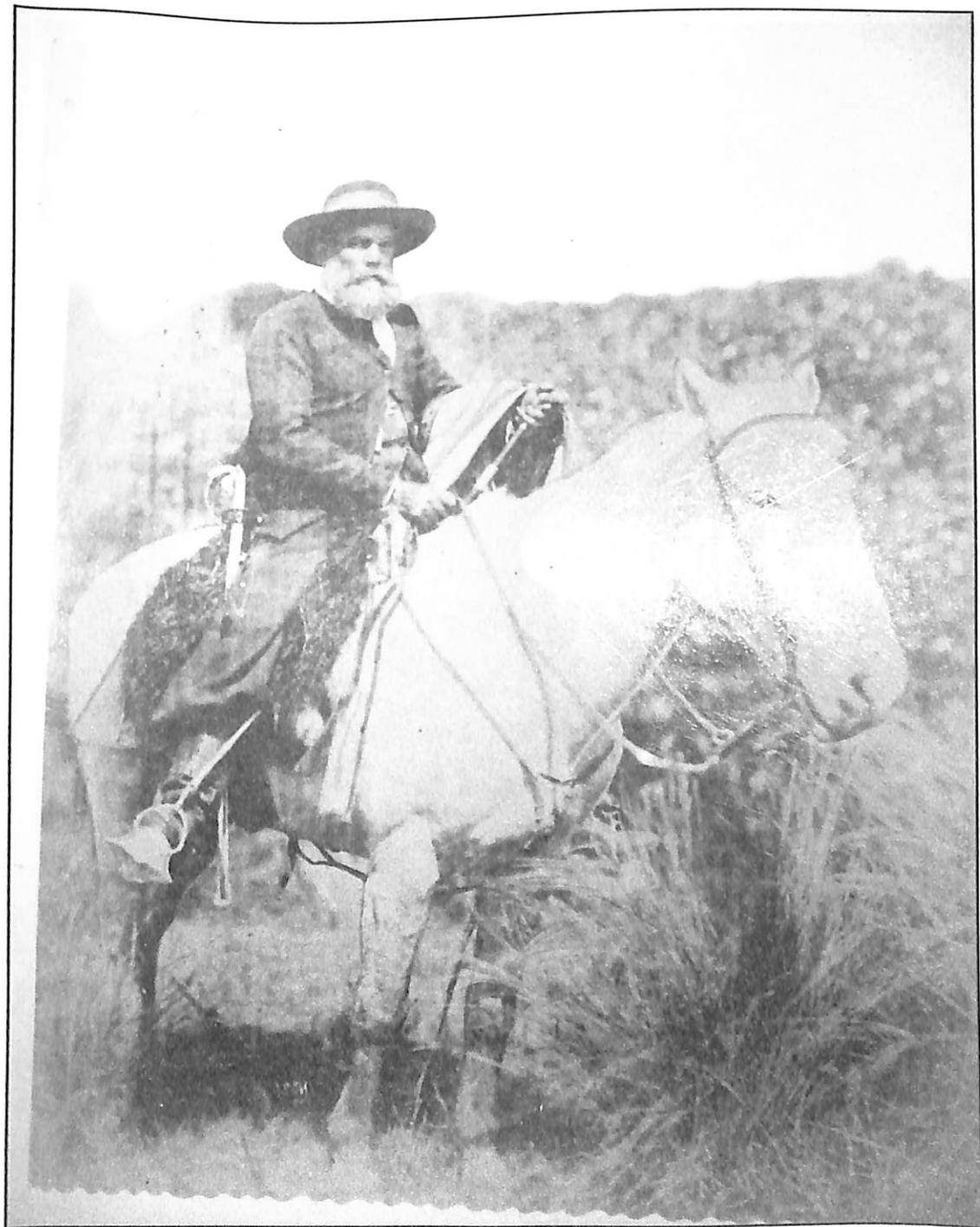
General Carlos da Silva Piragibe



Aparício Saraiva



Adão Latorre e Fulião



Torquato Severo



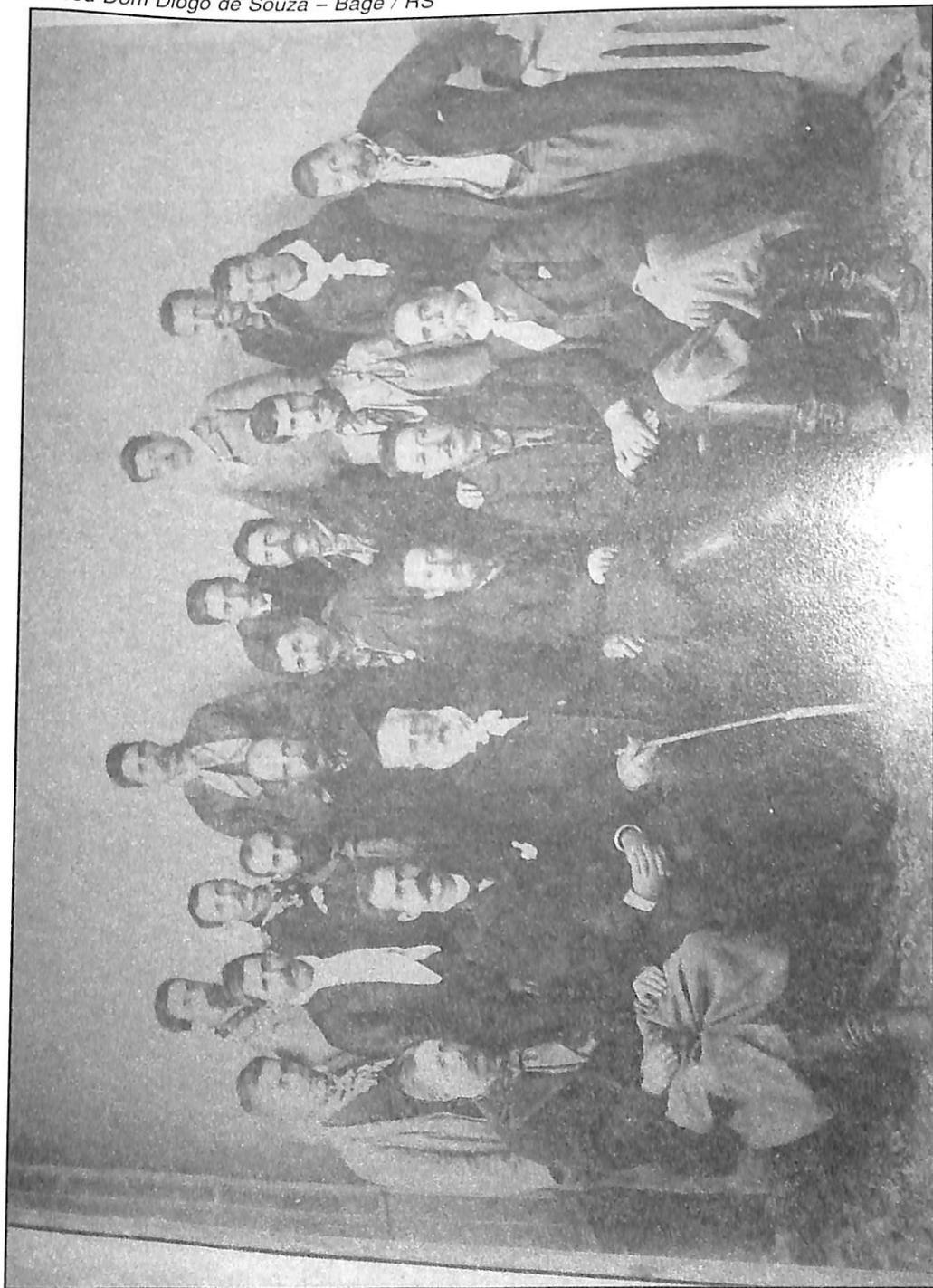
Juca Tigre (José Serafim de Castilhos), Luis Alves Oliveira Salgado e outro.



Tenente-Coronel Bento Xavier; Maj. Afonso Nunes; Tenente-Coronel Francisco Wenceslau Pereira (Chiquinote), Bentolino Nunes, Candido Simão e Carlos Libindo.



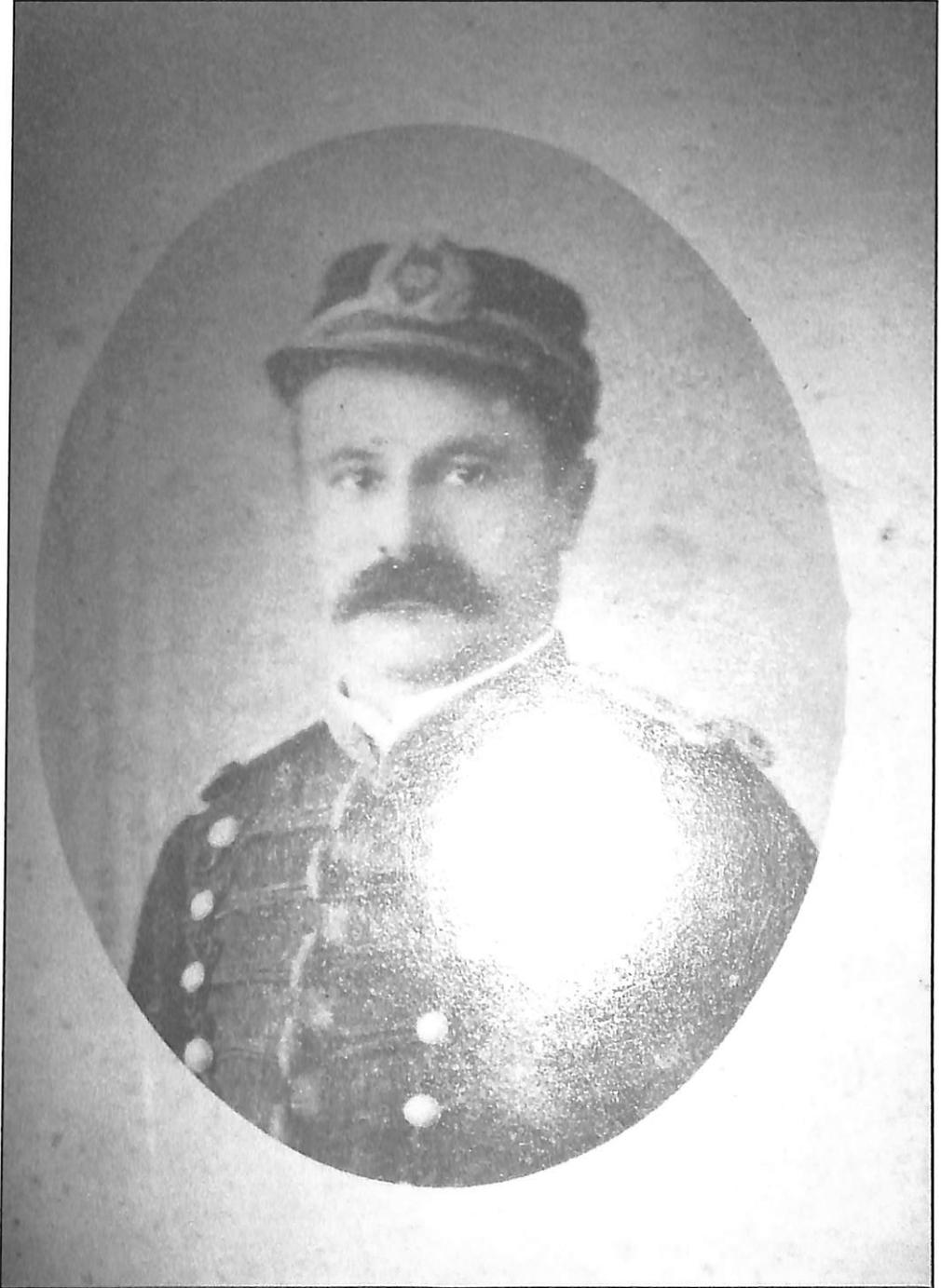
Fundação do Partido Federalista



Membros do Partido Federalista



Coronel Carlos Maria da Silva Teles



General Joaquim Pantaleão Telles de Queirós (Quinca Telles)

Coronel Pedroso



Instituto -

Coronel Manoel Pedroso de Oliveira

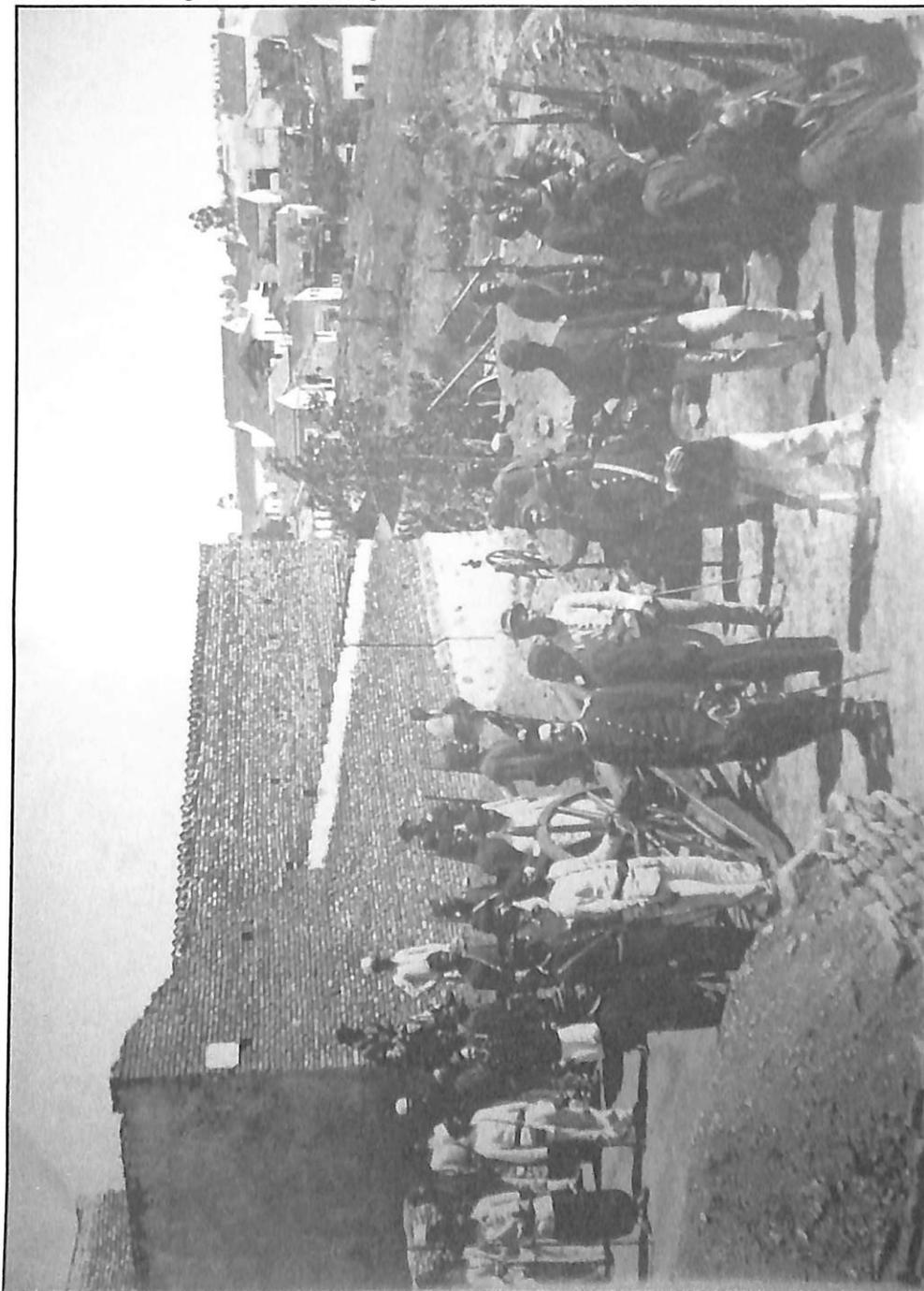
Martir de guerra morto em
no combate de São Pedro

Sua

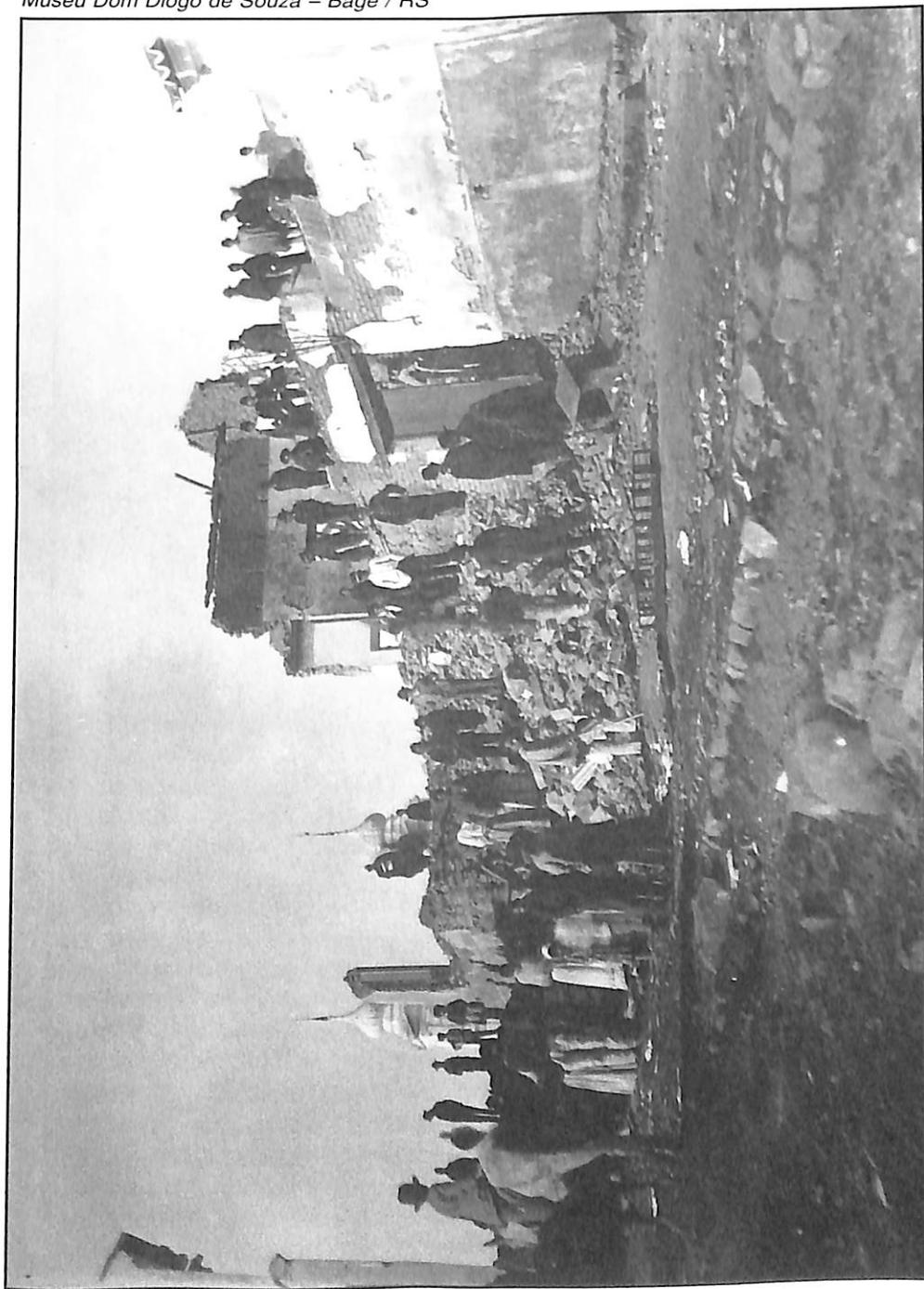
Coronel Manoel Pedroso de Oliveira



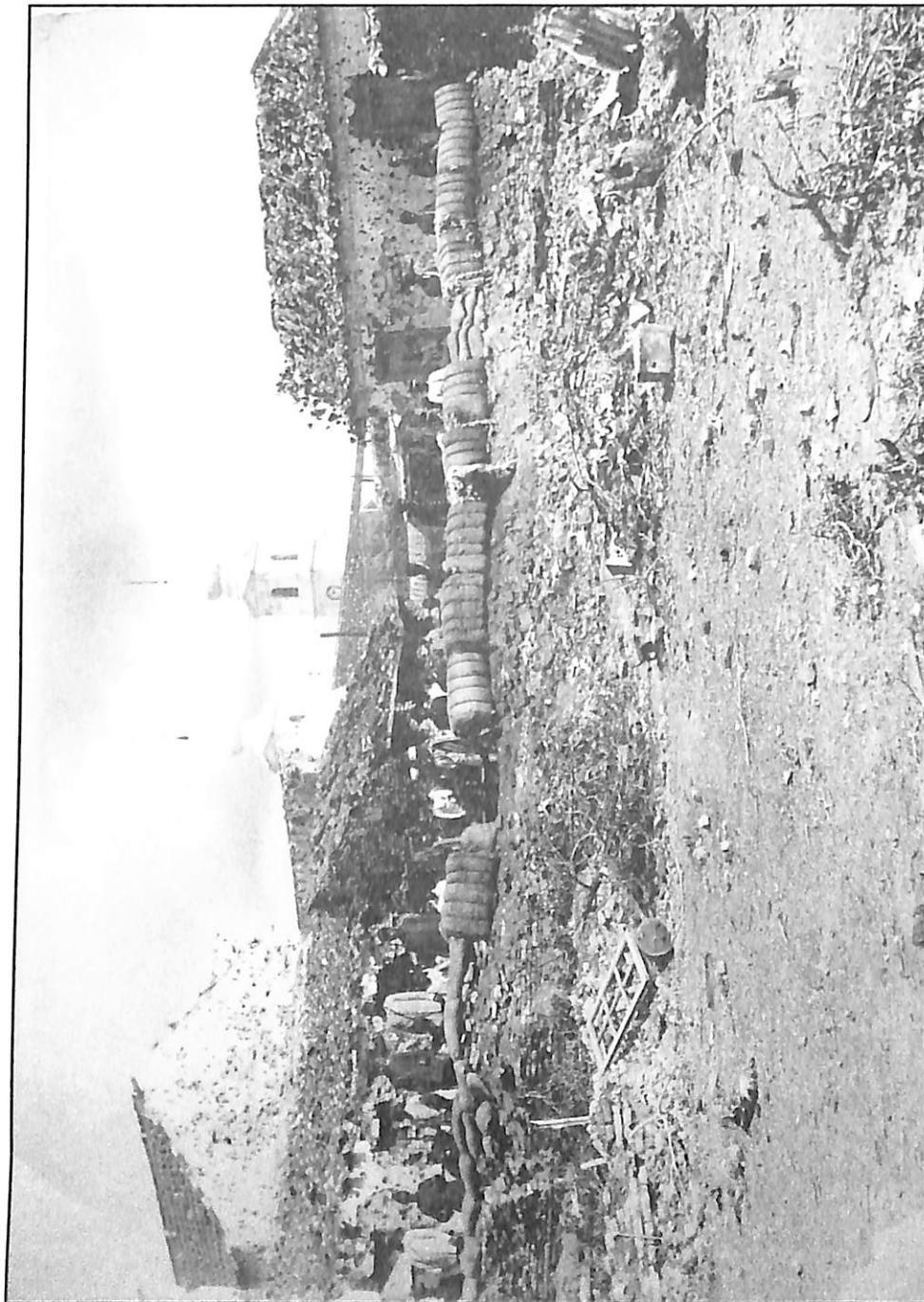
Corpo Comandado pelo Coronel Carlos Libindo.



Explosão da Casa da Pólvora (Barão do Amazonas), Bagé.



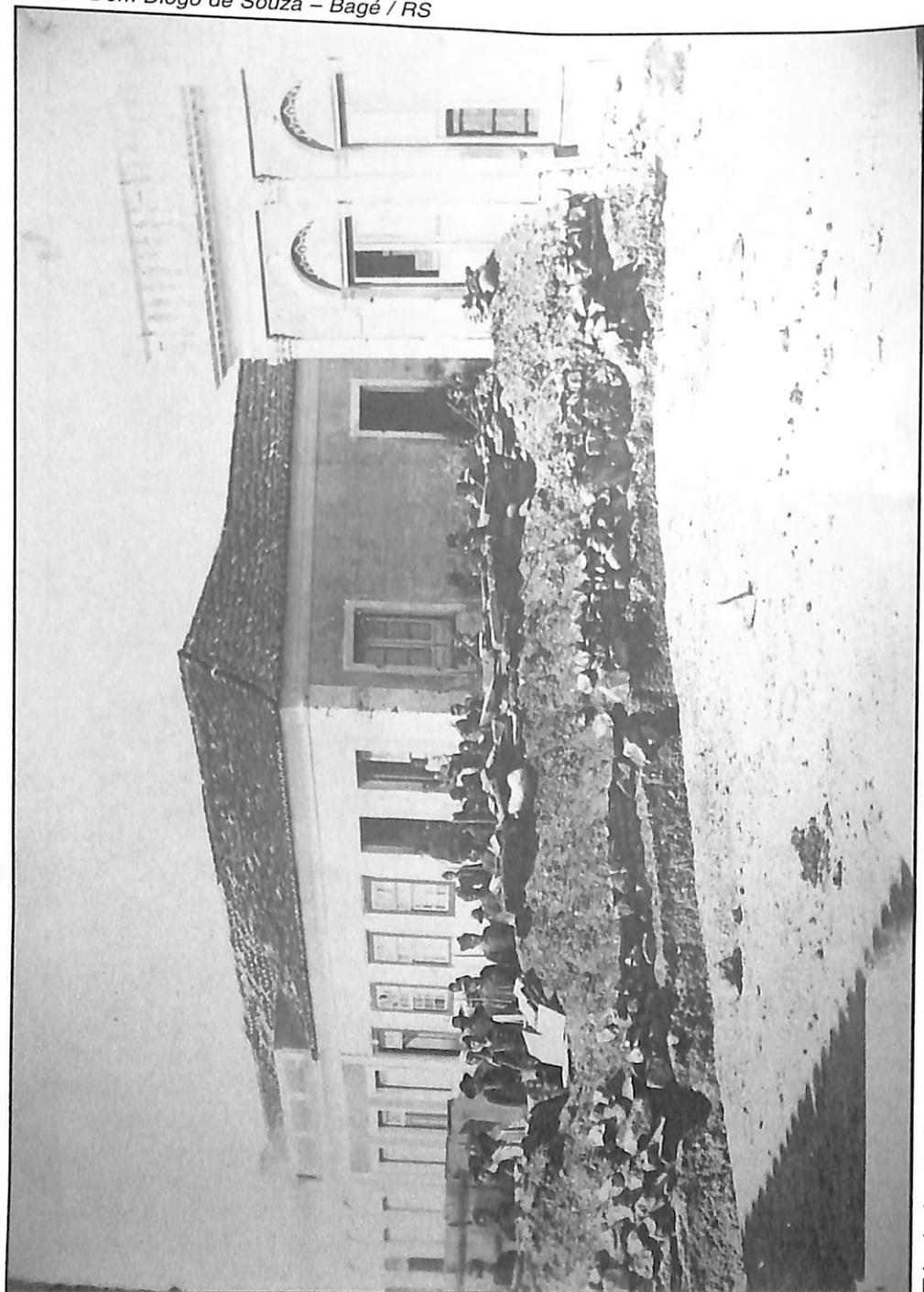
Explosão da Casa da Pólvora (Barão do Amazonas).



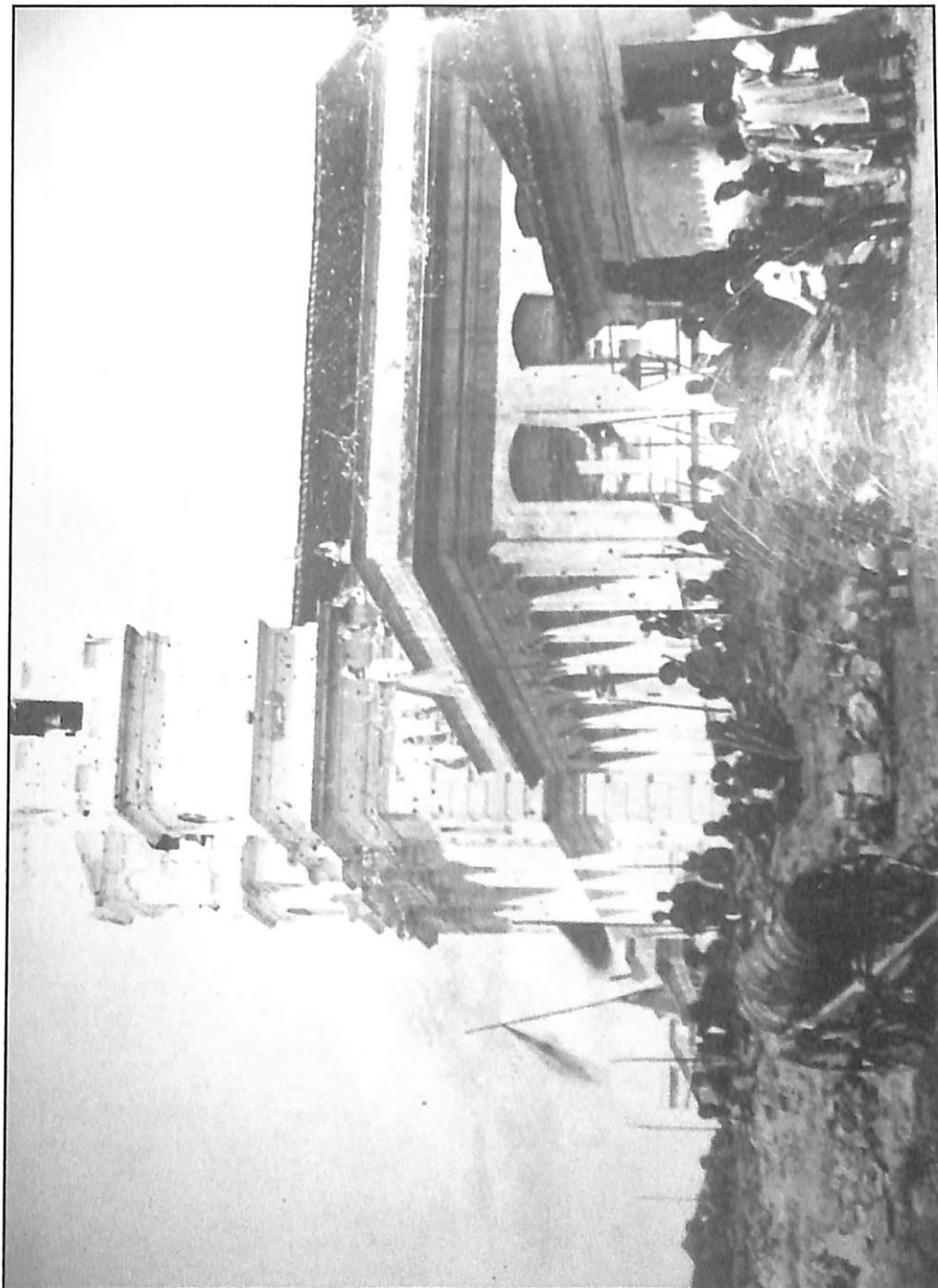
Trincheira da Rua Conde de Porto Alegre, Bagé.



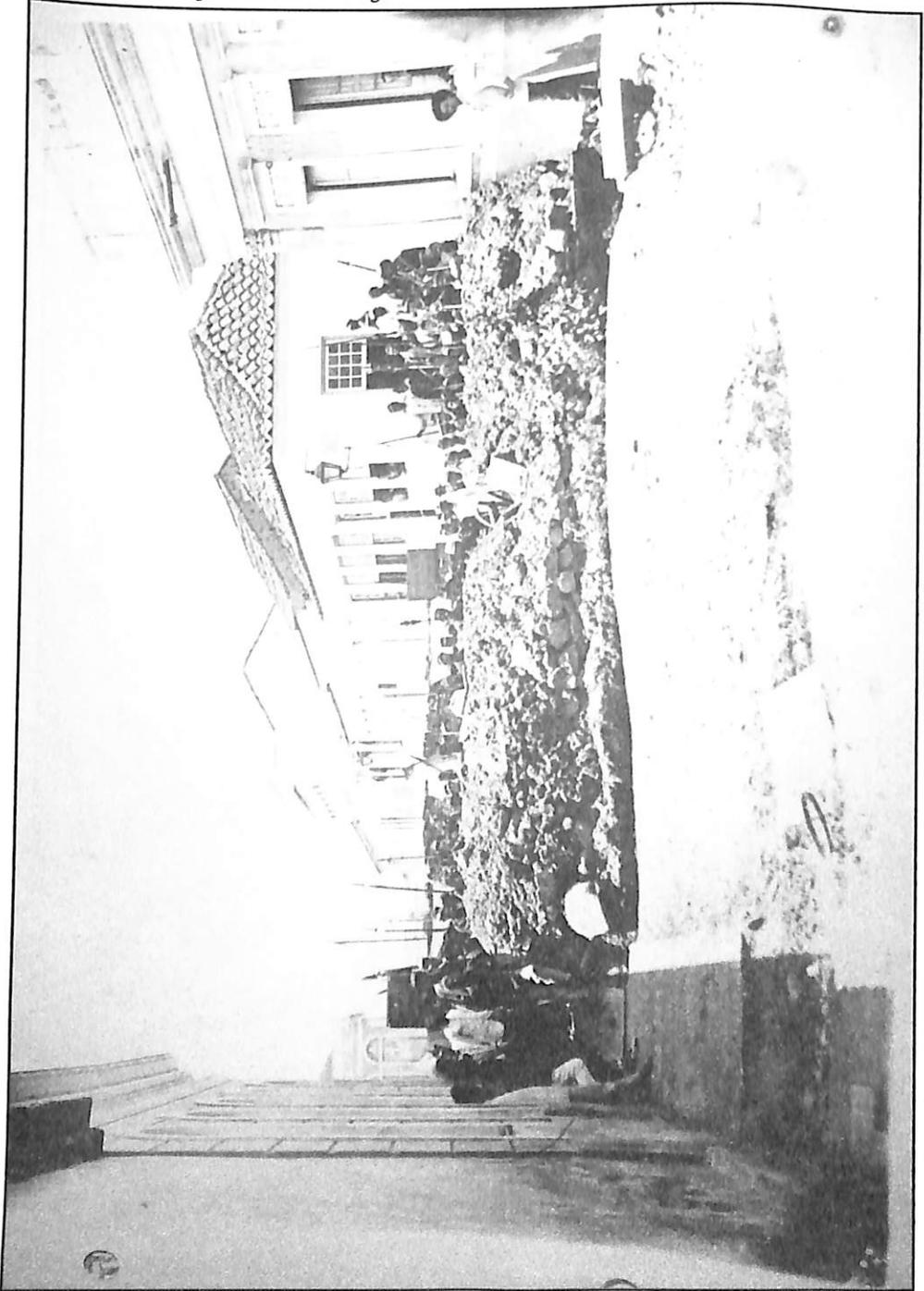
Trincheira da Panela do Candal, Bagé.



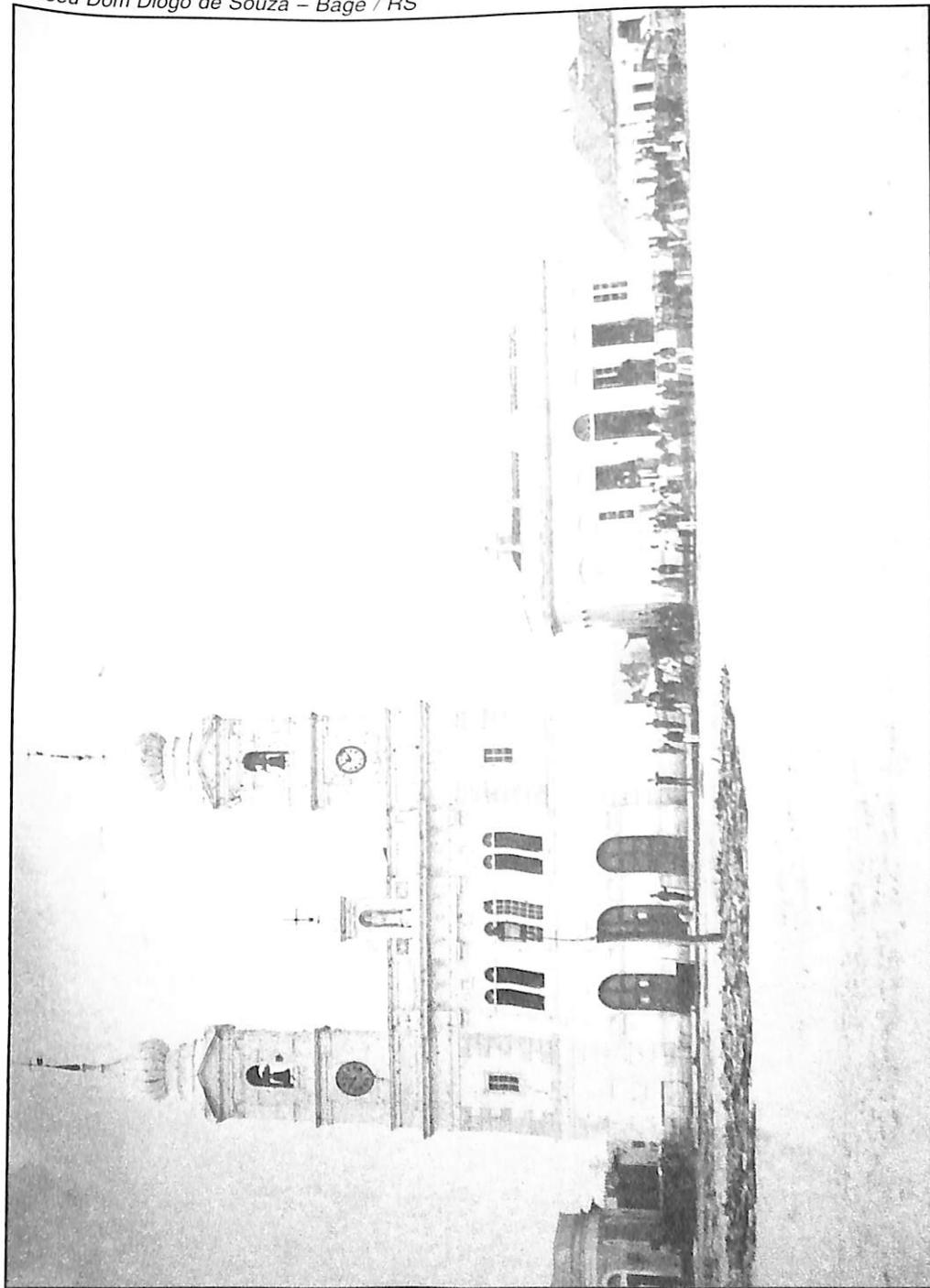
Trincheira na Rua Sete de Setembro, Bagé.



Trincheira na Rua Conde de Porto Alegre, Bagé.



Trincheira Rua General Osório, Bagé.



Praça da Matriz – Ao fundo trincheiras da Rua Conde de Porto Alegre e Avenida Sete de Setembro, Bagé.

NOVA PROVA
A IMPRESSÃO DA MARCA HUMANA
(81) 3348-5484
NOVAPROVA@NOVAPROVA.COM.BR
WWW.NOVAPROVA.COM.BR

Os Diários são, portanto, quase que arquivos da Revolução Federalista. Reproduzem inúmeras correspondências de lideranças da época como Gaspar Silveira Martins, o Almirante Saldanha da gama e o General Aparício Saraiva, entre outros.

Enquanto o Diário de Joca Tavares dedica-se mais às movimentações de campanha e ao dia-a-dia das forças revolucionárias, o Diário de Francisco descreve movimentações de bastidores, que costuraram alianças políticas e reuniram os recursos para o financiamento da campanha. Os diários permitem uma visão enriquecedora da dinâmica da guerra de guerrilhas, com todas as dificuldades de organização e financiamento. Chamam também a atenção para a participação ambígua das autoridades políticas do Uruguai e da Argentina no conflito. Ressaltam, ainda, aspectos tais como o apoio dos monarquistas e restauradores à Revolução, o projeto de secessão separatista e a relação dos revolucionários com a Marinha brasileira revoltada contra o regime de Floriano Peixoto.

Trata-se de uma fonte indispensável para aqueles que se interessam pela história da passagem do Império para a República no Brasil e no Rio Grande do Sul.

Memorial do Ministério Público
Série Memória Política e Jurídica
do Rio Grande do Sul
Volume 3 / Tomo I



CAIXARS
Fomento Econômico e Social



Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS

LEI DE
INCENTIVO
À CULTURA



MINISTÉRIO
DA CULTURA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ISBN 85-88802-07-4



9 788588 802070

MEMORIAL



DO MINISTÉRIO
PÚBLICO